

A ECONOMIA SERGIPANA E A INTEGRAÇÃO DO MERCADO NACIONAL  
(1930/80)

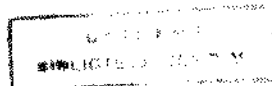
Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por Antônio José Nascimento em 11/03/94 e orientada pelo Prof. Dr. Wilson Cano. CPGE/IEE 11/03/94

at.  
Antônio José Nascimento

Dissertação de Mestrado submetida ao Instituto de Economia da UNICAMP como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Teoria Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Cano, 1937-

Aracaju, janeiro de 1994



*A Tereza e Floriano,  
meus pais.*

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Wilson Cano, não só pela presteza com que acolheu meu pedido de orientação, mas sobretudo pelo excepcional trabalho de acompanhamento.

Ao Alberto e à Márcia, amáveis funcionários do IE.

À amiga Alda Regina, pela receptividade em Campinas.

À Julinha e aos meus irmãos \_Thiago e Alex.

Ao Paulo Roberto, pela solicitude com que me conduziu às usinas \_sem o que certamente eu não teria travado contato com o Sr. Jacinto Silva dos Santos, a quem também fico grato por informações prestadas.

Ao Saulinho, sempre muito terno.

À querida Francisca Argentina, pelo carinho, companheirismo e estímulo intelectual.

Aos colegas do Departamento de Economia da UFE.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
-----------------	---

### PARTE I

O "CRASH" DE 1929 E CONSTITUIÇÃO DO MERCADO NACIONAL .....	11
1.1 - Perfil da Economia Nordestina.....	11
1.2 - Sergipe e a Crise de 1929.....	16
1.2.1 - Estrutura de Comércio, Composição das Exportações e seus reflexos sobre as Finanças Estaduais.....	34
1.2.2 - Movimento do Comércio Interestadual.....	30
Conclusão.....	34
Notas.....	36

### PARTE II

O MERCADO NACIONAL E A AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA SERGIPANA.....	41
2.1 - O Instituto do Açúcar e do Alcool e a Regulação da Economia Sucre-Alcooleira Nacional.....	41
2.2 - O IAA e a Agroindústria Açucareira Nordestina.....	46
2.3 - A Agroindústria Sergipana.....	49
2.3.1 - A Agroindústria Sergipana em meio à Perda da Hegemonia Açucareira Nordestina.....	53
2.3.2 - Baixo Dinamismo e Acumulação Administrada.....	61
2.4 - Aspectos da Debilidade Estrutural da Indústria Açucareira Sergipana.....	65
2.4.1 - O Problema Agrário.....	65
2.4.2 - Atomismo Industrial e Atraso tecnológico.....	71
2.4.3 - O Processo de Concentração da Produção Açucareira.....	75
2.5 - Usineiros versus Fornecedores de Cana.....	85
2.6 - O Programa Nacional do Alcool (1975).....	90
Conclusão.....	93
Notas.....	98

### PARTE III

O MERCADO NACIONAL E O RAMO TÊXTIL ALGODOEIRO SERGIPANO.....	104
3.1 - O Comportamento da Produção Algodoeira.....	105
3.2 - Determinantes do Declínio da Cotonicultura Sergipana	108
3.2.1 - Comercialização e Beneficiamento do Algodão..	111
3.2.2 - A Emergência da Pecuarização e a Ruptura da Sim- biosa Pasto-Algodão.....	115
3.3 - Crise Algodoeira e Desempenho da Indústria Têxtil....	120
3.4 - Crise e Desaceleração da Indústria Têxtil Sergipana..	131
3.5 - A Reestruturação da Indústria Têxtil Nordestina.....	143
3.5.1 - Os Incentivos Fiscais e Financeiros.....	143
3.6 - A Questão do Mercado.....	155
III.7 - Integração Econômica e Indústria Têxtil Sergipana (à guisa de conclusão).....	159
Notas.....	165

### PARTE IV

O SENTIDO DA INTEGRAÇÃO DO MERCADO NACIONAL PARA A ECONOMIA SERGI- PANA.....	174
Notas.....	195
Conclusão.....	193
BIBLIOGRAFIA.....	197

### APENDICE ESTATÍSTICO

## LISTA DE TABELAS

TABELA I.1. SERGIPE - PARTICIPAÇÃO DO "IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO" E DO "IMPOSTO DE INDÚSTRIA E PROFISSÃO" NO TOTAL DA ARRECADAÇÃO ESTADUAL (1928/33) .....	23
TABELA I.2. SERGIPE - PARTICIPAÇÃO (%) DO AÇÚCAR E TECIDOS NO VALOR GLOBAL DAS EXPORTAÇÕES (1929/35) .....	24
TABELA I.3. SERGIPE - REPARTIÇÃO (%) DO VALOR DAS EXPORTAÇÕES SEGUNDO O DESTINO (1928/39) .....	25
TABELA I.4. SERGIPE - CONTRIBUIÇÃO (VIA IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO) DO AÇÚCAR E TECIDOS DE ALGODÃO NO TOTAL DA RECEITA (1929/39) .....	26
TABELA I.5. SERGIPE - VALOR DAS EXPORTAÇÕES GERAIS DO ESTADO (1925/35) .....	28
TABELA II.1. SERGIPE - ÍNDICES DE EXPORTAÇÃO E DE VALOR DO AÇÚCAR (1929/34) .....	50
TABELA II.2. PRODUÇÃO AÇUCAREIRA DAS USINAS [PARTICIPAÇÃO RELATIVA (1930/34 - 1975/80)] .....	54
TABELA II.3. 1ª LIMITAÇÃO DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DAS USINAS POR ESTADO (SAFRA 1929/30 - 1933/34) .....	62
TABELA II.4. USINAS EM FUNCIONAMENTO (1925/26 - 1962/63) .....	75
TABELA II.5. PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DAS USINAS (1925/26 - 1962/63) .....	75
TABELA II.6. SERGIPE - DISTRIBUIÇÃO (POR SAFRA E EXTRATO DE PRODUÇÃO) DO NÚMERO DE USINAS EM OPERAÇÃO (1930/31 - 1980/81) .....	78
TABELA II.7. SERGIPE - INCORPORAÇÕES OU FUSÕES DEFERIDAS PELO IAA (1972/73) .....	83
TABELA III.1. SERGIPE - ÁREA E PRODUÇÃO MÉDIAS DE ALGODÃO (1926/30 - 1976/80) .....	105
TABELA III.2. SERGIPE - ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS OCUPADA COM PASTAGENS E LAVOURAS (1940/80) .....	116
TABELA III.3. NORDESTE - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, POR ESTADOS, DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RESERVADA A PASTAGENS E LAVOURAS (1940/80) .....	118
TABELA III.4. SERGIPE - PRODUÇÃO, CONSUMO FABRIL E EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO EM PLUMA (1931/45) .....	123
TABELA III.5. SERGIPE - INDÚSTRIA TEXTIL [QUANTIDADE PRODUZIDA DE TECIDOS DE ALGODÃO E VALOR (CORRENTE E REAL - 1935/48) DA PRODUÇÃO (1929/80)] .....	125
TABELA III.6. NORDESTE - INDÚSTRIA TEXTIL TAXA REAL DE CRESCIMENTO ANUAL DO PRODUTO POR ESTADO (1939/49 - 1970/80) .....	133

TABELA III.7. NORDESTE - INDÚSTRIA TEXTIL (REPARTIÇÃO (%), POR ESTADO, DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL(VTI) DA INDÚSTRIA TEXTIL REGIONAL (1940/1980)) .....	134
TABELA III.8. NORDESTE E BRASIL - EVOLUÇÃO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA TEXTIL (1950-75) .....	136
TABELA III.9. NORDESTE - TEARES E FUSOS EM OPERAÇÃO (1946/79)..	152
TABELA IV.1. SERGIPE - INDÚSTRIA TEXTIL E DE PRODUTOS ALIMENTARES. PARTICIPAÇÃO(%) DO VTI-TEXTIL E DO VTI-ALIMENTAR NO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (1939/80)..	176
TABELA IV.2. SERGIPE - EVOLUÇÃO REAL DA RENDA INTERNA SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE (1939/69) .....	179
TABELA IV.3. SERGIPE - REPARTIÇÃO (%) DA RENDA INTERNA SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE (1939/1947-1969) .....	180
TABELA IV.4. NORDESTE - DISTRIBUIÇÃO (%) ESPACIAL DO PIB DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL (1970-1980) .....	191

## INTRODUÇÃO

Até a segunda metade do século passado o sistema econômico do país era constituído por um amálgama de economias mercantil-escravistas, predominantemente orientadas para o mercado externo e aproximadas umas das outras de forma muito tênue. Porquanto guardavam vínculos muito mais estreitos com o "setor de mercado externo" da "economia nacional", esta compreendia mais propriamente um "cluster" de economias. No dizer de Caio P. JÚNIOR, é como se fossem "diferentes módulos econômicos mais ou menos acidentalmente reunidos no corpo de uma só nação e levando vida à parte."<sup>(1)</sup>

Destarte, explica-se que, com a emergência das economias exportadoras capitalistas associada à passagem do trabalho escravo ao assalariado, e face à relativa autonomia inaugurada, as dissimetrias observadas no quadro regional passam a se dever, em larga medida, à capacidade de diferenciação no âmbito de cada complexo exportador. É esta, com efeito, a etiologia da problemática regional do Brasil, cujos novos contornos se desenhariam a partir da chamada "articulação comercial" (1933/55) que acompanha a reabilitação da economia à *crise de 29*.<sup>(2)</sup>

Como se sabe, o limiar da nova década é usualmente retratado como um marco de importantes transformações em múltiplas esferas da vida nacional. Assim, no plano econômico assiste-se à derrocada do modelo de crescimento primário-exportador, no interior do qual se plasmaram economias com identidades próprias e comportamento desigual em virtude do maior ou menor alcance que logravam no exterior os produtos básicos das economias.



Erodidas as bases de sustentação desse modelo, a cujo paroxismo se chegou como a eclosão da *Grande Depressão*, distintos haveriam de ser os termos da expansão capitalista no Brasil. Com o colapso da capacidade para importar determinado pela abrupta e pronunciada contração das exportações, o mercado nacional que se tornaria então cativo do incipiente parque manufatureiro instalado no país passa a lastrear, num momento decisivo, a reprodução e o desenvolvimento do capital industrial.<sup>(3)</sup>

A forte alteração havida nos preços relativos provocada pelo declínio do poder aquisitivo externo da moeda nacional resultou em vigorosa indução à oferta interna substitutiva de importações, ao tornar promissoras as perspectivas de rentabilidade das inversões destinadas ao atendimento do mercado interno. Segundo estimativas de Celso FURTADO, "entre 1929 e 1931 o poder de compra de um cruzeiro caiu no exterior cerca de 50 por cento mais do que dentro do país."<sup>(4)</sup> Comprimido, nessas circunstâncias, o coeficiente de importações, a renda que se preserva internamente como desdobramento da política anticíclica de defesa dos interesses cafeeiros passa, então, a animar o conjunto das atividades produtivas domésticas. Nisto, essencialmente, consistiu o mecanismo de recuperação da economia nacional a partir de 1933, sob a liderança do setor industrial.<sup>(5)</sup>

Não obstante, surge e se desenvolve tão-somente "uma determinada grande indústria, a produtora de bens de consumo assalariado e, posteriormente, a indústria leve de bens de produção. Quer dizer, exclui-se, de partida, na divisão interna do trabalho, o núcleo fundamental da indústria pesada de bens de produção"<sup>(6)</sup>, de cuja ausência, convém frisar, resulta o caráter restringido da industrialização que move o novo padrão de acumulação do período 1933/55.

Diz-se novo *padrão*, durante essa fase, porque a dinâmica da acumulação de capital segue agora calçada na expansão do segmento urbano-industrial da economia, diverso, portanto, daquele de base agrário-exportadora, no qual o setor agrícola era o principal determinante da demanda efetiva. Mais propriamente, o caráter do novo *padrão* reside em que há um processo de industrialização, quer dizer, "existe um movimento endógeno de acumulação, em que se re-produzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais."<sup>(7)</sup>

Se bem tenha havido no período importantes modificações na estrutura industrial, o fato marcante, contudo, é que a escala de reprodução do capital fica impossibilitada de dar saltos significativos, face à ausência de suportes técnicos e financeiros que deveriam dar sustentação plena ao movimento de acumulação. Sua ampliação, *ipso facto*, continua dependendo da capacidade para importar que lhe cria o setor exportador, o qual segue determinando os limites em última instância à taxa de acumulação industrial.<sup>(8)</sup>

Mas essa dependência somente se assinala porque, em verdade, não se monta internamente um expressivo compartimento produtor de bens de capital, capaz de pôr-se à frente da demanda corrente e permitir, dessa forma, a autodeterminação do desenvolvimento industrial, ou, noutros termos, que a indústria pudesse andar sobre seus próprios pés.<sup>(9)</sup> Havendo, então, por assim dizer, debilidades na cadeia de departamentos do setor industrial, o *padrão de acumulação* nele apoiado enfrenta restrições em seu interior — daí a designação *industrialização restringida* para caracterizar a fase 1933/55.

Este movimento, que desencadeia o processo de industrialização e leva, concomitantemente, à formação do mercado nacional, figura, na literatura de extração *cepalina*, como o marco fundamental

na promoção do desenvolvimento auto-sustentado do país. A inflexão do padrão de acumulação vigente no pré-30 é situado ali como o deslocamento do centro dinâmico da economia nacional, no sentido de que a reprodução da mesma deixa de estar presa à demanda externa, ou seja, à variável exógena exportação, substituída pela endógena investimento.<sup>(10)</sup> Assim, a crise que precipita a derrocada daquele estilo de crescimento transmite à esfera industrial a preponderância antes ocupada pelo setor agrícola na geração da renda interna.

Da perspectiva regional brasileira, a circunstância de se haverem internado no Centro-Sul mais avançadas relações capitalistas de produção acabou por suscitar enormes disparidades espaciais na dinâmica regional do capitalismo brasileiro. Notadamente São Paulo credenciou-se mais que qualquer outra economia a liderar o processo de constituição do mercado nacional, o qual evolui da esfera mercantil até alcançar, na década de 60, formas mais complexas de integração, envolvendo a participação do capital produtivo.

Em suma: o início da década de 1930, pelas conhecidas adversidades que desencadeou e os sucessivos desdobramentos a que deu lugar, conformou um espaço nacional no interior do qual assume incontestemente hegemonia a economia paulista. Alavancada pelo café, de longe o mais importante produto da pauta brasileira de exportações \_70% no início da década de 30\_, com a *débacle* provocada pela Grande Depressão pôde aquela economia tirar proveito do processo de diversificação que viera empreendendo e comandar os movimentos de *articulação comercial* e de *integração econômica* das regiões do país, reorientando o curso e emprestando novo caráter ao processo de constituição do capitalismo brasileiro. É claro que tudo isso se passou porque, uma vez iniciada a recuperação, prontamente o mercado nacional que lhe dá lastro "passa a ser, sem nenhuma dúvida, o fator dinâmico principal."<sup>(11)</sup>

Por razões, no entanto, associadas à natureza do capital mercantil que presidiu, num primeiro momento, a construção do mercado nacional mediante o entrelaçamento comercial das regiões do país, no transcurso desse estágio de evolução do capitalismo brasileiro \_1933/55\_ preservam-se, no âmbito de alguns *complexos regionais*, aqueles aspectos largamente definidores de sua especificidade. É que, como o móvel das conexões interregionais compreendeu relações externas, num contexto de mera troca de mercadorias, o poder, neste caso, de propagação, na *periferia*, de formas capitalistas de acumulação mais adiantadas foi reconhecidamente precário. Somente com a internação do capital produtivo nessas regiões, já numa fase subsequente ao ciclo expansivo da *industrialização pesada (1956/61)*, é que se promovem profundas alterações estruturais, integrando efetivamente, isto é, economicamente, o mercado nacional.

Não que a difusão dos circuitos mercantis não possa, em alguma medida, induzir a modificações no caráter das relações sociais e processos de trabalho intrínsecos a cada espaço regional. Apenas sucede que, tais mudanças, quando se verificam, observa Leonardo GUIMARÃES NETO, "dão-se sob a forma de ajustamento às pressões surgidas na compra e venda de mercadorias, de modo endógeno, comandadas pelas frações dos capitais locais e sem alterações produzidas nas relações sociais de produção (...). Além disso, dependendo da capacidade interna de cada região em adotar ou não novos "patamares" do processo de trabalho, o ajustamento mesmo nessa articulação pode implicar no desaparecimento de atividades produtivas e postos de trabalho".<sup>(12)</sup>

Em tese, este modo de ajustamento tanto pode exercer pressões no que respeita à continuidade da acumulação no âmbito das atividades tradicionais da região, em virtude da demanda externa

que se substitui pela nacional, quanto \_como sêi ocorrer com a maior intensidade do enfrentamento competitivo em etapas mais adiantadas da articulação comercial\_, inibir a emergência de novas formas de acumulação. Isto quando não conduz à desagregação pura e simples de certas atividades tipicamente regionais que possam estar ao alcance ou mesmo sob o comando daquela região que atua como pólo dinâmico do processo que vincula comercialmente as regiões do país. No dizer de Wilson CAMO, "**participar do mercado nacional aberto significa também abrir o mercado regional. Dessa forma, a integração proporcionaria efeitos de estímulo, de inibição ou bloqueio e, até mesmo, de destruição.**"<sup>(13)</sup>

É este precisamente o ponto a partir do qual se tenciona dimensionar a repercussão do processo de estruturação e consolidação do mercado nacional para a economia sergipana, tendo em vista, inicialmente, a conjunção dos processos de *industrialização restringida* (1933/55) e de *articulação comercial*, e, depois disso \_já na fase posterior à *industrialização pesada* (1956/61)\_, a integração econômica do mercado nacional.

O desiderato será então o de examinar aí a problemática particular deparada pela economia sergipana no curso do período que se estende de 1930 a princípios dos anos 80, examinando-se que virtualidades lhe descortina a construção do mercado nacional e a que vicissitudes esteve exposta essa economia no que tange à sustentação de suas principais atividades e ao poder das mesmas em suscitar em seu interior descontinuidades nas formas dominantes de acumulação de capital.

Ora, desde já convém ter claro o seguinte: porque a economia sergipana partiu, nos anos 30, de uma base produtiva precária (agricultura predominantemente de subsistência e uma frágil estrutura industrial) e de uma situação em geral marcada em seu interior pe-

la debilidade das relações capitalistas, dificilmente poderia esperar-se que pudesse ser significativa sua contribuição à vida econômica do país, mormente no que se refere à sua participação na dinâmica do novo *padrão de acumulação* de base urbano-industrial instaurado no imediato pós-crise de 29.

Para se ter uma idéia, em 1939, Sergipe, a menor unidade estadual da federação, com apenas 1,3% da população do país, contribuía com a igualmente menor parcela para a geração da renda interna do país —tão-somente 0,6%. Com idêntico percentual participava sua indústria no total da renda formada no setor industrial brasileiro, ao passo que era de 0,9% a contribuição prestada por sua agricultura na geração da renda agrícola nacional. Passar-se-iam quatro décadas sem que em nenhum destes indicadores se registrasse salto de participação, não obstante se tenham produzido, como nos anos 70, notáveis transformações na economia sergipana —em sua indústria, principalmente, que entre 1970 e 1980 eleva de 54% para 64% sua participação na renda bruta da atividade física estadual. Seja como for, o fato, entretanto, é que, 1980, e com o dobro da população de 1939, e com apenas, ainda, 1% da população do país, mal passa de 0,4% a participação de Sergipe no PIB brasileiro.<sup>(14)</sup>

Com o propósito, enfim, de examinar como se deu sua trajetória, logo na PARTE I do presente trabalho serão listados os principais traços da economia sergipana, rascunhando-se-lhe a herança e os traumas regionais que terminaram por condicionar sua modalidade de ajustamento às novas circunstâncias requeridas pela progressiva interação comercial das economias estaduais. Aí será visto ainda, como que para justificar as partes subseqüentes, qual é, por ocasião da crise de 29, a base de recursos e as atividades nucleares que dão sentido à inserção da economia sergipana no ambiente econômico da nação.

E visto que, desde o início do processo de industrialização restringida e do correspondente entrelaçamento comercial das regiões brasileiras, o que animou e deu sentido à inserção de Sergipe na dinâmica do mercado nacional esteve representado pela agroindústria açucareira e pelas atividades têxteis \_seus dois, de longe, mais importantes itens da pauta estadual de exportações, bem como de geração de receita fiscal\_, a reconstituição da trajetória dessa economia não poderia prescindir de um exame algo criterioso dos dois citados ramos de atividade. Do primeiro deles, i.e., da agroindústria açucareira, cuida a PARTE II do presente trabalho. Nela será examinado desde o modo como a atividade açucareira sergipana, amparada pelo IAA, reagiu aos desdobramentos da "crise de 29", como também as transformações por que teve de passar condicionadas por sua marcada dependência do mercado centro-sulino.

Na PARTE III, por sua vez, reserva-se especial atenção para com o desempenho do parque têxtil sergipano, identificando-lhe as marchas e contramarchas que experimentou provocadas não apenas pela Grande Depressão e a II Guerra Mundial, mas sobretudo as que decorreram do aprofundamento do intercâmbio interestadual e do acirramento do processo competitivo. Que impactos sofreu, de que forma a eles se ajustou e como, em anos recentes, respondeu à política de incentivos fiscais e financeiros conduzida pela SUDENE, a fim de que pudesse integrar-se ao movimento de acumulação no interior do segmento têxtil em âmbito nacional? É esse o conjunto de observações para o qual, na parte em questão, se tenciona apresentar uma interpretação que pareça plausível.

A PARTE IV comporta considerações dando conta do significado que para a economia sergipana representou o entrelaçamento comercial e a integração econômica das regiões do país sob o comando do

grande capital oligopolista radicado nos espaços regionais mais dinâmicos da economia nacional. O intuito, aí, é o de, basicamente, identificar se houve importantes mudanças estruturais na economia sergipana, verificar a tônica de seu dinamismo, que papel desempenhou a agricultura, como evoluiu sua indústria e, mais que tudo, examinar sob que bases, também em anos recentes, Sergipe se integra à economia nacional. Ao cabo disto seguir-se-ão, enfim, as conclusões de ordem geral.



## NOTAS

(1) JÚNIOR, Caio Prado. História econômica do Brasil. 34ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1986, p.225.

(2) Cf. CANO, Wilson & GUIMARÃES NETO, Leonardo. A questão regional no Brasil: traços gerais de sua evolução histórica. 1986, (mimeo).

(3) "...entre 1929 e 1932, as exportações em termos correntes reduziram-se em 33%, enquanto as importações totais o fizeram em 49%." MALAN, Pedro et alii. Política econômica externa e industrialização no Brasil (1929/52). Rio de Janeiro, IFEA/INPES, 1977.

(4) FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 19ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1984, p.196.

(5) "Embora o produto da indústria de transformação em 1930 tenha caído cerca de 7% em relação ao de 1920, já em 1931 dá seus primeiros sinais de que se recuperaria; em 1932 já era 3% superior ao de 1930 e em 1933 já era 7% superior ao de 1929." CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930/70). São Paulo - Global; Campinas - Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1985, p.181.

(6) TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. 2ª ed., Campinas, Ed. da UNICAMP, 1985, p.98.

(7) CARDOSO DE MELO, J. M. O capitalismo tardio. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1984, p.110

(8) idem, ibidem, p.111.

(9) idem, ibidem, p.110.

(10) Cf. FURTADO, C. op. cit., esp. Cap.XXXII, e CARDOSO DE MELO, J.M. (1984), op. cit. esp. Cap.II.

(11) FURTADO, C. op. cit., p.198.

(12) GUIMARÃES NETO, Leonardo. Nordesite: da articulação comercial à integração econômica. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1986, (mimeo), p.09.

(13) CANO, Wilson (1985), op. cit., p.191.

(14) Cf. IBRE/FGV - Contas Nacionais do Brasil, in *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, 35(9), set./1971; e IBGE - *Estatísticas Históricas do Brasil*, Rio de Janeiro, 1987.

## PARTE I

### O "CRASH" DE 1929 E A CONSTITUIÇÃO DO MERCADO NACIONAL

#### 1.1 - Perfil da Economia Nordestina.

Qual era, por ocasião da Grande Crise de 29, a contextura do ambiente regional no qual se achava incluída a economia sergipana? Que conformação sócio-econômica dava singularidade ao espaço regional nordestino e definia, em última instância, não apenas as suas mas as próprias virtualidades da economia sergipana no crescente circuito mercantil inter-regional que deu lastro à recuperação da economia brasileira a partir de 1933? Isto equivale, no fundo, a indagar acerca das propriedades estruturais que emprestam identidade regional à economia sergipana. As propriedades estruturais que permitem, de algum modo, vincular, v.g., à da região a problemática do desenvolvimento sergipano.

De saída, é claro que uma adequada caracterização dessa questão não poderia prescindir de um prévio apontamento dos termos em que a noção de região é aqui aceita como quadro de referência. Como se sabe, os critérios envolvidos na regionalização de um dado espaço macroeconômico não cessaram, até o momento, de despertar alguma controvérsia. Embora não se rechacem aqui os de natureza geográfica \_que também comportam, é verdade, uma síntese da formação sócio-econômica e histórica de um certo e característico espaço\_ importa no entanto desde logo salientar que, aos propósitos do presente trabalho, e em particular aos que atendem ao exame da problemática regional nordestina, tal perspectiva impede a correta interpretação de como, à luz do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro \_que teve seu locus de expansão estabelecido no Centro-Sul\_, o ciclo toma espacialmente a forma de destruição das economias regionais, ou das "regiões".<sup>(1)</sup>

Diversamente, o *approach* empregado por Francisco de OLIVEIRA fundamenta a "demarcação" de um dado espaço regional "na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo assume, e na estrutura de classes peculiar a essas formas." Neste caso, "o conceito econômico e político de região é de natureza dinâmica por definição", apoiado que está no "movimento de reprodução do capital e das relações de produção."<sup>(2)</sup>

Sob essa ótica, "podem e existem 'regiões' em determinado espaço nacional, tanto mais determinadas quanto sejam diferenciados os processos assinalados", ou seja, a especificidade de cada 'região' completa-se, pois, num quadro de referências que inclua outras regiões, com níveis distintos de reprodução do capital e relações de produção."<sup>(3)</sup>

Demais, sabe-se que existe, no sistema capitalista, uma tendência no sentido de materializar, numa escala bastante ampla, a homoge-

neização das formas de reprodução do capital. Mesmo que tal tendência "quase nunca chegue a materializar-se de forma completa e acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado (...) em alguns espaços econômicos do mundo capitalista (...) é inegável o grau de homogeneização propiciado pela concentração e centralização do capital, de forma a quase borrar por inteiro as diferenças entre os vários segmentos do território nacional..."<sup>(4)</sup>

Quando se apanha, então, dessa forma a "região" Nordeste, de fato desconcerta aí, no alvorecer dos anos 30, a debilidade de suas relações capitalistas de produção vis-à-vis os de sua variante centro-sulina. O legado colonial escravista que permeou a modelação do complexo econômico nordestino enrijeceu sobremaneira suas relações sociais, o que acabou por imprimir uma resistência igualmente secular a mudanças nas formas de reiteração da acumulação de capital. Histo, a rigor \_pode parecer paradoxal, mas não é\_, reside o porquê de o processo de constituição do mercado nacional haver manifestado, desde sua gênese, situações que implicaram agravamento das disparidades regionais.

No limiar da "articulação comercial" era ainda basicamente o de sua formação originária o caráter do *complexo econômico nordestino*. Dominava sua estrutura, de um lado, a atividade açucareira \_frequentemente requerendo aportes relativamente consideráveis de capital, em virtude dos aspectos agrícola e industrial do empreendimento\_, e, do outro, a economia criatória \_originariamente subsidiária do sistema açucareiro. Vale dizer: era uma pecuária predominantemente extensiva, não raro pouco monetizada e administrada, ao contrário da economia açucareira, por formas de gestão comparativamente pouco complexas. Em ambos os casos a hierarquização social impunha uma estrutura assimétrica na repartição da renda.

Ao lado disso há que registrar também, no alvorecer dos anos 30, a presença do "Nordeste" algodoeiro, que conhecera notável impulso a partir de meados do século XVIII e chegara mesmo a operar, no dizer de Manuel C. de ANDRADE, uma "verdadeira revolução agrária no agreste".<sup>(6)</sup> Cem anos depois, tornaria essa cultura a experimentar outro importante surto, agora em decorrência da Guerra de Secessão dos EUA (1861/65), criando, assim, no Nordeste, um ambiente bastante favorável à instalação de um importante parque têxtil, que se vai implantar e expandir-se sobretudo nas primeiras décadas do presente século.

É esse, portanto, em seus traços mais característicos, o perfil da economia nordestina em princípios da década de 30. Surpreendentemente, muito dessa conformação estrutural [agrário-açucareira, pecuarista e algodoeira-têxtil] o Nordeste conservaria até fins da última década de 50. E a razão disso, explica-se, prendeu-se essencialmente ao seguinte: agricultura atrasada e pouco diversificada; enorme concentração de propriedade fundiária; indústria com baixa produtividade e estrutura pouco diversificada; débeis relações capitalistas de produção, com predomínio do capital mercantil<sup>(6)</sup>, o qual, por um bom tempo após a crise de 29, continuou "a comandar a maior fração do processo de acumulação..."<sup>(7)</sup>

Nesses termos, e estando ademais o Nordeste "com seus principais produtos (açúcar e algodão) marginalizados no mercado externo (...) e dependentes agora do mercado interno, porém com preços reduzidos"<sup>(8)</sup>, seguramente que um bom desempenho não é o que estava reservado à região no crescente intercâmbio regional que se segue à recuperação da economia brasileira à 'crise de 29'.

Enquanto isso, no pólo dinâmico do país, no Centro-Sul, teve lugar, no pós-30, uma descontinuidade na forma de acumulação até então prevalescente. É que, grosso modo, contava essa região com mais avançadas relações capitalistas de produção, e isso, a bem da verdade, a

predispunha a engendrar um processo consideravelmente diversificado de acumulação capitalista.

Mormente São Paulo, cujo parque manufatureiro, não bastasse ser o mais bem aparelhado e diversificado do país antes até da década de 30, dispunha ainda, por essa época, de uma capacidade produtiva que suplantara as dimensões de seu amplo mercado interno, dado o inusitado ciclo de inversões industriais verificado nos anos 20. Por isto, quando da recuperação à 'crise de 29' a indústria paulista passa a incursionar no mercado nacional com vantagens comparativas sobre as demais indústrias regionais, reduzindo, no caso, sensivelmente as chances de êxito das atividades industriais nordestinas. Logo, já estavam dispostas, antes mesmo da desarticulação do mercado externo, as pré-condições para a concentração da atividade econômica em São Paulo, cujo desempenho, bastante diferenciado, usualmente fornece a escala de mensuração dos contrastes regionais.

Em se tratando de Nordeste \_vê-se então\_, haveriam de ser de certa forma devastadores os efeitos provocados pela concentração das atividades produtivas em São Paulo. Demais, quando a economia brasileira dá início ao processo de recuperação à crise econômica mundial dos anos 30, com o amplo mercado doméstico agora efetivamente reservado à produção nacional, a partir desse momento sucede para o Nordeste que "a reestruturação da agricultura paulista faria com que a economia deste Estado se tornasse a maior produtora também de açúcar e algodão, justamente os dois produtos básicos da economia nordestina"<sup>19</sup> \_tanto quanto da sergipana.

Isto posto, à economia sergipana \_e com a identidade regional que se vem de apontar-lhe\_, aplica-se, sem restrição, a mesma dupla ordem de fatores que emprestou sentido à articulação do Nordeste com as demais unidades regionais do país no curso da primeira metade do presente século. De um lado (o nordestino), a necessidade experimen-

tada por seus produtores \_notadamente os de açúcar e algodão\_ de prover escoamento destes gêneros no mercado nacional, algo, aliás, que se vinha tornando cada vez mais imperioso desde fins do século passado com o progressivo desfalecimento da demanda por estes produtos oriunda do setor de mercado externo; de outro (o centro-sulino), a elevada concentração de sua indústria suscita estreitos vínculos comerciais com o Nordeste, objetivando plasmar aqui um mercado complementar no qual pudesse realizar seu excedente de capacidade produtiva que, decerto, não viria a ser inteiramente absorvida nem mesmo pelo pujante mercado do Centro-Sul.

Mas o que não se deve perder de vista, no caso, é que esse movimento \_o da propagação das relações econômicas entre os espaços nacionais\_, assumiu, num primeiro momento (o da *articulação comercial*), feições tipicamente mercantis, posto que o prevalecente fora o alargamento puro e simples do circuito comercial de compra e venda de mercadorias. É este, enfim, o traço determinante das conexões regionais no decorrer dessa fase em que o desenvolvimento industrial do país, apesar de dominante, é ainda insuficiente para facultar ao capital produtivo o comando desse processo de construção do mercado nacional.

## 1.2 - Sergipe e a Crise de 1929

Para algumas unidades regionais do espaço econômico nordestino, a eclosão da Grande Crise de 29 representou tão-somente o paroxismo da retração que se vinha medrando no cenário internacional desde fins do século passado. Na pauta de exportações do país os principais artigos dessas economias já haviam sido mesmo reduzidos a uma figuração medíocre. Com efeito, por ocasião da Proclamação da República o açú-

car participara com a modesta cifra de 6,1% no valor total das vendas externas do país, contra 73,9% do café e 10,9% da borracha. Em 1910, o café declina para 44,9%, rivalizando, porém, com a borracha, 43,8% \_então em pleno auge; o açúcar, por sua vez, aparece em último, com apenas 13%, e, o que é pior, 30 anos depois, em 1930, não chegaria a perfazer sequer 1%.<sup>(10)</sup>

À economia sergipana sucedeu algo assim: antes da Grande Depressão já se lhe haviam cessado quase que completamente os impulsos ao crescimento provenientes do exterior. Sua dependência do mesmo para a realização da produção de seus artigos básicos assumira pequenas proporções. Em 1900, para se ter uma idéia, o mercado nacional absorvia mais de 60% das exportações sergipanas de açúcar, e em 1903, ao que parece, já as absorve por inteiro.<sup>(11)</sup>

Mais que nunca, Sergipe vê-se na contingência de providenciar uma saída para dentro mais antecipadamente do que o fizeram outras unidades de espaço nacional. De fato, em 1929, v.g., não passou de 3,7% o valor da contribuição devida às vendas ao exterior, ao passo que o intercâmbio de Sergipe com os portos nacionais lhe rendeu, no caso, 96,3% do valor global gerado por suas exportações. Isto sugere que o impacto do *crash* de 29 sobre esta economia manifestou-se não propriamente de modo direto, acarretando um brusca queda de suas remessas ao exterior, mas sobretudo através da compressão da renda naqueles estados que se tornaram centros consumidores de seus excedentes exportáveis de algodão e tecidos, bem como \_mais importante\_ do grosso de sua produção açucareira.

No pós-30, portanto, Sergipe em nada modifica seu caráter de economia que retira o elemento dinâmico da produção mercantil de exportação. Não se nota, em seu interior, quaisquer discontinuidades nas formas dominantes de acumulação, nem tampouco uma revitalização, senão temporária, de seu segmento industrial \_essencialmente têxtil e



alimentar (açucareiro)\_ nesse novo estágio em que ingressa o capitalismo brasileiro a partir de 1933. Ora, é precisamente nessa reorientação da atividade dominante, em que o segmento urbano-industrial desponta como setor líder da acumulação de capital no país, que reside o que há de "novo" para as economias regionais periféricas \_como a sergipana\_ nos termos de sua inserção no ambiente econômico da nação.

Observe, porém, que essa diferença nos termos da dependência do mercado nacional não se prende a razões puramente formais. Especificamente no caso de Sergipe, essa diferença não está em que, antes (fins do século passado até 1930), esta economia gesta sua dependência apoiando-se numa economia nacional dominantemente agrário-exportadora, e agora, no pós-30, passa a depender de um espaço econômico nacional de base industrial. A *rationale* aqui é sobretudo a da "redistribuição regional do trabalho" operada com a "substituição de uma economia nacional formada por várias economias regionais por uma economia nacional localizada em diversas partes do território nacional." Significa, ainda, que é "o crescimento industrial da região Sudeste que está formando ou reformando as atividades econômicas no território do país". Portanto, a definição e redistribuição espacial dessas atividades, subordinadas ao crescimento industrial do Sudeste, deixa de ser "aleatória em relação a cada região 'dependente'." (12)

"Por outro lado, o crescimento industrial do Sudeste obterá efeitos de realimentação diferentes segundo seja a região receptora sobre a qual ela transmite seus impulsos. Em outras palavras, os 'backward and forward linkages' que se estabelecem entre o Sudeste e as demais regiões diferirão conforme a estrutura econômica de cada uma das regiões". (13)

Melhor dizendo, os efeitos sobre as atividades econômicas de cada uma delas, decorrentes do intercâmbio regional, tanto podem, reversivamente, operar sob a forma de estímulo, de bloqueio (ou inibi-

ção), quanto até mesmo, como já foi dito, sob a forma de destruição. Entendida assim essa dinâmica do processo de constituição do mercado nacional, bem como os desdobramentos e efeitos que propaga na periferia a "região motora" (através da divisão e hierarquização dos espaços regionais), dá então para se discernir o que há de inusitado, no imediato pós-crise, na continuidade do processo que tornava ainda mais dependente do mercado nacional a economia sergipana, com a grande diferença, porém, de que agora ela tem determinado um papel na divisão interregional do trabalho, e sua capacidade de alterá-lo dependerá fundamentalmente da maneira como reage à ocorrência daqueles efeitos.

À luz de tais considerações, pode-se dizer, com efeito, que a economia sergipana não experimentou como marcantes, num primeiro momento, as forças de constituição do mercado nacional. Não no sentido, obviamente, de que as mesmas se hajam revelado fator secundário de indução ao seu crescimento. Pelo contrário, eram mesmo a única via possível ao crescimento dessa economia, que delas viera dependendo há mais tempo, desde o início do presente século.

Em verdade, deu-se tão-somente que a economia sergipana não precisou aguardar que se evidenciasse a derrocada do comércio exterior na década de 30 para proceder a uma brusca reorientação de mercado para suas atividades produtivas face ao novo elemento que para outras economias representou o desbravamento do mercado nacional. De resto, no pós-30, como o setor açucareiro da economia sergipana passa a estar sob controle direto do Estado brasileiro, pareceu-lhe que, estando, dessa forma, artificialmente protegida uma de suas atividades propulsoras, com mercados assegurados, a dimensão do que significaria, noutro contexto, empreender, sozinha, uma conquista do mercado nacional não lhe é oferecida. Desafios, neste sentido, provaria com sua indústria têxtil, a qual, não tendo podido contar com esquemas

especiais de proteção (exceto os de ordem puramente locacional), enfrentou dificuldades que em alguns casos culminaram até mesmo na impossibilidade de permanência no mercado de algumas unidades produtivas.

A despeito da importância dessas atividades, o fato, entretanto, é que no limiar dos anos 30 Sergipe ainda se apresenta como uma economia marcadamente de base primária, dominada por uma agricultura típica de subsistência, ao lado da qual se cultivavam alguns gêneros de elevada expressão comercial — a exemplo da cana-de-açúcar e do algodão — processados por uma precária estrutura industrial compreendida por um grande número de pequenos e médios estabelecimentos açucareiros e um reduzido grupo de pequenas firmas têxteis.

O primeiro daqueles gêneros, a cana-de-açúcar, aparece concentrado na Zona Central do Estado. No quinquênio 1931/35 ocupou área equivalente a 6,5% dos 144,2 mil hectares correspondentes à área média total cultivada no Estado durante o período; ao segundo, ao algodão, localizado sobretudo no agreste, coube faixa mais expressiva, de 32,2 mil hectares, abarcando 22,3% daquela média de área total, ficando o milho, feijão e mandioca com parcela mais ponderável (63,1%). Outros, como a laranja, fumo, batata, banana, etc., encontravam-se distribuídas numa extensão pequena de área.<sup>(14)</sup>

Apenas para que se tenha uma idéia da ordem de importância dessas lavouras, no valor estimado da produção agrícola estadual (e não do produto bruto de toda a agricultura) para o ano de 1929 a cana-de-açúcar deve ter participado com algo em torno dos 12%, enquanto o algodão, milho e mandioca responderam por cerca de 75% daquele valor, que foi de aproximadamente 30.400 contos de réis, contra 42.396 referentes ao valor da produção industrial, no qual, para todos os efeitos, não se registrou o valor da produção açucareira.<sup>(15)</sup>

Para corrigir tal deficiência, se se considerar, para fins de estimação mais fidedigna do valor da produção industrial para o ano de 1929, o valor médio da produção açucareira do quinquênio 1927/31, de quase 22 mil contos de réis \_e em se aceitando, no caso, como negligível, no período, a oscilação dos índices de preços dos produtos industriais (de fato, feito 1929 o ano-base, em 1931 o índice de preços do setor industrial é de 90,4)\_, tem-se então que o valor da produção da indústria sergipana em 1929 monta a 64.396 contos de réis, na repartição do qual coube à indústria têxtil 52,2%, e à produção de açúcar a parcela de 34%.<sup>(14)</sup>

Dez anos depois, em 1939 \_agora pelos dados do Censo Económico\_, praticamente não se altera a posição ocupada pelo ramo têxtil no conjunto do valor da produção industrial, pelo qual continua respondendo com mais da metade, 51,5%. A indústria açucareira, por sua vez, apenas acusaria ligeira queda de sua participação no total do valor da produção industrial do Estado, reduzida que fora de 34% em 1929 para cerca de 31% em 1939. Com esta cifra, no entanto, o açúcar se representava com 81,8% no valor da produção do ramo alimentar, então responsável pela geração de 37,5% de todo o valor da produção industrial. Tem-se, desse modo, que quase 90% do valor da produção da indústria sergipana residia nos segmentos têxtil e alimentar.

É fácil depreender, de um rápido exame dessa estrutura industrial pouco diversificada, a forte vinculação que ela guarda com o setor agrícola \_em especial no que diz respeito aos gêneros cultivados para fins de aproveitamento industrial \_cana de açúcar e algodão. Devido em boa parte a isto percebia-se que, ainda em 1939, era o dobro da da indústria a contribuição prestada pela agricultura na geração da renda interna estadual.<sup>(15)</sup>

Não obstante, é da produção dessa indústria, e especialmente das exportações (para o mercado interno) de seus artigos, que o aparelho

de Estado da economia sergipana extrai a maior parcela de seus recursos. Do painel de fontes coletoras que administrava, de longe as mais importantes eram as rubricas "imposto de exportação" e "imposto de indústria e profissão". Outros tributos, como o do "selo" e os que, v.g., incidiam sobre a propriedade territorial e predial, sobre a produção e o consumo, bem como sobre as vendas mercantis (depois Imposto sobre Vendas e Consignações, a partir de 1934), tinham, por essa época, modesta importância relativa.

No que se refere ao primeiro daqueles impostos \_o de exportação\_ que a Carta de 1891 consagrou como de competência dos estados, visando seu fortalecimento, vale frisar que sua cobrança se dava de forma diferenciada sobre a pauta de exportação dos mesmos.<sup>(18)</sup> No caso específico de Sergipe, em princípios da década de 30 o fisco recolhia 8,5% a título de rendas tributárias sobre o valor das exportações de tecidos e 8% sobre o valor das exportações de açúcar. Sobre as remessas ao exterior \_pouco expressivas, conforme se verá, se comparadas em valor ao que Sergipe movimentava com suas exportações para o mercado interno\_ imputava maior taxaço (14%).

Quanto ao segundo \_o de "indústria e profissão"\_, seu recolhimento envolvia o "critério" de taxas fixas, praticadas de forma também diferenciada segundo o ramo de atividade do comércio ou indústria. A propósito, seu nome (imposto de indústria e profissão) \_conforme adverte Gerson SILVA\_ é "notoriamente inadequado para definir qualquer figura tributária específica."<sup>(19)</sup>

Pelos dados da Tabela I.1, vê-se que, em 1928, só com os chamados "direitos de exportação" o erário sergipano assegurou cerca de 30% da receita total de 9.038 contos de réis. Precisamente, retirou do valor das exportações 2.666 contos de réis, dos quais metade (1,3 mil contos) fora contribuição prestada pelo açúcar.<sup>(20)</sup>

**TABELA I.1**  
**SERGIPE - PARTICIPAÇÃO DO "IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO" E DO "IMPOSTO DE**  
**INDÚSTRIA E PROFISSÃO" NO TOTAL DA ARRECADAÇÃO ESTADUAL**

ANOS	RECEITA ARRECADADA (contos de réis)	PARTICIPAÇÃO (%) DOS IMPOSTOS	
		IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO	IMPOSTO DE INDÚSTRIA E PROFISSÃO
1928	9.038	29,5	22,6
1929	8.215	24,6	22,2
1930	7.223	23,0*	-
1931	8.444	-	-
1932	7.841	-	-
1933	7.824	-	-
1934	9.713	21,2	25,6
1935	12.734	28,1	23,5
1936	13.915	31,1	18,7

FONTE: Diário Oficial de Sergipe (1930)

INE/DEE - O Estado de Sergipe em 1934

- O Estado de Sergipe em 1935

Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe pelo então Presidente do Estado Manoel Correia Dantas, em 07/09/1929.

Mensagem à Assembléia Legislativa de Sergipe apresentada pelo Governador Eronides Ferreira de Carvalho (Aracaju, Imprensa Oficial, 1937)

(\* Participação estimada. Sobre os procedimentos para isto empregados, ver nota 21.

Dada a importância do açúcar \_sobre cujo valor exportado incidiria uma alíquota de 8%\_, entende-se facilmente que a queda da arrecadação nos anos 1929 e 1930, tanto quanto o declínio da participação do imposto de exportação, deveu-se sobretudo à queda verificada nas exportações desse artigo, da ordem de 5.936 contos entre os dois citados anos. Por conseguinte, o que o Estado deixou de recolher em 1930, em função exclusivamente da queda nas exportações do açúcar, correspondeu a precisos 475 contos de réis \_o equivalente a quase metade (48%) da diferença entre a arrecadação de 1929 (8.215 contos de réis) e a de 1930 (7.223 contos).<sup>(22)</sup>

ira de Comércio, Composição das Exportações sobre as Finanças Estaduais

Há de ter deixado claro que a economia sergipana a numa exígua base econômica decorrente do caráter conferido ao binômio cana/algodão -açúcar/tecidos, a deixar de ser, é em torno desses produtos \_mais r e tecidos de algodão\_ que gravita a atividade co-exportação, tal como o demonstram os dados da Tabe-

intercâmbio mantido  
do espaço econômico  
e lastro à reprodu-

PORTAÇÕES

====  
R  
NO  
----

TABELA 1.2

- PARTICIPAÇÃO (%) DO AÇÚCAR E TECIDOS NO VALOR GLOBAL DAS EXPORTAÇÕES

AÇÚCAR	TECIDOS
57,0	24,5
44,0	32,0
58,2	29,2
36,4	39,7
49,1	29,1
43,7	24,1
48,9	17,1

====  
Imprensa  
stica do  
Ano V -

INE - O Estado de Sergipe em 1934 e em 1935

alo mercado externo, a essa altura talvez reste ape-  
reduzido significado para a economia sergipana, por-  
câmbio não havia lugar para as atividades nucleares  
maior parte, os itens componentes da pauta externa  
rgipanas compreendiam matérias-primas \_basicamente  
odavia, ainda que mais de 3/4 de todo o valor das  
eros se devessem comumente a remessas ao exterior, a  
mesmos no valor global das exportações estaduais era  
o quinquênio 1928/32, por exemplo, não alcançam ser  
3%.<sup>(22)</sup> Daí a reduzida magnitude das transações que  
e com o setor de mercado externo da economia brasi-

ao exterior no  
nte inexpressiva,  
s finanças esta-  
nação, o período  
14%<sup>(24)</sup>, na média  
o do comércio ex-  
samente, no citado  
endas ao exterior  
onaram apenas 3%  
total arrecadado

As exportações de açúcar para o mercado  
 já não são recolhidas aos cofres públicos  
 correspondendo esta cifra a 9,7% da receita  
 de 1930. Neste caso, deve-se ressaltar, à  
 luz do ano reconhecidamente desfavorável no que  
 se refere aos artigos básicos de exportação da  
 Bahia, além de levar em conta aí, nesse  
 contexto, a incidência sobre a produção dos engenhos e  
 ainda a título de comercialização local do  
 açúcar, o que, então, àquelas 9,7% de partici-  
 pação estadual se acrescentaria algo em torno de  
 10% (para o mercado interno) de tecidos de  
 algodão que arrecadou cerca de 550 contos, ou seja,  
 conjuntamente, tecidos e açúcar participaram  
 de cerca de 20% do total da receita coletada  
 pelo Estado (como o evidenciam os dados da Tabela 1.4.

**TABELA 1.4**  
**PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO (VIA IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO)**  
**DO AÇÚCAR E DO ALGODÃO NO TOTAL DA RECEITA**  
**ARRECADADA PELO ESTADO (Em %)**

AÇÚCAR	TECIDOS
13,3	5,7
9,7	7,6
15,5	8,3
8,2	9,5
11,3	7,1
10,0	6,0
12,8	4,8
13,6	8,3
19,2	13,8
12,5	10,0

Estado da Sergipe (1930)  
 Sergipe em 1934 e 1935  
 Estatísticas de Sergipe (1938)  
 Secretaria de Estado de Sergipe (1953)  
 Secretaria de Estado de Sergipe (1942).

de observar, a vinculação das  
 exportações de artigos de exportação de sua  
 Bahia, no ano da série em que se re-  
 feriu, chegou quase mesmo a du-  
 plicar a participação do açúcar e tecidos de algodão  
 para 33%.

A participação do açúcar ocorreu  
 de acordo com o seguinte: no primeiro  
 período seria, em princípio, natural  
 a participação internacional, a uma queda  
 brusca, a uma drástica redução nos  
 anos seguintes, decorrente do fato de  
 1932, diversamente, decorreu  
 do fato de que propriamente de  
 já tinham começado a experi-  
 mentar a queda, que o volume das exportações  
 baixou do período 1925/34, o  
 que operasse uma redução para  
 atual.<sup>(28)</sup>

to do açúcar é que se insta-  
 r, em 1930, das exportações  
 período 1925/35, caiu 32,5%  
 para 49,8% aquém do  
 nível das exportações do ano de



**TABELA 1.5**  
**SERGIPE - VALOR DAS EXPORTAÇÕES GERAIS DO ESTADO**

ANOS	VALOR CORRENTE (contos de réis)	VALOR REAL*	ÍNDICES (1925=100)	
			CORRENTE	REAL
1925	39.894	39.894	100,0	100,0
1926	33.682	36.062	84,4	90,4
1927	28.915	32.821	72,5	82,3
1928	30.944	31.737	77,6	79,6
1929	25.845	28.653	64,8	71,8
1930	20.019	26.763	50,2	67,1
1931	28.086	35.064	70,4	87,9
1932	22.005	27.472	55,2	68,9
1933	22.508	27.216	56,4	68,2
1934	30.523	35.246	76,5	88,4
1935	41.830	46.737	104,9	117,2

**FONTE: INE - O Estado de Sergipe em 1935**

(\*) Expresso em contos de réis de 1925 com base no índice de preços de produtos industriais, in MALAN, Pedro et. alii (Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil - 1939/52. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977, p.516).

Conquanto, no pós-crise, o valor corrente global das exportações sergipanas se recupere já a partir de 1931, pondo-se 40% acima do de 1930, por conta ainda do açúcar reverta-se bruscamente, em 1932 \_pelas razões já salientadas\_, o valor exportado pelo Estado. Somente a partir de 1934 \_puxado, por um lado, mais pela recuperação dos preços que do *quantum* exportado de açúcar, bem como pelo extraordinário desempenho das exportações de algodão em pluma\_ é que tem então lugar um firme processo de recuperação geral das exportações estaduais. Notadamente a partir de 1935, com as exportações de açúcar em franca reabilitação, observa-se, pela primeira vez, ter ocorrido uma superação \_em termos tanto corrente como real\_ do valor exportado em 1925.

Não é de estranhar, assim, em virtude da já demonstrada importância que para as finanças sergipanas tem o imposto cobrado às exportações, que, com a queda do valor destas, tanto quanto com o seu crescimento, o mesmo também se acabe verificando com a arrecadação estadual. Com efeito, basta que se confrontem os valores da série de exportação (Tab. 1.5) com os da série de arrecadação fiscal (Tab. 1.1). Um breve exame revelará, por exemplo, que os anos de menor ex-

pressão do valor corrente da receita fiscal do Estado (1930, 1932 e 1933) guardam estreita correspondência com os de pior desempenho do valor exportado. Em ambos os casos, 1930 foi um ano verdadeiramente crítico. Nele se acusou, para a receita fiscal, a menor arrecadação desde 1923, e para as exportações o mais baixo valor desde 1922.<sup>(29)</sup>

O impacto provocado pela crise internacional só não foi mais negativo sobre as finanças estaduais em virtude de as exportações de tecidos se terem mantido com alguma regularidade. Nos anos mais críticos da Grande Depressão \_ entre 1929 e 1932\_, cresceu a uma taxa anual de 11,3% o *quantum* exportado de tecidos sergipanos. Demais, o valor das exportações desse artigo \_em flagrante oposição ao que sucedeu com os preços do açúcar\_ mais do que acompanhou o *evolução* do *quantum* exportado. A preços de 1929 (deflator da indústria), entre este ano e o de 1932 o crescimento real do valor das exportações foi da ordem de 53,4%, contra, no período, uma expansão do volume exportado da ordem de 37,5%. Nem mesmo num ano crítico como o de 1930 foram penalizados os preços das exportações (internas) de tecidos. Observe-se: a quantidade exportada em 1930 praticamente repete a de 1929 \_apenas 3% a mais\_; seu valor, porém, acusou crescimento real de pouco mais de 23%.<sup>(30)</sup> Mais do que nunca, nota-se que os preços dos tecidos de algodão não foram aviltados como os do açúcar em consequência da crise, com o que se explica \_em parte atribuído a tal desempenho e em parte devido à retração sofrida pelo açúcar\_, o crescimento observado na participação dos tecidos no total da arrecadação estadual, em especial no decorrer dos quatro primeiros anos da série apresentada na Tabela I.4.

É pouco provável, aliás, que a produção sergipana de tecidos houvesse tomado o impulso que experimentou, crescendo 36% \_contra 24% das exportações\_ justo entre os anos de 1930 e 1931, sob condições desfavoráveis de preços. Foi a maior de todo o decênio 1928/37 a produção de tecidos de 1931, só superada em 1938.<sup>(31)</sup>

### 1.2.2 - Movimento do Comércio Interestadual

A zona portuária de Aracaju, que normalmente movimentava mais de três quartos de toda a pauta de exportações do Estado, respondia também pelo grosso das exportações de açúcar. Dos 564 mil sacos de 60 Kg deste artigo exportados pelo Estado em 1930, 551 mil sacos (97,8%) escoaram-se pelo porto ("barra", mais propriamente) de Aracaju. No caso dos tecidos, porém, apenas metade (51,5%) de todo o volume exportado em 1930 foi operado por esse porto. A outra parte fora movimentada pelas barras de Estância e do Rio São Francisco.<sup>(32)</sup>

Quanto ao destino dos gêneros exportados por Sergipe, de longe a praça do Rio de Janeiro constituía seu principal mercado. Em 1930, esse Estado<sup>(33)</sup>, sozinho, absorveu 52,9% de todo o açúcar saído de Sergipe pelo porto de Aracaju. Os Estados do Sul (PR, SC e RS) ficaram com 27,9% e São Paulo com apenas 5,8%. Por esta época era ainda pequeno, por motivos óbvios, o volume de negócios que Sergipe realizava com seu açúcar no interior da própria região Nordeste, à qual não vendeu, em 1930, mais que 7,9% dos 551 mil sacos embarcados em Aracaju. Deste total de 7,9%, que corresponde a 43,5 mil sacos, a maior parte, 37,9 mil sacos, aportou na Bahia.<sup>(34)</sup>

Ao contrário do que à primeira vista poderia parecer, em virtude da localização desfavorável, do baixo dinamismo e dos diferenciais de produtividade e de custo em relação a outros produtores, a indústria têxtil sergipana encontrava também no mercado do Rio de Janeiro um importante centro consumidor de seus tecidos. Pelos dados mensais de exportação da Recebedoria Estadual publicados no Diário Oficial do Estado entre 1930 e 1931, pôde-se constatar que, no primeiro desses

dois anos, das 841 toneladas de tecidos sergipanos que deixaram o porto de Aracaju com destino a outros estados da federação, o do Rio de Janeiro ficou com 35,2% desse volume, contra 26,7% vendidos ao Nordeste e 20,1% vendidos à região Sul. Dessa forma, a importância que para Sergipe representava o mercado do Rio de Janeiro não se prendia apenas ao caso de sua agroindústria açucareira, mas se estendia também à sua indústria têxtil.

Há, todavia, sobre esse aspecto, um dado interessante a assinalar. O resultado líquido que, a exemplo das exportações de açúcar, originava-se das exportações de tecidos tinha importância bem diversa para a economia sergipana. É que boa parte do valor correspondente às receitas de exportação dos tecidos anulava-se (67% em 1935) com um outro tanto de importações também de tecidos, com a consequência, no caso, de que se tratava de tecidos de melhor qualidade, sem similar na indústria têxtil local.<sup>(35)</sup>

Ora, este fato, em si, ao invés de inibir ou forçar a acomodação do parque têxtil sergipano, poderia, ao contrário, haver-se constituído em fator de estímulo à sua modernização, desde que, em lugar de manter-se preso às exigências de um segmento pouco elástico de mercado como é o rural \_que em geral predispõe a indústria à fabricação de tecidos grossos\_, houvesse procurado aparelhar-se para fornecer ao mercado local, e mesmo a algumas faixas regionais do mercado nacional, tecidos de melhor qualidade, beneficiados \_o motivo, afinal, das importações. Como não foi este o caso, durante um bom período viu-se na contingência de exportar para o Centro-Sul seus tecidos grossos, para serem aí beneficiados e depois lhe devolvidos para consumo.

De outra parte, como não dispunha de um mercado local que pudessem justificar grandes transformações industriais, as mesmas só teriam cabimento \_adverte José CRUZ\_ "caso ocorresse o surgimento de um *efeito-renda*, aumentando, em decorrência, o poder aquisitivo daquela po-

pulação"<sup>(86)</sup>, isto é, do segmento rural da população sergipana, ao qual, via de regra, destinava-se boa parte da produção de tecidos grossos. Quer dizer: o fraco poder de monetização das atividades agrícolas resultante da estrutura concentrada de propriedade no campo representava um sério empecilho à realização de investimentos industriais visando, por exemplo, substituir importações de estampados mediante a instalação, no Estado, de modernas estampearias capazes de beneficiar a produção de seus tecidos.

Antes mesmo do "crash de 29", e por um bom tempo depois dele, não se assinalariam mudanças significativas na estrutura de comércio praticado por Sergipe com as diversas economias do país. Por outro lado, os termos desse intercâmbio somente começam a se tornar particularmente desfavoráveis para o Estado a partir de meados da década de 20.<sup>(87)</sup> Toma-se o caso do comércio de cabotagem<sup>(88)</sup>, que era o mais relevante: o ano de 1926 interrompe uma sucessão de bons resultados nele conseguidos durante a primeira metade da década e passa a dar lugar, desde aí até 1940 \_excetuando-se, para surpresa, o ano de 1931\_ a seguidos déficits nessa balança de comércio estadual. Só depois de sobrevinda a II Guerra Mundial é que esse estado de coisas se reverte: foram quatro anos, de 1941 a 1944, acumulando superávit. Depois disso \_e é assim que ingressa na década de 50\_, volta ao que sempre pareceu ser sua situação corrente, que é a da convivência com termos deficitários nesse comércio.<sup>(89)</sup>

Para efeitos de comparação, observe-se agora o que sucedeu a Sergipe em seu comércio com o exterior antes e imediatamente após a eclosão da "crise de 29". Diversamente do que se dera com o comércio de cabotagem, ao longo da década de 20 Sergipe deparou com termos muito desfavoráveis em seu intercâmbio com o exterior. Também pudera: em metade dos anos do período o Estado nada vende a esse mercado; dele só importa. Entre 1921 e 1927 em apenas dois anos \_esse último e o

de 1925\_ consta de o Estado ter movimentado somas (insignificantes, aliás) com exportações. E é assim, deficitário nesse comércio, que o Estado se mantém até meados da década seguinte.

Todavia, é importante ressaltar que os déficits que o Estado acumula em seu comércio com o exterior, e que perduram até 1935, já não têm mais a mesma amplitude verificada na década anterior, devido, no caso, à brusca queda do "quantum" importado a partir de 1929 e à persistência, depois disso, de seus baixos índices. Entre 1929 e 1930 despencou em cerca de 58% o "quantum" importado, sem que o mesmo jamais se recuperasse até 1939 em relação sequer ao de 1930 \_o qual, note bem, era 42% inferior ao de 1929.<sup>(40)</sup>

Mais que nunca, disso que precede fica a importante constatação de que, no imediato pós-crise de 1929, a importância que para a economia sergipana passa a representar o mercado nacional não se prende apenas ao caso de suas exportações, mas se estendem também às importações que, com cada vez mais freqüência, Sergipe realiza das demais economias do país. De fato, já em 1933 o "quantum" das importações sergipanas de cabotagem superaria o de 1929 em 82%.<sup>(41)</sup>

## CONCLUSÃO

Pôde-se notar, com efeito, que a economia sergipana, no limiar do anos 30, reproduz-se lastreada por uma exígua base produtiva decorrente do caráter quase exclusivista conferido ao binômio cana/algodão e sua contraparte açúcar/tecidos. E assim o foi porque, antes de mais nada, a rigidez de sua estrutura agrária inviabilizara a montagem de um sistema agrícola mais diversificado e de elevado poder de acumulação, razão pela qual o desempenho dessa economia estadual seguirá, nas fases subseqüentes à da recuperação à crise de 29, dependendo enormemente das atividades de produção açucareira e têxtil.

Na ausência de um mercado local de proporções apreciáveis, o caráter dessa produção, "comme il faut", resultaria predominantemente exportador. Mais que nunca, então, é a atividade comercial básica de exportação a responsável em última instância pelo desempenho da economia sergipana.

E posto que no intercâmbio comercial de Sergipe com o exterior não havia lugar para o açúcar e nem tampouco para os seus tecidos, a realização destes gêneros operava-se inteiramente no mercado nacional. São suas vinculações com outros estados através do crescente fluxo de comércio de que tem de participar que lhe definem, por isto, as possibilidades de crescimento.

O mesmo se aplicaria ao conjunto das economias do espaço econômico nacional que se vai unificar quando da recuperação à crise internacional dos anos 30. A única alternativa que se apresenta aí é a do estreitamento da interdependência regional e de suas ligações funcionais, notadamente no caso daquelas economias que se viram privadas do setor de mercado externo da economia brasileira.

Para Sergipe, deve-se ter presente aí, nesse movimento de construção do mercado nacional, que à medida que se forem cessando os efeitos de complementaridade \_comuns durante os estágios iniciais do processo de entrelaçamento regional\_, e a eles se forem gradualmente sobrepondo os de substituição, o grau de dificuldades a que estará sujeita sua economia dependerá, em primeira instância, de sua capacidade em preservar mercados para seus principais produtos e, em segundo lugar, mas não menos importante, de sua capacidade em empreender, em seu interior, uma diversificação das atividades produtivas em resposta aos (enquanto perdurarem) estímulos que lhe proporciona o mercado nacional.

Foi isso ao que de fato se assistiu no pós-30 quando, nos mercados (os do Centro-Sul) dos quais dependiam o açúcar e os tecidos sergipanos, verificou-se um alargamento da base produtiva com o conseqüente emprego de fatores na produção substitutiva desses artigos. Evidentemente, foram graves as implicações desse processo para a economia sergipana, que, não tendo podido, em resposta, empreender em escala razoável uma diversificação de suas atividades, seguiu antes preservando (em torno do núcleo básico de produção açucareira-têxtil) o caráter "exógeno" de seu crescimento, uma vez que retirava exclusivamente da variável "exportação-interna" a fonte de seu limitado dinamismo.



## NOTAS

(1) OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma religião. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pp. 75-76.

(2) idem, ibidem, pp.27-32, passim.

(3) idem, ibidem, loc. cit.

(4) idem, ibidem, p.27.

(5) CORREIA DE ANDRADE, Manuel. A terra e homem no nordeste. 5ª ed., Atlas, 1986, São Paulo, p.124.

(6) CAMO, Wilson (1985), op. cit., p. 195

(7) idem, ibidem, p.258.

(8) idem, ibidem, pp. 55-56.

(9) idem, ibidem, p. 56.

(10) Cf. XAVIER, Sílvia. Defesa da produção açucareira leva à criação do IAA. In: Revista Brasil Açucareiro, IAA, abril/1970.

(11) PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. História econômica de Sergipe. Aracaju, Programa Editorial da UFS, 1987, p.69.

(12) OLIVEIRA, Francisco de. A economia da dependência im- perfeita. 3ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1980, pp. 55-56, passim.

(13) idem, ibidem, p.56.

(14) Cf. INE (Instituto Nacional de Estatística), O estado de Sergipe em 1935. Aracaju, Gráfica editora, 1937, & IBGE - Anuário estatístico do Brasil, ano II, 1937.

(15) Ao valor estimado da produção agrícola para o ano de 1929 chegou-se através do seguinte procedimento: inicialmente, foi retirada do valor da produção agrícola disponível para o ano de 1932 a parcela que se encontrava aí registrada referente ao açúcar e ao algodão em pluma; ao novo valor assim encontrado acrescentou-se 12%, correspondendo esta cifra à média de participação da cana no valor da produção agrícola do Estado no triênio 1937/39 - já que foram estes os primeiros anos a fazê-lo, ou seja, a registrar o valor da cana produzida. Isto posto, fez-se o valor restante, o do ano de 1932, aparecer a preços de 1929 (deflator implícito global, in IBGE - Estatísticas históricas do Brasil, Rio de Janeiro, 1986, Vol. 3). De resto, conferir as três edições de "Sinopse estatística do estado de Sergipe" (Separata do Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, Ano II/1936, Ano III/1937 e Ano V/1939-40).

(16) Por sua vez, o valor preliminar da produção industrial de 42.396 contos foi estimado mediante acréscimo, a preços de 1929 (deflator implícito global, in: IBGE, 1987, op. cit.), do valor da produção do algodão beneficiado (pluma) em 1932. O passo seguinte seria incorporar um valor da produção açucareira que parecesse o mais representativo possível do que simplesmente o do ano de 1932 \_por conta dos efeitos da Grande Depressão sobre o preço deste artigo\_, de modo a que se pudesse conferir mais fidedignidade aos valores estimados. Por este motivo, optou-se por tomar o valor médio do açúcar produzido durante o quinquênio 1927/31, de cerca de 22 mil contos de réis, o qual, incorporado àquele valor inicial da produção industrial, de 42.396 contos de réis, resultou no novo valor estimado da produção industrial em Sergipe, para o ano de 1929, da ordem de 62.396 contos de réis. No mais, é conferir os dados das três publicações citadas na nota anterior: "IBGE, Ano II/1936, Ano III/1937 e Ano V/1939-40).

(17) Cf. IBNE/FGV. Conjuntura econômica, nº 25, setembro de 1971.

(18) OLIVEIRA, Fabrício Augusto de, À reforma tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil, São Paulo, Col. Brasil Estudos, nº 3, 1981, p.18. Deste autor é também a seguinte observação: a partir de 1934, "a ampliação e generalização do imposto sobre a produção e a circulação de mercadorias e do imposto sobre a renda, ao lado do estabelecimento de um teto ao imposto de exportação, apresentavam-se como a principal tentativa ensaiada para coadunar os instrumentos de política econômica à nova realidade" [p.22]. E esta, como é sabido, impusera-se no país em função da crise internacional de 29, passando a exigir do Estado brasileiro formas inteiramente novas de gestão pública.

(19) SILVA, Gerson A. Aspectos da reforma tributária, Rio de Janeiro, FGV, Monografia nº 4, 1967, p.14, apud OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. op. cit., p.48.

(20) Cf. Diário Oficial de Sergipe (1930) & Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa de Sergipe pelo então Presidente do Estado (e também usineiro) Manuel Correia Dantas, em 07/09/1930.

(21) ibidem. A participação da ordem de 23% do imposto de importação no total da receita estadual, em 1930, foi estimada da forma como segue: se aplicada a alíquota de 8% cobrada ao açúcar sobre o seu valor exportado em 1930, que foi de 8.790 contos de réis \_representando portanto 44% de todo o valor exportado\_, tem-se que ao fisco sergipano o açúcar destinou 703 contos de réis. Acrescidos a estes 703 contos os 553 contos de réis oriundos da cobrança de 8,5% sobre o valor dos 6.511 contos de réis relativos às exportações de tecidos, chega-se à conclusão de que, juntos, estes dois artigos \_que representaram em 1930 exatos 76,5% do valor total exportado\_ contribuíram com 17,4% da soma global arrecadada pelo Estado nesse ano, que foi de 7.223 contos de réis. Finalmente, se sobre os restantes 23,5% do valor total das exportações se fizer incidir uma alíquota média de 9% \_dado que as taxas cobradas pelas exportações domésticas oscilavam, no geral, entre 8% e 10%\_, o resultado a que se chega situaria em algo próximo dos 23% a parcela das exportações no total arrecadado pelo Estado de

Sergipe em 1930 [A propósito da incidência das alíquotas e sua discriminação por gênero exportado, ver Diário Oficial de Sergipe (1930)]. Há ainda um outro expediente de que se pode lançar mão com vistas à estimativa da participação das exportações na receita estadual de 1930 que em tudo concorre para tornar aceitável o percentual acima. Consiste no seguinte: no ano em questão, o porto de Aracaju movimentou 66,7% do valor total exportado pelo Estado, o que permitiu que fosse recolhida aos cofres públicos a quantia de 1.125 contos de réis, compreendendo a mesma 15,6% do total da arrecadação estadual de 7.223 contos. Ora, se aquela quantia de pouco mais de mil contos de réis a título de direitos de exportação pelo embarque de mercadorias realizado em Aracaju correspondeu a um movimento da ordem de 66,7% do valor das exportações, segue-se pois que, no conjunto, a soma arrecadada com as exportações em todas as zonas portuárias do Estado foi de 1.687 contos de réis, perfazendo, assim, 23,4% da arrecadação total do Estado em 1930, cifra esta, portanto, quase idêntica à inicialmente estimada por outras vias [conforme a isto se pode chegar partindo-se dos dados apresentados no Diário Oficial Sergipe (1930) e da publicação do INE (1935) - O Estado de Sergipe em 1934]. Finalmente, cumpre ainda apenas salientar que, em decorrência dos efeitos da Grande Depressão, aqueles 1.687 contos de réis que se supõem tenham sido recolhidos das exportações em 1930 representaram uma queda de 22,8% e 37,4% em relação, respectivamente, ao valor da arrecadação propiciada pelas exportações nos anos de 1928 e 1929. [Conferir, acerca desses dados, Mensagem à Assembléia Legislativa de Sergipe (07/09/1930), apresentada pelo Presidente do Estado Manuel Correia Dantas; sobre as cifras globais de arrecadação, compreendendo os anos de 1916 a 1935, ver INE (1937) - O Estado de Sergipe em 1935].

(22) Cf. INE (1937), op. cit.

(23) Cf. INE (1935), op. cit., & Diário Oficial de Sergipe (1930).

(24) Sobre as alíquotas, ver Diário Oficial de Sergipe (1930). Acerca da participação do comércio exterior no total da receita arrecadada, ver Quadros estatísticos de Sergipe (IBGE), Aracaju, Imprensa Oficial, 1938.

(25) Cf. Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe apresentada em 1935 pelo Governador Eronides ferreira de Carvalho. Aracaju, Imprensa Oficial, 1935. Ver também INE (1935), op. cit.

(26) Cf. Diário Oficial de Sergipe (1930); INE (1935), op. cit. & Sergipe econômico e financeiro, IBGE/DEE, Aracaju, 1953.

(27) Surpreendentemente, exportou-se mais açúcar em 1930 que em todos os cinco anos anteriores. Em relação à média do período 1925/29, o volume exportado em 1930 cresceu 40%. No entanto, apesar de 40% maior, em volume, o seu valor, em relação ao valor médio das exportações do quinquênio, despencou 46%. Demais, se se tomar como referência o ano de eclosão da crise, o de 1929, a deterioração dos preços do açúcar em 1930 é igualmente acentuada. Nesse intervalo, as exportações crescem 58,4%, mas o seu valor corrente reduz-se em 40%. Foi menor, no entanto \_por conta da queda do índice geral de preços dos produtos industriais\_, a diminuição de valor das exportações de açúcar em termos reais entre 1929

e 1930, da ordem de 28%. (Cf. INE, 1935, op. cit.). Os valores reais apresentados tomaram como base para sua estimação o Deflator Implícito da Indústria (In: MALAN, Pedro et alii, Política econômica externa e industrialização no Brasil - 1939/52. Rio de Janeiro, IPEA/INFES, 1977, p.516).

(28) E só não foi mais acentuada essa queda de participação porque, de resto, embora se tenha exportado em 1932 cerca de 49% a menos que a quantidade de 1930, em ambos os casos o valor das vendas praticamente coincide. E dado que ficou abaixo dos 10% o índice de preços da indústria entre 1930 e 1932, é indiscutível que começara, embora timidamente, a ter lugar uma recuperação dos preços: com um *quantum* exportado inferior ao de 1930 em aproximadamente 49%, o valor das exportações de açúcar em 1932 ficou abaixo do daquele ano em apenas 15,8% em termos reais (preços de 1930). [Veja-se, a respeito dos valores correntes apresentados, INE (1935), op. cit. Já os valores reais citados tiveram como base de cálculo os índices de preços de produtos industriais, in MALAN, Pedro et alii, op. cit., p.516.]

(29) Cf. INE (1935 e 1937), op. cit.

(30) Cf. INE (1937) op. cit. Os valores reais apresentados no parágrafo tomaram como base de cálculo a evolução do índice de preços de produtos industriais, in: MALAN, Pedro et alii, op. cit., p.516.

(31) A bem da verdade, cabe esclarecer que, também no caso dos tecidos, houve uma retração de preços, mas ela ocorreu em 1928, antes, portanto, da irrupção da crise. Em relação ao ano imediatamente anterior, o de 1927, alcançou cerca de 42% a queda verificada no valor corrente das exportações de tecidos no ano 1928, não obstante tenha sido de tão-somente 6% a queda havida nas exportações de um para outro ano. Em termos reais (preços industriais de 1928) a queda foi de quase 48%. Depois disso, no entanto, evolui satisfatoriamente o comportamento real dos preços. Com um volume exportado em 1930 superior em apenas 2,6% ao exportado em 1928, a evolução real dos preços foi da ordem de 32%. [A propósito dos dados citados aqui e no parágrafo, conferir INE, 1935, op. cit. & IBGE, 1938, op. cit. Acerca do deflator, ver MALAN, Pedro et alii, op. cit., p.516].

(32) A razão para que estas duas zonas portuárias (a de Estância e a do São Francisco) dividam com a de Aracaju metade do volume das exportações de tecidos está em que, das onze fábricas de tecidos existentes no Estado por essa época, duas delas encontravam-se situadas no município de Vilanova (atual Neópolis), três no município de Estância, duas no de Aracaju e uma em cada dos seguintes municípios: Propriá, São Cristóvão, Riachuelo e Maroim. Juntas, em 1934, essas onze fábricas (que empregaram 5.678 pessoas e consumiram mais de três quintos do algodão cultivado no Estado) exportaram 83% do valor total da produção de 27,4 mil contos de réis [Cf. INE (1935), op. cit.].

(33) Por essa época, as publicações do Diário Oficial de Sergipe \_fonte dos dados apresentados no parágrafo\_ não discriminam as exportações para o antigo Distrito Federal. Em vez disso, consta apenas que se tratou de exportações para o Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, pelo que se conhece dos dados de exportação

de açúcar extraídos do Anuário Açucareiro (vide QUADRO 8 no Apêndice Estatístico), não resta dúvida que tais dados dizem respeito às exportações realizadas para o então Distrito federal (cidade do Rio de Janeiro).

(34) Cf. Diário Oficial de Sergipe (1930).

(35) Cf. INE (1937), op. cit.

(36) CRUZ, José. O problema do algodão em Sergipe. Aracaju, Imprensa Oficial, 1960, p.26.

(37) IBGE (1943), op. cit.

(38) Menor em valor, porém muito mais diversificada que a de cabotagem, era a pauta do comércio sergipano por vias internas. Neste caso, contudo, as exportações de açúcar e tecidos tinham muito pouca expressão: as do primeiro artigo, por volta de meados dos anos 30, v.g., não alcançam sequer 3,5% do valor transacionado por cabotagem; as do segundo, por sua vez, sobressaem-se àquelas e chegam a quase 20% do valor que é exportado por cabotagem. [Cf. IBGE (1943) - Síntese estatística do estado de Sergipe (Separata do Anuário Estatístico do Brasil, Ano V - 1939/40)].

(39) Para se ter uma idéia, de 1950 a 1964 (vide QUADRO 1 no Apêndice Estatístico) em apenas dois anos (1958/59) ocorreu de o valor das exportações sergipanas de cabotagem suplantar o das importações.]

(40) Cf. IBGE (1943), op. cit. & IBGE/DEE (1953), op. cit.

(41) ibidem.

## PARTE II

### O MERCADO NACIONAL E A AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA SERGIPANA

#### 2.1 - O Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e a Regulação da Economia Sucro-Alcooleira Nacional.

Desde meados do século passado que se vinham medrando condições bastante impropícias à operação da agroindústria açucareira nacional: crises cíclicas, perturbações conjunturais, perda de mercados externos e preços cadentes tornaram-se uma constante na vida do setor. As exportações brasileiras de açúcar, que haviam alcançado na década de 1881/1890 um volume de cerca de 34 milhões de sacos de 60 Kg ou 2.031.390 Toneladas Métricas (TM)<sup>1</sup>, sofreram, nas duas décadas seguintes, um recuo da ordem de 34% e 68%, respectivamente. No valor total das exportações do país, a participação das exportações de açúcar baixou de 10% para 5,7% e 1,2% no curso dessas três décadas.<sup>(1)</sup>

Durante o período de 1911 a 1920, o volume exportado caiu ainda mais, atingindo 10,4 milhões de sacos (624 mil TM). Não obstante, eleva-se para 3% a participação relativa do açúcar na receita das exportações brasileiras. Já no período 1921/1930, a despeito, aí, do maior volume exportado, de 13,5 milhões de sacos, declinou sensivelmente a posição do açúcar no valor global das exportações do país, para apenas 1,4%, com o que, dessa forma, retrocedia sua participação a níveis próximos aos registrados na primeira década do presente século.<sup>(2)</sup>

Como se não bastasse, a irrupção do *crash* de 29 apanharia a agroindústria açucareira em situação particularmente crítica, determinada pelo nível de produção de açúcar (usina + engenhos) da safra 1929/30, de 19,6 milhões de sacos de 60 Kg, o mais alto registrado no decorrer de duas décadas referentes à produção das safras 1919/20-1938/39. Sozinha, a produção de açúcar de usina saltara de pouco mais de 8 milhões de sacos na safra de 1928/29 para 10,8 milhões na de 1929/30. Um aumento, portanto, considerável da ordem de 35%. Mesmo assim, logrou o país escoar para o exterior 7% daquela produção de 19,6 milhões de sacos, numa performance que só se repetiria na safra de 1934/35 (8,7%), tornando-se desprezível na de 1936/37 (0,03%) — a segunda pior ao longo daqueles dois decênios (1919-1939), atrás apenas do percentual relativo à safra de 1930/31 (1%).<sup>(3)</sup>

É claro que, nessa situação, com um tal extraordinário volume de produção empanturrando o mercado nacional, outro não poderia ser o resultado que não a queda na cotação do açúcar. De fato, em nenhum outro ano do período 1919-1939 foi mais acentuada que a do ano-safra 1930/31 a redução verificada nos preços do açúcar. Comparativamente ao preço médio (Cr\$/saco de 60 Kg) da safra imediatamente anterior (1929/30), o da safra 1930/31 caiu 43%. Por pouco não atingiu metade do preço médio cotado na safra de 1923/24.<sup>(4)</sup>

Vê-se por aí como era extremamente vulnerável a situação de-  
parada pela economia açucareira no início da década de 30. "Sua  
crescente produção não conseguia escoamento para o exterior, e en-  
frentava um consumo interno em declínio devido à recessão geral da  
economia brasileira provocada pela crise de 1929, e pela derrocada  
do subsetor cafeeiro."<sup>(5)</sup>

Foi precisamente contra esse estado de coisas, que ameaçava  
levar à ruína o mais antigo dos ramos de atividade da economia na-  
cional, que se gestou \_por instância dos próprios produtores\_, um  
sistema centralizado de controle e planejamento destinado a salvar-  
guardar os interesses da economia açucareira.<sup>(6)</sup>

A intervenção estatal no subsetor açucareiro \_ou melhor, o  
processo de intervenção estatal\_ evoluiu, no Brasil, de forma gra-  
dual, marcado por sucessivos e nem sempre bem-sucedidos ensaios de  
regulação propriamente dita desde 1931, com o enunciado das primei-  
ras medidas de "*defesa da indústria e do comércio do açúcar*" (de  
15/09/1931), passando pela Comissão de Defesa da Produção do Açú-  
car (CDPA), que é de dezembro do mesmo ano, bem como pelo Decreto  
nº 22.152, de 29/11/1932 \_o primeiro a ocupar-se simultaneamente  
do açúcar e do álcool\_, até, finalmente, culminar na criação,  
através do Decreto nº 22.789, de 01/06/1933, do Instituto do Açú-  
car e do álcool (IAA).<sup>(7)</sup>

Eram objetivos precípuos do IAA: (a) "assegurar o equilíbrio  
interno entre as safras anuais de cana e o consumo de açúcar, me-  
diante aplicação obrigatória de uma quantidade de matéria prima, a  
determinar, ao fabrico de álcool; (b) fomentar a fabricação de ál-  
cool anidro, mediante a instalação de destilarias centrais; (c)  
estipular a proporção de álcool anidro que os importadores de ga-  
solina deverão comprar por seu intermédio, para obter despacho al-  
fandegário das partidas de gasolina recebidas, e (d) adquirir, pa-



ra fornecimento às companhias importadoras de gasolina, todo o álcool produzido.”(8)

Definidas dessa forma as diretivas básicas do IAA, poder-se-ia, *a fortiori*, questionar se não estava, até certo ponto, desconforme a ênfase conferida ao álcool, já que o problema de maior gravidade residia na falta de mercado para os excessos de açúcar. De fato, observa-se que, no concernente à programação geral da agroindústria açucareira, previa-se uma participação mais atuante do IAA em relação ao álcool do que propriamente em relação ao açúcar. Ocorre, todavia, que era justamente para solucionar o problema do açúcar que se passou a atribuir ao álcool uma importância crucial como fator de equilíbrio para o reerguimento da agroindústria açucareira nacional, daí o porquê de em torno dele haver gravitado o conjunto das principais orientações do Instituto.

Por outro lado, a possibilidade de que no Brasil se aproveitasse no fabrico do álcool, para fins carburantes, uma parcela da cana-de-açúcar produzida, compreendia, talvez, o aspecto de maior influência na decisão governamental de submeter à sua orientação a agroindústria canavieira. Ora, até o advento do IAA o álcool constituía mero subproduto (álcool residual ou álcool de melaço) da fabricação de açúcar, e o que se pretendia, a partir de então, era que ele não mais assim o fosse, e passasse a ocupar posição de destaque no âmbito da própria agroindústria canavieira, disputando com o açúcar o emprego da matéria-prima (cana-de-açúcar), muito mais largamente consumida na fabricação do açúcar.

Para vir a ser utilizado como carburante, contudo, é necessário que o álcool, antes, sofra um processo de desidratação, que o transforma, então, em álcool anidro ou absoluto, isento de água e com gradação superior a 99,5º Gay Lussac. E foi com este propósito que o Governo emerso da Revolução de 30 tratou de incentivar,

através de uma série de Decretos-Lei, a implantação de destilarias bem aparelhadas. Como exemplo disto, antes mesmo da criação do IAA (1933), o Governo Federal, pelo Decreto nº 19.717, de 01/06/1931, chegou a isentar de impostos e taxas de importação o material indispensável à montagem de usinas para o fabrico e redestilação do álcool anidro, bem como o de que se precisava para aperfeiçoamento e adaptação das destilarias já em funcionamento no país. O mesmo Decreto estabeleceu ainda a obrigatoriedade de aquisição de álcool de procedência nacional, numa proporção de 5% do volume de gasolina importada, para ser a ela adicionado, sem o que ficava o importador automaticamente impedido de efetuar o pagamento dos direitos de importação autorizando o despacho da gasolina que pretendia importar.<sup>(9)</sup>

Não obstante, face à magnitude do problema que se tinha para atacar, que era a situação de superprodução açucareira, todas as medidas adotadas antes da criação do IAA comprovaram-se de reduzido alcance. Por seu turno, "o encaminhamento de parcelas crescentes da cana para o fabrico de álcool revelara-se uma solução eficaz a médio prazo, mas carente de maior amparo a prazo curto."<sup>(10)</sup> Era fundamental, nesse momento em que se requeria uma solução emergencial para o açúcar, que substituísse o Estado sua atuação fragmentada por uma outra melhor coordenada e integrada. Assim, é efetivamente com o advento do IAA, uma entidade de caráter autárquico, que se instala o planejamento na agroindústria açucareira do Brasil. Todo o elenco de providências circunstanciais que até então haviam caracterizado as intervenções nesse campo, cederiam lugar, de agora em diante, a uma ação política consciente, planejada, capaz, em tese, de restabelecer a normalidade no subsetor, mediante o acompanhamento, direção e controle da produção de açúcar e álcool do país.

No mais, era empreender a conquista do mercado nacional e reservar às suas unidades produtivas as excepcionais dimensões do mesmo, como única forma, enfim, de prover sustentação e estímulo à atividade açucareira, visto que, "ao contrário da maior parte dos grandes produtores de açúcar, o Brasil tinha no seu mercado interno garantia de colocação de, pelo menos, nove décimos do açúcar produzido. Em anos normais, o excedente destinado à exportação era da ordem de um décimo do total fabricado", razão pela qual teria o país, desde logo, de "ser considerado como um todo, e não como um amontoado de partes distintas, um arquipélago de ilhas econômicas."<sup>(11)</sup>

## 2.2 - O IAA e a Agroindústria Açucareira Nordestina

Mesmo sob os auspícios do IAA não eram muito promissoras as perspectivas que se desenhavam para a agroindústria açucareira nordestina \_e nem tampouco para a sergipana\_ nesse momento em que se reforçam os laços de dependência do mercado nacional. Do lado dos produtores nordestinos não se divisa claramente que essa dependência em maior escala do mercado interno haveria de demandar esforços no sentido de modernização e melhor aproveitamento das unidades instaladas com vistas a fazer frente ao notável avanço da produção verificado na região Centro-Sul, detentora do mais importante centro consumidor de açúcar do país, inclusive, é claro, do açúcar nordestino.

Com efeito, a tendência da região Centro-Sul \_de cujo mercado, note-se bem, deveria o açúcar nordestino seguir carecendo\_ era a de buscar sua autosuficiência na produção açucareira, conforme disto dera mostras a agroindústria paulista antes mesmo da Grande Depressão. São Paulo, que em 1925 produzira apenas 155,3 mil sacos de 60 Kg de açúcar de usina \_uma produção, sem dúvida, ainda modesta, inferior à sergipana em mais de 50%\_, em 1929 se apresenta com um volume de produção superior a 1,1 milhão de sacos \_excedendo, agora, em mais de duas vezes o produzido por Sergipe. Foi um aumento extraordinário da ordem de 617%. Em igual período, a produção nordestina de açúcar de usina foi aumentada em 79%, alcançando 7,5 milhões de sacos. Ambos, portanto \_esta região e São Paulo\_, cresceram de fato, só que a taxas muito diferenciadas, permitindo, dessa forma, que São Paulo elevasse de 3,7% para 15,0%, entre 1925 e 1929, sua proporção no produto da indústria açucareira nordestina; e em relação à produção brasileira o açúcar paulista salta de 2,9% em 1925 para 10,3% em 1929, chegando a registrar, em 1933, cerca de 18%.<sup>(12)</sup>

Isto demonstra que a crise da economia cafeeira paulista, ao impulsionar aí a atividade açucareira, acabaria prejudicando a congênere nordestina não apenas do lado da demanda, mas a afetaria, também, e enormemente, pelo lado da oferta, dada a alternativa que aos olhos dos cafeicultores passa a representar a lavoura da cana-de-açúcar. Sua expansão em São Paulo deu-se a um ritmo tão acelerado que em apenas dois anos, entre 1932 e 1934, é mais do que duplicada a área cultivada, passando de 33,7 mil para 74 mil hectares. Enquanto isto, o Nordeste expande a sua em tão-somente 23%, sendo que, em Sergipe, a retração na área cultivada foi espantosamente elevada: 61% \_se bem que volta a recuperar-se logo no ano seguinte.<sup>(13)</sup>

A favor dessa expansão canavieira em São Paulo, e portanto de sua produção açucareira, não se contava apenas o fato de os seus produtores disporem de mais capital e mão-de-obra que os nordestinos, mas, sobretudo, havia o este era o fator decisivo, o extenso mercado local da região a ser disputado, com vantagens, ao açúcar nordestino que o abastecia. Não fosse, neste caso, a gestão do sistema de quotas e de preços (máximo e mínimo), que, bem ou mal, era uma forma, a um só tempo, de disciplinar a produção açucareira em todo o país e dar amparo a produtores como os nordestinos, não seria difícil, para os produtores meridionais, vencer, nestes mercados, o açúcar proveniente do Nordeste. À parte deficiências de ordem técnica com que o açúcar desta região era produzido, contra o mesmo pesavam ainda a localização desfavorável e os elevados custos de transporte.

De modo geral, entretanto, e a despeito da proteção que o IAA formalmente dispensava a produtores como os nordestinos, era particularmente forte o incentivo a que se expandisse no Centro-Sul a produção açucareira: "Sendo esta região onde o consumo é maior, e sendo o preço de referência o do mercado do Rio de Janeiro, muito mais vantajoso seria produzir-se no Sul. Na proximidade do mercado consumidor, além do prêmio da eficiência que se ganhava sem risco, dada a garantia de um preço mínimo capaz de cobrir o custo de uma produção menos aperfeiçoada, havia sobretudo a diferença de frete do Norte para o Sul, ou seja, o custo do transporte do principal produtor para o principal consumidor."<sup>(14)</sup>

### 2.3 - A Agroindústria Sergipana

O mais grave reflexo da eclosão da crise de 29 sobre o principal gênero de exportação da economia sergipana o açúcar, não foi propriamente, como já se pôde demonstrar, a exclusão súbita de mercados onde este produto pudesse ser realizado, mas sim o declínio dos preços, que comprometeu sensivelmente tanto as receitas de exportação quanto as finanças estaduais. Entre 1928 e 1931 as exportações sergipanas de açúcar cresceram seguidamente a uma taxa anual de 25,8%. Contudo, mesmo tendo exportado em 1931 o dobro do volume correspondente a 1928, em ambos os casos a receita praticamente não difere.

Em contrapartida, com um *quantum* exportado em 1932 inferior 50% ao de 1930, a receita naquele ano só ficou aquém da deste em 8,8%. Reduz-se à metade do de 1930 o volume exportado em 1932, sem no entanto se contrair em igual proporção o valor realizado, indicando, com isto, ter havido no período um intervalo de melhoria dos preços que se logra sustentar. Assim, apesar de em 1932 se ter verificado o menor valor exportado do decênio 1926/35, foi, de facto, 1930, pela reduzida magnitude do valor gerado pelas exportações, o ano de pior desempenho da economia açucareira sergipana, conforme se pode constatar pelos índices de quantidade e seus respectivos valores com ano-base em 1929.

**TABELA II.1**  
**SERGIPE - INDICES DE EXPORTAÇÃO E DE VALOR DO AÇÚCAR**

ANOS	EXPORTAÇÃO (t)	VALOR CORRENTE (CONTOS DE RÉIS)	VALOR REAL * (PREÇOS DE 1929)
1929	100	100	100
1930	158	60	72
1931	194	111	125
1932	81	54	61
1933	95	75	82
1934	109	91	94

FONTE: INE/DEE - O Estado de Sergipe em 1935

(\*) Valores reais estimados com base no índice de preços de produtos industriais, in MALAN, Pedro et alii (1977), op. cit., p.516.)

Torna-se difícil, nessas circunstâncias, não admitir que a intervenção do IAA haja beneficiado economias como a sergipana, fortemente escoradas no desempenho da agroindústria açucareira. Não há nada que apóie a conjectura de que teria podido essa economia voltar, a partir de 1934, aos níveis de exportação e de valor real do açúcar próximos aos de 1929 sem a regulação exercida pelo IAA. Havendo este órgão assumido a coordenação da economia açucareira nacional num momento consideravelmente crítico para toda a economia do país, contribuiu para aplacar, no âmbito do setor sob sua proteção, as turbulências que, do contrário, inevitavelmente persistiriam alimentadas pelo jogo bruto das forças pouco impessoais do mercado. Ao definir preços, estabelecer quotas de produção e orientar o mercado consumidor do açúcar, esteve o Instituto, assim, salvaguardando os interesses do setor.

É certo, porém, e neste ponto procedem os reparos feitos por F. de OLIVEIRA, que o dirigismo instaurado pelo IAA cerceou, notadamente no Nordeste, as possibilidades de expansão do setor, ao deixar-lhe intactas certas deficiências estruturais não exibidas em grau aproximado por sua contraparte centro-sulina, cujo ímpeto expansivo o IAA não lograria conter. Isto posto “diz ele”, “o que

se havia revelado como um eficaz mecanismo para a defesa, para a não desapareição da economia açucareira do Nordeste revelava-se ineficaz como mecanismo para a expansão (...) exatamente porque a mantinha sob as mesmas condições de coexistência com formas de acumulação não capitalista."<sup>(15)</sup>

Na mesma direção, eis o que aduz Manuel CORREIA DE ANDRADE, outro conhecido estudioso da problemática nordestina: "A política desenvolvida pelo IAA protegeu durante muito tempo a produção nordestina da concorrência do Sudeste, paulista sobretudo, mas contribuiu para que a indústria, com mercado certo para a sua produção, não se modernizasse e mantivesse os trabalhadores com níveis salariais abaixo das necessidades mínimas à sobrevivência. Contribuiu também para a manutenção do latifúndio, de vez que, não tendo tocado na estrutura fundiária, facilitou a expansão horizontal das propriedades, passando os usineiros a utilizar as terras, quase sempre subutilizadas, como reserva de capital."<sup>(16)</sup>

De qualquer maneira, se parece válido considerar a década de 30 como de contenção da tendência ao deslocamento da hegemonia na produção açucareira do Nordeste para o Centro-Sul \_devida, em boa medida, à regulação do IAA\_ a de 1940, pelo contrário, e sanciona, com o IAA se permitindo providências que redundaram no incremento da produção centro-sulina destinada a abastecer o mercado desta região em substituição à parcela do açúcar que não pôde deixar o Nordeste em virtude das dificuldades enfrentadas pelo sistema de transporte marítimo por ocasião da II Guerra Mundial.

Como se sabe, o sistema de cabotagem era o mais importante meio de intercâmbio de mercadorias entre as regiões do país até, grosso modo, princípios da década de 50. Devido à Guerra de 1939/45 \_que acabaria também degenerando numa guerra submarina\_, as paralisações ocorridas no tráfego marítimo de longo curso e no



de cabotagem provocaram uma compressão das exportações tanto externa quanto, o que é pior, internamente (entre os Estados).

Uma vez que o abastecimento do Centro-Sul com o açúcar oriundo do Nordeste se fazia basicamente por aquele sistema de transporte \_o de cabotagem\_, sua interrupção acarretou graves perdas aos produtores nordestinos, não restando ao IAA, quer-se crer, outra alternativa que não a de aquiescer aos pleitos por majorações nas quotas de produção açucareira centro-sulina, haja vista se ter chegado por essa época ao cúmulo, conforme observou Heitor OLIVEIRA, de presenciá-lo uma divisão do país em duas áreas contrastantes: **"o Nordeste com superprodução de açúcar, e o Centro-Sul com falta de produto."**(17)

Decididamente, a reorientação da política do IAA nos anos 40, consubstanciada numa sucessão de decretos, portarias e resoluções, tornou irreversível o deslocamento do eixo de produção açucareira do Nordeste para o Centro-Sul. As deliberações do órgão passaram a traduzir uma firme disposição em ver redesenhada a configuração espacial da agroindústria açucareira do país. Além das majorações operadas nos limites das quotas de produção dos estados do Centro-Sul, o IAA, na prática, facultou às usinas desta Região responder pela produção de açúcar não fornecido pelos produtores nordestinos em função das dificuldades de transporte a que já se aludiu.

Terminada a guerra, não dava mais para voltar ao estado de coisas *ex-ante*. Ao contrário, persistiam, até mesmo com mais vigor, pressões à continuidade daquele movimento que estimulava a expansão da produção no Centro-Sul, retirando gradualmente a hegemonia açucareira nordestina. Mas foi sobretudo com a derrocada do Estado Novo que a situação se agravou para o Nordeste. **"O instituto passou a sofrer intenso combate por parte dos usineiros de São**

Paulo, que desejavam poder expandir a sua capacidade e os seus níveis de produção até os limites do consumo estadual e regional."<sup>(18)</sup> Em certa medida, isto se deveu a que, segundo H. OLIVEIRA, "o IAA era visto na ocasião como produto do regime de-  
posto, do qual, na verdade, obtivera boa parte de suas prerrogati-  
vas."<sup>(19)</sup>

### **2.3.1 - A Agroindústria Sergipana em meio à Perda da Hege- monia Açucareira Nordestina**

No que toca à produção açucareira, em seu segmento usina, a posição de Sergipe no cenário nacional é melhor na década de 30 do que nas duas subseqüentes (Tab. II.2). Na produção das safras do decênio 1930/31-1940/41 sua taxa de participação fora de 5,4%, contrastando com os 4,5% e 1,8% registrados, respectivamente, nas décadas de 40 e 50. Em igual período recua, no âmbito regional, de 9,2% naquela primeira década para 8,4% na de 40, e desta para a de 50 acentuaria ainda mais sua regressão, situando-se agora na faixa dos 4,4%, em torno da qual, de resto, lograria manter-se até fins da década de 60, embora, nesse período, em âmbito nacional siga registrando a mesma continuada tendência à desaceleração que viera experimentando desde o pós-guerra. Mas, para todos os efeitos, crítico mesmo foi seu nível de participação relativa em ambos os contextos verificado na primeira metade da década de 70.<sup>(20)</sup>

TABELA II.2  
 PRODUÇÃO AÇUCAREIRA DAS USINAS  
 PARTICIPAÇÃO RELATIVA

QUINQUÊNIOS	NORDESTE/ BRASIL	SÃO PAULO/ BRASIL	SERGIPE/ BRASIL	SERGIPE/ NORDESTE
1930/34*	63,2	15,7	5,1	7,8
1935/39	56,1	19,6	5,3	9,5
1940/44	58,5	18,7	5,7	9,8
1945/49	50,4	24,4	3,7	7,3
1950/54	44,1	32,5	2,1	4,9
1955/59	39,4	40,7	1,6	4,0
1960/64	36,3	44,4	1,5	4,2
1965/69	28,1	47,8	1,1	4,0
1970/74	32,1	50,0	0,8	2,5
1975/80**	35,5	48,2	1,1	3,0

FONTE: 1930/34 - IAA/Brasil Açucareiro (Ano III, Vol. IV).  
 1935/64 - IAA/Anuários Açucareiros.  
 1965/80 - IBGE/Anuários Estatísticos, Sinopse  
 Estatística do Brasil (1971) e Sinopse Estatística da  
 Região Nordeste (1983)

\* Refere-se à produção das safras 1929/30-1933/34  
 \*\* Exceto a produção do ano de 1979.

Em verdade, o que estivera ocorrendo ao parque usineiro sergipano, provocando essa perda de posição, compreendia mero desdobramento do que, em maior amplitude, atuava respondendo pela progressiva remoção da supremacia açucareira então exercida pelo Nordeste. Dentre os estados desta região com forte tradição açucareira diferenciou-se apenas no modo e na intensidade a operação dos *fatores de deslocamento* da hegemonia açucareira nordestina para o Centro-Sul.

Com efeito, vê-se (Tab. II.2) que esta região jamais voltaria a ocupar no curso dos próximos cinquenta anos melhor posição que a proporcionada pelo quinquênio das safras 1929/30-1933/34, de cuja produção média de 9,2 milhões de sacos de 60 Kg de açúcar fabricados pelas usinas do país pouco mais de 5,8 milhões (63,2%) coube à região. Depois disso - e notadamente no pós-guerra -, o que tem lugar é um inexorável declínio da participação do açúcar nordestino no plano nacional, apenas levemente contido na década de 70.

O Nordeste não conserva sua posição no quadro nacional principalmente porque não logra fazer face ao extraordinário incremento da produção ocorrido no Centro-Sul \_em especial o havido em São Paulo. Senão observar-se: de pouco mais de 2,3 milhões de sacos de 60 Kg de açúcar fabricados por suas usinas em 1940, São Paulo chegaria, em 1944, à marca dos 9 milhões, o que significa haver crescido, no período, a uma taxa média de 6,9% ao ano. E \_o que é pior (para o Nordeste)\_ , a produção paulista não pararia de crescer: de 1944 até a safra de 1954/55 a expansão se dá a uma taxa ainda maior, da ordem de 15,8% ao ano, resultando numa produção, na safra em questão, de quase 13,1 milhões de sacos ou 786 mil toneladas. Um aumento, portanto, de produção, no período, de 337%, contra uma expansão da produção nordestina de apenas 73,4% (ver QUADROS 6 e 7 no Apêndice Estatístico).

Demais, em 1957 São Paulo produziria de açúcar de usina o equivalente a 95,5% da produção nordestina (então com 40,8% da produção nacional); e já no ano seguinte, 1958, excederia a desta região, pela primeira vez, em 60%. São Paulo estava agora com uma produção de 24,6 milhões de sacos, representando 49% da produção nacional, ao passo que a nordestina vê reduzida para 30,7% sua participação na produção brasileira de açúcar fabricado pelas usinas.

No cômputo global da produção usineira de açúcar do país São Paulo vê evoluir sua participação de 10,3% na safra 1929/30 para 19,7% em 1944; alcançaria 37% dez anos depois, e em 1965 passa a responder por 54,4% da produção nacional, caindo, no entanto, para algo em torno dos 50% em meados da década de 70, que é a partir de quando, conforme demonstrado, reverte-se levemente a tendência à desaceleração do Nordeste no quadro da economia açucareira nacional.

Essa região, que chegara a responder, na safra 1929/30, por 69% da produção de açúcar das usinas do país, e por quase metade (47,2%) da produção nacional em 1956, recua para apenas 28,1% em 1965, não obstante se recupere uma década depois, passando a situar-se em torno dos 35%. Mas, a despeito dessa reação, cumpre notar, era tarde para se alterar substantivamente a situação a que se havia chegado: terminantemente, o Nordeste deixara de ser o centro *par excellence* da atividade açucareira do Brasil. É em torno de São Paulo que desde o pós-guerra ela passara a gravitar.

Eis, assim, sumariamente apresentados, os indicadores que comprovam o deslocamento para o Centro-Sul da hegemonia nordestina na produção brasileira de açúcar e, em particular, os que dão conta da retração experimentada pela agroindústria açucareira sergipana em ambas as esferas regional e nacional. Diante disto, não resta dúvida que a saída *para dentro*, ou seja, a substituição do mercado externo pelo interno, embora de extrema importância para dar sustentação à produção nacional, no decorrer do tempo evidenciou conseqüências traumáticas para o Nordeste e bastante mais adversas para Sergipe, porquanto seu parque usineiro vê-se reduzido à condição de produtor marginal de açúcar inclusive no interior da própria região Nordeste.

Às vezes se é levado a crer que o IAA *vale insistir* haja sido o protagonista desse processo que redundou no deslocamento do eixo da economia açucareira do Nordeste para o Centro-Sul. Um exame mais cuidadoso da questão poderia sugerir, entretanto, algo um tanto diverso. Não resta a menor dúvida que as providências imediatas que o IAA adota destinadas a conter as vicissitudes da Grande Depressão foram especialmente benéficas para o Nordeste. A longo prazo, é certo, não tornou possível à região enfrentar com êxito o problema de sua "localização desfavorável em relação aos

maiores centros de comercialização e de consumo...”, passando, assim, a sofrer forte concorrência dos produtores do Centro-Sul, os quais “...eram beneficiados não só pela proximidade ao mercado, mas também pela não coincidência de sua época de safra com a do Nordeste.”<sup>(21)</sup>

Não tendo, de fato, atacado corretamente a problemática da agroindústria açucareira nordestina, o IAA, nesse aspecto, enquanto entidade reguladora, mais cuidou em preservá-la do que em dar-lhe eficiência. Atribuir, porém, unicamente ao caráter de sua intervenção a causa primária daquele movimento que deslocou para o Centro-Sul a preponderância ocupada pelo Nordeste na produção açucareira do país obscurece o entendimento do processo naquilo que ele tem de essencial: precisamente a perda gradual do sentido de complementaridade que durante a fase de *articulação comercial* o pólo dinâmico do país vai infligindo ao espaço econômico nordestino, através do aumento de sua própria produção açucareira que passa a substituir, com vantagens, o açúcar proveniente do Nordeste. Há, dessa forma, nesse processo, determinantes básicos de ordem estrutural que dificilmente o IAA conseguiria conter mediante ação puramente administrativa. De saída, porque não haveria como convencer os produtores do Centro-Sul —principalmente os de São Paulo— das *vantagens comparativas* que haveria em se abastecer o imenso mercado consumidor dessa região com o açúcar do longínquo Nordeste, produzido sob condições pouco favoráveis capazes de permitir compensar, no preço, as diferenças de custo (e produtividade) industrial e agrícola da produção açucareira do Centro-Sul.

Por outro lado —o dos produtores nordestinos—, provavelmente a crença de que a mera intervenção do IAA bastaria para a manutenção da atividade açucareira os tenha acomodado sobramaneira. Todavia é inegável que os aspectos estruturais vinculados à inexistên-

cia de uma vigorosa agricultura mercantil concorreu enormemente para o enfraquecimento dessa burguesia, dada a persistente recorrência a formas não-capitalistas de produção como instrumento, inclusive, de proteção contra as crises cíclicas. Sintomático disso é a provisão de bens a cargo dos próprios trabalhadores envolvidos na atividade de subsistência organizada em torno da nuclear, que terminava inibindo os requerimentos por mais altos níveis de renda do trabalho e, por conseguinte, do próprio ritmo a que poderia desenvolver-se a acumulação.

Assim se expressa, a propósito, F. de OLIVEIRA: "A substantial part of the wage goods were, thus, produced by the workers themselves; this eliminated pressures for expansion through higher yields and, since all available land was already under cultivation, capital accumulation failed to take place."<sup>(22)</sup>

A natureza, enfim, de suas relações sociais de produção e, em particular, a fraca manifestação do caráter capitalista em suas atividades propulsoras redundou em que o capital comercial sobrepujante tolheu a emergência, no pós-30, de formas mais avançadas de reprodução do capital. No dizer, novamente, de F. de OLIVEIRA, o Nordeste seguiu enredado às formas arcaicas de reiteração do capital, isto é, às formas pretéritas, de tipo não propriamente capitalista de acumulação de capital.<sup>(23)</sup>

A algo inteiramente diverso disso deu lugar o capital cafeeiro paulista em suas múltiplas ramificações, ao definir, conjugado ao setor industrial, um esquema particular de reprodução apoiado numa mútua dependência, que em nada, aliás, lembra o panorama que dominou o *complexo nordestino*. Não que aqui não houvesse entre os setores dominantes açucareiro-têxtil importantes relações funcionais. Afinal de contas, cumpre lembrar, uma certa interdependência estava presente tanto no fornecimento de tecidos à classe traba-

lhadora quanto no fornecimento de sacos de amiagem para ensacamento do açúcar, barateando, para a agroindústria, não só parte dos custos correspondentes aos elementos que compunham seu capital constante, mas também contribuindo para reduzir os custos de reprodução de seu capital variável. Daí também o porquê *conforme será melhor examinado mais adiante*, da especialização de parte ponderável da indústria têxtil nordestina (e mormente da sergipana) na fabricação de tecidos grossos, destinados ao abastecimento de populações de baixo nível de renda.

Mas é contudo inegável que o alcance desse processo no Nordeste não teve a mesma dimensão que a produzida pela simbiose café-indústria em São Paulo e a operação aí combinada do efeito multiplicador-acelerador<sup>(24)</sup> sobre o nível de atividade econômica e o grau de transformação estrutural, ensejando formas heterogêneas e mais avançadas de existência do capital. No Nordeste, já se pôde notar, *"a economia burguesa (...) açucareiro-têxtil recriou formas de reprodução quase anticapitalistas, com o que se condenou à estagnação."*<sup>(25)</sup>

A isso acresce o fato de que, de modo geral, a manifesta preponderância do capital em sua função mercantil, ou a supremacia (no processo de unificação do mercado nacional) da esfera da circulação sobre a órbita produtiva durante a fase de *articulação comercial* *que constituiu o móvel das conexões regionais*, não contribuiu para que, por essa época, ocorresse no Nordeste uma sensível reestruturação de sua sócio-economia. É que, nesse caso, os negócios de intermediação, comumente especulativos, subtraíam a certas frações da burguesia nordestina parcela ponderável do excedente gerado na produção. Para a fração de sua burguesia açucareira, entretanto *porque sob os auspícios do IAA* é certo que esse processo foi de algum modo contido no pós-30 no que respeita à comercialização do açúcar.



De qualquer forma, não segue do que se vem de afirmar que o capital mercantil não possa \_tal como adverte Marx\_, "desempenhar um papel transformador do sistema: ele vai dissolvendo as antigas relações de produção, aumentando a circulação do dinheiro, ampliando não só o excedente como a totalidade da produção. Não obstante, este processo transformador, na sua intensidade, ritmo e profundidade, depende da comunidade produtiva e do sistema de relações vigentes na sociedade na qual estão inseridos os centros de produção articulados pelo capital mercantil."<sup>(24)</sup>

A luz dessas considerações, e dado que não estavam dispostas no ambiente nordestino algumas pré-condições favoráveis a uma ação transformadora de maior amplitude a ser protagonizada pelo capital mercantil, ao que em mais larga escala se assistiu foi a uma escusa do mesmo em permear a órbita produtiva, intervir diretamente em seu interior e modificar-lhe qualitativamente o caráter estrutural dos processos de trabalho. E quando deixa de exercer essa ação transformadora, porque inibido pela tessitura das relações sociais de produção dominantes, reveste-se então \_como no Nordeste\_, de um cunho eminentemente conservador: persegue a apropriação, não traduzida em estímulo à acumulação, do valor gerado.

Ora, em se tratando do açúcar nordestino \_mas não só, com a indústria têxtil também\_, explica-se, assim, o fato de haver sido, n'alguns casos, lento e incompleto o processo de modernização industrial, ao passo que noutros esse movimento foi simplesmente abortado. Vide o caso da agroindústria açucareira sergipana. A estagnação que sobre ela se abateu por quase quatro décadas ilustra bem o teor das observações que acabam de ser feitas.

### 2.3.2 - Baixo Dinamismo e Acumulação Administrada

Na safra de 1929/30 funcionaram no Estado 87 usinas \_o maior número do país. Moeram 409,6 mil toneladas de cana para produzir 580.269 sacos de 60 Kg de açúcar. A este nível de produção Sergipe figurava como o 52 maior produtor nacional, atrás, por ordem de importância, de Pernambuco, Rio de Janeiro, Alagoas e São Paulo. Na safra seguinte (1930/31), a moagem e a produção de açúcar seriam ambas 38% maiores. Nos três anos-safra subsequentes, contudo, declinariam acentuadamente até a plena recuperação do setor na safra de 1934/35, que é quando se dá o retorno à faixa de produção de 1930/31.<sup>(27)</sup>

Nesse meio termo, entre as safras de 1930/31 e 1934/35, cinco usinas deixaram de operar no Estado, seguramente sufocadas pela crise de 1929. Funcionaram 82 usinas, com uma produção média (9.071 sacos) duas vezes inferior à brasileira e 7,5 vezes inferior à do então maior produtor de açúcar do país \_o Estado de Pernambuco. Quanto ao rendimento industrial (açúcar por tonelada de cana esmagada), fora dos mais baixos do país, na ocasião, o das usinas sergipanas.<sup>(28)</sup>

Para se ter exata dimensão do que significa trabalhar com um baixo nível de aproveitamento industrial, basta dizer que se as usinas sergipanas tivessem podido operar na safra de 1934/35 com o mesmo rendimento (10,1%) registrado pelas usinas do Rio de Janeiro, sua produção de açúcar teria sido 34,8% superior aos 743,8 mil sacos fabricados nessa safra. No total, Sergipe teria produzido mais de 1 milhão de sacos de 60 Kg de açúcar.<sup>(29)</sup>

Mesmo assim, foi a maior do decênio 1929/30-1938/39 a produção açucareira de suas usinas na safra de 1934/35 \_quando tem início, efetivamente, a política de controle da produção açucareira nacional. Baseado na média de produção do quinquênio 1929/30-1933/34, o IAA estabeleceu quotas máximas de produção de açúcar para cada usina do país. Ao conjunto das sergipanas coube uma quota superior em 52,9% à produção média daquele quinquênio que serviu de base para sua fixação.

**TABELA II.3**  
**1ª LIMITAÇÃO DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DAS USINAS POR ESTADO**

ESTADOS	MÉDIA 1929/30-1933/34 (sacos de 60 Kg)	LIMITE DE PRODUÇÃO (sacos de 60 Kg)	VARIAÇÃO ( % )
MA	7.428	9.320	25,5
PI	2.648	2.678	1,1
CE	1.580	2.348	48,6
RN	19.314	35.925	86,0
PB	155.352	255.912	64,7
PE	3.617.962	4.454.215	23,1
AL	1.018.355	1.316.631	29,3
SE	471.580	721.072	52,9
BA	524.590	685.201	30,6
MG	173.295	348.957	101,4
RJ	1.681.297	2.000.906	19,0
SP	1.458.083	2.070.758	42,0
<b>BRASIL</b>	<b>9.202.500</b>	<b>11.984.798</b>	<b>30,2</b>

FONTE : IAA/Anuário Açucareiro de 1937

Obs.: Quer por terem sido considerados de pouca expressão, ou por não pertencerem ao Nordeste, alguns estados tiveram seus dados de produção de açúcar deliberadamente omitidos. Neste caso, as cifras da tabela referentes ao Brasil não correspondem, é claro, e por apenas muito pouco, às do total dos Estados nela arrolados.

Um exame apressado dos dados da tabela acima poderia sugerir que, para os Estados nordestinos, esta forma de regulação, mediante contingenciamento da produção, constituiu poderoso estímulo à expansão da atividade açucareira na região, porquanto foram seus estados generosamente contemplados com acréscimos muito superiores à média de produção do quinquênio 1929/30-1933/34 \_a exemplo de Sergipe (52,9%), Paraíba (64,7%), Rio Grande do Norte (86%), etc.

Se bem semelhante modo de atuação possa ter contribuído, de alguma maneira, para dar ao setor reais garantias de que o mesmo não se encontrava desprotegido, e que, portanto, na hipótese de ressurgência de uma outra crise havia agora mecanismos institucionais capazes de contorná-la, o certo é que isto não se converteu no Nordeste em fator de revitalização de sua agroindústria canavieira.

Com efeito, se bem que a produção que fora autorizada para o Nordeste (cerca de 7,5 milhões de sacos) correspondesse a uma majoração de 28,6% em sua média de produção de açúcar das safras 1929/30-1933/34, não representava isso, em absoluto, um desafio a ser vencido nas safras posteriores à de 1933/34 com qualquer nova instalação de capacidade produtiva. A que se encontrava implantada era o bastante para elevar a produção acima da quota permitida, conforme evidenciara a produção da safra de 1929/30, equivalente àquela que cinco anos depois seria definida pelo IAA como seu limite máximo de produção.<sup>(30)</sup> Nesse sentido, não há como negar razão a F. de OLIVEIRA quando alega que esse expediente de regulação da produção açucareira empregado pelo IAA cerceou as possibilidades de expansão do parque usineiro nordestino.<sup>(31)</sup>

Para São Paulo, em contrapartida, o acréscimo de 43% à sua média de produção daquele quinquênio básico representava, sem dúvida, uma meta a ser alcançada, que haveria, para tanto, de implicar aumento de capacidade produtiva, visto que em nenhum dos anos-safra da primeira metade da década de 1930 esse Estado conseguiu imitar o feito nordestino de haver fabricado antes da política de contingenciamento o equivalente à sua quota agora autorizada. Note-se, a propósito, que era 86% superior à produção da safra de 1929/30 a quantidade máxima a que São Paulo poderia chegar na safra de 1934/35, ao passo que, para o Nordeste, se comparada sua

quota à produção da safra 1929/30, uma e outra são praticamente idênticas, já que a diferença não atinge sequer 1%.<sup>(32)</sup>

Só foi possível a São Paulo atingir sua faixa de produção autorizada de 2 milhões de sacos de açúcar na safra de 1935/36. Para tanto, viera mobilizando desde a safra de 1929/30 um número crescente de novas usinas. Naquela safra, por exemplo (a de 1935/36), foram postas em funcionamento no Estado 33 usinas, 13 a mais que as existentes em 1930; na de 1954/55 seriam 92 usinas. Enquanto isto, simetricamente espantava a diminuição verificada no número das usinas nordestinas, com destaque aí para as sergipanas, numa clara demonstração de que, nesses termos, a regulação instaurada pelo IAA favoreceu enormemente a ampliação da indústria açucareira paulista em detrimento da nordestina. Entre as safras de 1935/36 e 1954/55 foram desativadas nesta região 58 usinas, das quais 44 sergipanas (QUADRO 12 do Apêndice Estatístico).

Embora 52,9% superior à média do quinquênio 1929/30-1933/34, a produção de açúcar autorizada para Sergipe deteve-se num nível inferior ao que já havia sido alcançado por suas usinas na safra de 1929/30. Ora, conquanto se possa enxergar nesse aspecto o que de pernicioso implicou a política de controle da produção introduzida pelo IAA, o certo, todavia, é que nem sempre as usinas sergipanas logravam exceder a quota que lhes fora atribuída. Na safra imediatamente posterior à primeira limitação da produção — a de 1934/35 —, quase metade das usinas sergipanas produziu aquém do nível a que estavam aptas. No que segue será considerado o porquê disto.

## 2.4 - Aspectos da Debilidade Estrutural da Indústria Açucareira Sergipana

### 2.4.1 - O Problema Agrário

Além de não serem bem aparelhadas, a grande maioria das usinas sergipanas tampouco fazia uso economicamente adequado da capacidade produtiva de esmagamento de que dispunham. A título de ilustração, a capacidade de moendas de suas 78 usinas, em 24 horas, fora, na safra de 1939/40, de 11.861 toneladas. Apesar de inferior cerca de três vezes à capacidade das usinas pernambucanas e de 89,5% à das usinas paulistas, chegaram, no entanto, as sergipanas, a superar em mais de 4 toneladas a capacidade das 17 usinas baianas e em mais de 1 tonelada a das 25 usinas alagoanas naquela safra. Com uma tal capacidade diária de esmagamento, e com um índice de 7,8% de aproveitamento industrial, se as usinas sergipanas houvessem operado durante um período igual ao das usinas alagoanas, isto é, 109 dias, ao final teriam produzido, naquela safra de 1939/40, quase 1,7 milhão e não apenas 843.329 sacos de 60 Kg de açúcar — uma diferença a mais, portanto, de 100%.<sup>(83)</sup>

Por esse motivo é que Gileno De CARLI (ex-presidente do IAA) chegou a afirmar que, dentre os estados brasileiros com alguma tradição açucareira, "onde é mais alarmante o sinal de ineficiência das fábricas de açúcar é em Sergipe."<sup>(84)</sup> Sem dúvida, a julgar pela capacidade das moendas, deveria ser mais elevada a produção de açúcar de suas usinas. Mas, por outro lado, é de se indagar aqui se havia, na parte agrícola, suporte capaz de proporcionar às usinas desse Estado quantidade de cana de que precisariam para fa-

zer chegar, v.g., a produção de açúcar a 1,7 milhão de sacos, já que, para tanto, ao menos na parte industrial, capacidade produtiva havia.

Salvo melhor entendimento, a julgar pelos níveis usuais de rendimento a viabilidade de uma faixa de produção como a acima indicada requereria tornar disponível àquelas 78 usinas (em operação na safra 1939/40) mais de um 1,2 milhão de tonelada de cana. Ao que tudo indica, este era um problema de difícil resolução para a zona canavieira sergipana conhecida como Cotinguiba, que disto nunca dera indícios de poder fazê-lo a tempo de impedir a retração da agroindústria no Estado. Daquela volume de produção de cana (1,2 milhão de tonelada) Sergipe somente se aproximaria em fins dos anos 70 (ver QUADRO 9 no Apêndice Estatístico).

Como se não bastasse, na referida zona canavieira do Estado (microrregião da Cotinguiba, responsável, em 1980, por mais 70% da área e da produção canavieiras locais; em 1940 o fora por 80%, de acordo com os dados censitários), em detrimento da virtual expansão dessa lavoura ganhara crescente espaço o fenômeno da pastagemização. Em 1940, as pastagens ocupavam 32,7% da área de seus estabelecimentos, proporção essa que salta para 50% em 1960 até atingir, em 1980, 57,7% do total da área dos estabelecimentos da Cotinguiba.<sup>(35)</sup>

Enquanto isso, de um percentual de 22% em 1940 regride para 18,9% em 1960 e próximo disto se conserva em 1980, com 19,1%, a participação do conjunto das lavouras na área de seus estabelecimentos. Devido, é claro, à forte presença aí da cana-de-açúcar, às lavouras temporárias da Cotinguiba reservava-se em média cerca de 70% do total da área de lavouras. Mas sua evolução de área absoluta, para todos os efeitos, contém-se a partir dos anos 60 possivelmente como desdobramento do crescente ganho de importância re-

lativa que se vai emprestando à pecuária em Sergipe mediante o avanço das pastagens. De fato, depois de evoluir de 17,7 mil ha em 1940 para 24,4 mil ha em 1960, próximo a esta faixa, com 25 mil ha, em 1980, detém-se a área de lavouras temporárias da Cotinguiba. Por sua vez, salta de 18,5 mil em 1960 para 41,7 mil ha em 1980 a área de pastagens artificiais da microrregião, um aumento, assim, da ordem de 125%.

A evolução, no transcurso de duas décadas (de 1940 a 1960), de 38% da área destinada às lavouras temporárias na Cotinguiba resultou essencialmente da ampliação da área cultivada com cana-de-açúcar, haja vista que, nesse período, em todo o Estado o aumento da área empregado com esta cultura foi 32,5%, donde se conclui que, como essa microrregião respondia \_tal como o faz ainda hoje\_ pelo grosso da produção canavieira estadual, a expansão ocorrida na área do Estado com esta cultura decorreu em grande parte da que se processou na Cotinguiba. Não resta dúvida, contudo, que foi modesto o crescimento da área cultivada com a cana-de-açúcar em Sergipe ao longo daqueles dois decênios. A título de comparação, entre 1940 e 1960 fora dobrada em Alagoas e em Pernambuco a área reservada à cana-de-açúcar, e quintuplicada em São Paulo. Em Sergipe, conforme se aludiu, não passou de 32,5% a expansão de sua área canavieira (QUADROS 9 e 10 do Apêndice Estatístico).

Diversamente, como não se verificou de, na Cotinguiba, entre 1960 e 1980, ter havido qualquer expansão digna de nota da área de lavouras temporárias, não surpreende, por conseguinte, que em todo o Estado haja sido praticamente nula, no período (porque de apenas 5,8%), a expansão da área reservada à cana-de-açúcar. Sendo assim, e embora se tenha dado, em contrapartida, uma considerável expansão da área ocupada com pastagens na referida microrregião, não quer isto dizer, todavia, que tal processo haja tido lugar aí so-



lapando espaço às lavouras. Se, por um lado, no período em questão, não houve um incremento, por outro tampouco se deu de ter havido uma diminuição dos níveis absolutos de área ocupada com lavouras.

A raiz do problema, antes, estava em que, com o reduzido dinamismo da agroindústria açucareira, e face às oportunidades que se abrem no Estado com o incentivo à pecuária, os fortes indícios de que também na Continguiaba o crescimento da área de pastagens se vai gradualmente firmando no pós-30 \_ganhando, de acordo com os dados apresentados, notável impulso a partir dos anos 60\_ apenas atesta, em verdade, o estado crítico de perda de vitalidade da cultura canavieira.<sup>(36)</sup>

Quando, em meados dos anos 70, teve início a execução do Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira \_em função do qual se aprofundou em Sergipe o processo de concentração desse segmento industrial, redimensionou-se o tamanho da planta de algumas usinas e se melhorou substantivamente a produtividade agrícola\_, cresceu, de resto, nessa década, mais do que em qualquer outro período, a faixa média de terra explorada com cana à disposição das usinas. É que, na ausência de uma expansão considerável dos níveis absolutos da área cultivada com a cana, e sob circunstâncias em que se não se tenha alterado o volume de produção canavieira (no Estado, ao contrário, ainda que timidamente, a mesma expandiu-se, com relativa melhoria no rendimento), cada usina \_e como seu número diminuiu\_ passou a ter ampliado o suprimento de matéria prima.

Dado, porém, que sempre foi muito grande o número de usinas \_em geral pequenas, é verdade\_ operando em Sergipe, e como, ademais, estiveram sempre confinadas numa modesta faixa de área localizada na Zona central do Estado, dispendo, ao que tudo indica, de

matéria-prima numa quantidade freqüentemente inferior à capacidade de esmagamento de que dispunham, decididamente eram reduzidas as chances de virem a contar com um alargamento da lavoura canavieira à semelhança do que em Alagoas estivera ocorrendo às suas usinas. Neste Estado, para se ter uma idéia, no intervalo de apenas um ano (de 1939 a 1940) saltou de 35 mil para 50 mil hectares a área de lavoura da cana, um aumento, portanto, de ordem de 43%. Já em Sergipe deu-se o inverso: o comportamento, sempre muito errático, da área cultivada deixou praticamente estagnada em fins dos anos 50 a área explorada em 1930, não obstante na média de cada decênio (excetuado o de 70) se tenha verificado ligeira expansão da área. Sergipe consumiu duas décadas para superar, em 1957, com 17,6 mil hectares, a área cultivada com a cana em 1936 (17,4 mil ha).

Não se pense, por outro lado, que durante esse período houve aumento compensatório de produção de cana com o emprego de métodos mais intensivos de cultivo. A tonalagem de cana extraída do cultivo daqueles 17,6 mil hectares em 1957 não excedeu em sequer 1% a produção dos 12,3 mil hectares cultivados em 1935. De resto, ao longo do período 1931/60 a produção de 1935 só foi, por pouco, superada em apenas três anos (QUADRO 9 do Apêndice Estatístico).

Na ausência de métodos mais racionais de exploração agrícola, a que custo \_essa é a questão\_ haveria de dar-se em Sergipe a incorporação de novas faixas de terra para a lavoura da cana capaz de acomodar uma expansão das usinas se, ao que tudo leva a crer, nem sequer a disponível às unidades, em geral pequenas, demonstrou poder respaldar \_na maior parte do período aqui pesquisado\_ o incremento da produção açucareira a taxas mais expressivas. É de facto curioso, a propósito, que ainda por volta da primeira metade dos anos 70 a produção sergipana de açúcar não se haja distanciado consideravelmente da alcançada, por exemplo, na safra de 1930/31.

Não foi sequer dobrada.<sup>(97)</sup> Igualmente curioso, de resto, é suceder de encontrar-se no Estado, em meados da década de 70, uma faixa de área cultivada com cana bastante próxima à da explorada com esta cultura nos primeiros anos da década de 30, ao passo que em Alagoas, v.g., já em 1960 se havia mais que triplicada e em 1975 mais que setuplicada a área cultivada com cana em relação à posta em cultivo em 1932 (ver QUADRO 10 no Apêndice Estatístico).

Assim, diferentemente, v.g., das alagoanas, as usinas sergipanas não encontravam para moer uma quantidade de cana que estivesse à altura de sua capacidade de esmagamento. Na safra de 1939/40, as usinas alagoanas, em número de 25, moeram quase 1,2 milhão de toneladas de cana para produzir 1,8 milhão de sacos de 60 Kg de açúcar. As sergipanas, em número de 76 nessa safra, e com uma capacidade de moendas em 24 horas ligeira e provisoriamente superior à das alagoanas, em 11%, esmagaram uma quantidade de cana 34,4% inferior à esmagada pelas usinas desse último Estado; e, como aqui foi maior o rendimento, as sergipanas produziram de açúcar 41,3% a menos que as alagoanas. Nessas circunstâncias, é lícito admitir que, no conjunto, as usinas de Sergipe estiveram subutilizando em escala apreciável a capacidade de suas moendas.<sup>(98)</sup>

Nessa forma de situar o problema „não custa frisar„, deve-se evitar a falsa percepção de que a pretensa inelasticidade da oferta agrícola de matéria-prima (cana-de-açúcar) decorrera exclusivamente de algo inerente à rigidez do espaço agrário, como se fosse um problema de indisponibilidade „per se„ de terra para a cana „ainda que, em alguma medida, isso influenciasse nas dimensões da planta das unidades produtivas. Conforme observou-se instantes atrás, além do problema do custo de incorporação de novas faixas de terra „para uma atividade cuja perda de dinamismo tornara-se flagrante„, paralela e alternativamente a isto ocorreu, no Estado,

de se abrirem novas oportunidades com o estímulo ao desenvolvimento da pecuária.

Demais, pode parecer também que a insuficiente oferta de matéria-prima fora o único fator impeditivo de mais alto grau de eficiência do parque usineiro sergipano, e que, por conseguinte, no segmento industrial propriamente dito não havia deficiências a reparar. Não é bem assim. Afinal de contas, se, como na safra de 1942/43,<sup>(99)</sup> com suas 71 usinas (sete a menos que as em operação na safra 1939/40), Sergipe apresentava capacidade diária de produção de açúcar dessa feita inferior à do grupo formado pelas 27 usinas alagoanas (agora com duas usinas a mais que na safra 1939/40), é porque, então, entre ambos os grupos de usinas subsistiam marcantes diferenças de estrutura industrial, tal como se poderá constatar no que segue.

#### **2.4.2 - Atomismo Industrial e Atraso Tecnológico**

Pelo que significou em termos de aperfeiçoamento das instalações e de reestruturação do processo de fabricação do açúcar, seguramente nenhum outro momento histórico marcou mais a indústria açucareira nacional que o da modernização representada pela montagem do sistema-usina no último quartel do século passado. O extraordinário surto usineiro que se seguiu à fracassada experiência com os Engenhos Centrais perdurou por quase cinco décadas até ser, finalmente, interrompido em especial no Nordeste, pela emergência da crise de 29. Antes disso houvera sofrido um breve arrefecimento provocado pela crise que no início do presente século atin-

giu a lavoura canavieira. Não obstante, um novo clima de euforia logo se instalaria induzido pela alta de preços do açúcar por ocasião da I Guerra Mundial (1914-1918).<sup>(40)</sup>

Em Sergipe não foi menos vigoroso esse movimento de proliferação das usinas. Assistiu-se aí, singularmente, a um processo atabalhoado de conversão de numerosos engenhos em meias-usinas<sup>(41)</sup>, sem o devido cuidado em atender aos padrões técnicos de eficiência industrial. Nessa "evolução sem disciplina"<sup>(42)</sup> — para usar uma expressão cunhada por Dé CARLI —, preponderou, portanto, "a fundação de pequenas usinas, correspondentes, cada uma delas, quase a um antigo bangüê, enquanto noutros Estados as usinas aumentavam constantemente a sua capacidade de esmagamento de canas e iam, cada ano, absorvendo novos engenhos e até mesmo outras usinas."<sup>(43)</sup>

Com efeito, o desígnio de muitos senhores de engenho sergipanos era o de apenas, por assim dizer, "efeitar" suas *engenhocas*<sup>(44)</sup> para fabricar o açúcar cristal. Assim, em 1910 já se haviam instalado em Sergipe 62 usinas com turbina e vácuo. Numa década este número foi aumentado em 8 usinas, totalizando 70 em 1920;<sup>(45)</sup> e até 1930 não pararia de crescer. Seriam 78 usinas na safra de 1925/26 e 87 na de 1930/31.<sup>(46)</sup>

Ora, um tal grande número como esse de usinas reunidas numa área modesta do Estado não poderia indicar outra coisa senão o predomínio das unidades de pequena planta, incompatíveis, portanto, com a situação de grande escala requerida, de um lado, pela situação natural de avanço técnico do processo produtivo, e, do outro, pelos rumos que tomara o quadro da produção açucareira nacional, no qual as chances de êxito estavam reservadas às usinas de maior porte, dotadas de tecnologia geradora de ganhos crescentes de produtividade. Incapazes de contrarrestar perdas freqüentes de rendimento oriundas de deficiências na parte agrícola e indus-

trial, viam-se as usinas sergipanas, por conseguinte, impossibilitadas de neutralizar o impacto provocado pelos custos de transporte em virtude de sua localização distanciada em relação às principais praças consumidoras do país \_as do Centro-Sul.

Por adaptação mediante reaparelhamento industrial do parque usineiro sergipano entenda-se aí o movimento de capitalização sobretudo das unidades de menor porte, pouco dinâmicas e sem lastro financeiro proveniente da acumulação interna que lhes possibilitasse reequipar-se na ausência de fontes especiais de crédito ou de linhas oficiais de financiamento. No entanto, mesmo que tais condições, a rigor, se houvessem cumprido (o que não foi o caso), possivelmente \_pelas razões há pouco apontadas (tópico 2.4.1)\_ não se teria assistido no Estado nem mesmo a uma onda de conversão em larga escala de pequenas usinas em unidades de médio porte \_já que a de conversão em grandes unidades era ainda menos virtual.

Contra a expansão das usinas sergipanas pesava, portanto, em primeira instância, um monumental obstáculo de ordem estrutural representado pela própria fragilidade da organização industrial. Em segundo lugar, os limites de alguma forma impostos pela ambientação física ou pela impossibilidade de abertura de novas frentes de expansão canavieira \_constituindo, assim, um autêntico ponto de estrangulamento\_ tornavam proibitivos, à maioria, quaisquer esforços de modernização microeconômica. Ademais, a falta de suportes financeiros externos às firmas era outro fator impeditivo de mais alta dotação de capital daquelas unidades com baixo poder interno de acumulação. De resto, a política do IAA, notadamente nas fases mais críticas para a agroindústria açucareira, orientara-se no sentido de inibir quer a expansão das existentes, quer a instalação de novas usinas, privilegiando apenas a manutenção de um equilíbrio estatístico entre a produção de açúcar e sua demanda.



Para se ter uma idéia, o montante de capital invertido nas 78 usinas sergipanas não equivalia, em 1938, sequer à metade do imobilizado nas 27 usinas alagoanas \_em número quase três vezes menor, mas com uma produção de açúcar três vezes superior, naquele ano, à das sergipanas. Em média, o capital das usinas sergipanas era cerca de 6,5 vezes inferior à magnitude média de capital das usinas alagoanas e correspondente a apenas 1/4 do termo médio de capital das 16 usinas baianas. Depois de Alagoas, era em São Paulo onde se verificava, com ligeira diferença, o segundo maior grau de capitalização das usinas. Em terceiro lugar apareciam as pernambucanas, com um capital médio muito próximo ao das usinas desses dois Estados.<sup>(47)</sup>

Nessas circunstâncias, entende-se melhor o que concorreu para que se houvesse estabelecido de forma continuada o processo de concentração na agroindústria açucareira sergipana, só interrompido ou estabilizado por volta de meados da década de 70 \_ocasião na qual poucas usinas de maior dimensão passam a ocupar-se do mesmo nível de produção antes a cargo de um grande grupo de pequenas usinas. Ao contrário, demais, da de outros estados, a concentração da produção açucareira em Sergipe não esteve circunscrita a breves intervalos. Ela se estendeu por mais de quatro décadas, sacrificando numerosas usinas, até definir, a partir da safra 1974/75, uma configuração industrial mais estável.

### 2.4.3 - O Processo de Concentração da Produção Açucareira

Os pré-dromos desse processo de concentração remontam, é claro, aos anos 30. Sobrevinda a Grande Depressão, também em Sergipe cessaria o boom que caracterizou o "usinismo" nordestino. A partir de então, o locus por excelência de multiplicação das usinas passaria a ser o Estado de São Paulo. É este, portanto, o marco inaugural da perda definitiva da hegemonia açucareira que até então viera sendo exercida pelo Nordeste.

**TABELA II.4  
USINAS EM FUNCIONAMENTO**

ESTADOS	SAFRAS				
	1925/26	1930/31	1935/36	1940/41	1962/63
SERGIPE	78	87	80	76	19
ALAGOAS	11	26	23	25	27
PERNAMBUCO	61	72	63	63	47
SÃO PAULO	17	23	33	34	94
NORDESTE	178	217	198	191	116
SUDESTE	54	69	82	87	153

FONTE : IAA/Anuário Açucareiro de 1935, 1938, 1943/44 e 1967.

**TABELA II.5  
PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DAS USINAS  
( 1.000 sacos de 60 Kg )**

ESTADOS	SAFRAS				
	1925/26	1930/31	1935/36	1940/41	1962/63
SERGIPE	346	743	741	848	516
ALAGOAS	481	1.037	1.075	1.444	3.813
PERNAMBUCO	2.569	3.106	4.589	4.657	10.216
SÃO PAULO	155	1.109	2.032	2.330	24.012
NORDESTE	4.153	5.603	7.185	8.009	16.773
SUDESTE	1.104	2.622	4.586	5.410	32.696

FONTE: IAA/Anuário Açucareiro de 1935, 1938, 1943/44 e 1967.



Conquanto em Pernambuco se tenha desenvolvido um parque usineiro numericamente expressivo em comparação com o sergipano, não resta a menor dúvida, porém, quanto a ter sido em Sergipe \_considerados os fatores de disposição espacial e densidade produtiva\_ onde mais firmemente se arraigou o caráter atomístico da organização industrial açucareira. Por este motivo \_o de haver grande número de pequenas unidades de produção\_, o desenrolar aí do processo de "concentração industrial"<sup>(48)</sup> estabeleceu-se com uma certa fluidez, determinada pela relativa facilidade com que puderam ser eliminadas as firmas de menor porte.

No caso pernambucano \_a título ainda de contraste\_, nota-se que em função da maior capacidade de resistência de suas usinas o processo de concentração industrial não assumiu a forma sergipana de afunilamento numérico das unidades produtivas instaladas. Ao contrário, foi muito mais moderado, de sorte que a estrutura da indústria açucareira pernambucana pôde, desde a década de 1950, estabilizar-se com a presença de um número comparativamente elevado de firmas.

Num processo de concentração industrial com as características do sergipano, deve-se admitir que a "queima de capital" apanha, em primeira instância, as unidades pouco dinâmicas e com reduzido poder de acumulação decorrente da baixa magnitude de capital. Noutros termos, pode-se dizer que o movimento principia pela remoção daquelas usinas ditas marginais, às quais em geral a literatura econômica reserva um lucro considerado apenas normal, e que, por esta razão, costumam ser pouco refratárias a um estreitamento do mercado e/ou à perda de certas vantagens \_artificiais ou não\_ que lhe são asseguradas, v.g., pela política econômica.

Do que precede, se se tivesse que empregar alguma classificação para descrever com propriedade o caráter da concentração industrial verificada na indústria açucareira sergipana, decerto a noção de "concentração absoluta" de que faz uso Josef STEINDL é a que melhor se aplica ao caso em questão. E há \_segundo ele\_ *concentração absoluta* quando se verifica a exclusão de firmas do mercado. Neste caso, cabe frisar \_como de resto o faz o próprio autor\_ que essa "concentração absoluta", isto é, "a eliminação de determinado número de firmas existentes (...) não é a eliminação temporária que ocorre durante o período de baixa de todos os ciclos econômicos e que se reverte novamente no período de alta seguinte. Estamos tratando, essencialmente, de um fenômeno a longo prazo, e portanto de uma eliminação que pode ocorrer em períodos de expansão ou de recessão, mas que não é reversível, porque a relação preço-custo estabelecida não permite o reingresso de firmas semelhantes."<sup>(49)</sup>

Tanto isso é verdade, no que respeita à agroindústria açucareira sergipana, que ao longo do período 1930-1980 não se registra qualquer firme contratendência ao movimento de concentração das unidades produtivas do parque usineiro. Somente em finais dos anos 70, quando o processo, *in se*, demonstrara estar chegando a seu termo, e já se tem praticamente consolidado o novo perfil da organização industrial do setor, é que se nota um arrefecimento no ritmo que o movimento vinha assumindo. Antes disso, no entanto \_desde a safra de 1930/31\_, viera sendo operada uma redução sistemática no número de usinas, que mais parecia ser produto de algo previamente definido, tal fora o curso inexorável de exclusão continuada das firmas, sem nenhum paralelo com o que se verificara noutros estados com igualmente larga tradição açucareira. Das 87 usinas em operação naquela safra subsistiram unicamente 04 delas em 1980, conforme o demonstram os dados da Tabela II.6

**TABELA II.6**  
**SERGIPE - DISTRIBUIÇÃO (POR SAFRA E EXTRATO DE PRODUÇÃO) DO NÚMERO DE USINAS EM OPERAÇÃO**

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR (Sc 60 Kg)	SAFRAS										
	1930/31	1935/36	1940/41	1945/46	1950/51	1955/56	1960/61	1965/66	1970/71	1975/76	1980/81
< 2.000	19	08	05	08	02	01	01	01	-	-	-
< 5.000	25	25	21	13	07	07	02	01	02	-	-
< 10.000	16	25	25	20	16	09	05	03	01	-	-
< 20.000	20	13	12	13	12	04	09	01	-	-	-
< 30.000	02	06	06	07	07	05	02	-	-	-	-
< 100.000	05	03	07	02	05	08	06	08	03	-	-
< 500.000	-	-	-	-	-	-	02	01	03	03	03
< 1.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-
> 1.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
<b>TOTAL DE USINAS</b>	<b>87</b>	<b>80</b>	<b>76</b>	<b>63</b>	<b>49</b>	<b>34</b>	<b>27</b>	<b>15</b>	<b>09</b>	<b>04</b>	<b>04</b>

FONTES : IAA (Delegacia Regional de Aracaju)

Como era de se esperar, em virtude, afinal, da importância crescente que o fator *escala de produção* assumira no âmbito da agroindústria açucareira nacional, as usinas de menor envergadura em Sergipe foram as primeiras a ser tragadas pelo processo de concentração industrial. Uma década após a safra de 1930/31 praticamente reduz-se a 1/4 o número de usinas com produção abaixo de 2 mil sacos de 60 kg de açúcar. A partir de meados dos anos 50, então, apenas uma única usina lotada naquela faixa de produção inferior a 2 mil sacos de açúcar relutava em abandonar o mercado. Uma década depois, embora ainda houvesse usinas lotadas em faixas pequenas de produção, o caráter do processo já havia estabelecido suas coordenadas: somente estariam aptas a subsistir as usinas com capacidade de produção entre 100 e 500 mil sacos de 60 kg de açúcar, posteriormente ampliada, em meados da década de 70, para faixas situadas entre 500 mil e 1 milhão de sacos, chegando mesmo a faixas superiores a essa última.

Na safra de 1965/66, oito das quinze usinas em funcionamento produziram entre 30 e 100 mil sacos; acima disso, apenas uma, a

São José do Pinheiro (até a safra 1974/75 apenas São José, vinculada ao Grupo Franco), no município de Laranjeiras, foi capaz de fazê-lo, com uma produção de pouco mais de 160 mil sacos. Outra usina sergipana de porte apreciável, a Central, localizada no município de Riachuelo, só o faria na safra de 1968/69. Enquanto isto — para efeito de contraponto —, a mais bem equipada usina de Alagoas, a Central Leão Utinga, produziu, sozinha, em 1965/66, quase o equivalente ao que produziram as quinze usinas sergipanas, isto é, foi de 661 mil sacos, no primeiro caso, contra cerca de 693 mil no segundo. Não bastasse esse fato em si mesmo extraordinário, pode-se observar ainda que, embora o comum, em Alagoas, por essa época, fosse uma produção média das usinas em torno de 194 mil sacos de 60 Kg de açúcar, nem por isto deixa de ser algo significativo se comparado à média de produção de pouco mais de 46 mil sacos das 15 usinas sergipanas.<sup>(50)</sup>

Vê-se, pois, que nem sempre é válido inferir da expressão numérica das usinas uma direta correspondência com o volume de produção, pois do contrário Sergipe ter-se-ia revelado grande produtor nacional de açúcar logo no início do século, e assim, nesta posição, supostamente teria permanecido enquanto fosse maior que o de qualquer outro estado o seu número de usinas (como, aliás, o foi até a safra de 1947/48). Contudo, deve-se ter presente o seguinte: não obstante a supressão de diversas usinas, em Sergipe isso não acarretou qualquer baixa significativa na produção de açúcar. 36 usinas no Estado produziram na safra de 1954/55 mais do que o fizeram suas 82 na safra 1934/35.

Também o fato de, no Estado, a produção de açúcar não haver acompanhado a redução do número de usinas representara, até certo ponto, decorrência natural do processo de concentração, possibilitando, dessa forma, que se mantivesse, mesmo com um menor número

delas, um nível de produto próximo ou mesmo \_como seria de se esperar\_, superior ao que se obtinha quando se encontrava em atividade maior número de usinas.

Mas se, por um lado, não diminui, em Sergipe, a produção de açúcar, com a concentração, esta, por outro lado, tampouco dá lugar aí a um significativo "trade-off" em termos de produção açucareira. Simplesmente permaneceu estagnada até a segunda metade da década de 70 \_antes, portanto, da vigência do Proálcool\_ a capacidade produtiva de que já dispunha a indústria açucareira sergipana desde o início dos anos 30. Observe: sem qualquer renovação industrial aparente desde 1930, a produção de suas 69 usinas na safra de 1943/44 somente é excedida, pela primeira vez, e num percentual ínfimo (2,4%), na safra de 1975/76. Ademais, a produção, aqui, se comparada à de 1930/31 \_que foi, guardadas as devidas proporções, um ano-safra de elevada produção açucareira para Sergipe\_, não vai além dos 35,2%. Isto, concretamente, é de pouco significado; um volume excedente sem dúvida exíguo face sobretudo às quatro décadas e meias aí envolvidas. Em pouco mais de três décadas, e tendo já reduzido em 21 usinas o número das existentes (e em operação) na supersafra de 1929/30, Pernambuco produziria 192% a mais que a produção desta safra na de 1960/61.<sup>(51)</sup>

Seja como for, é evidente, a essa altura, que a organização do parque usineiro sergipano já ganhara novos contornos. São outras, como as de fins da década de 70, suas características estruturais. Sua produção açucareira, v.g., antes a cargo de um de um sem-número de pequenas usinas, aparece agora concentrada em torno de não mais que quatro unidades.

Vale a pena, então, no que segue, tentar ilustrar, sucintamente, o modo como em Sergipe se instalaram as pré-condições para que se chegasse a esse novo perfil no âmbito da agroindústria açucareira.

Observe: a mais bem capitalizada das usinas sergipanas foi, durante muito tempo, a Usina Central, motivo pelo qual esta unidade costumava apresentar altos índices de aproveitamento industrial, superiores até mesmo aos da maioria das usinas alagoanas e paulistas tidas como as melhor aparelhadas do país. Para se ter uma idéia do quanto a Central era comparativamente bem equipada e de elevado padrão técnico não obstante isso se tenha verificado há bastante tempo, eis o que, a propósito das maiores usinas do país, salientou Dé CARLI: "Em 1920, as estatísticas oficiais do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio dão uma capacidade para a Usina Central Leão" [esta, em Alagoas; a outra, a Central-Riachuelo (não confundir) ficava em Sergipe] "de 700 toneladas diárias, sendo a 5ª do país, pois a suplantam a Usina Catende, com 1250 toneladas, em Pernambuco, a Riachuelo, em Sergipe, com 1000 toneladas, a Usina Paineiras, no Espírito Santo, com 1000 toneladas diárias, e a Tiúma, com 800 toneladas."<sup>(52)</sup> Portanto, depois da Usina Catende figuram, empatadas num segundo lugar, as Usinas Central (Sergipe) e Paineiras (Espírito Santo).

Mas a ilustração não pára por aí. Cabe ressaltar ainda que, das 312 usinas do país que fabricaram açúcar na safra de 1957/58, duas usinas somente [uma no Rio de Janeiro e outra, no caso, a Central, em Sergipe] registraram rendimento industrial superior a 110 Kg de açúcar por tonelada de cana moída.<sup>(53)</sup> É quando a Central, na década de 50, ensaia reaver, com sua produção, o índice de participação que houvera conquistado no início dos anos 30. Desde então estivera perdendo posição relativa na oferta global de açúcar do parque usineiro sergipano, apresentando, assim, um desempenho visivelmente contrastante com seu alcance produtivo e capacidade de aproveitamento industrial. Do contrário, nada de desconcertante haveria no fato de os volumes de produção dessa Usina

nunca haverem traduzido algo de tão extraordinário comparativamente aos de outras usinas de menor envergadura, e nem tampouco expressarem, como deveriam, ponderação sempre crescente no volume global da produção açucareira do Estado, até, pelo menos, finais dos anos 50 (ver QUADRO 5 no Apêndice Estatístico).

Na safra de 1930/31, a Central, que respondia por 8,9% da produção açucareira estadual, só teve essa sua participação aumentada para 11% pouco mais de vinte anos-safra depois, precisamente na de 1953/54, ocasião também na qual pôde superar, pela primeira vez (note bem), sua produção do início dos anos 30. Logo em seguida, na safra de 1956/57, voltaria a aumentar a produção para 81,7 mil sacos, excedendo, assim, o seu até então maior nível de produção de 77 mil sacos correspondente à safra de 1954/55, depois do que só o faria novamente na safra de 1960/61, estreando na faixa dos 100 mil sacos de 60 kg de açúcar. O próximo passo, alcançar a marca de 200 mil sacos, ficaria para a safra de 1969/70, respondendo, desta feita, por 24,1% de toda a produção açucareira sergipana. Por ocasião de sua última safra, a de 1973/74, elevara para 32,3% sua participação na oferta de açúcar do Estado. Na safra seguinte já não se encontraria mais em operação. Depois de passar ao controle da Usina São José do Pinheiro, teve sua quota de produção incorporada à Usina Central Leão Utinga, de Alagoas.

Ao todo, foram oito as usinas sergipanas que tiveram canceladas as suas inscrições no IAA entre 1972 e 1973, embora n'alguns casos houvesse ocorrido de a desativação propriamente dita só vir a ser consumada algum tempo depois de aprovado por aquele órgão o processo de cancelamento de registro das firmas. A partir de então apenas quatro usinas se mantiveram em operação no Estado - Favei-  
to, Santa Clara, São José do Pinheiro e Usina Vassouras.

**TABELA 11.7**  
**SERGIPE - INCORPORAÇÕES OU FUSÕES DEFERIDAS PELO IAA**

USINA INCORPORADA	USINA INCORPORADORA	DATA DA DECISÃO
BOA VISTA	CORURIBE - AL	08/02/72
CARAÍBAS	PORTO RICO - AL	16/02/73
CENTRAL RIACHUELO	CENT. LEÃO UTINGA - AL	30/10/73
CUMBE	CAETÉ - AL	21/02/72
LOURDES	CENT. OLHO D'AGUA - PE	12/05/72
OITEIRINHOS	S. J. DO PINHEIRO - SE	09/11/72
PEDRAS	CORURIBE - AL	08/02/72
SÃO JOSÉ *	CORURIBE - AL	11/05/73

FONTE : IAA (Brasil Açucareiro, Agosto/1974, Nº 2.)

(\* ) Não se refere, é claro, à São José do Pinheiro, mas, provavelmente, à São José do município de Santa Luzia.

Conforme já se destacou, nem sempre coincidia com a data oficial de cancelamento da inscrição da usina a efetiva paralisação de suas atividades, que tanto podia dar-se depois quanto até mesmo antes de julgado o processo de suspensão do registro. No caso acima, três daquelas oito usinas \_Lourdes, Pedras e Caraíbas\_ foram fechadas antes da referida data de cancelamento. A safra de 1967/68 marcou o encerramento prévio da primeira, e a de 1968/69 o fechamento das duas últimas destas três usinas. Para as outras três \_São José (não a do Pinheiro), Cumbe e Boa Vista\_ o último ano de safra coincide com o da data oficial de deliberação do término de seu funcionamento.

Diversamente, por razões que ao certo dizem respeito à decisão das próprias usinas em não interromper o andamento da safra em curso, as usinas Central e Diteirinhos produziram até a safra 1973/74, portanto pouco mais de um ano após terem sido canceladas suas inscrições no IAA. Ambas, convém frisar, estavam sob o controle da Usina São José do Pinheiro desde, respectivamente, 1968 e 1971. Oficialmente, esta Usina absorveu em 1972 a quota de 400 mil sacos da Usina Diteirinhos, e a da Central, de 220 mil, transfe-



riu, isto é, vendeu à Central Leão Utinga de Alagoas, e se desfez \_por razões que se prenderam à decisão da firma controladora em montar uma usina inteiramente nova\_ de parte de suas instalações junto a uma outra usina localizada em Sergipe, a Vassouras.<sup>(54)</sup>

Com a incorporação da quota da Usina Oiteirinhos, a São José do Pinheiro, que havia produzido na safra 1973/74 algo ligeiramente superior a 180 mil sacos de 60 Kg de açúcar, na safra imediatamente posterior tem aumentada a sua produção em exatos 217%, elevando, por conseguinte, de 23,3% para 63,0% sua participação na produção estadual de açúcar.

Fode parecer, no entanto, que até consolidar, na safra 1974/75, essa sua liderança na produção estadual de açúcar, a Usina Pinheiro veio operando uma série de profundas transformações em sua estrutura industrial \_o que não é verdade. A mesma se manteve praticamente intocada desde 1929. Quando muito, foi, por assim dizer, 'maquiada'. Aqui e acolá retocavam-se as caldeiras, os evaporadores, vácuos, etc., procedendo-se a tais ajustamentos unicamente com o finalidade de lastrear acréscimos de sua produção sempre estimulada pela recorrente desativação de numerosas usinas prontamente convertidas em suas fornecedoras de matéria-prima. A esta ampliação da rede de fornecedores de cana, muito mais do que a qualquer renovação industrial, deveram-se, com efeito, os seguidos aumentos de produção da Pinheiro \_notadamente a partir do início dos anos 50, que é quando sua produção ultrapassa a da Central, mantendo-se assim até adquirir, em fins da década de 60, o controle desta Usina. Depois disso, aí sim, como o fez quando passou a operar a partir da safra 1974/75, já havia reconstruído inteiramente suas instalações, motivo este pelo qual decidira antes desfazer-se das instalações da Central.\_<sup>(55)</sup>

Em momentos anteriores, e mesmo a despeito da maior capacidade produtiva da Central, sempre se manteve próxima à desta Usina a produção da Pinheiro, a qual só não foi maior em virtude de não ter podido contar, a exemplo daquela, com suprimento de cana superior à oriunda de seu próprio cultivo. Esta situação perdurou até a safra de 1946/47.

Demais, por um bom tempo dedicou-se a Pinheiro quase que exclusivamente à produção de açúcar, o que não acontecia com a Central, sempre subtraindo parte da matéria-prima que seria destinada à fabricação do açúcar para a produção de álcool e aguardente. Isto explica, em grande parte, o fato de a Pinheiro constantemente superar seus próprios limites de produção açucareira, em ritmo superior ao que fizera a Central. Assim, em cinco anos a São José do Pinheiro suplantou sua produção da super-safra de 1930/31, ao passo que a Central levou vinte e três anos para fazer o mesmo — com a ressalva, aqui, de que também provavelmente poderia tê-lo feito caso empregasse toda a cana de que dispunha somente no fabrico de açúcar.<sup>(56)</sup>

## 2.5 - Usineiros X Fornecedores de Cana

Como se sabe, nunca foram, no Nordeste, harmoniosas as relações entre o usineiro e seus fornecedores de cana. Estes frequentemente se queixavam da falta de garantia de recebimento, pelas usinas, da matéria-prima que produziam, residindo nisto a causa principal dos sucessivos litígios entre ambos. Para por fim a tais desentendimentos decidiu o Governo, através do IAA, intervir no setor com o intuito de disciplinar os termos da relação comercial entre os usineiros e seus fornecedores de cana, o que efetivamente acabou sendo feito, em 1941, com a promulgação do Estatuto da La-

voura Canavieira. Entre outras resoluções, nele figurava, de longe como a mais importante, a que estabelecia a obrigatoriedade das usinas em adquirir dos fornecedores uma certa proporção (40%) do total de cana a ser moída.<sup>(57)</sup>

É provável que, no caso sergipano, não se haja apresentado a necessidade de o cumprimento dessa determinação estabelecer-se apenas sob imposição legal, mesmo porque o cerne do problema no Estado nunca consistiu, salvo melhor juízo, na existência de fornecedores em excesso para cuja matéria-prima não houvesse demanda. Ao contrário, o parque açucareiro sergipano sempre demonstrou carcer de cana para poder elevar a produção de açúcar, dada não só a tímida evolução da área cultivada, bem como a reduzida expansão da oferta canavieira face à ausência de métodos mais avançados de exploração dessa lavoura. Daí o porquê de esta espécie de conflito jamais se ter pronunciado vivamente em Sergipe.

Ainda sobre o referido estatuto, vale frisar, constavam do mesmo "restrições à produção canavieira das usinas, distribuindo, entre elas e os seus fornecedores, os encargos decorrentes de uma eventual limitação, ou as vantagens inerentes a um eventual aumento, das quotas de produção açucareira, mediante a instituição de quotas de fornecimento, dotadas de preços específicos, e vinculados à figura do fundo agrícola."<sup>(58)</sup>

Dessas observações que vêm de ser feitas talvez se possa derivar a explicação do motivo pelo qual sói ocorrer de, entre duas ou mais usinas com capital de dimensões produtivas próximas, vir a ser, para surpresa, justamente a de menor capacidade a que revela maior nível de produto, quer devido à maior disponibilidade de matéria-prima, quer às custas de um expediente desaconselhável como o do esticamento dos dias de moagem, porquanto o mesmo comumente afeta o rendimento industrial das usinas.

O certo, todavia, é que, à parte os percalços que a dependência do fornecimento de cana acarreta, dispor sempre e apenas do suprimento de cana cultivada pela própria usina termina, de algum modo, comprometendo a expansão da produção ao requerer investimentos mais vultosos na esfera agrícola para atender às exigências técnicas do equipamento instalado, o qual freqüentemente pode exceder em capacidade de esmagamento a quantidade de cana de que a usina, isoladamente, é capaz de bastar-se. Isto é o que se pode comprovar do exame da produção das usinas São José e Central, tendo em vista a participação de terceiros no fornecimento da matéria-prima. Não que entre ambas as usinas subsistissem largas diferenças de porte a julgar pelos respectivos volumes de produção, embora a Central fosse maior que a São José do Pinheiro e sua produção mais diversificada que a desta Usina.

É verdade que a Pinheiro só ultrapassaria em 1953/54 os 66 mil sacos produzidos pela Central na safra de 1930/31. No caso desta Usina, a fração de cana própria no total de cana moída sempre foi menor que a observada na Pinheiro, que até a safra de 1946/47 somente moeu canas de sua procedência. Em boa parte por este motivo é que a produção da Central suplantava a da São José. Quando se deu, porém, de esta Usina passar a esmagar regularmente canas de fornecedores — como o fez, ainda de forma muito incipiente, na safra de 1947/48 —, sua produção ultrapassou a da Central. Mas a maior disponibilidade de matéria-prima em parte devida a fornecedores não é a única variável explicativa das diferenças de produção entre usinas de porte equiparável.

No caso da Pinheiro, a expansão da parcela de canas próprias também contribuiu de forma marcante para o aumento da produção. Em relação ao quinquênio das safras 1947/48-1951/52, a média de canas próprias esmagada pela Usina foi aumentada em 156,8% no período

1955/56-1959/60, contra um aumento de apenas 75% no total de cana dos fornecedores. Em igual período, a média da produção açucareira da Usina experimentou um salto da ordem de 135%. É claro que este resultado em nada desautoriza a conclusão de que se tornara crucial para a Usina seguir cada vez mais absorvendo cana de terceiros. Enquanto na safra de 1959/60 fora de apenas 28,4% a participação relativa de fornecedores no total da cana utilizada pela Usina, na safra de 1979/80 essa participação chega a atingir mais de 50%.<sup>(59)</sup>

O crescimento da participação de fornecedores no total da provisão de cana esmagada pela Usina São José do Pinheiro guardou estreita correspondência com o fechamento de diversas usinas tornadas suas tributárias. E não foram poucas as usinas desativadas que passaram a servi-la. Outras foram simplesmente compradas por ela. Neste caso, a exemplo do que sucedeu com as Usinas Central e Diteirinhos, a firma adquirente \_a Pinheiro\_ as manteve funcionando como se autônomas fossem até o completo encerramento de ambas na safra de 1974/75. No intervalo entre a compra e a decisão de paralisá-las a São José esteve assentando novas instalações. Houve, de fato, a construção de uma nova usina \_com mudança, inclusive, de denominação, passando a chamar-se São José do Pinheiro (até então apenas São José)\_ , cuja montagem contou com incentivos do Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira.<sup>(60)</sup>

De passagem, vale assinalar que os dispositivos deste Programa, regulamentados pelo Decreto-lei nº 1.186, de 27/08/1971, "concediam uma série de estímulos financeiros à fusão, incorporação e realocação de unidades industriais açucareiras."<sup>(61)</sup> No mesmo ano \_a isto foi decisivo para a execução do Programa\_, o IAA cancelou as inscrições de numerosas usinas. Ao todo, foram 43 as usinas que tiveram suas inscrições canceladas, das quais 36 pertencem

centes à região Norte/Noroeste, sendo que, deste total, 23 estavam situadas em Sergipe. No geral, tratava-se, em verdade, de "usinas que não produziam (...) e não apresentavam sequer condições de voltar a fazê-lo. Detinham, no entanto, o direito da quota de produção, para negociá-la quando melhor lhes conviesse, em prejuízo do aproveitamento do volume de produção correspondente por empresas da mesma região, com capacidade ociosa ou sublimitada."<sup>(62)</sup>

Assim o fez a Usina São José do Pinheiro, concorrendo para a desativação de numerosas usinas cujas condições de permanência no mercado se haviam tornado críticas. Estima-se, grosso modo, que aproximadamente 20 usinas passaram a servir diretamente àquela unidade, ao passo que outras o fizeram de forma indireta, depois de terem sido incorporadas às usinas que, por sua vez, converteram-se também \_para usar de um eufemismo\_ em colaboradoras da Pinheiro.

Mas se sabe que comumente ocorria de às usinas menores e com baixo rendimento industrial ser mais vantajoso renunciar à parte industrial \_desativando, por força das circunstâncias, a produção de açúcar\_, e assumirem a mera condição de fornecedoras de cana, em troca da qual poderiam receber, da usina adquirente de sua matéria-prima, quantidade de açúcar próxima à sua quota de produção autorizada pelo IAA. O esquema aqui é em tudo semelhante ao processo de aglutinação dos antigos engenhos pela unidade de processamento industrial conhecida, no século passado, como Engenho Central.

Quando tal não fosse o caso, o proprietário de usina podia simplesmente desfazer-se de suas instalações \_ou sucateá-las, como ocorria amiúde\_, repassar a outrém sua quota, mediante venda, percebendo apenas, em contrapartida, remuneração pela cana de que viera a se tornar exclusivamente fornecedor.

A despeito, no entanto, das vantagens que ao fornecedor proporciona semelhante modalidade de contrato para fornecimento de cana, era comum, em Sergipe, observar-se outra variante de fornecedor de cana: a daquele usineiro que fecha a usina, transfere sua quota, e pela venda da qual aceita o pagamento em "moeda-mercadoria" (sacos de açúcar), dispondo-se, assim, a assumir os riscos inerentes à comercialização do produto \_já que o mesmo, neste caso, não contava com garantias de comercialização oferecidas pelo IAA.

## 2.6 - O Programa Nacional do Alcool (1975)

A esta altura, pode-se já perceber que o processo de concentração da produção açucareira em Sergipe ingressara em seus estágios conclusivos. O setor, estimulado por um painel de diretivas governamentais aplicadas a partir de 1971 com o explícito propósito de favorecer a concentração em mais larga escala da atividade produtiva, experimentou no Estado um amplo redimensionamento de sua capacidade produtiva \_basicamente açucareira. Por essa época, até a primeira metade dos anos 80, o grosso da produção canavieira estadual tinha como destino a fabricação de açúcar.<sup>(63)</sup> A produção alcooleira apenas começara, sob influência do PROÁLCOOL, a se firmar no Estado como alternativa para o emprego da matéria-prima no âmbito da agroindústria.

Embora o estímulo à produção alcooleira nacional remonte à década de 30<sup>(64)</sup>, sabe-se, no entanto, que foi somente a partir de meados da década dos 70 que teve lugar a execução de medidas de maior alcance visando a esse fim. Notadamente em resposta aos desafios que para a matriz energética do país passou a representar o

impacto do primeiro *choque do petróleo* de 1973, tratou o Governo de fomentar, mediante incentivos (creditícios e fiscais) à montagem de destilarias autônomas e/ou anexas às próprias usinas, a produção nacional de álcool. Até então era bastante acentuada a dependência brasileira de suprimento petrolífero externo.

Instituído pelo Decreto nº 76.593, de 14/11/1975, o *Programa Nacional do Alcool* objetivava "expandir rapidamente a produção do álcool e viabilizar o seu uso progressivo como combustível, através de crescentes proporções de misturas, e como matéria-prima para a indústria química." Dessa forma, poderia o país economizar divisas "através da substituição de importações de combustíveis e matérias-primas derivadas do petróleo."<sup>(45)</sup>

Para viabilizar a consecução desse objetivo \_o de incrementar a produção de álcool no país tanto para fins carburantes como para fins industriais\_, antes de tudo era mister promover uma alavanca-gem estrutural do setor. Neste sentido, a ação governamental se daria em três vertentes: "a) crédito subsidiado ao produtor de cana-de-açúcar e álcool; b) política de preços do álcool ao produtor e seu repasse ao consumidor; e c) renúncia fiscal."<sup>(46)</sup>

Não é o caso, aqui, de submeter a detalhado exame cada um desses mecanismos da estratégia governamental consubstanciada no Programa. Aos propósitos do presente trabalho importa apenas salientar seus desdobramentos na agroindústria açucareira sergipana. Infelizmente, até o início dos anos 80 não se haviam ainda revelado de grande significação os resultados da extensão daquele Programa em Sergipe. De fato, no curso de cinco décadas, contadas a partir da de 30, a produção alcooleira sergipana nunca houvera tido mesmo muita expressão (ver QUADRO 16 no Apêndice Estatístico). Na média do quinquênio das safras 1930/31-1934/35, o que esse Estado produziu de álcool representou tão-somente 2,3% da produção



nordestina e apenas 1,2% da produção nacional. Nesse período, para se ter uma idéia, o volume médio da produção alagoana de álcool foi 6,3 vezes superior ao sergipano. Em relação, por sua vez, ao volume médio do então maior produtor de álcool do país, o Estado de Pernambuco, com 16,6 milhões de litros de álcool, o volume da produção sergipana correspondeu a apenas 3%.<sup>(67)</sup>

Três décadas depois deteriorara-se consideravelmente a participação de Sergipe na produção alcooleira tanto regional quanto nacional. Embora, entre a média de produção daquele quinquênio e a deste agora considerado (1961/65), a produção de álcool em Sergipe houvesse evoluído cerca de 46%, a nordestina e a brasileira cresceram muito mais, em, respectivamente, 433% e 961%, de modo que a participação sergipana recuou, na região, para 0,6%, e em relação à nacional (puxada principalmente por São Paulo) passou a representar apenas 0,2%.<sup>(68)</sup>

Vê-se por aí como era comparativamente insignificante (marginal) a produção sergipana de álcool. E assim, a rigor, manteve-se até fins da década de 70. Na safra de 1979/80, o que o Estado produziu de álcool não alcançou sequer 0,1% da produção nacional.<sup>(69)</sup> Somente no decorrer dessa década é que tais resultados se tornariam mais pronunciados, com parcela crescente da cana-de-açúcar sendo desviada para a produção de álcool.

Para que pudesse fazê-lo, entretanto, importantes passos foram dados em Sergipe com vistas à expansão da produção alcooleira. No que toca, por exemplo, à montagem de destilaria autônoma, o marco, no Estado, foi a implantação, em 1978, da Agroindustrial Grande Vale (vinculada ao grupo empresarial alagoano Nilson Tenório)<sup>(70)</sup>, cuja produção, todavia, só se inicia efetivamente a partir da safra 1982/83 (10.043,3 mil litros).<sup>(71)</sup>

Enfim, depois da implantação da Grande Vale, outro marcante momento da produção alcooleira estadual seria a entrada em operação, na safra 1986/87, da destilaria autônoma Santana, com cuja produção contribuiria para elevar a 0,3% (ficara abaixo de 0,1% na safra 1979/80) a participação de Sergipe na produção alcooleira nacional.

## CONCLUSÃO

A título de desfecho a esta Parte II, e com algumas considerações adicionais, pode-se estabelecer o seguinte: embora a "saída para dentro", providenciada no limiar dos anos 30, tenha se constituído em importante mecanismo \_senão o único\_ de crescimento da economia nacional, emprestando, inclusive, suporte à reprodução das atividades no âmbito da agroindústria sucro-alcooleira do país, é todavia inegável que, para o ramo sergipano dessa agroindústria \_como de certa forma em toda a sua extensão nordestina\_ o aprofundamento do intercâmbio interestadual e, em particular, a crescente autonomia do Centro-Sul na produção açucareira comprometeu as possibilidades de desenvolvimento do setor tanto no Estado quanto na região.

Mas é claro que nos estados nordestinos onde houve a presença de unidades de produção relativamente bem aparelhadas foi menos traumática que noutros, em situação contrária, a resistência ao impulso tomado pela produção no Centro-Sul. Não foi este o caso de Sergipe: a debilidade estrutural, o caráter atomístico da organização industrial de seu parque usineiro e a decorrente insuficiência dos meios de acumulação internos às firmas \_para não falar dos inerentes à própria economia sergipana\_ atuaram como entraves à

ampliação da escala de operação industrial das unidades produtivas.

Apenas para reforçar a idéia de quão frágil era a estrutura da indústria açucareira sergipana, lembro que, em 1939 \_quando se contavam, em funcionamento, 76 usinas\_, o IAA classificara como "usinas médias" no Estado aquelas aptas a produzir numa faixa entre seis e vinte mil sacos de açúcar, ao passo que essa mesma categoria de usina em Alagoas abarcava um nível de produção entre 30 e 100 mil sacos, e entre 40 e 120 mil em São Paulo.<sup>(72)</sup> Nessas circunstâncias, é fácil atentar para as razões da reduzida capacidade de resistência do parque usineiro sergipano, dado o grande número de unidades de pequena planta \_mesmo se comparadas às daqueles estados nordestinos com expressão açucareira similar à de Sergipe.

Como se não bastasse, em Sergipe se antepunha ainda como embaraço a um maior grau de aparelhamento das unidades produtivas o comportamento do setor agrícola na produção de matéria-prima. Não obstante a média decenal da área cultivada com a cana-de-açúcar se haja conservado crescendo no Estado desde a década de 30 até a dos anos 60, seu desenvolvimento, tal como assinalado, ficou aquém das possibilidades de processamento industrial do parque usineiro sergipano. Foi não apenas moroso o ritmo dessa evolução no segmento agrícola, como também bastante errático o seu curso.

Ora, a partir da Segunda Guerra, e notadamente ao seu término \_em virtude do relaxamento tanto dos critérios de reajuste das quotas de produção quanto do controle sobre a comercialização do açúcar\_ tornara-se particularmente importante o aparelhamento das unidades açucareiras, tanto mais crucial porque, como se sabe, nos mercados dos quais dependia o parque usineiro sergipano marchava-se a passos largos em direção à substituição de importações do açúcar oriundo deste Estado, e a única forma de, em parte, compen-

ser essa perda \_embora o problema fosse de maior amplitude\_ teria sido a incorporação de crescentes ganhos de produtividade, tanto na parte agrícola quanto na industrial. E mesmo que semelhante coisa se houvesse cumprido em Sergipe \_em alguma escala razoável\_ ainda assim não se reverteria a magnitude do problema que se tinha de conter, qual seja, o da desenfreada expansão açucareira centro-sulina, contra o qual o IAA, mesmo com sua administração de quotas, pouco pôde fazer para barrar.

O papel, nesse sentido, outrora desempenhado, por exemplo, pelo mercado do Rio de Janeiro na compra dos artigos básicos da economia sergipana acabaria sofrendo completa inversão em virtude da crescente autonomia do Centro-Sul \_especialmente São Paulo\_ na produção açucareira. Impunha-se, dessa forma, reorientar gradualmente o mercado consumidor do açúcar sergipano. E a exemplo do que sucedeu por ocasião da Segunda Guerra \_por razões já comentadas\_, quando se expandiram, para o Nordeste, as exportações do açúcar sergipano, ao que tudo indica a partir dos anos 70 o mercado dessa região se torna definitivamente, para Sergipe \_e não apenas no caso do açúcar, mas sobretudo<sup>(78)</sup>\_, um centro consumidor de elevada significação. Em 1973, v.g., 99% dos cerca de 369 mil sacos de 60 Kg de açúcar exportados por Sergipe ficaram no Nordeste, sendo que a Bahia, sozinha, absorveu deste total quase 87% (ver QUADRO 8 no Apêndice Estatístico).

Sintomático, portanto, dessa existência problemática da agro-indústria açucareira sergipana \_mais, até, que a de outros estados nordestinos\_ foi, por um lado, a desapareição continuada de suas unidades, e, por outro, sua conversão acelerada em produtor marginal de açúcar. Entre a safra de 1929/30 e a de 1979/80 despencou de 87 (o maior número do país) para apenas 04 o número de usinas em Sergipe, ao passo que São Paulo, com apenas 20 usinas naquela

primeira safra, terminaria na de 1979/80 com um número quase quatro vezes maior (76 usinas), tendo até mesmo chegado a pôr em funcionamento 95 usinas durante a safra 1958/59.

Em todo o Nordeste, no intervalo entre a safra de 1929/30 e a de 1979/80 montou a 118 a redução verificada no número de usinas, sendo que, deste número, 83 foram as desativadas em Sergipe. Foi flagrante, da mesma forma, a perda de participação relativa de Sergipe na produção açucareira tanto regional quanto nacional. De 13,3% com que chegou a marcar no Nordeste sua participação na safra de 1930/31, e de 9% com que se apresentou aí na produção nacional de açúcar, caiu para apenas 3,6% em 1980 sua participação no contexto regional e para tão-somente 1,3% no plano nacional.

Grosso modo, até a década de 60 as possibilidades de expansão dessa economia estavam, em boa medida, determinadas pelas que se abrissem à agroindústria açucareira. Em torno dessa atividade, afinal de contas, gravitava seu ramo alimentar, por essa época (ao lado do têxtil) um dos segmentos dominantes na estrutura industrial do Estado. Apenas no fabrico do açúcar gerou-se, em 1949, cerca de 59% do valor da produção de todo o ramo alimentar, correspondendo isto a 20% de todo o valor da produção da indústria local de transformação. Respondia ainda a atividade açucareira por 66% de todo o pessoal ocupado na indústria alimentar, a qual, por sua vez, participava com 34% de todo o valor da produção da indústria de transformação sergipana.

Dez anos depois, sem qualquer alteração de fundo no perfil da indústria estadual, modifica-se sobremaneira a posição do açúcar: tornara-se agora de aproximadamente 37% sua participação no valor da produção do segmento alimentar e de 15% no conjunto da indústria de transformação. Em 1970 cairia ainda mais, para 29%, no primeiro caso, embora se conservasse com os mesmos 15% no se-

gundo. Após uma década dar-se-ia mais ou menos o inverso. Assim, em 1980 recuaria para menos da metade da de 1970 sua participação no valor da produção da indústria de transformação, isto é, declinaria para apenas 6,4%, embora num nível não muito distante mantivesse sua posição (24%) no valor da produção da indústria alimentar. Aqui, desta feita, do contingente de pessoal total ocupado o sub-ramo açucareiro absorveu apenas 27,6%, contra 66% em 1949.<sup>(74)</sup>

Percebe-se, assim, como eram reduzidas as oportunidades de êxito da economia sergipana à luz da trajetória que marcou sua agroindústria açucareira ao longo do processo de construção do mercado nacional. Note-se, a propósito, que o que se produz de açúcar por volta da primeira metade dos anos 70 difere pouco, a rigor, do que se produziu na safra de 1930/31, e sem que tenha havido, no caso, aumento compensatório da produção alcooleira. E visto que, durante muito tempo, o desempenho dessa economia esteve intimamente vinculado ao da agroindústria açucareira, e dado que o desta, pelo que se pôde observar, revelou-se de algum modo sofrível, igualmente sofrível, por esse lado, haveria de ser o dinamismo da economia sergipana, que, aliás, ainda retirava, em 1981, só com a cana \_mas não por acaso depois do "produto" bovino\_, 22,7% do ICM do "setor primário", ou o equivalente a 3,9% de toda a arrecadação de ICM no Estado, estando o açúcar, por sua vez, situado como o terceiro mais importante item de receita fiscal de ICM do "setor secundário", pelo qual responde com 9,2%, correspondendo no entanto esta cifra a apenas 2% de todo o ICM recolhido no Estado em 1981<sup>(75)</sup>.

## NOTAS

(1) SZMRECSÁNYI, Tamás. O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975). São Paulo, HUCITEC-UNICAMP, 1979, p.164.

(2) idem. ibidem, pp.166-167.

(3) Cf. IAA, Anuário Açucareiro de 1938 e de 1943/44.

(4) Cf. IAA, Anuário Açucareiro de 1943/44.

(5) SZMRECSÁNYI, T. (1979), op. cit., pp.168-169, e partir de comentários de SINGER, P.I. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. 2ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977, p.324.

(6) SZMRECSÁNYI, T. (1979), op. cit., pp.161-163, passim.

(7) idem. ibidem, esp. Cap. III.

(8) Dé CARLI, Gileno. O açúcar na formação econômica do Brasil, in Anuário Açucareiro de 1936 (IAA), p.55.

(9) SZMRECSÁNYI, T. (1979), op. cit., p.171.

(10) idem. ibidem, p.177.

(11) XAVIER, Sílvia. Defesa da produção açucareira leva à criação do IAA. Brasil Açucareiro (IAA), nº 4, 1970, pp.18-19.

(12) Cf. IAA, Anuário Açucareiro de 1935.

(13) Cf. IAA, Anuário Açucareiro de 1938.

(14) Parecer do Conselho Nacional de Economia sobre a Política Açucareira", in SZMRECSÁNYI, T. (1979), op. cit., p.183.

(15) OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma reafirmação. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 69-90, passim.

(16) CORREIA DE ANDRADE, Manuel. Estado, capital e industrialização do nordeste. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p.32.

(17) OLIVEIRA, Heitor. Os presidentes do IAA (I). Brasil Açucareiro, nº 5, nov./1968, pp.36-42, apud SZMRECSÁNYI, T. (1979), op. cit., p.204.

(18) GHACCARINI, J.C.A. Estado, ideologia e ação empresarial na agroindústria do estado de São Paulo. São Paulo, Tese de Doutorado (FFLCH/USP), 1972, p.82, apud SZMRECSÁNYI, T. (1979), op. cit., p.213. A propósito, ainda, da derrocada do Estado Novo, e do que a ele se seguiu no referente à adoção de medidas que acabariam por fomentar a irreversibilidade da transferência da hegemonia no subsetor para o Centro-Sul, lembro apenas o Decreto-lei nº 9872, de 10/09/1946, "que determinou uma revisão geral das quotas de produção de açúcar de usina atribuídas a cada um dos Estados ou Territórios" (SZMRECSÁNYI, T. op. cit., p.214). Em linhas gerais,

tal Decreto passa a subordinar a elevação dos limites estaduais de produção não mais às exigências nacionais da evolução do consumo de açúcar, e sim às regionais, tendo resultado disto notável estímulo e efetivo incremento da produção paulista (*idem*, pp.214/215).

(19) OLIVEIRA, H. (1968), *op. cit.*, p.40, *apud* SZMRECSÁNYI, T. (1979), *op. cit.*, p.213. Observe-se, ainda, o que diz SZMRECSÁNYI (*loc. cit.*): "...na verdade, a extinção do IAA só não chegou a se consumir devido à forte resistência que tal aspiração encontrou no Congresso recém-instalado, especialmente por parte dos parlamentares do Nordeste e do Estado do Rio."

(20) Em que pese em Sergipe voltarem a repetir-se, na década de 70, (QUADRO 6 do Apêndice Estatístico) os elevados níveis de produção alcançados durante a Guerra. Ora, mas dado que, nesse intervalo, segue sendo superada no Nordeste e em todo o Brasil a produção açucareira da época da Guerra \_apesar da deterioração da participação desta região no cômputo da produção açucareira do país\_, entende-se que, por força disto, haja sido reduzida a níveis verdadeiramente críticos, na década de 70, a posição relativa de Sergipe em ambos os planos regional e nacional da produção açucareira das usinas. Comparada à sua participação na produção açucareira nordestina registrada há três décadas, sua nova posição, na primeira metade dos anos 70, é de apenas 1/4 da registrada na média do período 1940/44; e em relação à brasileira sua participação no quinquênio 1970/74 *vis-à-vis* a do período 1940/44 tornou-se sete vezes menor. Definitivamente, portanto, Sergipe jamais reaveria sua posição alcançada nesse último quinquênio e nem tampouco a que conquistara por ocasião da safra 1930/31, quando produziu 13,3% do total nordestino de açúcar de usina e 9% do volume brasileiro (ver QUADRO 7 no Apêndice Estatístico), não obstante, aí, se encontrasse o Estado com o nível de produção açucareira inferior em 43,5% à média de produção do quinquênio de melhor desempenho \_o\_ de 1940/44.

(21) GNACCARINI, J.C.A. (1972), *op. cit.*, p.329, *apud* SZMRECSÁNYI, T. *op. cit.*, p.165.

(22) OLIVEIRA, Francisco de. *State and society in northeastern Brazil: SUDENE and the role of regional planning*. In: *The logic of poverty - the case of the Brazilian northeast*. London, Edited by Simon Mitchell, 1981, p.171.

(23) Cf. OLIVEIRA, Francisco de. (1987), *op. cit.*, esp. Cap III.

(24) Cf. DALL'ACQUA, Fernando Maida. (1982), *op. cit.*, cap. 2. Para um exame da mútua dependência que se estabeleceu entre o capital cafeeiro e o industrial, ver CARDOSO DE MELO (1984), *op. cit.*, cap. III.

(25) OLIVEIRA, Francisco de. (1987) *op. cit.*, p.63.

(26) MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia política*. São Paulo, Abril Cultural, 1983. Vol. III, Livro Terceiro. Tomo I, Cap. XX, *apud* GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Nordeste: da articulação comercial à integração econômica*. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1986, (mimeo), p.76.

(27) Cf. IAA, Anuário Açucareiro de 1935.



(28) Cf. IAA, Anuário Açucareiro, edição do Brasil Açucareiro, Rio de Janeiro 1938.

(29) Vale notar aí que o diferencial que separava o rendimento das usinas cariocas do das sergipanas era de apenas 2,6 pontos percentuais. Aparentemente, não denota algo verdadeiramente significativo. Não obstante, quando traduzida essa diferença em volume de produção, seu real significado revela-se surpreendente. De fato, já se pôde notar que, se ao invés de operarem com um rendimento de 7,5% houvessem operado com um de 10,1%, as usinas sergipanas teriam produzido a mais 259 mil sacos de açúcar na safra de 1934/35. Ainda para efeitos comparativos, é como se, nessa safra, e num átimo, a produção das 82 usinas sergipanas então em funcionamento se incorporasse a das 20 usinas mineiras também em operação na referida safra (Cf. IAA, Anuário Açucareiro de 1938).

(30) Cf. IAA, Anuário Açucareiro de 1941.

(31) OLIVEIRA, F. (1987), op. cit., p.69.

(32) Cf. IAA, Anuário Açucareiro de 1941.

(33) Cf. IAA, Anuário Açucareiro de 1943/44.

(34) Dé CARLI, Gileno. Aspectos de economia açucareira. Rio de Janeiro. Irmãos Pongetti, Editores. 1942, p.232.

(35) O que outrora se conhecia, para fins de classificação das zonas fisiográficas do Estado, como Zona Central (até o Censo de 1960), abarcava a maior parte dos municípios hoje compreendidos na Microrregião da Cotinguiba \_tradicional centro canavieiro em Sergipe. Os dados, portanto, sobre essa microrregião relativos ao período anterior a 1960 utilizaram-se da classificação dos municípios empregada no Censo Agrícola de 1960 para definir a Microrregião da Cotinguiba, razão pela qual alguma margem de imprecisão pode subsistir nesses dados. O mesmo já não se dá, por motivos fáceis de entender, com os dados que se referirem a períodos posteriores a 60.

(36) Isso a despeito de ocorrido em todo o Estado, nos decênios posteriores a 30, uma expansão da área média empregada com essa cultura. De toda sorte, foi muito lenta essa evolução, que para todos os efeitos se interrompe na década de 70.

(37) A produção nordestina, por sua vez, praticamente quadruplica três décadas após a safra de 1930/31; a do Brasil fora aumentada em cerca de sete vezes, e a paulista, então, expandida em mais de vinte vezes (vide QUADRO 6 no Apêndice Estatístico)

(38) Cf. IAA, Anuário Açucareiro de 1943/44.

(39) ibidem.

(40) CORREIA DE ANDRADE, Manuel. A terra e o homem no nordeste. 5ª ed., São Paulo, Atlas, 1986, p.92.

(41) Termo cunhado para designar o processo de incompleta transição dos engenhos para o sistema-usina. A este respeito \_sobre Sergipe\_, é ilustrativa a seguinte passagem do trabalho de Manuel CORREIA DE ANDRADE [SUDENE/1988, p.537]: "numerosos proprietários de engenhos banguês, compreendendo a necessidade de moderni-

zação, passaram a importar máquinas que aperfeiçoassem os seus engenhos, possibilitando a produção de açúcar cristal. Montavam assim pequenas unidades de produção que, embora inicialmente dessem um rendimento compensador, logo se tornariam anti-econômicas, não podendo competir com as usinas instaladas em outros estados e que iam melhorando cada vez mais a sua maquinaria. Com o correr dos anos, o número de usinas ou meias-usinas, como são chamadas pelos estudiosos sergipanos, elevou-se de tal forma que na safra 1932/33 estavam em atividade 84 delas [87, a bem da verdade (grifo nosso)], com uma produção total de 341.228 sacos de 60 Kg." Mais, a este respeito, verificar nota 44, bem como o trabalho de Orlando Vieira DANTAS [Aracaju, 1942, p.27]

(42) Dé CARLI, Gileno. (1942), op. cit., p.05.

(43) CORREIA DE ANDRADE, M.C. (1986), op. cit., p.93.

(44) *Engenhos turbinadores*: o que os caracterizava "era a ausência e cozedores a vácuo (nos engenhos turbinadores, o cozimento é feito em tachos abertos). A exigência do Instituto era de que, para se transformarem em usinas, aqueles engenhos teriam que adotar o cozedor a vácuo." QUEDA, Oriowaldo. *A Intervenção do Estado e a Agroindústria Açucareira Paulista*. Piracicaba, Tese de Doutorado, ESALQ/USQ, 1972, p.103, in SZMRECSÁNYI, T. (1979), op. cit., p.215.

(45) idem. ibidem. loc. cit.

(46) Cf. IAA, Anuário Açucareiro de 1938.

(47) ibidem.

(48) A noção de "concentração" que está aí sendo empregada não é a que, nos termos marxianos, denotaria propriamente crescente poder de acumulação das firmas levado a efeito pelo alargamento das dimensões individuais de capital. Mais próxima, no caso, estaria aquela noção do que Marx chama de *centralização* "que é a "concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes." (MARX, Karl. O capital (Crítica da economia Política). 3ª ed., DIFEL, livro 1, vol.2, 1982, p. 727).

(49) STEINDL, Josef. Maturidade e estagnação no capitalismo americano. Rio de Janeiro, Graal, 1983, p.63.

(50) Cf. IAA, Anuário Açucareiro de 1967.

(51) IAA, Anuário Açucareiro (vários números), bem como dados fornecidos pela Delegacia Regional do IAA em Aracaju. Ainda sobre o comportamento da produção usineira dos dois Estados, convém notar o seguinte: no caso de Pernambuco, em relação ao seu pior ano-safra de produção açucareira do período 1930-1980 "o de 1936/37", a produção da safra 1960/61 a superaria em 496%. Em Sergipe, para se ter uma idéia do alarmante descompasso, 40 anos após a sua pior safra açucareira "a de 1933/34", não não vai além dos 226% o incremento da produção havido no ano de 1973.

(52) Dé CARLI, Gileno. História de uma fotografia. Recife, Companhia Editora de Pernambuco, 1985, p.219.

(53) Cf. IAA, Anuário Açucareiro de 1961.

(54) Ver Brasil Açucareiro (IAA), nº 2, agosto/1974, muito embora não haja aqui qualquer alusão à aquisição prévia da Usina Central pela Pinheiro. Esta informação nos foi prestada pela Administração da Usina São José do Pinheiro, na pessoa do Sr. Jacinto Silva dos Anjos, em agosto de 1992.

(55) Parte dessas informações foi fornecida pela própria administração da Usina São José do Pinheiro, em agosto de 1992, na pessoa do Sr. Jacinto Silva dos Santos.

(56) Mais tarde, no entanto, a Pinheiro se tornaria também, não a principal, mas uma importante fabricante de álcool (hidratado) do Estado, tendo, para tanto, ampliado consideravelmente a participação da cana de terceiros, que é o que passa a fazer regularmente a partir da safra 1947/48.

(57) CORREIA DE ANDRADE, Manuel. Área do sistema canavieiro - Série de Estudos Regionais, Recife, SUDENE, 1988, p.650.

(58) SZMRECSÁNYI, Tamás (1979), op.cit., p.200.

(59) Cf. Anuário Açucareiro de 1948/49 (IAA), bem como dados divulgados (s/d) pela Delegacia Regional do IAA em Aracaju sobre a produção de açúcar das usinas sergipanas.

(60) Novamente, aqui, parte das informações se colheu diretamente da administração da Usina em agosto de 1992.

(61) SZMRECSÁNYI, Tamás (1979), op.cit., p.297. Ainda sobre o referido Programa, vale destacar a seguinte passagem do trabalho de CORREIA DE ANDRADE (1988, op. cit., p.663): "O Programa de racionalização da Agroindústria Açucareira, criado pelo mesmo Decreto-Lei que deu origem ao PLANALSUCAR (Decreto-Lei nº 1.186, de 28/08/1971), e mais tarde, em 1973, transformado pelo Decreto-Lei nº 1.266, de 26/09/1973, no Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira, surgiu com a finalidade de, por meio de estímulos às usinas, promover a concentração empresarial no setor açucareiro e, com isso, aumentar a produtividade industrial, tanto a nível de cada unidade de produção como a nível estadual."

(62) CARMO, A.T. Relatório das Atividades do IAA em 1971. Brasil Açucareiro, ano XXXIX, vol.LXXVIII, nº 2, out./71, p.65, apud SZMRECSÁNYI, Tamás (1979), op.cit., p.297.

(63) Para se ter uma idéia, na safra 1982/83, segundo estimativa de DANTAS NETO, apenas 14% da produção canavieira foram utilizados na produção de álcool, ao passo que a parcela restante se empregou no fabrico do açúcar (DANTAS NETO, Daniel Correia. Avaliação econômico-histórica e estudo dos mecanismos de alavancagem do PROÁLCOOI no Brasil e em Sergipe., Monografia apresentada ao Departamento de Economia da UFS, 1992, p.52).

(64) "A indústria do álcool no Brasil nascera como contingência natural da produção açucareira, por ser o álcool um subproduto normal da fabricação de açúcar (...). A partir de 1930, no entanto, o álcool passou a ganhar nova importância, deixando de constituir um simples subproduto, para tornar-se um fator de equilíbrio da agroindústria canavieira..." [SZMRECSÁNYI, Tamás (1979), op.cit., p.170].

(65) idem, ibidem, p.436-437.

(66) DANTAS NETO, D.C (1979), op.cit., p.32

(67) Cf. IAA, Anuário Açucareiro de 1938.

(68) É interessante notar que o que puxou esse extraordinário crescimento da produção nacional de álcool foi a agroindústria paulista. Na média do quinquênio 1961/65 a produção deste Estado correspondeu a cerca de 57% do volume total de álcool produzido no país. Enquanto, na média do quinquênio 1930/31-1934/35, São Paulo produzia de álcool apenas 38,3% da produção nordestina, agora, nos anos 60, a produção desse Estado tornou-se pouco mais que o dobro da produção nordestina. Nessas três décadas, comparadas as médias de produção de cada quinquênio, o crescimento da produção alcooleira paulista atingiu 2.797% (Cf. IAA/Anuário Açucareiro de 1938 e de 1967).

(69) Ver DANTAS NETO, D.C. (1979), op.cit., pp. 15 e 49.

(70) Cf. Revista do Fisco de Sergipe, (Os maiores do ICM em Sergipe), Aracaju, maio/1984.

(71) Em funcionamento, antes dela, encontravam-se apenas as destilarias anexas às Usinas Vassouras e Pinheiro. Na safra de 1979/80, somente a primeira destas usinas funcionou para produzir pouco mais de 3 (três) milhões de litros de álcool anidro e 120,5 mil litros de álcool hidratado. Na safra seguinte (1980/81) deu-se algo curioso com a produção de álcool daquelas duas usinas. Desta feita, apenas a São José do Pinheiro produz álcool anidro (1.560,3 mil litros), e a Vassouras unicamente o tipo hidratado. A bem da verdade, qualquer usina adequadamente aparelhada decide com relativa facilidade sobre que tipo de álcool produzir. O processo industrial empregado nessa mudança é inteiramente flexível.

(72) Cf. SZMRECSÁNYI, Tamás (1979), op.cit., p.198.

(73) De fato, do valor total dos diversos gêneros exportados por Sergipe (vias internas) em 1973 o Nordeste absorveu precisamente 51,8%. Idêntico percentual repetiria em 1977, porém em 1980 absorve apenas cerca de 40% (ver QUADRO 3 no Apêndice Estatístico). Seja como for, mesmo esse último é um percentual bastante expressivo se comparado sobretudo ao que Sergipe movimentava no interior do Nordeste há 40 anos. Em 1935, por exemplo, é claro que por via de cabotagem, Sergipe realizou no Nordeste tão-somente 16,2% do valor global de suas exportações (vide, a respeito, IBGE (1943), *Síntese Estatística do Estado de Sergipe - Separata do Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939/40*). Finalmente, não poderia deixar de registrar que a importância em anos recentes adquirida pelo Nordeste, no que toca ao intercâmbio comercial com Sergipe, é muito maior no caso das exportações que no das importações realizadas por este Estado. Sobre esse último aspecto, de maior significado como fornecedor do que Sergipe importa tem o Centro-Sul (ver, novamente, o QUADRO 3 do Apêndice Estatístico).

(74) IBGE, Censo Industrial (vários números).

(75) Revista do Fisco de Sergipe (1984), op.cit.

## PARTE III

### O MERCADO NACIONAL E O RAMO TEXTIL-ALGODOEIRO SERGIPANO

Face ao maior entrelaçamento comercial e à construção propriamente dita do mercado nacional, a economia sergipana passa a ter suas virtualidades em larga medida definidas, conforme salientado, pelas que se abrem no pós-30 ao seu subsetor açucareiro, ou seja, suas possibilidades de transformação sócio-econômica e de diferenciação da base produtiva estão, em parte, confinadas à capacidade \_que, como se sabe, é estreita\_ daquele subsetor em desencadear sensíveis modificações na estrutura e nos processos de trabalho no interior da economia.

Mas não menos importantes, por outro lado, eram as possibilidades de transformação estrutural que à economia sergipana poderia descortinar o seu ramo têxtil-algodoeiro. Em que medida ele o faz e o que estava ao seu alcance proporcionar é o que se tenciona, no que segue, examinar. Para tanto, convém, em linhas gerais, proceder a uma *démarche* do que lhe sucedeu no pós-30 sob influência, novamente, do processo de conformação do mercado nacional. Afinal de contas, ao lado do açúcar o ramo têxtil se constituía em Sergipe noutro importante eixo de sustentação da economia. Em princípios da década de 30, vale remarcar, cerca de 1/3 do valor global das exportações estaduais compreendia a contribuição prestada pelos tecidos, os quais concorriam ainda, por essa época, com quase 10% para o total das receitas estaduais.

### 3.1 - O Comportamento da Produção Algodoeira

A começar pelo algodão [matéria prima básica de processamento da indústria têxtil], desde logo vale ressaltar que seu desempenho foi atípico e na maior parte do período correspondido entre 1930/80 não se mostrou capaz de atender às exigências que lhe fazia essa indústria, a qual se viu freqüentemente levada a recorrer a importações desse produto dado que o setor agrícola sergipano, neste caso como no da cana-de-açúcar, mais uma vez parecera falhar em dar suporte às necessidades do ramo têxtil, notadamente em seus instantes de expansão. As causas disto serão melhor examinadas no tópico seguinte. Por ora, entretanto, vamos nos ater a uma breve descrição do comportamento da produção algodoeira sergipana.

TABELA III.1  
SERGIPE - ÁREA E PRODUÇÃO MÉDIAS DE ALGODÃO

QUINQUÊNIOS	ÁREA (mil ha)	ALGODÃO EM CAROÇO (mil ton.)	RENDIMENTO (Kg/ha)
1926/30*	-	10,0	-
1931/35	32,2	15,6	485
1936/40	32,4	16,3	503
1941/45	20,4	10,4	510
1946/50	15,1	5,7	377
1951/55	22,0	7,2	327
1956/60	23,4	7,6	325
1961/65	26,3	8,1	308
1966/70	35,5	9,9	279
1971/75	29,2	7,5	256
1976/80	11,9	2,5	210

FONTES: \* Anuário Estatístico do Brasil/1936 (INE)  
Sinopse Estatística de Sergipe - 1938 (INE)  
Mercado e Comercialização do Algodão (1964)  
O Estado de Sergipe em 1935 (INE)  
Anuários Estatísticos (IBGE)  
Sergipe Atual - 1952 (IBGE)  
Manual de Estatísticas Básicas do Nordeste (BNB)  
Produção Agrícola Municipal (IBGE)  
Aspectos Econômicos e Financeiros do Estado (1947)  
Diagnóstico da Indústria Têxtil de Sergipe (CEAG)

Entre 1931 e 1935, apesar de entrecortado por bruscas oscilações em 1932 e 1933, nos extremos do quinquênio ao que tudo indica foi satisfatória, para a indústria têxtil sergipana, a evolução de 4,9% ao ano da produção algodoeira estadual. E visto que no mesmo período a taxa de crescimento anual da área voltada para o cultivo de algodão é praticamente nula, o incremento na quantidade de algodão em caroço produzido operou-se em função quase que exclusiva da melhoria no rendimento, cuja média, no período, foi de 485 Kg/ha, sendo que, em 1934, chegou a alcançar a marca dos 600 Kg/ha — um rendimento, na verdade, excepcional. A prova disto é que foi o segundo maior do Nordeste (atrás apenas do do Rio Grande do Norte), tendo até mesmo superado, em 6,3%, a média do rendimento brasileiro, porém inferior — em, respectivamente, 50% e 44,5% — ao rendimento obtido no Paraná e em São Paulo.<sup>(1)</sup>

Mas em que pese ter sido relativamente bom o rendimento da lavoura algodoeira sergipana por essa época, seu volume de produção, contudo, era dos mais modestos da região. Com sua produção, em 1934, de 14,5 mil t de algodão em caroço, só ultrapassou a da Bahia e a do Piauí, ambas de pouco mais de 12,8 mil toneladas. Dessa tipo de algodão, o em caroço — mas não só, com o em semente também — vê-se que Sergipe já era, na ocasião, um produtor marginal no interior da região. Vinte anos depois (em 1954), sua produção de tão-somente 7,4 mil toneladas de algodão em caroço torna-se a segunda menor do Nordeste; e a partir de 1955, quando, finalmente, é batido em volume de produção por todos os estados nordestinos, Sergipe, desde então, transformara-se num inexpressivo produtor regional — e, claro, nacional — de algodão em caroço. Excetuada a sua, cresceu em todo o Nordeste a produção algodoeira desde a segunda metade dos anos 50 até o início da década de 80.

De fato (Tabela III.1), a inflexão na área do Estado cultivada com algodão se processa nos anos 40 e mais acentuadamente a partir da segunda metade desta década, quando, afinal, a produção algodoeira sergipana deixa de fazer face às necessidades da indústria têxtil local, em virtude do intenso surto expansivo suscitado pela II Guerra Mundial. Ora, paradoxalmente, justo no momento mais favorável a essa indústria, a safra algodoeira do Estado se retrai fortemente, deixando, assim, desassistido seu parque têxtil. A taxa anual à qual se dá esse declínio, no período 1941/45, é de 15,4% para a área e de 14,9% para a produção de algodão. No total, ambos recuaram aí, respectivamente, em 49% e 48%.

No quinquênio seguinte a situação se tornaria mais crítica: as reduzidas médias de produção e de área registradas no período 1946/50 talvez não encontrem paralelo com as dos anos da primeira metade do presente século, de sorte que, nesses cinco anos, e pela primeira vez desde 1930, a área média cultivada com algodão (que sempre fora uma das maiores dentre as principais culturas do Estado) reduz-se a um nível próximo ao da faixa média de terra empregada com a cana-de-açúcar. Numa década como a de 1930 — a título apenas de ilustração —, o algodão chegou a ocupar, em média, uma área quase três vezes superior à reservada à cana.

O ritmo a que se vinha dando o declínio da produção e da área no curso dos anos 40 reverte-se, no entanto, na década de 50, mas o que passa a ter lugar desde aí até a segunda metade da década de 60 é um processo de mais firme recuperação da área do que da produção. Em parte, ambas cresceram, na média, porque haviam caído no imediato pós-guerra a níveis muito baixos se comparados aos dos anos 30.

Não se tendo verificado, afinal, qualquer melhoria nos índices de produtividade, mais que nunca esse breve instante de reação



da cotonicultura sergipana patenteou características de esgotamento dessa cultura. Senão vejamos: a despeito de a área média cultivada na segunda metade dos anos 60 ter excedido a do período 1936/40, a produtividade algodoeira que se obtém aqui é quase o dobro da registrada no quinquênio 1966/70, sugerindo, assim, que a produção operara-se agora sob condições menos eficientes que as de três décadas atrás.

Sintomático, noutros termos, dessa decadência da cotonicultura é a progressiva perda de participação do algodão na formação do produto bruto da agricultura estadual: de 8,4% em 1950 cái para 4,5% em 1960, 3,4% em 1970 e 0,2% em 1980.<sup>(2)</sup> As transformações que, em contrapartida, tiveram lugar na agricultura sergipana serão objeto de atenção na PARTE IV do presente trabalho.

### **3.2 - Determinantes do Declínio da Cotonicultura Sergipana**

Diversos fatores, em Sergipe, concorreram para o progressivo desfalecimento de sua cotonicultura. Contudo, nenhum deles guardou estreita relação com o problema da falta de mercado para o algodão de fibra média produzido no Estado. O mercado, aqui, no caso, é o nacional. Vez por outra \_como na década de 30\_ é que havia "sobras" para o exterior. Mas a partir dos anos 40 Sergipe deixa de produzir até mesmo o suficiente para consumo interno de suas fábricas têxteis, tornando-se portanto um importador.

De antemão, merecem destaque aqueles fatores mais comuns, envolvendo desde a precariedade das técnicas de preparo do solo (em

virtude dos processos de trabalho rotineiros e de baixo grau de mecanização, sem o auxílio de insumos e defensivos químicos \_porquanto, entende-se, tratar-se de cultura típica de "plantador dependente"), falta de orientação no manejo das variedades e na definição do padrão de fibra mais adequada às características ambientais da região, deficiência dos mecanismos de financiamento, bem como, o que é pior, até mesmo a falta de emprego de sementes selecionadas \_algo que, pelas condições que vêm de ser apontadas, e que sempre marcaram os campos de algodão, terminava por exercer enorme influência não apenas, é claro, sobre os índices de produtividade da lavoura, mas sobretudo sobre os próprios níveis de produção, concorrendo, dessa forma, como um sério fator de desestímulo à prática da cotonicultura no Estado.

A propósito, uma análise apressada do que propiciou o extraordinário surto da cultura algodoeira paulista no pós-30 certamente sugeriria serem gritantes, do ponto de vista técnico, as diferenças separando as condições de cultivo do algodão desenvolvidas neste Estado "vis-à-vis" as acima identificadas para Sergipe, e que, portanto, os elevados níveis de produtividade do algodão explorado em São Paulo passaram a se dever, acima de tudo, à larga recorrência a métodos racionais e eficientes de cultivo.

Se bem a agricultura paulista já detivesse amplo estoque de equipamento e praticasse, ademais, certos cuidados (com a erosão, por exemplo), é sempre bom não perder de vista que, até pelo menos 1944 \_que é quando se arrefece, em São Paulo, a vertiginosa expansão da cotonicultura havida no pós-30\_, a matriz técnica que apoiou esse surto algodoeiro, segundo Rui ALBUQUERQUE, foi a introdução de sementes melhoradas, com o Estado assumindo não apenas as tarefas de "pesquisa básica" (a cargo do Instituto Agronômico de Campinas), mas também as do controle de sua distribuição junto

a produtores. Isto posto, as sementes, mais que qualquer outra inovação, foram, no caso da cotonicultura paulista, "o único insumo moderno que de fato, e obrigatoriamente, acompanhou os pequenos e grandes produtores,"<sup>(3)</sup>

Em Sergipe \_a despeito de se terem instalado "campos experimentais de algodão"\_ ao que tudo indica não só não se preencheu semelhante requisito (o da difusão de sementes selecionadas, com o acompanhamento dos órgãos governamentais), como também, de resto, confirmaram-se desastrosos os trabalhos com vistas à difusão de novas variedades.

Com efeito, em sua explicação das diversas causas que contribuíram para a desaceleração da cotonicultura sergipana, José CRUZ sugere que "a implantação, (...) a partir de 1937, das variedades 'Acala' e 'H-105'" (ambas herbáceas e de fibra média), "sem a necessária orientação (...) causou aos pequenos agricultores (praticamente os únicos no Estado) uma espécie de desânimo e de desinteresse, face aos constantes insucessos verificados e aos enormes prejuízos que tiveram, decorrentes de doenças e pragas (...) Ainda por falta de orientação, os cultivadores de algodão plantam uma variedade e replantam com outra, muitas vezes até plantando uma variedade menos indicada para as condições do local onde vai ser feita a cultura. Assim procedem por ser deficiente a assistência técnico-agronômica que recebem dos órgãos governamentais. Daí utilizarem métodos condenáveis, porque empíricos, desde o preparo da terra à colheita do produto (...) Nem sequer fazem seleção de sementes pelos processos mais simples."<sup>(4)</sup>

Esse, portanto, o quadro mais geral das causas da decadência da cotonicultura sergipana.

### 3.2.1 - Comercialização e Beneficiamento do algodão

Dentre os já mencionados, outro fator a que se pode atribuir decisiva influência no enfraquecimento da cotonicultura sergipana diz respeito à inadequada estrutura de comercialização através da qual se abasteciam de algodão suas unidades de beneficiamento. Como é sabido, essa malvácea, por se tratar de cultura de fácil manejo, barata e contar ainda com a vantagem de se prestar ao cultivo consorciado, oferece, assim, sobretudo ao pequeno agricultor, a possibilidade de, ao cultivá-la, ocupar-se e dispor, a um só tempo, tanto de alimentos para o seu sustento como de um produto para venda.<sup>(5)</sup>

Como o algodão não é explorado no sistema de "plantation", mas, de modo geral, através de pequenas unidades familiares, isto, de saída, já retira às mesmas, quase que por completo, o poder de interferir ou de exercer razoável controle sobre o processo de comercialização do produto. Todavia, não é esta a única circunstância que concorre para tornar a cultura algodoeira pouco atrativa aos olhos do produtor. Há, antes disso, na viabilização do cultivo, a intervenção dos aspectos financeiros, determinando, a rigor, as condições sob as quais haverão de se cumprir, para os pequenos agricultores, os negócios envolvendo o comércio e o abastecimento do algodão em caroço às beneficiadoras.<sup>(6)</sup>

Em todo o Nordeste, esse abastecimento comumente dava-se sob as seguintes formas: pela ação do próprio agricultor, neste caso fornecendo seu produto diretamente às algodoeiras (como também eram conhecidas as usinas de beneficiamento); através de *corretor* ou *preposto*; e, finalmente, a modalidade de abastecimento que ficava a cargo das *cooperativas de produtores* \_esta, sem dúvida, a

melhor maneira de o pequeno agricultor perceber, no mercado, mais justa remuneração para o seu produto.<sup>(7)</sup>

Infelizmente, não era sob o predomínio desta última fonte de abastecimento que se realizava, em Sergipe, até uma fase muito recente \_fins da década de 70\_, a comercialização que supria de matéria-prima suas unidades de beneficiamento. A mais comum, neste caso, aquela que mais se sobressaía, era a que trazia a presença do corretor ou preposto.<sup>(8)</sup>

Quando sucede, pois, de o intermediário não passar de um preposto das usinas, são elas, as próprias unidades de beneficiamento que, no fundo, cuidam da provisão de financiamento de custeio e orientam a produção, com o que, dessa forma, podem estabelecer os termos em que se dará a negociação do algodão a ser adquirido ao produtor. "As usinas financiam, dentro de sua área de atuação, concedendo adiantamentos aos proprietários de terra e intermediários para que atuem junto aos pequenos produtores. Possui cada usina freguesia certa, constituída de pessoas conhecidas e com tradição, sendo que a aquisição do algodão é realizada de acordo com suas conveniências e tradições locais."<sup>(9)</sup>

Em mais confortável situação que a do agente intermediário responsável pela comercialização do algodão encontravam-se os proprietários do imóvel agrícola em cujas terras se praticava exploração algodoeira através de parceiros ou mesiros. Quase sempre \_e em alguma medida isso perdura até os dias de hoje\_, esses proprietários "levantam recursos nas carteiras rurais dos bancos oficiais, para repasse aos seus lavradores, e comercializam a produção do algodão de suas terras em condições realmente mais vantajosas."<sup>(10)</sup> Tal não é o caso, é certo, dos moradores, parceiros e rendeiros, que se vêem na contingência de vender \_não sem perdas\_ o algodão ao proprietário da terra explorada.

Atuando, desta feita, como intermediário ou repassador do algodão produzido às usinas de beneficiamento, e não mais como agente da produção, os lucros do proprietário que exerce esse duplo papel acabam por ser também consideráveis. E o são cada vez mais \_vale insistir\_ onde persistem modalidades de cultivo levadas a cabo por agricultores sem terra, aos quais não se encontram dispostos canais diretos de comercialização, capazes de os eximir, v.g., da conhecida operação de *correção*, por meio da qual lhes é subtraída parte dos rendimentos da produção que, sob outras condições, poderia lhes caber quase que por inteiro proporcionada pelo algodão que produzem e que é recolhido às usinas.<sup>(11)</sup>

Assim sendo, para quem lida diretamente com a cultura algodoeira é o "preço não compensador, fixado quase que uniformemente pelos descaroçadores (hoje, como sabemos, pertencentes em sua maioria às empresas têxteis), o que concorre para que dia-a-dia os pequenos lavradores de algodão se desinteressem em cultivá-lo, uma vez que, forçados por diversas circunstâncias, têm de sujeitar-se àquela imposição, isso porque não dispõem de recursos para poderem concorrer num mercado melhor, fora do Estado, ou então para não se submeterem às cotações do mercado local, que lhes é desfavorável. Em face disto, desistem, desiludidos, de cultivar o algodão e emigram, sozinhos ou com suas famílias, principalmente para o Sul do país, à procura de trabalho em novas ocupações."<sup>(12)</sup>

O problema aqui, então, com o algodão, resume-se a que, sem preço remunerador, fenece o entusiasmo de seus produtores diretos pela cultura. Note, a propósito, que preço remunerador e crédito foram os dois mais importantes fatores da arrancada algodoeira paulista no pós-30. A rigor, no entanto \_como ALBUQUERQUE\_ poder-se-ia considerar unicamente o fator-preço; o crédito, no caso, é consequência dele.<sup>(13)</sup>

Por sua vez, ao agravarem, via fator-preço, as condições que tornavam cada vez mais insustentável a lavoura algodoeira, as unidades de beneficiamento do algodão em Sergipe acabavam também, paradoxalmente, por comprometer sua própria sorte.<sup>(14)</sup> Em virtude de se encontrarem muito intimamente acopladas ao desempenho da cottonicultura \_que, em Sergipe estava experimentando franco declínio desde o pós-guerra\_ decididamente era pouco promissor o destino das beneficiadoras. Com pouca matéria-prima para ser processada \_embora houvesse o recurso a importações, sem, é claro, neste caso, a possibilidade de controle sobre os preços\_ o fechamento de algumas delas resultou inevitável. Das 32 em atividade no início dos anos 40 reduziu-se para 24 o número delas na safra algodoeira de 1962/63. Em 1966 seriam vinte, e em 1977 não passaria de dez o número dessas unidades no Estado.<sup>(15)</sup>

Naquela safra, a de 1962/63, apenas para dar aqui uma idéia da adversidade do quadro em que em geral se encontravam, as unidades beneficiadoras de algodão em Sergipe operaram com índices espantosamente elevados de subutilização das instalações. Enquanto noutros estados do Nordeste a ociosidade nesse ramo da indústria alcançava, por essa época, 19% e mesmo 31,5% \_casos, respectivamente, da cearense e da potiguar\_, em Sergipe chegara a 67,4% a ociosidade das instalações (Ver QUADRO 17 no Apêndice Estatístico).

### 3.2.2 - A Emergência da Pecuariação e a Ruptura da Simbio- se Pasto-Algodão

Além da que já se fez menção, há uma outra forte motivação \_frequente em todo o Nordeste\_ que leva abastados proprietários de terras a dar lugar nas mesmas à cultura do algodão. Sobretudo quando são pecuaristas, ela consiste em utilizar-se o plantio do algodão, mais propriamente restos da cultura, como meio de suprimento de forragem para o gado. Neste caso, "haveria a possibilidade" \_ao que parece, em Sergipe, sem bons resultados\_ "de os produtores sem terra pagarem o aluguel das áreas que exploram exclusivamente com o feno, retendo para si todo o algodão que fosse produzido."<sup>(16)</sup>

Ora, em se tratando deste tipo de consórcio, deve-se ter presente, desde logo, o seu caráter irregular, porquanto a cultura do algodão não aparece aí como uma atividade de orientação básica, mas sim meramente residual, subordinada à atividade dominante representada pelo criatório de gado. Não obstante, tanto quanto pôde perdurar, esse sistema que punha o gado em contato com o algodão reproduziu-se em perfeita simbiose, propiciando campo à cultura dessa lavoura.

Porém em Sergipe a ocupação dos campos com pastagens, para engorda de gado, logo se tornaria um empreendimento mais lucrativo que o associado ao arrendamento de terras para cultivo de algodão. E uma vez substituído o plantio dessa malvacea por capim, ficavam os pequenos lavradores, por sua vez, impossibilitados de arrendar terras dos fazendeiros para levar adiante a cultura do algodão em



meio a seus "roçados", resindindo nisto, portanto \_nesta ruptura dos vínculos que o algodão guardou com a pecuária\_, uma das razões adicionais na explicação do porquê do declínio da cotonicultura no Estado. (17)

Mais que nunca, o ciclo recente da pecuarização da economia sergipana \_acerca do qual a Tabela III.2 projeta alguma luz\_ coincide, em seus traços mais largos, com a desaceleração da lavoura algodoeira (Tabela III.1). A partir, precisamente, da segunda metade dos anos 40 \_que é a fase crítica de inflexão da cotonicultura\_, o fenômeno da pastagenização passa a assumir cada vez mais pronunciada importância, como que procurando reaver, em extensão e em intensidade, o papel histórico que já houvera desempenhado ao plasmar a fisionomia da antiga Província de Sergipe. Atraída, por is, pelas perspectivas de ganho imediato, a pecuária, no Estado, \_envolvendo o litoral, o agreste e o sertão\_ ressurgiria em ritmo verdadeiramente assustador, em oposição ao que se verificaria com o da produção agrícola.

TABELA III.2  
SERGIPE - ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS OCUPADA COM PASTAGENS E LAVOURAS

ANOS	ESTABELECIMENTOS (ha)	LAVOURAS		PASTAGENS	
		TEMPORÁRIAS	PERMANENTES	NATURAIS	ARTIFICIAIS
1940	870.064	84.303	32.274	228.244	34.934
1950	1.111.645	112.506	23.029	236.947	167.841
1960	1.469.446	131.455	47.616	443.533	391.470
1970	1.743.200	136.042	66.340	508.361	508.939
1980	1.997.773	156.975	95.748	395.141	815.111

FONTE: IBGE - Censo Agrícola de 1940, 1950 e 1960.  
- Censo Agropecuário de 1970 e 1980.

ler, passava um pouco dos 30% a área dos es-  
 nos ocupada com pastagens, ao passo que já  
 vance essa participação para 36,4%, até al-  
 1980. Entre 1940 e 1980 expande-se em 4,5  
 pastagens, tendo sido apenas duplicada, no  
 de lavouras e a do conjunto dos estabeleci-  
 as temporárias onde se situa o algodão,  
 cremento absoluto ao longo do período, dando  
 o fora afetada pela pecuária, em termos rela-  
 tre 1950 e 1970\_ não acompanha a evolução da  
 ntos: de 10,1%, no primeiro desses anos, re-  
 ão para 8,9% em 1960 e 7,8% em 1970. Não foi  
 as pastagens, *verbi gratia* das artificiais,  
 1940, e quase 20% em 1960, eleva para 42% em  
 na área dos estabelecimentos agrícolas.  
 essa aqui dimensionar com exatidão o quão ne-  
 cesso de expansão das pastagens afetou a coto-  
 o certo, porém, é que, ao seu modo, e em ra-  
 ter contribuído para o seguinte quadro: entre  
 ultivada com algodão sofre um recuo da ordem  
 uma redução de 30,5% para 14,6% da participa-  
 ea das lavouras temporárias; caíra ainda mais  
 mal alcançando, ao final, 2,5% em 1980. En-  
 ieno da pastagenização vai-se conformando em  
 nciado, levando até mesmo a que o Estado vies-  
 este aspecto, uma posição regional de bastante

DOS, DA AREA DOS  
E LAVOURAS

PASTAGENS			
1950	1960	1970	1980
36,6	30,1	31,1	24,3
26,7	28,7	34,9	33,0
23,4	30,8	33,4	34,4
33,2	49,9	41,7	34,3
37,2	46,1	44,9	37,1
19,5	32,8	37,3	33,6
20,1	28,3	31,1	33,9
36,4	50,0	58,4	63,8
28,6	35,5	40,7	46,5

, Sergipe, que em 1940  
 ntagem de área reserva-  
 ra década depois, para  
 do agora de uma área  
 já em 1960, o que é  
 colocado. No caso das  
 e apenas "ganha" posi-  
 com mais baixa pro-  
 ocupada com lavou-  
 dados das Tabelas  
 caráter desse processo  
 associado ao desenvol-  
 atou de um processo  
 ão de determinadas  
 e mesmo, n'algumas  
 gipe, mais do que em  
 processo, uma bem

demarcada orientação, dirigida a emprestar à pecuária certo sentido de especialização, torná-la uma atividade regular, com um algum grau de planejamento e racionalidade, coisa da qual, aliás, ela jamais se revestira durante toda a primeira metade do presente século. Em 1980, portanto é forçoso reconhecer a pecuária praticada no Estado atinge um bom nível de modernização, possibilitado pelo crescimento das inversões no setor e pela intervenção dos instrumentos públicos de fomento à exemplo da extensão rural<sup>(19)</sup>

Constitui forte evidência do que precede o extraordinário avanço da área de pastagens artificiais sobre a de pastagens naturais<sup>(20)</sup>, denotando, pois, que em Sergipe a pecuária deixara de ser uma atividade improvisada, de natureza apenas extensiva, para se tornar uma atividade dominante, que aos poucos fora adquirindo autonomia e abandonando aquele seu caráter de *empresa* basicamente constituída como alternativa à inversão de capitais que não encontravam mais oportunidades de acumulação em setores tradicionais da economia.

Para citar um exemplo, já demonstrado na Parte II, mesmo na zona central sergipana, na conhecida microrregião da Cotinguiba, onde sempre esteve concentrada a agroindústria canavieira, o impulso que aí tomou a pecuária foi, de certa forma, apreciável, porém não tão marcante, é verdade, quanto naquelas áreas onde as culturas dominantes como o algodão não são praticadas em larga escala. Assim, foi nas áreas do Estado mais propícias a esta modalidade de cultivo que o fenômeno da pastagenização mais fortemente se estabeleceu. Foi o caso das áreas tipicamente algodoeiras, como a da microrregião de Nossa Senhora das Dores<sup>(21)</sup> e a do Sertão Sergipano do São Francisco.<sup>(22)</sup>

Portanto, do movimento expansivo da pecuária resultariam, em Sergipe, circunstâncias muito adversas não apenas para o algodão,

mas também, embora em menor proporção, para a cana-de-açúcar \_outra tradicional cultura agrícola do Estado. Aqui e acolá ex-usi-  
neiros e pecuaristas \_que antes davam ocupação em suas terras a  
plantadores de algodão\_ passaram a identificar na pecuária uma al-  
ternativa compensatória para a crise que vinham enfrentando os ra-  
mos açucareiro e têxtil sergipanos desde os anos 40. Do contrário,  
é fácil depreender, certamente não se teria assistido no Estado a  
semelhante expansão da pecuária. E se assim ocorreu foi porque, em  
última instância, sobravam indícios de que não era produto de algo  
episódico a crise enfrentada pelos segmentos tradicionais da in-  
dústria sergipana (açúcar e tecidos), e que, nesse caso, uma vez  
estreitadas suas possibilidades de crescimento, desapareceriam,  
por extensão, no setor agrícola a que estavam vinculados, as ex-  
pectativas de que pudesse ocasionar resultados muito favoráveis o  
emprego sempre crescente de recursos no cultivo da cana-de-açúcar  
e no do algodão.

### 3.3 - CRISE ALGODOEIRA E DESEMPENHO DA INDÚSTRIA TÊXTIL

A circunstância de não ter ocorrido aumento na produção de algodão justamente durante a II Guerra não impediu, contudo, que fosse expandida a produção têxtil no Estado. Aliás, ela nunca hou-  
vera alcançado, como nos anos cortados pela Guerra, níveis tão al-  
tos. A taxa média de crescimento da produção de tecidos, que havia  
sido de 3,1% ao ano entre 1930 e 1936, mais do que dobra, de 1937  
a 1943, para 6,7% ao ano (Tabela III.5). Depois disso, em contra-  
partida, como entre 1944 e 1950, a taxa anual de crescimento se  
torna negativa (-3,2%). Em parte, esse fraco desempenho da ativi-  
dade industrial têxtil no pós-guerra decorreu da permanência dos

baixos níveis da produção algodoeira sergipana, a qual, convém frisar mais uma vez, antes, como agora, não se recuperara para dar sustento à atividade industrial. Comparada à do período 1936/40, a média de produção do algodão em pluma (Tabela III.4) no Estado despencou cerca de 35% no quinquênio 1941/45, quase o equivalente à queda da produção do algodão em caroço. Como testemunho, aliás, cumpre não perder de vista que em nenhum dos anos do período 1945/52 a quantidade de algodão produzida em Sergipe sequer atinge metade da produção obtida por qualquer dos anos de 1933 a 1938.

É claro que para tornar praticáveis os aludidos aumentos de produção de tecidos durante o período da conflagração mister se fez recorrer largamente a importações de algodão em pluma, porquanto a provisão desta matéria-prima adstrita à produção estadual tornara-se insuficiente para atender aos crescentes níveis de consumo de suas fábricas têxteis, coisa que, do início do século até então, tudo leva a crer, nunca chegara a se constituir num embaraço à produção têxtil estadual.

Para efeitos de ilustração, observe-se que, em 1934, as onze fábricas têxteis do Estado consumiram mais de 3/5 do total da produção de 6,2 mil toneladas de algodão em pluma. Deste total, o equivalente a 33% (pouco mais de 2.000 t.) foi exportado, representando 15% do valor global das exportações do Estado nesse ano de 1934. Vale dizer: o algodão em pluma foi o terceiro mais importante item da pauta sergipana de exportações, atrás apenas do valor das exportações de açúcar (43,7%) e de tecidos (24,7%).<sup>(23)</sup>

Por essa época eram muito baixos, quando não inexistentes, os níveis de importação do algodão em pluma realizados pelo Estado. Provavelmente não houve em 1934, assim como não houve em 1935, e foi desprezível em 1936 a quantidade importada deste artigo: apenas 9 toneladas, contra 361 exportadas (87% a menos que o volume

exportado em 1935). Por cabotagem, de 1937 a 1939 não houve nem exportação nem importação deste produto. Mas, em compensação, neste último ano ao que parece começam a se tornar crescentes, por *vias internas*, as importações sergipanas da pluma. Assim é que, deste produto, em 1939, foram importadas 182,2 t dos Estados de Alagoas e Bahia, e exportadas para o primeiro 8,5 toneladas.<sup>(24)</sup> Para o referido ano consta ainda, segundo levantamento da Revista Brasileira de Estatística<sup>(25)</sup>, que Sergipe exportou \_de uma produção interna de 4,2 mil t\_ um total de 265 t de algodão em pluma para a Alemanha.

Seja com for, trata-se de cifras pouco expressivas e muito distantes dos números que em meados dos anos 30 caracterizaram as exportações sergipanas desse tipo de algodão. Está-se falando aqui particularmente dos anos de 1934 e 1935, nos quais foi excepcional o comportamento das exportações, promovidas, é claro, pelo igualmente extraordinário crescimento da produção algodoeira. Não se registraram nesses dois anos importações de algodão e o abastecimento das firmas esteve assegurado.

Diversamente, é por ocasião da II Guerra que a situação se torna verdadeiramente crítica. Já não se registram mais exportações de algodão em pluma, como em 1940 e 1941, mas apenas importações, conforme disto dá conta o boletim do Departamento Estadual de Estatística em avaliação do desempenho do comércio interestadual sergipano cobrindo os dois citados anos: "Não houve, como se vê, exportação de algodão, produto este que, em virtude do desenvolvimento que vêm tomando no Estado as indústrias de tecidos, não só é consumido inteiramente dentro de nossas fronteiras, como é insuficiente para as necessidades de nossas fábricas, que, por isto mesmo, precisaram importar de outros Estados, no último ano" \_isto é, o de 1941\_ "mais de 3.580 contos de algodão em pluma."<sup>(26)</sup>

A preços de 1940<sup>(27)</sup>, este valor permitiria a importação de aproximadamente 1,5 mil toneladas desse tipo de algodão \_cifra esta, aliás, de grandeza quase equivalente à diferença verificada entre a quantidade produzida de algodão em pluma e a efetivamente consumida nas 11 fábricas têxteis existentes no Estado no ano de 1941, tal como o demonstram os dados reproduzidos na Tabela a seguir.

**TABELA III.4**  
**SERGIPE - PRODUÇÃO, CONSUMO FABRIL E**  
**EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO EM PLUMA**  
 (Em tonelada)

ANOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
1931	4.125	-	66,6
1932	1.790	-	5,0
1933	6.184	-	230,7
1934	6.217	3.976	2.021,6
1935	5.000	-	361,0
1936	5.647	-	-
1937	5.875	-	-
1938	5.000	-	-
1939	5.340	-	8,6
1940	3.667	4.534	-
1941	3.551	4.865	-
1942	3.500	6.640	-
1943	4.000	6.659	-
1944	2.937	5.707	-
1945	2.052	6.091	-

**FONTES: DEE/INE - O Estado de Sergipe em 1934**  
 IRGE - Quadros Estatísticos de Sergipe  
 - Síntese Estatística do Estado de Sergipe (1942)  
 - Aspectos Econômicos e Financeiros do Estado (Secretaria da Fazenda, Produção e Obras Públicas - 1947)

Contando, portanto, com importações de algodão \_haja vista que, na média do período 1940/45, o consumo estadual da pluma superou em 75% a produção local\_ e ademais estimuladas nesse período pelas perspectivas muito favoráveis de colocação do produto no mercado, as fábricas de tecidos sergipanas puderam expandir sua produção mediante, basicamente, melhor aproveitamento das instala-

ções, a exemplo, de resto, do que caracterizou o crescimento industrial brasileiro nos anos que se seguiram a 1932.

Durante a Segunda Guerra, como é sabido, a situação que, a exemplo dos anos 30, impunha à indústria nacional a necessidade de recorrer, para expandir-se, à utilização das margens de capacidade produtiva ociosa tornara-se, por essa época, mais imperiosa ainda devido notadamente às dificuldades de suprimento externo de produtos industriais. A queda no *quantum* importado não só criou constrangimentos à expansão industrial do país, mas também chegou mesmo a acarretar, como principal consequência, uma redução no ritmo de crescimento da atividade industrial interna. "Isto se deveu, como parece claro, à ainda grande dependência do parque industrial doméstico em relação a bens intermediários e de capital importados."<sup>(28)</sup>

De qualquer modo, o impulso que nessa época toma a produção do parque têxtil sergipano é verdadeiramente notável: no quinquênio 1939/43 a evolução da produção de tecidos processou-se a uma taxa anual de 7,2%.<sup>(29)</sup> Curiosamente, embora com taxa idêntica a esta se tenha também operado o incremento anual da produção estadual de tecidos no decorrer do período 1935/39 \_dando a falsa impressão de que, ao menos nestes termos, não se magnifica a verdadeira influência exercida pela II Guerra na elevação da produção sergipana de tecidos\_ cumpre então salientar que a produção de 1943, de 56,4 milhões de metros de tecidos de algodão, superou a de 1935 em 74% e a de 1933 em cerca de 100%. Se se julgar, ainda assim, que isto não diz tudo, note-se pois o seguinte: com uma produção, em 1939, aumentada em 29,2% em relação à de 1935, seu valor real, neste período \_a preços de 1939\_, caiu 8,7%, ao passo que, de 1939 a 1943, para uma produção física expandida em 30%, seu valor real evoluiu 108%, conforme indicado na Tabela III.5.



**TABELA III.5**  
**SERGIPE - INDÚSTRIA TÊXTIL**  
**QUANTIDADE PRODUZIDA DE TECIDOS DE ALGODÃO**  
**E VALOR (CORRENTE E REAL - 1935/48) DA PRODUÇÃO**

ANOS	QUANTIDADE (1.000 m)	PREÇOS CORRENTES (Cr\$ 1000)	PREÇOS DE 1939*
1929	29.306,4	-	-
1930	29.200,5	-	-
1931	39.665,9	-	-
1932	34.340,6	-	-
1933	28.204,7	-	-
1934	32.630,9	-	-
1935	32.372,2	28.808,0	37.171,6
1936	35.031,2	31.794,0	38.298,6
1937	38.151,0	35.724,0	41.443,2
1938	41.692,6	33.687,0	35.913,6
1939	42.730,6	33.945,0	33.945,0
1940	38.563,8	32.869,9	29.881,7
1941	40.916,9	40.934,2	33.279,8
1942	56.569,7	84.850,6	60.177,7
1943	56.354,9	114.169,4	70.649,4
1944	49.693,8	123.013,7	67.813,5
1945	46.549,6	132.860,4	65.707,4
1946	44.892,0	162.148,0	74.722,6
1947	45.827,0	141.851,0	60.854,1
1948	45.777,0	140.020,0	59.940,1
-	-	-	-
1955	45.297,0	-	-
1956	43.000,0	-	-
-	-	-	-
1971	34.792,7	-	-
1972	35.787,9	-	-
1973	49.565,9	-	-
-	-	-	-
1977	37.575,0	-	-
1978	41.615,0	-	-
1979	41.811,0	-	-
1980	44.414,0	-	-

FONTES: Quadros Estatísticos de Sergipe - 1938 (IBGE)  
O Estado de Sergipe em 1935 (INE)  
Sergipe Econômico e Financeiro - 1953 (DEE)  
Anuário Estatístico de 1949  
Diagnóstico da Indústria Têxtil de Sergipe  
O Setor Industrial em Sergipe (IESAP)  
Estudos de Desenvolvimento Regional (CAPES)  
(\*) série calculada com base no índice de preços de produtos industriais, in Mallan, et alii (1977), p.516.

Terminada a guerra, cessa também o estado de euforia que tomou conta da indústria têxtil nacional durante os anos do conflito. Com o gradual retorno à normalização do mercado internacional, as exportações brasileiras de tecidos começam a decair, atingindo cifras bastante modestas. "De uma média anual superior a 24 mil toneladas de tecidos de algodão no período 1942/1947, baixaram para 5.638 toneladas em 1948 e para 1.596 em 1951, reduzindo-se a quase nada nos anos seguintes."<sup>(90)</sup>

Em Sergipe, a produção de seu núcleo industrial têxtil foi igualmente afetada, no pós-guerra, não tanto, é verdade, por força direta da retração da demanda externa por tecidos nacionais, mas devido sobretudo ao arrefecimento das condições internas de consumo que haviam propiciado durante os anos do conflito excepcional estímulo à expansão das atividades domésticas. Como os tecidos sergipanos não tomavam parte na formação da oferta nacional deste artigo destinada ao abastecimento do mercado externo, sobram-lhe, *ex se facto*, boas oportunidades, durante o conflito, para atender à demanda de certas frações do mercado da economia nacional, porquanto favorecia à indústria sergipana, neste momento, a ausência de acirrada concorrência com produtos oriundos de outras economias regionais industrialmente melhor estruturadas.

Com efeito, depois de prodigioso aumento da produção de tecidos entre 1940 e 1942/43 (acompanhando a recuperação real dos preços), já a partir de 1944 (Tab. III.5) —portanto antes do término do conflito— a produção têxtil sergipana precipita em declínio, caindo seguidamente, até 1948, a uma taxa média de 4,2% ao ano, sem que qualquer motivo aparente houvesse induzido a essa queda, haja vista que, em termos reais (preços de 1939), o valor da produção (ou, no caso, o preço de cada metro de tecido) se sustenta em níveis comparativamente satisfatórios até 1946, depois do que se torna também cadente.

Na busca de fatores que ajudem a elucidar o porquê da retração havida na produção estadual de tecidos, não se pode deixar de levar em conta que, uma vez encerrada a Guerra, e restabelecida a normalidade das relações comerciais \_tanto no plano externo quanto internamente\_, o rápido crescimento da oferta nacional de tecidos que acompanhou o declínio das importações deste artigo foi, aos poucos, removendo as prerrogativas asseguradas durante o conflito à indústria têxtil da periferia do sistema nacional no que se refere ao abastecimento não só de seus próprios mercados, mas também o do extrarregional.

Passou, em suma, a ter lugar um maior grau de competição interregional à medida que os obstáculos para isto deixavam de existir. Foi o que efetivamente acabou ocorrendo, no pós-guerra, com traumáticas repercussões para a indústria têxtil nordestina e, em particular, aqui, para a sergipana, cuja situação parecia das mais graves no contexto regional, em função de seu evidente atraso técnico e da incapacidade daí resultante de operar a produção a mais baixos custos, conforme se poderá perceber no curso da presente exposição.

Ora, se não foi decorrência desse processo, fica difícil, sob uma outra ótica, explicar o motivo de, em Sergipe, a inflexão na produção de tecidos ter ocorrido, embora ligeiramente, já em 1943, e mais acentuadamente no ano seguinte, haja vista que, a julgar pelo que se passou até então com o valor da produção, nada há aqui que justifique aquela inflexão. Senão vejamos: com um volume de produção, em 1943, superior ao de 1939 em 31,9%, o valor real da produção, nesse ínterim, evoluiu 105%. Além disso, com a quantidade produzida de tecidos em 1946 próxima à de 1948, o valor real da produção naquele ano superou o da desse último em 19,3%. Portanto, ao menos nesses termos é certo que a retração da produção estadual

de tecidos não foi imediatamente motivada pela queda de preços, que não se verificou, mas provavelmente em resposta à compressão da demanda dirigida aos artigos de tipo "grosso" do parque têxtil sergipano.

Como agravante, por outro lado, tudo leva a crer que o aumento real de preços observado no comportamento do valor da produção se tenha devido principalmente aos elevados custos operacionais da produção, que em Sergipe se tornavam crescentes em função tanto do encarecimento da matéria-prima importada \_o algodão em pluma\_ quanto das deficiências estruturais da própria indústria.

Em estudo da CAPES elaborado na década de 50 sobre a economia sergipana, na parte que trata de sua indústria têxtil é assim apreendida a difícil situação em que ela se encontrava na ocasião: "Além de operar com maior número de máquinas velhas, as fábricas de tecidos trabalham com matéria-prima de baixa qualidade. Isso resulta da decadência da lavoura do algodão, em Sergipe, e da precariedade do beneficiamento do produto. O algodão não é classificado e os beneficiamentos, também muito velhos, estragam a fibra e não têm capacidade de produzir um tipo único. Durante a tecelagem o fio rebenta com bastante frequência, acarretando perdas de tempo na produção de tecido. Como se isso não bastasse, o preço do algodão encareceu por demais (...)", e a produção estadual deste artigo já "não supre as necessidades da indústria têxtil local, que, assim, se vê obrigada a importar a matéria-prima básica."<sup>(31)</sup>

Concretamente, é essa a situação sob a qual a indústria têxtil sergipana ingressa na década de 50. E antes que se possa, aqui, atribuir ao crescimento dos custos salariais a causa básica para explicar os aumentos de preços \_os quais, note bem, apesar de crescentes podem ter-se situado num nível pouco compensador para a indústria\_ vale realçar que, por essa época, em Sergipe, o salário

pago a um operário era dos mais baixos da região, como também das mais baixas era a produtividade média desse trabalho.<sup>(32)</sup>

O que essas considerações sugerem, pois, é que a evolução real dos preços da produção sergipana de tecidos, longe de traduzir algo muito favorável, servia antes para ocultar uma situação verdadeiramente adversa, em que certas circunstâncias intervinham debilitando o poder de enfrentamento (competição) de sua indústria têxtil, dada a manifesta incapacidade de sustentar seus níveis de atividade sem incorrer, porque tecnologicamente atrasada, em custos crescentes de produção.

Aliás, o já citado estudo da CAPES adverte para o fato de os industriais do ramo têxtil em Sergipe não virem dando a devida importância aos custos de produção, que se estavam tornando crescentes não porque provocados pelos salários, que eram baixos, mas derivados sobretudo da reduzida produtividade proporcionada pelo emprego de máquinas obsoletas e mão-de-obra desqualificada, a razão de ser das elevações de preços.<sup>(33)</sup> Sendo assim, não resta a menor dúvida que a reduzida influência dos custos salariais dificilmente poderia significar para os industriais do Estado uma "vantagem comparativa" da qual se pudesse dizer que tiravam proveito na forma de melhorias no grau de competitividade. Muito pelo contrário.

O aspecto do baixo custo salarial acima assinalado somente poderia ter significação para essa indústria se, em última análise, resultasse de transformações introduzidas no processo técnico de produção. E isto porque, como se sabe, é próprio da acumulação capitalista \_que conduz à concentração e centralização do capital\_ operar uma contínua modificação da composição técnica do capital em detrimento de sua magnitude relativa à mão-de-obra, sem o que se configura como retrógrada qualquer modalidade de competição assentada unicamente nos baixos níveis salariais.<sup>(34)</sup>

Houvesse sido outro o caso \_qual seja, o das modificações no processo técnico de produção\_ e a indústria têxtil sergipana teria reagido de forma distinta e absorvido de maneira menos traumática os efeitos da crise que se desencadeia no pós-guerra. E se antes mesmo de encerrar-se a Guerra \_quando pára de crescer a produção\_ era já algo crítico o quadro com que se debatia a indústria têxtil sergipana, o que lhe sobrevém ao término do conflito, então, é incomparavelmente pior pelas razões sugeridas instantes atrás, dando conta basicamente do seguinte: antes de mais nada, com os altos preços comparativos de vendas para artigos (tecidos grossos) cuja demanda cada vez mais cedia relativamente em benefício dos estampados, decididamente eram pouco promissoras as perspectivas com que poderia contar a indústria têxtil sergipana; em segundo lugar, uma vez regularizado o mercado internacional, cuja imediata consequência consistiu na ampliação da oferta interna de tecidos (face à brusca queda das importações brasileiras de têxteis), de pronto também se gestariam circunstâncias muito embaraçosas para a indústria têxtil localizada fora dos limites do Centro-Sul, ou, o que vem a ser o mesmo, localizada no que se está até agora chamando de *periferia nacional*.

Como sempre sucede nessas ocasiões, o problema da perda de mercados externos se resolve internamente mediante incursão de produtos oriundos de economias regionais melhor estruturadas em direção àquelas da "periferia", via de regra despreparadas para fazer face a essa maior concorrência. E visto que, no pós-guerra, havia não só se modernizado mas também sido elevada a capacidade produtiva do parque têxtil nacional, acima até mesmo do que estava ao alcance do mercado interno absorvê-la<sup>(35)</sup>, as unidades produtivas das regiões mais atrasadas, que não puderam se aparelhar, viram-se de repente forçadas a participar de uma competição na qual eram bastante diminutas as chances de êxito.

Em suma: com a paulatina remoção, no pós-guerra, de algumas barreiras que até então haviam naturalmente protegido certas extensões de mercado da *periferia nacional*, foram-se estreitando, em função disto, os vínculos mercantis entre as regiões brasileiras. Mais que nunca, a principal conseqüência dessa intensificação dos fluxos de intercâmbio comercial haveria de estar representada, evidentemente, pela abertura de mercados regionais periféricos à produção de origem extra-regional (do Centro-Sul). O incremento, neste caso, da concorrência interregional \_enormemente\_ facilitada pelas melhorias na rede de transportes, bem como pelas modificações introduzidas no sistema tributário\_ implicou, como não poderia deixar de ser, uma série de percalços à indústria periférica, traduzidos em recorrentes crises de realização e até mesmo fechamento de unidades produtivas.

### **3.4 - CRISE E DESACELERAÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL SERGIPANA**

As repercussões do processo de acirramento da concorrência interregional sobre a indústria têxtil nordestina tornar-se-iam particularmente graves na década de 50. No caso da de Sergipe, foram tão traumáticos os estragos suscitados pela crise do pós-guerra que em pouco tempo, conforme se verá, deteriora-se bastante sua posição no cenário regional e, por conseguinte, no nacional.

De partida, observe-se como, em 1949, a situação de crise aparece interpretada em documento de balanço realizado por uma de suas fábricas \_a Empresa Industrial de São Cristóvão\_: "É do conhecimento de todos a crise que atravessa a indústria têxtil, principalmente para os artigos baixos; lutamos com a concorrência bastante forte de outros estados, em que maiores facilidades se oferecem; não temos matéria-prima em quantidade suficiente e os impostos aqui são bem mais elevados. A continuar assim, não sabemos qual será o fim da indústria têxtil em Sergipe (...). Acreditamos que só a modificação na fabricação poderá melhorar um pouco a situação, embora para isso seja necessário algodão de qualidade fina, o que não temos em nosso Estado, obrigando-nos a importá-lo de Estados do Norte, para onde não existe navegação direta de nossos portos."<sup>(36)</sup>

De fato, uma vez esgotada a fase de euforia a que chegara durante a Segunda Guerra, a produção de tecidos em Sergipe é drasticamente afetada pela crise que se inicia a partir de meados dos anos 40, e de tal forma que desde essa época até os anos 80 jamais voltariam a repetir-se os dados que caracterizaram o boom alcançado por sua produção de tecidos em 1942/43.

Entre 1939 e 1949 \_uma década que, para o Brasil, apresentou-se favorável à expansão da produção industrial\_<sup>(37)</sup> pôde o produto de toda a indústria têxtil sergipana \_e não apenas a produção de tecidos de algodão\_ crescer a uma taxa real de 3,3%, o que não impediu, todavia, que se registrasse no período um recuo da ordem de 2,4 pontos percentuais (com o que passa de 9,8% para 7,4%) em sua participação no conjunto do Valor da Transformação Industrial (VTI) da indústria têxtil nordestina, cuja evolução se dera a uma taxa anual de 6,3%, de acordo com os dados da Tabela III.6.



TABELA III.6  
NORDESTE - INDÚSTRIA TEXTIL  
TAXA REAL DE CRESCIMENTO ANUAL DO PRODUTO POR ESTADO

ESTADOS	1939/1949	1949/1959	1959/1970	1970/1980
MARANHÃO	4,7	2,2	-15,0	1,2
PIAUI	-3,3	15,4	5,6	19,8
CEARÁ	5,1	10,3	4,8	12,4
R. G. NORTE	3,8	11,7	-3,1	17,6
PARAIBA	5,0	6,8	-3,5	10,4
PERNAMBUCO	8,2	-2,3	1,6	6,8
ALAGOAS	5,2	0,8	-2,0	-1,1
SERGIPE	3,3	0,5	-1,0	12,9
BAHIA	6,2	5,1	0,2	21,4
<b>NORDESTE</b>	<b>6,3</b>	<b>2,3</b>	<b>-0,03</b>	<b>11,4</b>

FONTE: IBGE/Censos Industriais

Obs.: Valores reais estimados com base no deflator implícito do PIB (ano base=1949) a partir da série disponível a preços correntes do VTI da indústria têxtil.

Dentre a dos estados nordestinos, apenas a indústria têxtil de Pernambuco acusou taxa de crescimento (8,2%) superior àquela de 6,3% para toda a região, tendo sido, em função disso, aumentada de 40,1% para 47,7% (Tab. III.7) a participação do VTI-têxtil desse Estado no total do VTI dessa indústria regional. Nos demais estados, como não sucedeu de o ramo têxtil de nenhum deles vir a suplantar o desempenho do pernambucano, todos, à exceção da Bahia, experimentaram um declínio de participação relativa no produto da indústria têxtil regional.<sup>(38)</sup>

Se, quase que de um modo geral, foi bom o desempenho da indústria têxtil nordestina na década de 40, o mesmo, pelas razões há pouco sugeridas, não se pode dizer da seguinte — a de 50 —, na qual se verificaram alterações significativas tanto no próprio ritmo da atividade produtiva, quanto no que respeita ao desempenho, bastante diferenciado, do **setor** em âmbito estadual. Aqui, prontamente salta aos olhos a surpreendente reversão de comportamento do produto da indústria têxtil pernambucana ocorrida durante o período 1949/1959, em que a taxa de crescimento se torna negati-

ua (-2,3%), relevando-se a pior de toda a região. Por força disto, como não poderia deixar de ser em virtude da elevada importância que o segmento pernambucano dessa indústria tem, por essa época, em todo o Nordeste, a indústria têxtil regional praticamente reduziu a um terço da do decênio anterior a taxa de crescimento anual de seu produto, enfrentando ademais uma situação de relativa decadência no cenário da indústria têxtil nacional.<sup>(99)</sup>

Por sua vez, depois do de pernambuco o segmento da indústria têxtil de mais sofrível desempenho foi o sergipano. Dada sua taxa de crescimento anual do produto de não mais que 0,5% ao longo da década de 50, vê-se com isto novamente forçada a suportar outro recuo da sua participação no quadro da indústria têxtil nordestina. De 7,4%, em 1949, passa, agora, em 1959, à faixa dos 6% — precisamente 6,2%. Ainda: seu VTI, que era o quarto maior da Região em 1939, bem como em 1949, despenca para a sétima posição em 1959.

**TABELA III.7**  
**NORDESTE - INDÚSTRIA TÊXTIL**  
**REPARTIÇÃO (%), POR ESTADO, DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO**  
**INDUSTRIAL(VTI) DA INDÚSTRIA TÊXTIL REGIONAL - 1940/1980**

ESTADOS	1939	1949	1959	1970	1980
MARANHÃO	4,7	4,0	4,0	0,7	0,3
PIAUI	0,4	0,2	0,5	1,0	2,1
CEARÁ	6,3	5,7	12,1	20,3	22,3
R. G. NORTE	3,7	2,9	7,1	5,0	8,7
PARAIBA	15,4	13,8	21,2	14,4	13,1
PERNAMBUCO	40,1	47,7	30,2	36,1	23,7
ALAGOAS	13,0	11,7	10,1	8,1	2,5
SERGIPE	9,8	7,4	6,2	5,6	6,3
BAHIA	6,6	6,6	8,6	8,8	21,0
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: IBGE/Censo Industrial (vários números)

Com efeito, entre 1939 e 1959, mais que qualquer outra a indústria têxtil sergipana acusou acentuada perda de participação relativa no VTI-têxtil nordestino. Sua produção física, que crescerá 38,4% (ou 3,3% ao ano) no decorrer do período 1939/49, no decênio seguinte cresce, ao todo, tão-somente 5,1% (isto é, a uma taxa média geométrica da ordem de 0,5% ao ano). Isto significa que consumiu vinte anos sem que, ao seu término, conseguisse deixar o produto em 1959 num nível sequer superior em 50% ao de 1939.<sup>(40)</sup> A nenhum outro estado nordestino ocorreu semelhante coisa com sua indústria têxtil. O que menos cresceu \_afora Sergipe\_ o fez, todavia, deixando a produção expandida em mais de 70%.<sup>(41)</sup>

No que toca, por outro lado, à variável emprego, seu comportamento, no caso da indústria têxtil sergipana, refletiu mais ou menos o que se passou com a produção. Enquanto esta se manteve em crescimento, como durante o período 1939/1949, cresceu também o emprego: de uma média mensal, em 1939, de 6.472 pessoas ocupadas (dos quais 6.149 operários), saltou, em 1949, para 8.189 o quadro de pessoal empregado (e para 7.743 o de operários) \_um crescimento, portanto, correspondente a 26,5%. Quando, no entanto, ocorreu de a produção crescer àquela taxa de apenas 0,5% ao ano \_entre 1949/59\_ o emprego, desta feita, não a acompanhou, registrando uma contração da ordem de 28,2% \_passando dessa forma de 8.189 para 5.873 o número de pessoas ocupadas na indústria têxtil sergipana, conforme os dados da Tabela III.8.

**TABELA III.8**  
**NORDESTE E BRASIL - EVOLUÇÃO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA TÊXTIL**  
**1950-75**

ESTADO, REGIÃO, PAÍS	PESSOAL OCUPADO				TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO			
	1950 (1)	1960 (2)	1970 (3)	1975 (4)	1950/ 60	1960/ 70	1970/ 75	1950/ 75
MARANHÃO	4.487	2.277	257	153	- 0,4	-19,5	-10,0	-12,2
PIAUI	286	744	220	206	10,5	-10,8	- 1,3	- 1,3
CEARÁ	5.326	5.227	5.485	8.593	- 0,2	0,4	9,4	1,9
R. G. NORTE	1.157	1.384	1.187	2.661	1,8	1,4	17,5	3,3
PARAIBA	10.458	8.065	4.788	6.700	- 2,5	- 4,6	7,0	- 1,4
PERNAMBUCO	33.442	21.404	14.679	15.747	- 4,4	- 3,3	1,4	- 2,9
ALAGOAS	10.998	9.714	4.227	3.386	- 2,3	- 6,4	- 4,3	- 4,4
SERGIPE	8.189	5.873	3.652	3.104	- 3,1	- 4,4	- 3,2	- 3,7
BAHIA	6.385	4.311	3.884	4.146	- 3,9	- 0,9	1,3	- 1,6
NORDESTE	80.728	58.629	38.379	44.695	- 3,1	- 3,8	3,1	- 2,2
BRASIL	338.035	328.297	342.839	333.869	- 0,3	0,4	- 0,5	- 0,1

FONTES: GUIMARÃES NETO, Leonardo. A Política de Modernização das Indústrias Tradicionais do Nordeste: o Caso da Indústria Têxtil. In: Revista Pernambucana de Desenvolvimento, Recife, V.9, Nº 1, Jan/Jun. 1982.

Obs.: (1) Janeiro de 1950  
 (2) Janeiro de 1959  
 (3) 31/12/1970  
 (4) 31/12/1975

Conquanto, em âmbito estadual, se haja revelado uma diversidade de situações no tocante ao comportamento do emprego — algumas das quais contrárias até mesmo ao que normalmente se poderia esperar em circunstâncias reconhecidamente pouco favoráveis à indústria têxtil nordestina, claro está, no entanto, que, de um modo geral, ela sofre, na década de 50, os efeitos da crise que, não obstante explicitada no pós-guerra, tinha, a bem verdade, raízes bem antigas. Saber-se, por exemplo, que antes mesmo da "crise de 29" havia já uma manifesta situação de "imperfeita competição" na indústria de bens não-duráveis de consumo — com destaque aqui para o ramo têxtil, e que ademais São Paulo também já dava mostras de que, acirrado esse enfrentamento num plano regional, reunia mais que qualquer outro estado condições propícias (relacionadas, entre outras, ao maior grau de integração, de modernização e de diversificação da produção) para sair-se como o grande vencedor. Vale

dizer: "as indústrias da periferia, por força da própria dinâmica e estrutura regionais não teriam condições de se renovar, com o que a moderna indústria paulista ganharia essa competição."<sup>(42)</sup>

Sem dúvida, até a criação da SUDENE não sucederia com a "velha" têxtil do Nordeste qualquer firme movimento de renovação estrutural.<sup>(43)</sup> Isto não se verificou em escala razoável<sup>(44)</sup> nem num primeiro instante \_o do imediato pós-guerra até 1947\_ quando, presumivelmente, teve a oportunidade de fazê-lo, diante da "euforia cambial" com a recuperação da capacidade para importar da economia nacional, e nem tampouco por ocasião da vigência dos controles seletivos de importações, que permitiram \_não obstante algumas descontinuidades\_ forte estímulo ao desenvolvimento industrial do país, através de certas facilidades concedidas para aquisição de equipamentos no exterior com vistas à expansão e diversificação do parque industrial interno.

Por essa época, ao que se sabe, as empresas do Nordeste encontravam-se com sérios problemas de capital de giro, além de desviarem parcelas consideráveis de poupança para outras aplicações.<sup>(45)</sup> Por si sós, portanto, os empresários têxteis da região não reuniam meios para fazer face aos encargos com reequipamento das instalações.

Como se não bastasse, ao término da guerra, quando a produção estrangeira de têxteis se recupera, e passa a expandir-se apoiada em novas bases técnicas, deixa cada vez mais flagrante (principalmente no Nordeste) o estado de obsolescência da indústria têxtil nacional, cujos manufaturados crescentemente perdiam condições de competir no mercado internacional. Notadamente porque numa fase em que em muitas partes do mundo era dado a essa indústria experimentar importantes inovações tecnológicas (de processo e de produto), patenteara-se, pois, a necessidade de a indústria

têxtil nacional modernizar-se não apenas para poder continuar competindo no exterior, mas também para poder se haver na competição pelo mercado interno.

De pronto, sobretudo para os industriais têxteis paulistas, mais que qualquer outra estava na ordem do dia a questão da modernização do parque fabril. Mas onde, no entanto, conseguir dinheiro para essa renovação industrial? A resposta para isto "surgiu naturalmente através da Segunda Convenção Têxtil, realizada em 1949. Nesse conclave" \_diz Stanley STEIN\_, "todos os industriais concordavam que a indústria têxtil estava ligada à estrutura básica do Estado, e não foi absolutamente inesperado que eles concluíssem que o Banco do Brasil deveria prover empréstimos a longo prazo com baixas taxas de juros (tentativamente, 6% ao ano durante dez anos ...), para a compra de novo maquinário."<sup>(46)</sup>

No caso do Nordeste, poder-se-ia imaginar que, dados os desdobramentos do pós-guerra, algum esquema dessa natureza (externo às firmas) também se ofereceria à sua indústria têxtil objetivando a substituição dos velhos equipamentos nela existentes, haja vista a comprovada fragilidade financeira dos empresários locais. Antes de mais nada, "as modalidades de apoio financeiro e cambial adotadas pelos grupos operantes no Centro-Sul em seus projetos de reequipamento não eram acessíveis aos empresários têxteis nordestinos."<sup>(47)</sup> De resto, "o Banco do Nordeste do Brasil S/A começou a operar em 1954 sem contar com um volume de recursos necessário ao atendimento das exigências têxteis."<sup>(48)</sup>

À parte problemas dessa ordem, obstaculizando um processo mais consistente de renovação têxtil no Nordeste, é sensato ademais não perder de vista os decorrentes dos estrangimentos da estrutura regional de produção, cujo reduzido dinamismo sem dúvida concorria para inibir nos empresários têxteis nordestinos uma atitude

modernizadora mais ofensiva; ou mesmo sequer para despertar-lhes o interesse em arcar, sob condições que pudessem ser tidas como favoráveis, com os custos de um financiamento voltado para a renovação industrial. A bem da verdade, uma boa parte deles simplesmente não considerava que houvesse extrema necessidade de reduzir custos com inovações técnicas. Além de abundante, a mão-de-obra a que davam ocupação recebia, na opinião dos empresários têxteis do Centro-Sul, um salário "sem esperança".<sup>(49)</sup> O caminho, portanto, pelo qual haviam feito opção fora o da "extração de excedente baseado na obtenção de mais-valia absoluta."<sup>(50)</sup>

Vê-se, dessa forma \_dada a precariedade e, o que é pior, a ausência de renovação de suas bases produtivas\_, quão grave era a situação da indústria têxtil nordestina ao se ter de haver, como foi o caso, num enfrentamento com a indústria têxtil centro-sulina. Como reflexo disso, um número razoável de unidades fabris no Nordeste acabaria sucumbindo, encerrando definitivamente suas atividades produtivas.

Dai, afinal, sua desaceleração no pós-guerra \_evidenciada pela redução em seu ritmo de atividade de 6,3% para 2,3% ao ano (Tab. III.6) quando passa da década de 40 para a seguinte, acarretando com isto maciço desemprego. Em 1960 (Tab. III.8), o número de pessoas ocupadas nas unidades têxteis do Nordeste é 27,4% inferior ao de 1950.<sup>(51)</sup> Que assim houvesse sido já era, a propósito, de se esperar em virtude de ser maior que o de qualquer outra região do país o número médio de trabalhadores empregados no parque têxtil nordestino. Por operar com equipamento mais antigo, a grande concentração de trabalhadores por empresa resultava inevitável.<sup>(52)</sup>

Em resumo, até aqui está claro que a indústria têxtil nordestina experimentou momentos de adversidade na década de 50. Tanto é que \_à parte os indicadores de produção e de emprego dando conta

disto, viu reduzida sua participação no VTI da indústria têxtil nacional de 16,4% para 13,8% entre 1949 e 1959, ao passo que, nesse intervalo, São Paulo elevou o da sua indústria de 55,3% para 57,2%.

Para todos os efeitos, entretanto, em nenhuma outra década, como na dos anos 60, a indústria têxtil regional foi tão profundamente atingida pelos desdobramentos da crise iniciada no pós-guerra. Para se ter, de saída, uma dimensão dos estragos que sofrera, note-se que o seu VTI, de 13,8%, em 1959, passa a participar com tão-somente 8% do VTI-têxtil nacional em 1970, tendo São Paulo, desta feita, aumentado aí o de sua indústria para 61,7%. Também pudera: entre 1959 e 1970 o produto da indústria têxtil nordestina manteve-se estagnado. Enquanto isto, o da indústria têxtil paulista cresce a uma taxa anual de 5,8%, deixando, assim, o produto em 1970 num nível 85% superior ao de 1959. Concretamente, foram devastadores para a indústria têxtil do Nordeste os efeitos de destruição ocorridos durante essa fase de maior abertura de seu mercado para os artigos de origem extra-regional, como conseqüência de se já haver operado uma integração do mercado nacional.

Por outro lado, como se sabe, para tão crítico desempenho da indústria têxtil nordestina contribuiu, e muito, a reversão cíclica em princípios dos anos 60. "A partir de 1962 e até 1967, as chamadas 'indústrias tradicionais' entram em crise profunda, acompanhando não só a desaceleração global como particularmente a queda do nível médio do salário real urbano (...). Essas indústrias, que são acentuadamente mais competitivas que as dos setores de bens de consumo duráveis e de bens de produção, apresentaram, além disso, marcada tendência à queda dos seus preços relativos (...). que se agravou com quedas bruscas nas margens de lucro na etapa de estagnação que se estende até quase o fim da década de 60."<sup>(53)</sup>



Quanto ao comportamento do emprego, o saldo do período, pelos dados da **Tabela III.8**, é o seguinte: em todo o Nordeste, o nível de emprego em sua indústria têxtil despencou de 58,6 mil em 1959 para apenas 38,4 mil em 1970; no caso da sergipana esse número recuou de 5.873 em 1960 para tão-somente 3.652 unidades de trabalho ocupadas em 1970, ao passo que, na indústria paulista, no mesmo período, elevou-se de 146,3 mil para 169,1 mil o número de seu quadro de pessoal ligado à produção, conjugando-se a isto um extraordinário aumento de produtividade, bem acima da praticada pela indústria têxtil nordestina.

Examinando-se as repercussões desse processo de desaceleração da indústria têxtil nordestina em âmbito estadual, nota-se que, de um modo geral (**Tabelas III.6 e III.8**), foi péssimo o desempenho do setor. A título, todavia, de curiosidade, vale frisar que o que ocorreu nos anos 60 com a indústria têxtil do Maranhão não encontra paralelo com a de nenhum outro Estado. Seu produto declinou a uma taxa anual espantosamente elevada situada na casa dos 15% entre 1959 e 1970, deixando o produto nesse último ano 83,3% abaixo do de 1959. Em função disto, sua participação no VTI-têxtil nordestino deslocara-se de 4% em 1959 para apenas 0,7% em 1970. No começo desta década, pode-se perceber, seu parque têxtil estava quase que por completo estrangulado. De fato, os índices de aproveitamento global do equipamento nas seções de fiação e tecelagem da indústria têxtil desse Estado resumiram-se, em 1969, a apenas 12,3% e 15,7%, respectivamente — os mais baixos do Nordeste, segundo dados da pesquisa realizada pela SUDENE<sup>(54)</sup> entre 1969/70 sobre a indústria têxtil regional.

Por sua vez, as conseqüências, em Sergipe, da retração da atividade têxtil — a uma taxa anual de 1,0% durante o período 1959/70 —, deixaram como saldo não só uma nova perda de participa-

ção no VTI-têxtil nordestino, mas acarretou-lhe também expressivo desemprego. Para surpresa, no entanto, maior proporção do mesmo prendeu-se a questões de modernização industrial. Assim, cerca de 66% da mão-de-obra liberada do ramo têxtil estadual no período 1959/69 resultou do fator modernização, ao passo que a parcela restante foi causada por fechamento de algumas unidades produtivas: em 1969, contavam-se não em toda a indústria têxtil sergipana, mas apenas nas fábricas têxteis de algodão 3.552 dos 4.451<sup>(55)</sup> trabalhadores empregados em 1959. É dado, ainda, que, nesse intervalo, registrou-se a geração de novos 569 postos de trabalhos, se acrescido este número àquele de 1959 tem-se que o total da mão-de-obra liberada atingiu 1.468 unidades de trabalho, das quais 966 dispensadas em virtude da modernização e 502 por força do fechamento de fábricas.<sup>(56)</sup>

Sobre esse aspecto, note ainda o seguinte: com o mesmo número de fábricas em operação que o do ano de 1945, as 12 existentes em Sergipe em 1959 deram ocupação a um contingente de operários inferior em cerca de 50% ao número empregado naquele ano, sem que nisso resida qualquer indício de que tenha cabido à modernização que não houve, por essa época, a responsabilidade por tal desemprego. Em 1969, ao que tudo indica, cai para 9 o número de fábricas, e o nível de emprego, em relação ao de 1959 que já estava baixo, re- cua em 80%. Como decorrência disto, mas também como resultado do processo de modernização, dos 3.290 teares e 100.625 fusos existentes em 1945, em funcionamento em 1969 contavam-se apenas 1.508 teares e 53.544 fusos.<sup>(57)</sup>

A perda ininterrupta de posição relativa em ambos os contextos, regional e nacional, que a indústria têxtil sergipana segue acusando, desde 1939 até começos de 70,<sup>(58)</sup> somente se contém no curso dessa última década graças à atuação da SUDENE.

### 3.5 - A Reestruturação da Indústria Têxtil Nordestina

#### 3.5.1 - Os Incentivos Fiscais e Financeiros

A criação da SUDENE, em 1959, representou, como se sabe, uma importante mudança de ótica no entendimento da *problemática regional* do país. Até então, a percepção que se tinha, v.g., do problema nordestino \_desemprego, subemprego, baixo nível de renda, pobreza, etc.\_ esteve adstrito ao fenômeno das secas, e o seu enfrentamento, *ipso facto*, circunscrito às sucessivas intervenções típicas do Governo Federal através da realização de obras de engenharia hidráulica.

Diversamente, a SUDENE passou a identificar na ausência de um programa regional de desenvolvimento a raiz de todas aquelas dificuldades. Por isto tratou de postular \_inspirado no clássico documento do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste)<sup>(59)</sup>\_ a imediata execução de um política de desenvolvimento centrada na estratégia de promoção do crescimento industrial, ou, como se dizia à época, na "**montagem de um centro manufatureiro autônomo**", como única via, aliás, capaz de suprimir as distorções regionais.<sup>(60)</sup>

Entendido, assim, o caráter essencialmente industrializante da perspectiva de desenvolvimento regional presente nas formulações daquela autarquia, suas metas para alavancar o setor na região abarcavam as seguintes diretrizes: "**a) utilização de matérias-primas regionais, a fim de tornar as indústrias competitivas**

com as do Centro-Sul, tanto no mercado regional como no nacional; b) aproveitamento do fator regional mão-de-obra barata; c) modernização da indústria tradicional, sobretudo a têxtil, grande absorvedora de mão-de-obra, e por utilizar fibra de algodão; d) localização de indústrias que apresentem maior viabilidade econômica na região."<sup>(61)</sup>

Dentre as medidas acionadas com vistas à consecução desses objetivos, de longe a mais importante esteve representada pelo mecanismo 34/18 \_depois FINOR (a partir de 1974)\_ , assim popularizado porque originara-se do "artigo 34 da lei que aprovou o primeiro plano-diretor da SUDENE (Lei nº 3995 de 14 de dezembro de 1961) e do artigo 18, da que sancionou o programa para 1963-1965, Lei nº 4.239, de 27/06/63."<sup>(62)</sup>

Consistia tal dispositivo numa "permissão concedida a todas as pessoas jurídicas nacionais de abaterem, de sua renda tributável, até um valor de 50% do total, desde que o invertam em projetos aprovados pela SUDENE para o Nordeste. Sendo a taxa do imposto de renda cerca de 30%, a isenção pode ser considerável. O primeiro passo é recolher o valor correspondente a esse abatimento (fundo 34/18) a uma conta bloqueada do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Esses fundos reverterão à Fazenda Nacional caso não aplicados em projetos específicos (...) dentro de três anos do prazo de recolhimento."<sup>(63)</sup>

Noutros termos \_diz Raimundo MOREIRA\_ "a característica fundamental do 34/18 (...) é que não se trata especificamente de um empréstimo que se tem de amortizar (a não ser em condições particulares, quando inclui recursos de terceiros e é aplicado diretamente sob a forma de crédito), mas de uma concessão de recursos do imposto de renda que o governo faz para o setor privado que investe no Nordeste."<sup>(64)</sup>

Apoiado, assim, nesse generoso esquema de concessão de incentivos fiscais e financeiros, foi como se implantou e expandiu-se o setor industrial na região. No caso, aqui, da indústria têxtil, que é o que importa por ora apreciar, para ver como foi favorecida, desde logo é inegável que sua reestruturação nas décadas de 60/70 se deveu notadamente à intervenção desse sistema de dotação de recursos. Sua operação é que permitiu que se contivesse o processo de acelerada deterioração da indústria têxtil nordestina, sem o que, de resto, dificilmente ela teria podido voltar a crescer ao longo da década de 70.

Para efeitos de melhor compreensão do impacto das medidas que se seguiram à criação da SUDENE destinadas a reparar as deficiências da tradicional atividade têxtil da região, vale a pena, sucintamente, passar em revista os principais pontos do diagnóstico elaborado pela equipe de pesquisadores daquela autarquia sobre o panorama em que se encontrava a indústria têxtil nordestina em finais dos anos 50. Além dos aspectos a que, instantes atrás, se teve a oportunidade de fazer menção, relacionados em particular ao excesso de mão-de-obra e à carência de financiamento para renovação industrial, o estudo da SUDENE chama ainda a atenção para questões atinentes ao mercado e a problemas administrativos.

No que toca ao mercado, o problema identificado consistia no desajuste entre as estruturas de oferta e demanda regionais, uma vez que, como a produção nordestina era predominantemente de artigos grossos e médios (mais de 75%), parte apreciável do que a região demandava compunha-se de artigos finos, importados do Centro-Sul do país. Quer dizer: o problema, a rigor, prendia-se à rigidez da oferta regional de têxteis, vinculada a segmentos de mercado mais dispersos, pouco dinâmicos e de baixa elasticidade-renda, acarretando, com isto, maiores custos de comercialização. Ader-

mais, essa rigidez da oferta acabava por conduzir à perda de faixas do próprio mercado regional. Este fato observa GUIMARÃES NETO "está associado ao processo de integração (...) e a um maior poder de competição da indústria das demais regiões brasileiras, notadamente do Sudeste, que levava a indústria regional do Nordeste a permanecer nos 'espaços' deixados pela indústria mais moderna e de maior poder de competição."<sup>(65)</sup>

Acerca do obsolescência problema do qual, em parte, derivava o da rigidez da oferta constatou-se, à época, que a maioria dos equipamentos estava em uso há mais de trinta anos. Era o caso, por exemplo, de 34,2% dos 642,3 mil fusos e de 81,2% dos cerca de 18,3 mil teares existentes em 1959. É claro que isto, por implicar elevados custos de manutenção e de operação, acabava deprimindo, sob uma perspectiva de integração econômica do mercado nacional, o poder de concorrência da indústria têxtil nordestina vis-à-vis a melhor aparelhada e de mais alta produtividade instalada no Centro-Sul.

Finalmente, no que respeita a problemas de ordem administrativa dos estabelecimentos têxteis da Região, dentre os listados pelo estudo da SUDENE merecem destaque os seguintes: ausência quase total de controle sobre os custos de produção, utilização inadequada da matéria-prima, aceitação das bruscas flutuações da produção como inerentes ao processo produtivo, ausência de controle de qualidade, etc.

Contra este pano de fundo, portanto, que estivera conduzindo a uma certa decadência a indústria têxtil nordestina, procurou a SUDENE, num primeiro momento (1960/65), reverter o quadro concentrando esforços no reequipamento das empresas, estabelecendo-se, no entanto, como restrição, que o mesmo não visaria ao aumento da capacidade produtiva. Era esta a primeira de uma série de exigências

a cumprir se se desejasse pleitar financiamento para fins de renovação dos equipamentos.<sup>(66)</sup>

Numa segunda fase \_a partir de 1965, e desta feita vinculada ao denominado mecanismo 34/18\_ aparece suspensa a restrição acima segundo a qual as empresas não deveriam reequipar-se dando lugar a acréscimos de capacidade produtiva, prevendo-se, ao contrário, não apenas a implantação de novas empresas mas também a diversificação do parque têxtil-algodoeiro nordestino.<sup>(67)</sup>

Pois bem: a entrada em cena do mecanismo 34/18 dá-se, ainda timidamente, por volta de 1963 \_para alguns estados da região (BA, PE, PB e CE)\_, e extensivamente aos demais a partir de 1964. De qualquer forma, só começa a se tornar efetivamente expressivo na composição global dos financiamentos para o setor industrial do Nordeste depois de 1965.

No caso especial da indústria têxtil, desde a criação da SUDENE até 1970 o Estado nordestino que mais se beneficiou com a concessão de fundos proporcionados por tal dispositivo foi a Paraíba. Nele concentrara-se pouco mais da metade (50,7%) dos recursos até então liberados para projetos de inversão no segmento têxtil, seguido por Pernambuco (23,5%) e Ceará (13,9%). Juntos, esses três Estados absorveram a parcela de 88,1% do montante de recursos destinados à reestruturação dessa indústria em toda a área de atuação da SUDENE. Aos demais \_incluindo-se aí a área do Estado de Minas Gerais compreendida pelo Polígono das Secas\_ coube a fração restante de 11,9%, sendo que, deste total, não ultrapassara os 3% a participação reservada ao conjunto da indústria têxtil dos Estados do Maranhão (0,2%), Rio Grande do Norte (0,9%), Alagoas (0,1%) e Sergipe (1,8%).<sup>(68)</sup>

O porquê de tão desigual repartição de recursos não se prendeu, como pode parecer, a qualquer medida discriminatória adotada

Pesadas tais circunstâncias, é fácil perceber as razões que conduziram ao elevado desemprego observado nas fábricas têxteis paraibanas, de mais de 50%, entre 1959 e 1969, devido exclusivamente ao impacto do processo de modernização levado a efeito durante esse período. Não custa frisar também que as de Pernambuco, por terem podido igualmente dispor de considerável parcela de recursos para fins de modernização, dispensaram um número de trabalhadores até mesmo ligeiramente superior ao havido na Paraíba.<sup>(72)</sup>

Em compensação, as fábricas de tecidos de algodão do Ceará — um dos três Estados mais favorecidos, segundo as razões indicadas, pela política de financiamento com fundos do 34/18 —, foram as que em menor escala dispensaram mão-de-obra nos anos 60 devido à modernização, que, aliás, pareceu aí ter-se dado de uma forma bastante incompleta, pelo menos até 1970. A partir daqui, ao que tudo indica, ela ingressa numa nova fase, adquirindo mais impulso, haja vista a expansão de seu produto a uma taxa média expressiva de 12,4% ao ano no decorrer do período 1959/70, acompanhada de ganho de posição relativa no produto regional da indústria têxtil.

Entre 1960 e 1977, de um total de 149 projetos prevendo reestruturação, modernização e mesmo implantação de firmas no segmento têxtil nordestino, 89 deles se desenvolveram naqueles três Estados — Ceará (com 30 projetos), Paraíba (21) e Pernambuco (38). Também a Bahia, a exemplo da Paraíba, aparece com 21 projetos aprovados. Maranhão, Piauí, Alagoas e a área do Polígono em Minas Gerais tiveram, ao todo, apenas 16 projetos aprovados. Sergipe contou com 11 projetos (ver QUADRO 18 no Apêndice Estatístico).

Como em quase todos os estados nordestinos — à exceção de Alagoas —, registrou-se bom desempenho da indústria têxtil na década de 70, somente obtiveram ganho relativo de participação no VTI-têxtil regional aqueles que cresceram a taxas médias superiores a



pela SUDENE. Ocorre que, a despeito das prioridades conferidas por este órgão à localização de projetos de inversão em áreas do interior e/ou em estados comparativamente menos desenvolvidos, o fato é que "a importância dos incentivos fiscais \_diz ROCHA MAGALHÃES, não se referindo apenas à indústria têxtil\_ é maior em relação aos Estados mais desenvolvidos da região: Pernambuco, Paraíba (pela proximidade a Pernambuco), Bahia, Ceará e Minas Gerais. Esses Estados oferecem melhores condições urbanas de serviços para atrair projetos de localização ubíqua, não determinada pelos custos de transportes, e se beneficiam da existência de economias urbanas e/ou da proximidade dos mercados. É natural que a localização regional desses projetos seja fortemente influenciada pelos incentivos fiscais e que, após escolhida a localização regional, o Estado seja escolhido em função de seu maior desenvolvimento relativo, com maiores possibilidades de oferta de economias de aglomeração e de condições de vida adequadas para dirigentes e técnicos."<sup>(69)</sup>

Nos demais Estados, vale dizer, naqueles menores e/ou de menor desenvolvimento relativo, onde, a rigor, não estava concentrada a *velha indústria*, o que mais contava para a realização do projeto era o fator matéria-prima, induzindo à exploração de vantagens absolutas. "É o caso dos chamados complexos industriais a partir do aproveitamento de matérias-primas regionais \_salgema em Alagoas, potássio em Sergipe..."<sup>(70)</sup> Quando não sucedia de ser esta a principal motivação, freqüentemente se dava então de o projeto somente implantar-se porque sob responsabilidade de empresários locais. O fato de o empresário ser radicado na região (Estado) foi considerado relevante na maioria dos Estados (exceto Alagoas, Bahia e Minas Gerais) e, no caso das empresas, especialmente naquelas dos gêneros tradicionais da indústria nordestina (têxtil, calçados, artefatos de tecidos, produtos alimentares, couros e peles, etc.).<sup>(71)</sup>

12% ao ano. Os que evoluíram abaixo disso (Tabela III.6) cederam em termos relativos.<sup>(78)</sup> Mas melhor sorte mesmo, dentre todos, conheceu o ramo têxtil da Bahia. Crescendo a uma taxa anual de 21% pôde elevar em quase 2,5 vezes a participação de seu produto no VTI-têxtil nordestino, saltando de 8,8% em 1970 para 21,4% em 1980.<sup>(74)</sup>

Quanto à de Sergipe, desde 1939 deparando com perda continuada de participação relativa no VTI-têxtil regional, é inegável que sua recuperação na década de 70 se estabeleceu igualmente como reflexo da política de estímulo à reestruturação das indústrias tradicionais da região, em curso desde meados dos anos 60. Por essa época, e até o ano de 1970, o parque têxtil sergipano, recorde-se, contara com apenas 1,8% do total de fundos aprovados pela SUDENE para inversões em todo o Nordeste nesse segmento industrial. Todavia, com apenas 1,8% de participação no montante global de recursos liberados para o setor têxtil da região, seu peso, no total de recursos aprovados para o Estado para projetos industriais de natureza diversa, representou 36%, contra 14% no caso de Pernambuco e 53,7% no caso da Paraíba. Assim, há de se convir que não admira, em Sergipe, a importância de que se revestiu aquele pequeno percentual de 1,8% sobre o conjunto de suas inversões, em função, é claro, das características de sua estrutura industrial, largamente dominada pelos segmentos tradicionais têxtil-alimentar.

Por outro lado, em que pese a importância que representaram para a sua indústria têxtil, convém salientar que até 1970 não só não foram comparativamente significativos, como um todo, os aportes de recursos de que se beneficiou Sergipe com aquela política do 34/18, como até mesmo ocorreu de tais recursos chegaram a declinar. Em termos reais (IGP-DI), o valor investido em Sergipe em 1970 correspondeu a apenas 39% do total das inversões realizadas em 1965.

Seja como for, o certo é que já na década de 60 teve lugar um processo de modernização parcial da indústria têxtil sergipana, e num instante em que se lhe apresentavam inúmeras dificuldades, representadas até mesmo pelas que punham em cheque a permanência de firmas no mercado. Tanto que a algumas delas não restou outra alternativa que não a do fechamento. Foi o caso, por exemplo, da Empresa Industrial Propriá S/A. Outras, como a Fábrica Piauitinga e a Sergipe Fabril (depois Maísa Maroim Industrial S/A), não fecharam mas acabaram incorporadas ao Constâncio Vieira um importante grupo empresarial sergipano, que, por sinal, em 1940 já havia adquirido o controle da Empresa Industrial Estanciana.<sup>(75)</sup>

Em compensação, as que puderam empreender projetos de modernização, como a firma Peixoto, Gonçalves & Cia (também conhecida como Fábrica de Tecidos Passagem, localizada no município de Neópolis) passaram a trabalhar com perspectivas mais animadoras. Se não observe-se: "os trabalhos de modernização da nossa fábrica de tecidos, iniciados após a contratação do financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, ocorrido em 1966, exprime uma grande esperança de dias melhores, porquanto a substituição dos maquinários obsoletos por equipamentos modernos darão vez, ao lado de mais eficiente produtividade, ao lançamento de produtos mais apresentáveis, em virtude do melhor acabamento de que se revestirão."<sup>(76)</sup>

Modernizar as fábricas existentes na região, mais do que estimular a ampliação de seu número, constituíra a tônica do programa de reequipamento da indústria têxtil nordestina na primeira metade dos anos 60. De fato, apenas se consentiria em que o reequipamento desse lugar a ampliação de capacidade produtiva se fosse o caso, muito especial, de se tratar de correção de algum desequilíbrio interseccional. O objetivo, portanto, era unicamente o de

"habilitar as fábricas a produzirem em melhores condições técnicas e econômicas."<sup>(177)</sup> Sintomaticamente, nessa época não houve em Sergipe qualquer projeto voltado para a implantação de novas unidades, muito embora, como regra, isso não se houvesse estendido a todos os estados da região, porquanto o Conselho Deliberativo da SUDENE, já em 1963, aprovava projetos de implantação.

Com outra foi a orientação esboçada na segunda metade da década de 60 e seguida com mais vigor nos anos 70. Em Sergipe, diversos projetos foram aprovados tendo em vista não apenas a correção da obsolescência das instalações de seu parque têxtil, mas também a implantação de unidades produtivas, havendo, nesse último caso, como no da atualização dos equipamentos, a intervenção do mecanismo 34/18-PINOR e das agências oficiais de crédito.

**TABELA III.9**  
**NORDESTE - TEARES E FUSOS EM OPERAÇÃO**

ESTADOS	1946		1969		1979	
	TEARES	FUSOS	TEARES	FUSOS	TEARES	FUSOS
MARANHÃO	2.121	74.372	230	15.248	-	-
PIAUI	158	4.740	-	-	132	17.600
CEARA	1.017	29.672	1.240	65.838	1.240	137.238
R. G. NORTE	-	704	78	6.256	552	109.678
PARAIBA	2.373	56.548	1.004	32.480	1.028	59.916
PERNAMBUCO	8.282	201.628	4.418	169.612	4.840	393.826
ALAGOAS	3.407	111.739	1.109	47.180	1.312	58.828
SERGIPE	3.304	99.422	1.508	53.544	1.778	73.784
BAHIA	4.570	103.986	1.699	45.986	1.699	68.406
<b>NORDESTE</b>	<b>25.232</b>	<b>686.810</b>	<b>11.016</b>	<b>433.184</b>	<b>12.582</b>	<b>919.276</b>

FONTES: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil (1948)

SUDENE - Pesquisa sobre a Indústria Têxtil do Nordeste (1971)

SOUZA LIMA, Josael Jario. A Evolução da Indústria Têxtil em Sergipe (1960-1989). Aracaju, 1991.

Como resultado daqueles incentivos, e como reflexo ademais do processo de modernização levado a cabo nos anos 60, verificou-se em Sergipe uma diminuição do número de fusos, entre 1946 e 1969,

de 99.422 para 53.544, e no de teares, no mesmo período, de 3.204 para 1.508 (Tabela III.9). Já ao longo da fase subsequente, de manifesta orientação em favor da ampliação e diversificação no interior do ramo têxtil, passara o mesmo, em Sergipe, a operar, em 1979, com 95.688 fusos e 1.892 teares. (78)

Mas a despeito desse impulso emprestado à indústria Têxtil sergipana nos anos 70, cabe ressaltar que, no tocante à produção de tecidos, seus níveis não se expandem substantivamente (vide Tabela III.5). A de 1977, para se ter uma idéia, difere pouco da produzida há 40 anos, e a de 1980 \_ampliada 18,2% em relação à de 1977\_ mal consegue retornar ao nível da de 1946, numa demonstração, assim, de que, especificamente neste caso, a indústria têxtil sergipana jamais logrou superar os desafios da crise que se abre no imediato pós-guerra com o desaquocimento dos mercados e a conseqüente intensificação da concorrência interregional \_fonte permanente de ameaça à sobrevivência das indústrias tradicionais do Nordeste.

Em Sergipe \_cujo segmento têxtil sempre esteve essencialmente voltado para a produção de tecidos de algodão\_, é evidente, pelos dados apresentados acerca de como evoluiu a produção desse artigo, o aspecto tardio de seu ajustamento às novas circunstâncias engendradas pelo desenvolvimento do capitalismo brasileiro com a integração econômica do mercado nacional.

É certo, porém, que o fato de não se ter verificado tal crescimento nas linhas de produção tradicionais do parque têxtil sergipano traduz, de algum modo, o esforço que se fizera nos anos 70 no sentido de imprimir às inversões do núcleo têxtil local um caráter mais diversificado, com a montagem de sub-ramos voltados para o acabamento de produtos (a exemplo da Fábrica Consórcio Têxtil de Acabamento, que teve seu projeto de implantação no município de

Estância aprovado em 1974), confecção de vestuário e artefatos de tecidos (Grupo Vila Romana-1973, em Aracaju) e produção de fios de algodão (Grupo Unido de Fiação e Tecelagem-1975, também no município de Estância).<sup>(79)</sup>

Foi assim, assentado na ampliação, modernização e, em parte, na diversificação das inversões, que ocorreu de o segmento têxtil sergipano crescer na década de 70 e melhorar sua participação tanto no quadro regional (e nacional) quanto, internamente, na estrutura industrial do Estado. Com efeito, entre 1970 e 1980 salta de 5,6% para 6,3% a participação do produto da indústria têxtil sergipana no conjunto do VTI-têxtil regional (e de 0,4% para 0,9% no VTI-têxtil nacional), havendo, da mesma forma, ligeiro incremento de 28,8% para 29,3% do produto têxtil sergipano em sua posição no total do VTI da indústria de transformação estadual. Embora pareça pouco expressiva, essa recuperação no entanto foi de crucial importância para o setor industrial dessa economia, que ainda em 1980 retirava dos ramos têxtil e alimentar mais de 50% de todo o VTI de sua indústria de transformação.

Desse modo, no início dos anos 80 Sergipe ainda se mantinha como uma economia cujo dinamismo retirado do setor industrial conservava largos traços de sua estrutura tradicional: não deixara até então de ser uma economia basicamente têxtil-açucareira, já que o impacto sobre ela resultante da instalação de segmentos mais dinâmicos de sua indústria \_como o extrativo-mineral\_ ainda não operara plenamente a ponto de alterar de forma substantiva o perfil de sua histórica conformação estrutural típica das "economias" do Nordeste. Para Sergipe, conforme será visto mais adiante, mudanças mais expressivas só se verificariam no curso dos anos 80, quando a indústria passaria a responder por mais de 50% do PIB setorial.

Antes, no entanto, de dar lugar a um exame global dessa natureza, convém, por mais alguns instantes apenas, repor em discussão a problemática da indústria têxtil nordestina, e em especial a da sergipana, focalizando melhor agora a questão do mercado.

### 3.6 - A Questão do Mercado

Em todo o Nordeste, até pelo menos a primeira metade dos anos 60 a produção de tecidos grossos dominou a atividade fabril do parque têxtil da região (em Sergipe, esse perfil se prolonga até fins dos anos 70). Ora, à medida em que avançasse a urbanização, progressivamente se deslocaria também, por efeito-renda, a demanda em favor dos artigos finos importados do Centro-Sul.<sup>(80)</sup>

Não obstante, e enquanto pôde operar sem forte concorrência, os reflexos, até a Segunda Guerra, do processo de entrelaçamento dos fluxos regionais de comércio não foram ainda de molde a provocar na indústria têxtil nordestina manifesta destruição. Pelo contrário, de certa forma ela é até estimulada. Sem dúvida porque faltava ainda uma efetiva **"integração entre os vários sub-sistemas componentes do conjunto econômico nacional"**, razão em última instância pela qual, por assim dizer, se erigiu uma **"barreira natural de proteção à indústria de produtos têxteis no Nordeste."**<sup>(81)</sup> Desse modo, para as antigas fábricas têxteis da região a concorrência inter-regional não chegara a se constituir num problema de grande magnitude até, grosso modo, princípios dos anos 50, dadas as vantagens locacionais de que se beneficiavam resultantes não apenas

da tradição algodoeira da região e da farta disponibilidade de mão-de-obra barata, mas também, e sobretudo, do fato de se encontrarem de algum modo fora do alcance<sup>(82)</sup> da indústria têxtil meridional, em particular aqui devido à inexistência de uma rede viária que se pusesse a estimular a competição inter-regional.

"Essa produção da periferia" \_diz M. CANO\_ "ficaria momentaneamente a salvo desde que o 'mercado desse para todos', ou seja, desde que a indústria sediada no pólo não estivesse funcionando com grande capacidade ociosa e que, por várias razões, não estivesse ampliando sua capacidade produtiva. Por exemplo, foram justamente as indústria de bens de consumo não durável, notadamente a têxtil, as que mais exportaram durante a Segunda Grande Guerra, atenuando a competição inter-regional dos setores onde ela certamente mais seria 'viável e necessária'." Daí a indústria periférica haver podido "permanecer a salvo durante as décadas de 1930 e de 1940, abalada somente a partir do início da década de 1950."<sup>(83)</sup>

Nessa nova fase, aos poucos a indústria nordestina \_e em particular, aqui, a têxtil\_ vai perdendo aquela espécie de proteção natural com que até então contara e que lhe permitira, enfim, escapar à concorrência mais intensa com os produtos de origem extra-regional. Entre outras, cumpriram esse papel as enormes distâncias espaciais difíceis de ser superadas com o à época ainda precário sistema de transportes. Porém, à medida que entraves dessa ordem vão sendo removidos, o intercâmbio comercial que se amplia entre as regiões do país retira, em definitivo, certas vantagens usufruídas por essa ou aquela região advindas de seu relativo isolamento ou de sua maior interiorização.

Compreende-se, assim, o porquê de, nas décadas de 50 e 60, as fábricas têxteis do Nordeste haverem sofrido intensa e, por vezes, destruidora competição levada a efeito pela indústria têxtil do



pólo. Por força disto, e tencionando justamente sustar esse quadro de acelerada deterioração em que ingressara a indústria têxtil da "periferia" é que se gestou, na primeira metade da década de 60, um programa de reequipamento e modernização de suas unidades produtivas, posteriormente estendido também sob a forma de estímulo à implantação de novas unidades, a fim de que se dotasse essa indústria de maior capacidade de enfrentamento competitivo face, no caso, ao novo padrão de relacionamento econômico entre as regiões do país inaugurado por essa época como produto direto da nova fase de desenvolvimento alcançado pelo capitalismo brasileiro.

Nesse novo contexto, é fundamental não perder de vista que o processo modernizador/diversificador das inversões industriais no segmento têxtil nordestino, da mesma forma como a própria montagem aí do que se convencionou chamar de "nova indústria", encontra sua racionaliza no amplo quadro de mudanças das relações econômicas da região com o pólo dinâmico do país a partir do momento em que o capitalismo brasileiro ingressa num novo estágio de desenvolvimento, com a industrialização pesada de meados dos anos 50 e a instauração de um novo "padrão de acumulação".<sup>(84)</sup>

O que antes, para a indústria da região, constituíra mero ajuste às pressões surgidas num ambiente bastante diferenciado de relações puramente mercantis entre os espaços econômicos da nação, torna-se, depois da industrialização pesada, pré-condição para participar de um efetivo processo de integração econômica do mercado nacional, em que as pressões àquele tipo de ajustamento agora são comandadas pela acumulação de capital em sua dimensão mais propriamente produtiva do que comercial, com os deslocamentos do capital produtivo oriundo de áreas com mais avançado estágio de desenvolvimento industrial e sua interinação nas regiões mais atrasadas. Perdera, portanto, importância relativa aquele processo de

aproximação dos espaços econômicos do país típico do capital comercial, durante a fase aqui definida como de "articulação comercial" (via intercâmbio de produtos, pura e simplesmente) entre as regiões brasileiras, e que se estendeu desde a eclosão da Grande Depressão até início dos anos 60.<sup>(85)</sup>

Sob essa ótica \_a da integração produtiva ou econômica do mercado nacional\_ pode-se, pois, falar de um movimento de *desregionalização* da indústria têxtil nordestina a partir das inversões estimuladas pelo mecanismo 34/18-FINOR. Isto, é claro, porque essa indústria em alguma medida perdeu \_desde logo mais em outros estados da região do que em Sergipe\_ seu caráter de especializada, quer no fornecimento de tecidos crus para acabamento no Centro-Sul, quer na colocação desses artigos grossos para demanda final em mercados principalmente rurais tanto da própria região quanto de outras áreas do país. Suas características agora são mais verdadeiramente as do restante da indústria nacional, abandonando, assim, aqueles traços de indústria autenticamente regional.

Esse, ao que tudo indica, é o modo correto de situar a inserção da indústria têxtil nordestina \_e sergipana\_ no espaço da economia brasileira. Do contrário carecem de significado as transformações recentes por que passou esse segmento da indústria \_mas não só ele\_ em todo o Nordeste, e se termina, então, por não se apenhar adequadamente suas motivações.

### 3.7 - Integração Econômica e Indústria Têxtil Sergipana (à guisa de conclusão)

Num plano regional desagregado, isto é, em âmbito estadual \_no caso, aqui, o sergipano\_, importa agora situar com mais detalhes as alterações sofridas por sua indústria têxtil como produto do processo de construção do mercado nacional que evolui, num primeiro momento, com a propagação pura e simples de circuitos mercantis entre as regiões brasileiras \_durante o período compreendido pela "articulação comercial" (1933/62)<sup>(86)</sup>\_ até alcançar, após essa fase, sua plena "integração econômica". Como se sabe, em toda a extensão desse processo de integração do mercado nacional as distintas economias regionais dele participantes experimentaram a incidência, em maior ou menor escala, quer dos efeitos de *estímulo*, de *bloqueio ou inibição*, bem como, até mesmo, dos de *destruição*.

A transmissão dos *efeitos de estímulo* se manifesta na "periferia" sobretudo através das possibilidades que se abrem com sua inserção na dinâmica do processo de recuperação e crescimento do mercado nacional; os de *bloqueio ou inibição* "podem decorrer de verdadeiras 'barreiras à entrada', pela pré-existência de unidades produtivas \_sediadas principalmente no 'pólo' "<sup>(87)</sup>; e os de *destruição* \_como o próprio termo sugere\_ manifestam-se provocando fechamento daquelas unidades produtivas que não puderam, na "periferia", resistir ao enfrentamento com as unidades melhor estruturadas e de maior poder de acumulação localizadas no Centro-Sul.

Seguramente as considerações até aqui desenvolvidas, mesmo as relacionadas, em caráter genérico, ao conjunto da indústria têxtil nordestina, foram de molde a que já se pudesse de alguma maneira apreciar o que significou e como se manifestou para a indústria têxtil sergipana sua dependência do mercado nacional. Com efeito, pelo que se pôde observar no decorrer de uma das sub-fases do processo de "articulação comercial", passada entre 1933 e 1944, o segmento têxtil sergipano, porque de certa forma protegido, como o da região, retirou daquele movimento decisivo estímulo para seguir gerando lucros.

Todavia, e porque se apresentava, por outro lado, cumprindo um papel de algum modo específico no quadro setorial da indústria nacional \_a exemplo, de resto, do que se definira para toda a região no quadro geral da divisão interna (regional) do trabalho\_ seu segmento têxtil acabaria sofrendo vicissitudes próprias da ocorrência dos "efeitos de bloqueio ou inibição", patentes, neste caso, no aspecto comparativamente tardio de sua modernização/diversificação. Mas os de destruição, propriamente ditos, não haviam ainda começado a operar, senão a partir dos anos 50.

E como não consta de ter havido com o parque têxtil sergipano, por essa época, qualquer significativo processo de modernização, é facilmente assimilável a ordem de dificuldades com que se debateu. Não só não retornaria, jamais, aos níveis de produção alcançados durante a Segunda Guerra, como também, praticamente estagnado na década de 50, e registrando desempenho ainda pior na década de 60 \_de um lado devido à paralisação das atividades em algumas unidades, e de outro provavelmente porque só se evidenciaram na década seguinte, na de 70, os resultados de sua modernização iniciada nos anos 60\_, a indústria têxtil sergipana seguiu nesse período acusando perda de sua participação tanto no VTI-têxtil regional quanto no nacional.

Pode parecer, no entanto \_especialmente por força do que se disse dando conta do processo modernizador/diversificador que a indústria têxtil nordestina conheceu a partir dos anos 60\_, que a diversificação da produção no interior da indústria têxtil sergipana foi também de tal forma notável que reduziu sobremaneira a importância das antigas linhas de produção. Decididamente, não foi este o caso, pelo menos até fins da década de 70. Para surpresa, as fábricas sergipanas em operação nessa época ainda realizavam um tipo de operação de venda que tinha como consumidores outras fábricas, o que significa que seus produtos chegam até elas na forma de tecidos crus ou semi-acabados para receberem complementação industrial. Note-se o que, a propósito, registra a já citada pesquisa do CEAG: "...as empresas têxteis de Estado (...) estão enquadradas no grupo de empresas cuja linha de produção é ainda bastante tradicional, ou seja, predomina a produção de tecidos grossos. Observa-se também que as vendas são feitas, geralmente, a outras empresas do ramo."<sup>(88)</sup>

Efetivamente, na composição do produto do parque fabril, envolvendo a fabricação de tecidos de algodão (preponderante), brins e mesclas, vestuário, cama e mesa, fios de algodão, sacaria (que serve às usinas), etc., no total do faturamento das empresas, em 1977, os tecidos grossos participaram com 44,9%, brins e mesclas (largamente utilizados em vestuários) com 39,2%; a produção de sacaria responde por 11,2% do faturamento, e artigos como toalhas, fronhas, cobertores e outros como peças de vestuário concorrem, juntos, com apenas 10,1% para o faturamento global.<sup>(89)</sup>

Face a isto, não deve espantar que, passadas quase cinco décadas, contadas a partir da de 30 \_ou seja, ao longo, basicamente, de todo o período demarcado para o presente estudo\_, a indústria têxtil sergipana ainda se encontre fortemente vinculada ao mercado

centro-sulino para realizar sua produção de tecidos, com apenas uma diferença: o Rio de Janeiro, seu principal mercado no início dos anos 30, responsável, sozinho, pela absorção de mais de 35,2% do total das exportações estaduais de tecidos de algodão efetuadas pela Barra ("porto") de Aracaju, cede lugar, na década de 70, para o de São Paulo, que passa, então, a se constituir na mais importante praça importadora dos tecidos sergipanos. Assim, do *quantum* exportado de tecidos comuns de algodão pelo Estado em 1973, ao Rio de Janeiro coube desta feita tão-somente a parcela de 4,2%, contra 56,5% reservada a São Paulo — que, por sinal, em 1930 participara desse movimento com não mais que 11,5%. Crescera de tal sorte a importância deste Estado para o comércio de têxteis sergipanos que, em 1977, note bem, 60% do faturamento de suas firmas resultaram das vendas para o mercado paulista. Vendas, no entanto, essencialmente realizadas (entre firmas) com aquela finalidade, a de complementação industrial, que em nada denota conquista de mercado, mas antes revela a situação de fragilidade da indústria local.<sup>(90)</sup>

De reduzido significado para as exportações sergipanas de tecidos continuava sendo o mercado nordestino. Em 1930, *v.g.*, não passara de 27% a parcela das exportações destinada aos estados da região.<sup>(91)</sup> Mesmo tendo-se em conta que tais exportações dizem unicamente respeito às realizadas por aquela Barra, a de Aracaju — pela qual se estima aqui que devesse ter sido escoada cerca de metade do volume total exportado pelo Estado no referido ano — ainda assim é possível se ter uma dimensão bastante aproximada da ordem de grandeza representada pelo mercado nordestino na absorção das exportações sergipanas de tecidos de algodão. E ainda que, nesses termos, não se traduza em definitivo a relativamente acanhada participação do Nordeste no fornecimento de mercado ao parque têxtil

sergipano, tanto pior então se tornara sua posição em princípios da década de 70. Para ser exato, em 1973 \_claro que agora fundamentalmente por via rodoviária\_ não vai além dos 21% a cifra correspondente às vendas sergipanas de tecidos comuns à região, o que é até compreensível em virtude dos aspectos relacionados à operação de vendas dos artigos do parque têxtil estadual e às características da boa parte da indústria nordestina.<sup>(92)</sup>

Por outro lado, não se pode deixar de registrar que, apesar da predominância dos tecidos grossos, algumas alterações \_de pouca expressão, é verdade\_ verificaram-se na segunda metade da década de 70 em favor dos tecidos de algodão acabados ou beneficiados. Em 1975, o valor da produção dessa última variedade de artigo é excedido em 10% pelo valor da produção de tecidos de algodão cru, enquanto que em 1980 ambos aparecem com valores praticamente empatados, não fosse, agora, a ligeira superioridade, da ordem de 4,4% dos tecidos beneficiados sobre o valor da produção dos de tipo cru. Isto se deveu não só à evolução mais favorável dos preços dos tecidos acabados, mas também ao fato de, no período, ter havido um maior incremento de sua produção, a uma taxa anual de 5,2%, contra uma de 4,7% no caso dos tecidos crus.<sup>(93)</sup>

Seja como for, o que importa mesmo pôr em relevo é o fato de o parque têxtil sergipano ainda se apresentar em princípios dos anos 80 fortemente identificado com seu histórico perfil de produção, não obstante sua recente reestruturação apontar alguns traços de ruptura. Nesse sentido não há como negar que foi de certa forma reduzida a amplitude dessa diversificação. A que houve concentrou-se na década de 70. Na dos anos 60 em mais larga escala o que se viu, no âmbito do programa de reequipamento industrial proposto pela SUDENE, foi a aprovação de projetos de ampliação, reforma das instalações e correção de obsolescência do maquinário. O que se

passou nos anos 80 está por merecer uma análise a que o presente trabalho não se propôs, não só, principalmente, por razões de periodização, mas também porque o intuito fora o de dimensionar para Sergipe o significado e o alcance das transformações ocorridas em sua economia suscitadas pela constituição e integração do mercado nacional, através do exame de suas mais importantes atividades produtivas \_a produção de açúcar e tecidos\_, sem o que ela não tomaria parte de maneira comparativamente significativa do mercado nacional.

Note, finalmente, que não se está aqui, sob qualquer hipótese, minimizando o alcance e a importância das transformações por que passou o parque têxtil sergipano, sobretudo pelo que significaram em termos de ampliação da resistência e da consolidação de um núcleo industrial que aparece agora integrado ao movimento geral da economia brasileira, e que de há muito esteve sofrendo reverses justamente por causa de sua debilidade estrutural e de sua especialização em linhas de produção pouco dinâmicas, o que terminou por comprometer \_conforme será visto no tópico seguinte\_, o próprio desempenho da economia sergipana, dado o peso que o segmento têxtil sempre ocupou no conjunto de sua indústria. Tanto é que em 1981 o ramo têxtil lidera (com 19,3%) a arrecadação de ICM do setor secundário, respondendo ainda com essa cifra por 4,1% de toda a arrecadação de ICM do Estado. Há cinco décadas, os tecidos chegaram a participar, como em 1932, com 39,7% da receita do 'imposto de exportação' \_à época o mais importante instrumento de arrecadação fiscal\_, tendo dessa forma contribuído, no referido ano, com 9,5% de toda a receita fiscal do Estado.<sup>(94)</sup>



## NOTAS

- (1) Cf. DEE/INE (1934) - O estado de Sergipe em 1934.
- (2) Cf. BNB/SUDENE (1964).  Mercado e comercialização do algodão do nordeste; IBRE/FGV (1970), op. cit.; IBGE (Censos Agrícolas e Agropecuários) para os dados relativos ao valor da produção, e IBRE/FGV (Conjuntura Econômica - vários números) dados sobre o valor do produto da agricultura.
- (3) ALBUQUERQUE, Rui Henrique P.L. Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola. São Paulo, HUCITEC, 1982, p.230. Ver também, para maiores esclarecimentos, o cap.III do citado trabalho, especialmente em suas páginas de n.ºs 107 a 128.
- (4) Cf. CRUZ, José. O problema do algodão em Sergipe. Aracaju, Imprensa Oficial, 1960, p.16. Conforme ainda nota o autor, na década de 20 "somente se cultivava em Sergipe algodão de fibra longa (superior a 32 milímetros) das seguintes variedades arbustivas, que produziam de 1 a 6 anos seguidos: "orioulo", "quebradinho" (de semente preta), "herbáceo" (de semente branca) que produzia, às vezes, até dois anos seguidos, sendo na época a variedade mais cultivada no Estado, e "riqueza" (também chamado "verdão"), um híbrido de "quebradinho" e herbáceo." Cidem, ibidem, p.101.
- (5) CORREIA DE ANDRADE, Manuel. A terra e o homem no nordeste. 5ª ed., São Paulo, Atlas, 1986, p.85.
- (6) Cf. BNB/SUDENE (1964), op. cit.
- (7) CEAG, Diagnóstico da indústria têxtil de Sergipe. Aracaju, 1979, pp.30-31.
- (8) Responsável, em 1978, por 77% da comercialização do algodão que chegava às usinas de beneficiamento. Diretamente, do agricultor, as unidades de beneficiamento adquiriram, no ano em questão, 80% do algodão que utilizaram, e junto às cooperativas recolheram tão-somente 3%. Por essa época havia no Estado um total de nove usinas de beneficiamento. Todas, à exceção de apenas uma, adquiriam algodão mediante corretor ou preposto, conforme estudos feitos pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA), in: CEAG, 1979, op. cit., p.30.
- (9) ibidem.
- (10) ibidem.
- (11) ibidem.
- (12) CRUZ, José. (1960), op. cit., p.15.
- (13) ALBUQUERQUE, Rui Henrique P. L. (1982), op. cit., p.117.

(14) Não sem motivo, a maioria das beneficiadoras se encontrava localizada no interior do Estado, próximas aos centros de produção e comercialização do produto. Tanto assim que, em 1940, v.g., nenhuma delas funcionava em Aracaju, apesar de haver aí instaladas algumas fábricas têxteis.

(15) BNB/SUDENE (1964), op. cit., pp.172-179; e CEAG, 1979, op. cit.

(16) BNB/SUDENE (1964), op. cit., p. 70.

(17) CRUZ, José. 1960, op. cit., p.15.

(18) E de uma participação, em 1960, de 50%, evolui para 58,4% em 1970 e 63,8% em 1980 a área utilizada com pastagens no Estado, ao passo que a reservada às lavouras, depois de sofrer um ligeiro recuo de 12,2% para 11,6% entre 1960 e 1970, finalmente se recupera em 1980, situando-se na faixa dos 12%. Neste caso, poder-se dizer que entre 1970 e 1980 a expansão considerável da área ocupada com pastagens não se processou conduzindo a uma destruição da área destinada ao conjunto das lavouras, haja vista que, no período em questão, as mesmas experimentaram um crescimento em sua área, da ordem de 24,8% \_puxado principalmente pelas lavouras permanentes, em especial a da citricultura\_, contra um aumento de 19% verificado na área de pastagens.

(19) CARVALHO ULLAR, José Wellington. O papel da pecuarização no processo de produção do espaço agrário sergipano. Dissertação de Mestrado, UFS, Aracaju, 1992, pp.59-60.

(20) Em 1950, a relação entre a área de pastagens artificiais e a de pastagens naturais era a segunda mais alta do Nordeste, atrás apenas da observada na Bahia. Para cada hectare de pastagem natural, havia, no Estado, 0,7 hectare com pastagem plantada. Duas décadas após, entretanto, a de Sergipe se tornaria a maior do Nordeste, ao subir sua relação pastagem plantada/pastagem natural para 1,0, indicando, assim, uma repartição em igual proporção da área ocupada por ambos os tipos de pastagem. Em 1980, então, o salto é ainda mais surpreendente: dobra, no Estado, o quociente da relação. Agora, há, para cada hectare de pastagem natural, dois outros hectares de pastagem dita artificial, isto é, plantada. São 815 mil hectares deste último tipo de pastagem contra 395 mil hectares do primeiro. O Estado nordestino que, depois de Sergipe, aparece, em 1980, com o segundo maior índice dessa relação, o de Alagoas, alcançou apenas metade do sergipano.

(21) é o seguinte o caso da microrregião de Nossa Senhora das Dores: pelos dados censitários, em 1940, da mesma forma como em 1970, retirou-se dela 56% de toda a produção algodoeira sergipana, e algo um pouco abaixo deste percentual (46%) em 1980. Três décadas, decorridas de 1950 a 1980, foram o bastante para que nela se operasse \_em meio à perda de utilidade da cotinucultura\_ um extraordinário avanço das pastagens sobre a área dos estabelecimentos agropecuários. Na verdade, dobra, no período, essa participação, saltando de 43,6% para 86,1%. No conjunto, a área de pastagens da microrregião expandiu-se em 191,5%; a de pastagens naturais avançou apenas 23,7%, ao passo que a área empregada com pastagens artificiais elevou-se em 548% \_bem acima, neste caso, dos 235%

relativos à Cotinguiba e dos 386% correspondentes à expansão havi-  
da em todo o Estado. Como conseqüência desse ritmo a que se estava  
processando a ampliação em termos quer absolutos ou relativos,  
dos domínios da área de pastagens, pouco estímulo restou para que  
se pudesse preencher economicamente o espaço da referida microrre-  
gião com as lavouras. Cresceu muito pouco, apenas 5,8%, entre 1950  
e 1980. E dado que, no decorrer dessas três décadas, a estagnação  
da área de lavouras temporárias contrastou com a evolução da área  
dos estabelecimentos, isso terminou por provocar a queda de 8,4%  
em 1950 para 5,4% em 1980 da participação da área de lavouras tem-  
porárias no conjunto da área dos estabelecimentos, com graves im-  
plicações, é certo, para a cultura algodoeira. A prova disto é  
que, de uma produção de pouco mais de 4 mil toneladas de algodão  
em 1950, e de algo também próximo a isto em 1960, despenca verti-  
ginosamente para apenas 290 toneladas em 1980 a produção algodoei-  
ra da microrregião de Nossa Senhora das Dores. Vê-se aí que não há  
como não considerar que tentam sido bastante danosas para a cultu-  
ra algodoeira da microrregião as conseqüências provocadas pela in-  
cessante conquista de terras para pastagens como produto do incre-  
mento que nela tomou a pecuária. Sintomaticamente, em trinta anos  
triplicou o rebanho bovino dessa microrregião, elevando, por con-  
seguinte, de 25,6% em 1950 para 29,3% em 1980 sua participação no  
efetivo bovino do Estado [Cf. IBGE - *Censo Agrícola de 1950 e Cen-  
so Agropecuário de 1970 e 1980*].

(22) No caso da microrregião do Sertão Sergipano do São  
Francisco, muito embora a expansão da área de pastagens não haja  
implicado subtração da área reservada às lavouras, é plausível su-  
por, no entanto, pelo que significou como alternativa econômica à  
lavoura algodoeira, que a formação de pastagens para engorda de  
gado tenha influenciado no recuo da área algodoeira da referida  
microrregião, a qual passa de 7,2 mil hectares em 1960 para apenas  
1,5 mil em 1970 e 1,2 mil hectares em 1980, conduzindo isso, ad-  
mais, a que, em relação à de 1960, a produção algodoeira despen-  
casse em 87,5%.

(23) Cf. DEE/INE (1934), op. cit., e DEE/INE - O estado de  
Sergipe em 1925. Aracaju, Gráfica Editora, 1937.

(24) Cf. DEE/INE (1937), op. cit., INE/DEGP (1938), op.  
cit., e IBGE/DEE (1942), op. cit.

(25) Cf. IBGE - Revista brasileira de estatística, nº 4,  
1940, p. 788.

(26) Cf. DEE - Exportação de Sergipe (1941/42), Aracaju,  
1943, p.2.

(27) Índice de Preços de Produtos Industriais, in: MALAN,  
Pedro et alii, Política econômica e industrialização no Brasil  
(1939/52). Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977, Apêndice V, p.516.

(28) idem. ibidem., p.297. ["As dificuldades de suprimento  
de importações (...) deveram-se não só ao rompimento das relações  
com os países do Eixo que implicou também a perda das fontes su-  
pridoras em nações por eles ocupadas como também às dificuldades  
do tráfego marítimo, não esquecendo, aqui, a necessidade de reser-  
var espaço em navios para suprimento de material bélico e de su-  
porte por parte das potências aliadas e o próprio esforço de guer-  
ra nestes países, que obrigou o racionamento de suas exportações

para o Brasil e demais países." (idem, ibidem, loc. cit.) Demais, ao longo dessa fase só não foi mais fortemente comprometida a atividade industrial do país em função do bom desempenho da indústria têxtil, apontado por Werner BAER como "o fato mais marcante, no período da Guerra, do desenvolvimento do setor manufatureiro do Brasil." O próprio crescimento da indústria têxtil, aliás, apoiou-se, no período, não propriamente na expansão da capacidade produtiva, senão que fazendo uso da plena e, freqüentemente, superutilizada capacidade de produção já instalada, a qual, até então, vinha obtendo emprego apenas parcial. (BAER, W. A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 1966, s.p., apud COHN, Amélia. Crise regional e planejamento, 2ª ed., São Paulo, Perspectiva, 1976, pp.31-32.)]

(29) Apesar de significativa, essa taxa é precisamente metade inferior à taxa média a que se deu, u.g. \_a título meramente de curiosidade\_, a expansão da produção têxtil das três fábricas existentes no município de Estância (a Santa Cruz, Sr. do Bonfim e Indústrias Reunidas Piauitinga); entre 1939 e 1943, com o mesmo número de teares, e sem, ao que tudo indica, qualquer modernização, cresceu a uma taxa anual de 15,3% a quantidade de algodão por elas consumido (saltando de 1.047 para 1.849 t), dando lugar, com isto, a um crescimento na produção de tecidos da ordem de 12% ao ano, bem superior, neste caso, à taxa média de 7,4% relativa ao crescimento anual da produção do quinquênio anterior (1935/1939). Comparada à de 1935, mais do que dobra, em 1943, a quantidade de tecidos produzida por essas fábricas, passando de 6,9 milhões para 14,3 milhões de metros, o que lhes permitiu, assim, de um ano a outro, elevar de 31,3% para 35,4% a participação no total da produção estadual de tecidos de algodão. Cresceu, da mesma forma, o nível de emprego. O número de operários nelas empregados é, em 1943, 13% maior que o de 1939 e 54% maior que o de 1935. Conferir, a este respeito, Estância em dados estatísticos. (publicação do Departamento Estadual de Estatística), Aracaju, 1948.

(30) Cf. SUDENE - Pesquisa sobre a indústria têxtil do Nordeste, Recife, 1971, p.21.

(31) Cf. CAPES - Estudos de desenvolvimento regional, 1959, p.88.

(32) Era precisamente a 7ª mais baixa de todo o Nordeste a produtividade média dos operários sergipanos em 1949, expressa essa produtividade pela relação Valor da Transformação Industrial (VTI) / número (média mensal) de operários. Quanto ao salário médio \_expresso pela relação salários pagos a operários/média mensal dos operários ocupados em 1949\_, o pago em Sergipe era o 5º menor. (Cf. IBGE/Censo Industrial de 1950).

(33) "A bem dizer, a situação presente da indústria têxtil sergipana poderia ter sido evitada se os industriais do ramo tivessem a preocupação de acompanhar a evolução da técnica e do mercado de tecidos. Favorecidos por uma limitada produção em face das necessidades de consumo, não sentiram a concorrência de produtos melhores, nem tampouco deram importância aos custos de produção, dados os baixos salários dos operários." (CAPES, 1959, op. cit., p.87.

(34) Cf. MARX, K. O Capital. op.cit., esp. Cap. XXIII (L.1).

(35) Cf. LACERDA DE MELO, R.O. Industrialização e integração econômica do nordeste: o caso da indústria têxtil. Dissertação de mestrado, UNICAMP/IE, 1987, (mimeo)

(36) Cf. SENAI (Instituto Euvaldo Lodi). Memória histórica da indústria sergipana, Rio de Janeiro, 1986, p.95. [Obs.: O Quadro XX da obra em questão, apresentado à página 94, registra incorretamente como sendo de exportação os dados relativos à produção têxtil sergipana, comprometendo, dessa forma, todo o desenvolvimento feito no referido trabalho sobre o assunto (ver, a propósito, para efeitos de correção, IBGE/DEE (1953), op. cit., p. 191. Outro descuido, em verdade de menor gravidade que o primeiro, encontra-se no Quadro XXI (p.97), por não ter sido feita a reprodução fiel dos dados constantes da p.87 do citado trabalho da CAPES (1959)].

(37) Não apenas apoiada \_embora houvesse sido esse o expediente mais largamente utilizado\_ na ocupação das margens de capacidade ociosa da indústria, mas também, em alguma medida mesmo durante a guerra e sobretudo depois de seu encerramento, com a retomada das inversões industriais. Ver CANO, Wilson. 1982, op. cit., p.130

(38) Chegando mesmo a ocorrer de, no caso piauiense \_e porque foi o único a apresentar taxa negativa de crescimento (-3,3%)\_ sua participação (já muito modesta) cair à metade ao longo da década, o que significa que, àquela taxa, seu produto físico situou-se em 1949 num nível inferior ao de 1939 em 27,4%.

(39) Sua participação (a da indústria têxtil nordestina) no VTI da indústria têxtil do país recua de 16,4% em 1949 para 13,8% em 1959. Enquanto isto, e em situação bem diversa \_porque amplamente favorecido por uma série de circunstâncias do pós-guerra, a exemplo, não só, das possibilidades de expansão industrial, bem como pelas que resultariam internamente das próprias alterações na estrutura industrial brasileira\_, o segmento têxtil paulista (o mais bem estruturado do país) incrementa seu produto na década de 50 a uma taxa anual de 4,5% (o dobro da nordestina), com o que eleva sua participação no VTI-têxtil nacional de 55,3% para 57,2% entre 1939/49.

(40) Em parte pelo fato de a indústria têxtil pernambucana, a mais importante da Região (responsável, até meados do presente século, por quase 50% de todo o VTI-têxtil nordestino), haver-se apresentado com desempenho negativo, comprometendo, dessa forma, ponderavelmente, o desempenho regional dessa indústria, observa-se ter havido no decênio 1949/1959 uma certa desconcentração da indústria têxtil regional em favor, notadamente, dos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, cuja participação relativa mais do que duplica na composição do VTI da indústria têxtil regional. Sintomaticamente, nesses Estados se processou uma expansão da atividade têxtil a taxas mais altas que a do restante dos estados nordestinos, com o que, é fácil depreender, eles basicamente sustentaram o desempenho do setor em todo o Nordeste \_não obstante o bom desempenho da modesta indústria têxtil piauiense. Além deles, há que considerar ainda o bom desempenho da indústria têxtil dos Estados da Bahia e Paraíba \_principalmente a desse último, que, apesar de ter crescido a uma taxa inferior à daqueles Estados, dispunha, no entanto, de maior envergadura, e a prova disto é que passa a apre-

sentar-se, em 1959, como o segundo mais importante segmento regional da indústria têxtil.

(41) A do Maranhão, por exemplo, cresceu quase 100%, e a dos demais estados experimentou um incremento de mais 200%

(42) Cano, Wilson. 1982, op. cit., p.187.

(43) Ao menos a julgar pela idade média dos equipamentos do parque têxtil nordestino à época da criação da SUDENE. Assim, em 1959, em operação há mais de 30 anos contavam-se 54,2% dos 642.306 fusos e 81,2% dos 22.476 teares (Cf. SUDENE, 1971, op. cit., p.46).

(44) Em se tratando dos fusos em funcionamento na indústria têxtil nordestina, esta informação precisa ser qualificada, haja vista que, em 1959, 38,3% dos fusos estavam em operação há menos de 15 anos. No caso dos teares, com esse tempo de uso, o número cai para 13,4%. Daí se ter dito lá no parágrafo não ter havido em *escala razoável* um movimento de renovação industrial entre o imediato pós-guerra e a criação da SUDENE (ibidem. loc. cit.).

(45) ibidem. pp.27/28.

(46) Cf. STEIN, Stanley S. *The Brazilian Cotton Manufacture - 1850/1950*, Cambridge, Harvard University Press (1975), apud ALBUQUERQUE, Rui Henrique P.L. 1982, op. cit., p.141.

(47) SUDENE (1971), op. cit., p.28.

(48) ibidem. loc. cit.

(49) ALBUQUERQUE, Rui Henrique P.L. 1982, op. cit., p.136.

(50) idem. ibidem. p.138.

(51) Sendo que o deste ano *vis-à-vis* o de 1939 registrou um incremento de 30%. E dado que no período 1949/59 a produção física da indústria têxtil nordestina resultou incrementada em 25,5% correspondendo isto a uma taxa anual de crescimento da ordem de 2,3%, e visto ainda que o emprego declinou aí em 27%, deduz-se assim que houve, aparentemente, um considerável esforço para elevar a produtividade. Entretanto, é provável que semelhante empenho em fazê-lo haja sido mera decorrência dos ajustes a que procedeu no sentido de dar resposta às pressões provocadas pela crise que, à época, já estava vivenciando.

(52) Ver, sobre isto, dados da publicação de 1951 da CEPAL (*Productividad de la mano de obra en la industria textil algodonera de cinco países latinoamericanos*), apud ALBUQUERQUE, Rui Henrique P.L. 1982, op. cit., cap. III, especialmente p.138.

(53) TAVARES, M. da Conceição. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, pp. 135/136.

(54) Cf. SUDENE. 1971, op. cit., p.61. Ainda de acordo com os dados dessa pesquisa, do total da mão-de-obra empregada em 1959 no segmento têxtil maranhense, apenas 26% dela restou em 1969, ou seja, a dispensa de pessoal chegou a 74%. Como se não bastasse, a

parcela do desemprego provocada aí por fechamento de unidades produtivas alcançou cerca de 80%, e a devida à modernização apenas 20%. Ao que tudo indica, duas das cinco fábricas existentes no Estado encerraram suas atividades no período. Em 1946, contavam-se nove fábricas (*Anuário estatístico do Brasil/ 1949*), dando ocupação a pouco mais de 4.000 operários; em 1959 cai para cinco o número de fábricas e o de emprego reduz-se para 1.410, e daí até 1969, ao que tudo indica, agora, com apenas três fábricas, o emprego passa a se resumir a tão-somente 360 trabalhadores.

(55) Para ambos os anos (1959 e 1969), os dados em questão diferem dos apresentados anteriormente extraídos das informações censitárias.

(56) Cf. SUDENE (1971), op. cit.

(57) Os dados aí apresentados relativos ao ano de 1945 foram extraídos da publicação de 1947 da Secretária da fazenda de Sergipe (*Aspectos econômicos e financeiros do Estado*); os demais, utilizados na comparação, tiveram como fonte a já referida pesquisa da SUDENE, de 1971 (*Pesquisa sobre a indústria têxtil do nordeste*).

(58) No primeiro, recua de 7,4% em 1949 para 5,6% em 1970, recuperando-se um pouco em 1980 (6,3%); e no segundo caiu de 1,2% em 1949 para 0,9% em 1959 e 0,4% em 1970, dando-se igual recuperação em 1980, com um retorno à sua participação de 1949, de 0,9%, acompanhando, assim, semelhante tendência da do Nordeste, que entre 1949/70 recua em mais de 50% com sua participação no VTI-têxtil nacional, despencando de 16,4% para 8%, contra uma elevação aí da de São Paulo que salta de 55,3% para 61,7%. Mas em 1980, depois dos esforços de modernização, a do Nordeste elevaria sua participação para 13,7% \_retornando, dessa forma, e axemplo da de Sergipe, à participação de 1949\_, levando a de São Paulo a recuar para 53,7% em 1980. (Cf. IBGE, *Censos Industriais*).

(59) *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste* (1959). Estudo elaborado pelo Grupo de trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). (2ª ed., Recife, SUDENE, 1967).

(60) ibidem., em especial item 3 (intensificação dos investimentos industriais) da Parte IV (Plano de Ação).

(61) MOREIRA, Raimundo. O nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p.59.

(62) HIRSCHMAN, Albert O. Desenvolvimento industrial no nordeste brasileiro e o mecanismo de crédito fiscal do artigo 34/18. Fortaleza, EMB, 1969, p.4.

(63) idem, ibidem, loc.cit.

(64) MOREIRA, Raimundo (1979), op.cit., p.124.

(65) NETO, Leonardo Guimarães. A política de modernização das indústrias tradicionais no Nordeste: o caso da indústria têxtil. In Revista Pernambucana de Desenvolvimento, V.9, Nº 1, jan./jun. 1982.

(66) São as seguintes as demais condições que deveriam ser preenchidas para que se fizesse então a recomendação de financiamento: "somente seria substituído o equipamento que não pudesse ser modernizado admitindo-se, em princípio, a substituição das máquinas com mais de trinta anos de uso; utilização de equipamentos fabricados no Brasil, salvo na hipótese de a indústria nacional não poder fornecê-los; somente seriam considerados projetos de re-equipamento de seções de beneficiamento e estamperia quando ficasse demonstrada a sua utilização satisfatória quer na própria empresa, quer em convênio com terceiros; o equipamento substituído não mais poderia usado quer na própria fábrica quer em outras, sugerindo-se sua transformação em sucata; a participação das empresas no custeio das novas inversões totais dos projetos seria de, pelo menos, 30%." (SUDENE, 1971, op.cit., p.28.)

(67) NETO, Leonardo Guimarães. (1982), op.cit., p.69.

(68) MOREIRA, Raimundo. (1979), op.cit., p.137.

(69) MAGALHÃES, Antônio Rocha. Industrialização e desenvolvimento regional: a nova indústria do Nordeste. Brasília, IPEA/IFLAN, 1983, p.75.

(70) idem. ibidem, p.76.

(71) idem. ibidem, pp.73/75.

(72) Isto em termos absolutos. Proporcionalmente à mão-de-obra ocupada em 1959 ficou bem abaixo do paraibano o desemprego verificado ao longo da década de 60 nas então 14 fábricas pernambucanas em virtude da modernização tendo alcançado, aqui, apenas 18,2%, contra 51,4% o que chegou, no caso paraibano, a parcela de desemprego em relação à mão-de-obra existente em 1959 nas suas 6 fábricas de fiação e tecelagem.

(73) Neste caso importou pouco o número de projetos aprovados. Do contrário, observaria-se, causaria estranheza o recuo da indústria têxtil pernambucana, de 12,4 pontos percentuais entre 1970 e 1980, e isto não obstante ela haver não só contado com o maior número de projetos industriais (38), mas também ter registrado um crescimento do produto, pela ótica do VTI, a uma taxa anual de 6,8%. Desconcertaria, da mesma forma, o comportamento da indústria têxtil paraibana. Com um total de 21 projetos aprovados pela SUDENE, e tendo expandido seu produto a uma taxa média de 10,4% ao ano, terminou em 1980 com a menor participação relativa desde 1939.

(74) Em casos assim não há como negar a influência do número de projetos aprovados e nem tampouco a da soma de recursos liberada, já que, por exemplo, ainda em 1970 a indústria têxtil baiana tinha um VTI quatro vezes inferior ao da pernambucana, ao passo que em 1980 se apresentaria com um VTI num nível bastante próximo ao da indústria têxtil desse Estado uma das mais importantes do Nordeste, e que, por pouco, como em 1949, não concentrou metade de todo o VTI da indústria têxtil nordestina.

(75) Memória histórica da indústria sergipana. SENAI (Instituto Euvaldo Lodi), Rio de Janeiro, 1986, p.99.

(76) ibidem, p.101 (Relatório da Diretoria /1967).



(77) SUDENE (1971), op. cit., p.28.

(78) SOUZA LIMA, Josael J. de. A evolução da indústria têxtil em Sergipe (1960-1989). Monografia de Graduação/ UFS, 1991, cf. Cap. III.

(79) idem, ibidem, p.39.

(80) Cf. SUDENE (1971), op. cit., p.26.

(81) ibidem, p.22.

(82) Não que, de "per se", o fator distância se constituísse numa vantagem, tanto mais quando se tem em conta que, para as economias exportadoras do Nordeste, entre outros fatores o distanciamento das principais praças era um dos principais responsáveis pela operação dos produtos da região.

(83) CANO, W. (1985), op. cit., pp.194.

(84) Cf. CARDOSO DE MELO, João Manuel (1984), op. cit.

(85) Cf. GUIMARÃES NETO, Leonardo (1986), op. cit.

(86) Em toda a extensão do presente trabalho fez-se alusão ao período 1933/55 como tendo compreendido a fase de *articulação comercial* apenas para identificá-lo formalmente ao período da *industrialização restringida*. Sabe-se, porém, que, a rigor, a fase dita de *integração econômica* do mercado nacional abre-se em meados dos 60, numa período portanto que coincide com a montagem da chamada *nova indústria* do Nordeste, ou seja, aquela indústria que desabrochou incentivada pela SUDENE. Assim sendo, a *articulação comercial* cobriria o período 1933/62.

(87) Cf. CANO, W. (1985), pp.191-193.

(88) Cf. CEAG (1979), op. cit., p.179.

(89) ibidem, loc. cit.

(90) Cf. *Diário Oficial do Estado de Sergipe* (1930 e 1931); IBGE (1973)- *Comércio Interestadual* (Sergipe - Exportações por Vias Internas) & CEAG (1979), op. cit., p.180.

(91) Cf. *Diário Oficial do Estado de Sergipe* (1930).

(92) Cf. IBGE, *Comércio interestadual*. Sergipe - Exportações por Vias Internas. Rio de Janeiro, 1973.

(93) Cf. IBGE, *Produção Física Industrial* (1975 e 1980).

(94) *Revista do Fisco de Sergipe* (Os maiores do ICM em Sergipe), Aracaju, maio/1985.

## PARTE IV

### O SENTIDO DA INTEGRAÇÃO DO MERCADO NACIONAL PARA A ECONOMIA SERGIPANA

No início do presente trabalho, estabeleceu-se que seu desenvolvimento estaria centrado no estudo do que significou para a economia sergipana tomar parte do crescente intercâmbio regional que alicerçou a formação e definitiva integração do mercado nacional. Em particular, definiu-se que assim se faria apanhando, em primeiro lugar, os contornos de sua agroindústria açucareira, para ver de que modo e em que medida essa atividade poderia concorrer para alavancar algum tipo de transformação estrutural em sua economia. Uma vez feito isto, de igual modo se procederia com seu segmento têxtil para retirar dele outro conjunto de observações capaz de ajudar no esclarecimento do que condicionou a evolução da economia sergipana no curso de 50 anos decorridos desde a eclosão da Grande Depressão até o início dos anos 80.

A ênfase conferida a esses ramos de atividade, para, a partir deles, identificarem-se as transformações por que deveria, ao longo daquele período, passar a economia sergipana em função de sua maior dependência do mercado nacional e, por conseguinte, de sua maior abertura à sócio-economia do país, justificou-se facilmente, na oportunidade, através da constatação de que, por um lado, os itens açúcar e tecidos de algodão dominavam a pauta sergipana de exportações, e, sendo este o caso, deles dependia essa economia para se apresentar no mercado nacional e ter definida aí sua forma de inserção no ambiente da divisão regional do trabalho; por outro lado, neles, a rigor, residia o eixo de sustentação da economia sergipana.

Natural, do que precede, que o exame das possibilidades que à economia sergipana descortinaria o processo de construção e integração do mercado nacional se concentrasse no desempenho dos segmentos têxtil e alimentar \_em especial, aqui, a atividade açucareira. E isto tanto mais plausível parece quanto mais se tenha em mente que, no imediato pós-crise de 29, ao se instaurar o novo "padrão de acumulação", agora de base urbano-industrial, prontamente passa a residir no setor industrial o núcleo por excelência propulsor do desenvolvimento capitalista no Brasil. Assim, com a dinâmica de crescimento do sistema de certa forma internalizada<sup>(1)</sup>, a reestruturação das economias localizadas em regiões mais atrasadas do país forçosamente iria depender, a partir de então, de sua capacidade em absorver e propagar em seu interior esses novos impulsos gerados pela dinâmica industrial do país.<sup>(2)</sup>

E desde que teve início o processo dito de "industrialização restringida", estendido até 1955, o desempenho do setor industrial nesse período apoiou-se enormemente nos gêneros leves de bens de consumo não-duráveis \_Têxtil, Alimentar, Química e Farmacêutica, Bebidas, Editorial e Gráfica e Couros e Peles\_ responsáveis em 1939 e 1949 por 71% e 67%, respectivamente, do valor total da produção da indústria de transformação brasileira, cabendo ao segmento têxtil, em ambos aqueles anos, a respectiva participação de 23% e 19%, e ao alimentar 31% e 32%. Em conjunto, portanto, até 1949 os ramos têxtil e alimentar respondiam por mais de 50% do valor da produção industrial do país e por mais 40% do valor da transformação industrial.<sup>(3)</sup>

Diante disso, resulta evidente que, à luz do processo de desenvolvimento do quadro regional brasileiro, ou, o que vem a ser o mesmo, à luz do processo de integração do mercado nacional, importantes traços de ruptura na antiga conformação estrutural das economias regionais mais atrasadas só podem ser melhor julgados,

*stricto sensu*, a partir das evidências que caracterizam sobretudo avanço em sua estrutura industrial, porquanto este setor  não cus- ta frisar mais uma vez, passa a se constituir no centro de comando do movimento de acumulação de capital da economia nacional.

No caso da economia sergipana  em que pese a preponderância do setor agrícola na geração da renda interna estadual durante a maior parte do período 1930/80, deve-se entretanto reconhecer que o que nela havia de "dinamismo" se retirava basicamente dos segmentos leves de sua indústria, a qual, por se encontrar  quer na atividade de beneficiamento, quer na de transformação, intimamente associada à esfera agrícola, determinava aqui que os gêneros de maior expressão para a acumulação de capital no Estado fossem justamente os que se constituíssem na contrapartida dos ramos de atividade dominantes na estrutura industrial, vale dizer, a fabricação de tecidos  a que se associava o cultivo de algodão, e a produção de açúcar  tendo deste lado a cana. Assentado, pois, nessa estrutura industrial quase que inteiramente dominada pelos segmentos têxtil e alimentar  conforme o ilustram os dados da Tabela IV.1, era como Sergipe se adequava ao perfil industrial do país.

**TABELA IV.1**  
**SERGIPE - INDÚSTRIA TÊXTIL E DE PRODUTOS ALIMENTARES.**  
**PARTICIPAÇÃO(%) DO VTI-TÊXTIL E DO VTI-ALIMENTAR NO VALOR DA**  
**TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - 1940/1980**

RAMO INDUSTRIAL	1939	1949	1959	1970	1980
TÊXTIL	58,1	51,1	42,1	28,8	29,3
ALIMENTAR	28,6	31,0	35,0	39,8	24,2
TOTAL	86,7	82,1	77,1	68,6	53,5

FONTE: IBGE/Censos Industriais

De fato, é enorme o peso exercido pelos gêneros têxtil e alimentar na estrutura setorial da indústria sergipana. Ao longo de três décadas concorreram para mais de 3/4 do VTI da indústria de transformação estadual, sendo que o têxtil, sozinho, até 1949 respondeu por mais de 50% do total do VTI. Em franco declínio até os anos 70 \_e é bom que se diga que apenas em parte resultado da diversificação setorial da indústria sergipana\_, somente se contém essa desaceleração têxtil nos anos 80 graças à recuperação que estivera em curso sobretudo durante a década precedente motivada pela execução de programas para esse fim a cargo da SUDENE.

Mas enquanto a indústria têxtil \_notadamente pelos efeitos de destruição que conheceu no pós-guerra\_ precipitava em cada vez mais acentuada desaceleração, o ramo alimentar, por seu turno (em parte devido ao recuo têxtil), seguia registrando de forma continuada ganhos relativos de sua posição no VTI da indústria sergipana. De outro lado, isto se deveu, é certo, não ao 'açúcar' (a despeito de sua reconhecida importância), mas ao crescimento e à diversificação no interior do próprio segmento alimentar \_a exemplo do verificado com os sub-ramos de laticínios e abate de animais, ambos favorecidos (notadamente esse último) pela expansão da pecuária no Estado.

Ora, mesmo a despeito do amparo institucional que o IAA, desde 1933, ofereceu à agroindústria açucareira (a de maior expressão no gênero alimentar), por mais de quatro décadas em Sergipe esteve praticamente estagnada sua produção, e seu parque fabril, sem renovação industrial, sofreu também contínua deterioração. E foi como atividade em crise que a fabricação de açúcar teve sua participação no valor da produção do gênero alimentar reduzida de 81,2% em 1939 para 36,6% em 1959 e 25,7% em 1980.

Isto não impediu, contudo, que, auxiliado por outros sub-ra-

mos do segmento alimentar, se registrasse para o mesmo expansão real do produto entre 1939 e 1980, a razão de ser, aliás, do incremento de sua participação no VTI do conjunto da indústria sergipana até 1970. No decorrer desta década, ao contrário, nem mesmo o extraordinário crescimento do produto do segmento alimentar, a uma taxa média de 23,5% ao ano \_quase o dobro da de 12,9% correspondente à da produção têxtil, porém inferior em metade à taxa de 46% ao ano referente à expansão de produto do item vestuário\_ foi suficiente a ponto de evitar o recuo de sua participação no VTI da indústria de transformação, entre 1970 e 1980, de 39,8% para 24,2%. Enquanto isto, o ramo de vestuário eleva sua participação no produto (VTI) da indústria de transformação sergipana de 0,5% em 1970 para 7,7% em 1980, tendo-se verificado também ligeiro ganho de posição relativa do segmento têxtil (QUADRO 20 do Apêndice Estatístico).

De qualquer modo, à parte a década de 70, o certo é que, como o desempenho dos ramos têxtil e açucareiro \_descrito nas páginas anteriores\_ esteve comprometido por inúmeros reveses, isto, por si só, bastou para que a economia sergipana, ao longo de praticamente toda a fase coberta pela *articulação comercial*, e de parte da que se seguiu à *integração econômica*, não revelasse melhor desempenho, dada a medíocre evolução de seu setor industrial.

Vê-se, com efeito (Tab. IV.2), que nenhum outro setor de atividade da economia sergipana revelou mais baixo dinamismo que o industrial. Entre 1939 e 1959, por exemplo, a renda nele gerada expandiu-se tão-somente 32%, tendo, no entanto, durante o período, alcançado com a de 1953 o seu maior nível, ao qual, para todos os efeitos, somente retornaria, pela primeira vez, em 1969 \_com a renda real aqui praticamente idêntica à de 1953. Resultado: passadas três décadas, relativamente à de 1939 a renda da indústria em 1969 foi aumentada em pouco mais da metade.

**TABELA IV.2**  
**SERGIPE - EVOLUÇÃO REAL DA RENDA INTERNA**  
**SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE**

1939/1947-1969 (Em CR\$ 1000 de 1949)

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	RENDA INTERNA
1939	305,0	149,3	387,9	842,2
1947	383,0	133,5	471,3	987,8
1948	407,5	155,8	477,9	1.041,2
1949	437,7	174,3	491,5	1.103,5
1950	369,1	190,7	467,8	1.027,6
1951	551,6	188,6	553,0	1.293,2
1952	554,9	226,1	590,2	1.371,2
1953	554,6	236,3	561,1	1.352,0
1954	515,4	206,5	548,7	1.270,6
1955	503,2	201,8	573,5	1.278,5
1956	609,7	190,9	676,1	1.476,7
1957	668,3	178,4	749,1	1.325,8
1958	763,9	166,3	802,5	1.732,7
1959	813,9	197,1	830,5	1.841,5
1960	819,9	207,5	890,8	1.918,2
1961	979,6	218,7	1.072,9	2.271,2
1962	1.365,5	203,8	1.210,5	2.779,8
1963	1.127,2	241,3	1.209,9	2.578,4
1964	1.051,1	251,1	1.138,9	2.441,1
1965	1.111,2	244,0	1.191,9	2.547,3
1966	1.162,0	218,4	1.273,0	2.653,4
1967	1.313,7	187,6	1.429,3	2.930,6
1968	1.141,2	199,8	1.428,0	2.769,0
1969	1.054,7	236,7	1.446,7	2.738,1

FONTE: Centro de Contas Nacionais - IBRE/FGV.

Obs.: Valores reais estimados com base no Deflator Implícito do PIB (1949=100).

Como consequência de tal desempenho, a participação do setor industrial na geração da renda interna sergipana declina consideravelmente entre 1939 e 1969 (Tabela IV.3). De um extremo a outro, sua contribuição reduz-se à metade, despencando dos 17,7% para apenas 8,6%. Enquanto isto, a agricultura, que concorria, no primeiro ano, com 36,2% para a formação da renda estadual, depois de ver essa sua contribuição aumentada para 49,2% em 1962 terminaria porém em 1969 com uma participação, ainda que expressiva, apenas levemente superior à de 1939. Com os serviços, em contrapartida, deu-se que, após sensível recuo de sua posição no conjunto da ren-

da setorial do Estado em princípios dos anos 50, no restante do período segue se recuperando (estimulado pelo crescimento da participação dos subsetores de "intermediação financeira" e "governamental") até, finalmente, passar em 1969 a responder, sozinho, por 52,9% da renda estadual.

**TABELA IV.3**  
**SERGIPE - REPARTIÇÃO (%) DA RENDA INTERNA**  
**SEGUNDO OS RAMOS DE ATVIDADE**  
**1939/1947-1969**

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	RENDA INTERNA
1939	36,2	17,7	46,1	100,0
1947	38,8	15,5	47,7	100,0
1948	39,1	15,0	45,9	100,0
1949	39,7	15,8	44,5	100,0
1950	35,9	18,6	45,5	100,0
1951	42,6	14,6	42,8	100,0
1952	40,5	16,5	43,0	100,0
1953	41,0	17,5	41,5	100,0
1954	40,6	16,3	43,1	100,0
1955	39,4	15,5	44,8	100,0
1956	41,3	12,9	45,8	100,0
1957	41,9	11,2	46,9	100,0
1958	44,1	9,6	46,3	100,0
1959	44,2	10,7	45,1	100,0
1960	42,7	10,6	46,5	100,0
1961	43,1	9,6	47,3	100,0
1962	49,2	7,3	43,5	100,0
1963	43,7	9,4	46,9	100,0
1964	43,1	10,3	46,6	100,0
1965	43,6	9,6	46,8	100,0
1966	43,8	8,2	48,0	100,0
1967	44,8	6,4	48,8	100,0
1968	41,2	7,2	51,6	100,0
1969	38,5	8,6	52,9	100,0

FONTE: Centro de Contas Nacionais - IBRE/FGV.

Por outro lado, se se considerar apenas o comportamento do produto físico estadual para se ter uma idéia de como evolui sua repartição ao longo do período focalizado, tem-se que mais de um terço dele, em 1939, pertencia à indústria, ficando o da agricultura com a maior parcela - 67%. Nas duas décadas seguintes, *ex post* cause, essa divisão amplia-se ainda mais a favor da agricultura, cujo produto saltaria para 71,5% em 1949, 80,5% em 1959 e 81,7 em



1969, contrastando, dessa forma, com o seguido declínio da participação do produto industrial no total da produção física estadual.<sup>(4)</sup>

Assim, só não se tornara mesmo mais sofrível o desempenho da economia sergipana porque \_à parte aqui o setor 'serviços'\_ pôde o setor agrícola contrarrestar a perda de importância relativa do setor industrial no Estado. De fato, o sub-ramo da agricultura representado pelas 'lavouras' (exceto em sua vinculação com o algodão) foi o que mais contribuiu não apenas para o crescimento do produto da agricultura sergipana durante a maior parte do período, mas também, de resto \_dada a quase estagnação do setor industrial\_, foi o que sustentou a expansão real do produto das atividades físicas. Entre 1939 e 1959, por exemplo, o incremento do produto bruto das lavouras a uma taxa média de 5,8% ao ano foi o que alavancou o produto bruto de toda a agricultura à taxa média anual de 5,0%, permitindo, dessa forma, que o produto global físico do Estado crescesse a uma taxa média de 4,1%, que só não foi maior porque o da indústria expandiu-se em apenas 1,4% ao ano.

Em muito pouco aí contribuiu, pelo menos até fins da década de 40, o comportamento do produto noutra sub-ramo da agricultura sergipana compreendido pelas atividades de produção 'animal e derivados'. Nele, o produto de 1949 é inferior ao de 1939. É somente a partir dos anos 50, estimulado pela expansão da pecuária no Estado \_pelas razões já comentadas na Parte III deste trabalho\_ que sua presença se fará notar mais vivamente. Por sua vez, sempre foi insignificante a colaboração prestada pelas atividades de 'extração vegetal'. Até fins dos anos 60 não alcançara sequer 2,0% de participação no produto da agricultura.

E dado que não houve, durante a maior parte do período aqui sob exame, qualquer notável diversificação da produção agrícola, segue-se então que o produto da lavoura sergipana deveu sua cres-

cente importância relativa à sua vinculação com as culturas tradicionais do Estado. Menos no caso do algodão, como já foi dito, posto que cultura em decadência desde a década de 40. Quanto à cana-de-açúcar, em que pese sua lenta evolução, até início dos anos 80 conservar-se-ia dentre as principais culturas do Estado.

As culturas de subsistência, como as do feijão e mandioca, é que registraram apreciável crescimento, em ritmo oposto à do milho, que em princípios da década de 30 chamara atenção por ser a cultura que maior extensão de terra ocupava. Mas admirável mesmo, para todos os efeitos, foi a evolução da cultura da mandioca, largamente praticada no Estado. Para se ter uma idéia, sua área, em 1967 (com 50 mil ha), alcançara o dobro da cultivada em 1937, razão pela qual esta cultura seguiria até fins dos anos 70 geralmente ocupando o primeiro lugar no valor da produção agrícola estadual.

Dentre as culturas ditas industriais, duas delas (o coco e a laranja) tiveram, no Estado, em período mais recente, um extraordinário crescimento. Ambas ganharam impulso a partir da segunda metade dos anos 60 e se mantiveram em expansão até fins dos anos 70. Entre 1960 e 1966, u.g., expandiu-se em 130% a área colhida com coco; com isto, sua produção foi aumentada em 214%, permitindo, dessa forma, que sua participação no valor da produção agrícola estadual saltasse de 14% para 23% do primeiro para o segundo ano. Com a citricultura a expansão foi ainda mais notável: a área colhida de laranja foi aumentada em 448%, elevando, assim, de 2,5% em 1960 para 6,9% em 1967 sua participação no valor da produção agrícola sergipana.<sup>(5)</sup>

Nessas circunstâncias, há de estar claro que o que sucedeu a Sergipe, na maior extensão do período objeto do presente estudo, foi \_de uma forma um tanto 'paradoxal'\_ seu forte atrelamento aos setores agrícola e de serviços. Paradoxal, nestes termos, porque,

antes de mais nada, estivera a economia sergipana simplesmente marchando, por assim dizer, na contramão da dinâmica do crescimento da economia brasileira, desde 1933 impulsionada pela acumulação de capital na esfera industrial.<sup>(4)</sup>

E porque o setor industrial sergipano não foi capaz de operar uma sensível transformação dos elementos internos da economia, deixando-a, ao contrário, permanecer durante muito tempo arraigada à sua histórica conformação estrutural de base primária, segue daí que o sentido de que para ela se revestiu a construção e a integração do mercado nacional foi, naquilo que poderia advir da dinâmica industrial, o de estar experimentando, não uma regressão pura e simples, mas um desaceleração relativa, que se expressa, internamente, no Estado, pelas desproporções no ritmo de crescimento intersetorial e, externamente, no agravamento do quadro das disparidades estaduais \_em boa medida determinado também pelo ritmo diferenciado de desenvolvimento do setor industrial.

Nem mesmo durante a segunda metade dos anos 50, em que se processou intenso crescimento industrial no país, verificou-se de o setor industrial sergipano reagir \_como seria de se esperar, à primeira vista\_ dando mostras de que dele extraíra resultados muito positivos. Em 1961, a renda real do setor ficou apenas 14,6% acima da de 1956 (média de 2,7% ao ano), ao passo que a da agricultura fez em 61% (quase 10% ao ano), possibilitando, assim, que a renda interna fosse incrementada em 54%.

Mas, a bem da verdade, semelhante quadro não poderia ter sido diferente para a indústria sergipana. Antes de mais nada, seu perfil era o de uma indústria leve, e o intenso fluxo de investimentos industriais havido por ocasião do Plano de Metas (1956/61), além de praticamente todo ele concentrado no Centro-Sul, compreendeu os segmentos pesados da matriz industrial brasileira \_algo, portanto, alheio à estrutura da indústria sergipana. Os gêneros beneficiados

por essa época foram sobretudo os de material elétrico e transportes, mecânica e metalurgia.

Devido a se ter em São Paulo realizado grande parte do bloco de inversões industriais durante aquele período, pôde a renda de sua indústria expandir-se em cerca de 60%, isto é, a uma taxa média de 9,8% ao ano entre 1956 e 1961, acima da de 8,5% aplicada ao conjunto da indústria brasileira e muito superior à de 5,4% relativa ao da indústria nordestina.<sup>(7)</sup> Assim, ao final do Plano de Metas tornara-se mais pronunciado ainda o descompasso separando a indústria paulista da nordestina, tendo residido neste aspecto, aliás, a explicação para o recente agravamento da disparidades regionais.<sup>(8)</sup>

Eis aí o porquê de, nos idos dos anos 50, haver-se ensaiado uma importante reorientação no entendimento da problemática regional do país. Até então, conforme já se destacou, o fulcro da problemática nordestina, o seu subdesenvolvimento \_ou seja, sua crônica convivência com elevados índices de desemprego e subemprego, baixo nível de renda e pobreza de sua população\_ supostamente derivava do fenômeno das secas. Sendo este o diagnóstico, não se cogitava de nenhuma outra solução que não \_diria FURTADO\_ a do "ap-proach hidráulico".<sup>(9)</sup> Em vez disso, propugnava a SUDENE a execução de um ambicioso programa de reformas e de transformações estruturais como única via capaz de retirar a região da letargia econômica em que se encontrava.

Derar-se, pois, com a SUDENE, um passo decisivo na cristalização de uma mudança de ótica sobre os problemas da região. Por ocasião de sua criação, em 1959 \_recorde-se\_, o processo de industrialização brasileiro iniciado nos anos 30 experimentava momentos decisivos com a implantação daquele extraordinário pacote de inversões complementares a cargo do Plano de Metas. Em verdade, estava-se ultimando o processo de substituição de importações, após o

que problemas decorrentes da incapacidade de realização dinâmica do potencial de acumulação recém instalado terminariam por suscitar a crise que eclode em princípios dos anos 60, numa época, portanto, que coincide com as propostas de cunho industrializante daquela autarquia.

Fazia-se mister, então, mais do que nunca, integrar economicamente o Nordeste às necessidades e à dinâmica do capital instalado na região "central". Foi isto, efetivamente, o que deu lugar ao movimento centrífugo de capitais do Centro-Sul em direção ao Nordeste a partir dos anos 60, buscando aí, num primeiro momento, e sob fortes motivações internas, oportunidades de inversão que, com a crise, haviam-se esgotado no "centro".

Somente num segundo momento \_por volta da primeira metade dos anos setenta\_ dá-se propriamente a montagem, no Nordeste, do que CASTRO \_ao que parece aplicando já à primeira fase, a dos anos 60\_ chama de "zona de complementação" produtiva para o capital industrial. Está certo no entanto o autor quando diz que, "visto a partir do pólo, o movimento em questão consiste na descentralização dos elos primários de suas cadeias produtivas. Para as regiões, trata-se da introdução (ou reforço) de atividades que lhes permitem entrosar-se funcionalmente com a região central. Não estando os empreendimentos em questão ao alcance dos capitais regionais, suas possibilidades ficam pois na dependência das inversões públicas ou da atração de capitais dispostos a iniciar ou redefinir suas relações no país". (10)

Uma vez operada essa integração, através do estreitamento das relações econômicas da "periferia" com o centro regional de onde se irradia a dinâmica da acumulação de capital do país, a tendência é a de se esvaziar o sentido das proposições de cunho estritamente regional, porquanto o movimento de integração traz em seu bojo a desvinculação do contexto regional. É a isto que, noutros

termos, mas com essa conotação, costuma-se referir como processo de homogeneização do espaço econômico da nação.

Entretanto, esse movimento que presidiu no Nordeste seu recente surto industrial foi alavancado, entre outros mecanismos, especialmente pela montagem de um generoso esquema de concessão de incentivos fiscais e financeiros. A propósito, faz-se já alusão, na Parte III, a um dos mais importantes —senão o mais importante— instrumento de estímulo às inversões industriais na região, o conhecido dispositivo 34/18-FINOR.

Por outro lado, cabe não esquecer a decisiva participação que, mais em alguns estados do Nordeste que noutros, e um pouco à margem dos incentivos fiscais e financeiros prestados à iniciativa privada, cumpriu o setor produtivo estatal com a implantação de empreendimentos que acabaram por se constituir na viga mestra das recentes transformações econômicas por que passaram alguns estados da região, dentre eles Sergipe.

Longe, no entanto, do que se propugnara —que era a implantação de um "centro autônomo de expansão manufatureira"—, o que se viu, com a montagem da chamada "nova indústria"<sup>(11)</sup> do Nordeste foi a revelação de seu caráter altamente dependente e complementar em relação ao parque industrial montado no Centro-Sul. Dependência que se traduzia na necessidade tanto de recursos quanto de mercados —no caso, extra-regionais—, dado que a "nova indústria" despontara como especializada no fornecimento de insumos industriais a serem processados sobretudo no Sudeste. Desse modo, afirmava-se "a complementaridade do parque manufatureiro nordestino em relação a outras regiões (...) resultado da integração inter-regional que, comandada pelo capital oligopolista, se realizou nas últimas décadas."<sup>(12)</sup>

E como Sergipe não passou incólume a todo esse processo, mas, pelo contrário, principalmente seus segmentos tradicionais têxtil

e alimentar de algum modo se beneficiaram com tal política de incentivos \_destinados no Estado quer à modernização quer à instalação de novas unidades produtivas\_, o produto real de sua indústria de transformação mais que triplicou entre 1970 e 1980, haja vista seu incremento operado a uma taxa anual de 12,6%, puxada, basicamente, pelo acelerado ritmo de crescimento do produto dos gêneros têxtil (12,9%) e alimentar (7,2%) \_justo os mais tradicionais e ainda, em 1980, os de maior ponderação na estrutura da indústria de transformação estadual. Ao lado deles, deve-se registrar que \_guardadas as proporções, em virtude do menor peso relativo na estrutura industrial\_, em muito contribuiu para tal desempenho o ramo de vestuário, cujo produto se expandiu a uma taxa admirável da ordem de 46% ao ano.

Somente a partir de então é que a agricultura cede em relação ao setor industrial em seu histórico papel de agente propulsor do crescimento da renda estadual. Não que haja deixado, na década de 70, de contribuir para alavancar o PIB interno, cuja expansão se deu à razão de 10,2% ao ano. Apenas sucedeu de a indústria, desta feita, e com evidente atraso, haver-se tornado no Estado o seu setor líder da acumulação de capital. A prova disto está em que, entre 1970 e 1980, o produto bruto da agropecuária cresceu a uma taxa real de 7,4% ao ano, metade, portanto, da taxa de 14,6% a que correspondeu a expansão do PIB industrial.<sup>(13)</sup>

A despeito, no entanto, do bom desempenho revelado tanto pela agricultura quanto pela indústria de transformação sergipana na década de 70, o que em muito maior medida suscitou a alavancagem do PIB industrial a uma taxa média de 14,6% ao ano foi a extraordinária expansão das atividades extrativo-minerais (mormente produção de petróleo e gás natural), a uma taxa anual de 21%, secundada pelo crescimento da indústria da construção civil, cujo produto bruto evoluiu à taxa média anual de 14,2%. De 1970 a 1980 o produto

real da indústria extrativa mineral cresceu 566%, isto é, foi expandido em mais de seis vezes e meia, permitindo, desse modo, que sua participação no PIB setorial da indústria saltasse, no período, de 21 para 35%, enquanto o da indústria de transformação, \_mesmo tendo apresentado evolução real bastante positiva\_, amargava perda de sua participação no PIB da indústria sergipana, recuando aí de 35% em 1970 para 23% em 1980.<sup>(14)</sup>

É essa *nova indústria*, que floresce e ganha notável impulso em Sergipe a partir dos anos 70, a responsável, em síntese, pela remodelação da estrutura industrial do Estado. Nada há nela que denote em sua constituição qualquer espécie de prolongamento das atividades agropecuárias, a exemplo das "velhas" indústrias locais, invariavelmente pautadas pela oferta de matérias-primas agrícolas e a abundante disponibilidade de mão-de-obra desqualificada e barata. É porque muito mais dinâmica que a tradicional, atuou a nova estrutura industrial como um autêntico catalizador das recentes transformações em âmbito tanto dos processos de trabalho, da estrutura de produção e de emprego, quanto da própria dinâmica da sócio-economia sergipana, agora, mais que nunca, através dessa *nova indústria*, integrada ao movimento de acumulação de capital em escala nacional.

"A progressiva entrada em operação de toda uma nova 'geração' de empresas no Nordeste significa autêntica ruptura com o passado industrial da região. A descontinuidade em questão pode ser assinalada de várias formas. É evidente, por exemplo, que a indústria que se instala não parte da antiga."<sup>(15)</sup>

Como os dados censitários não o permitem enxergar, em virtude da lastimável ausência dos registros da produção de petróleo e gás natural, até 1980 tinha-se na conta de algo modesta a participação do segmento extrativo mineral no VTI do conjunto das atividades industriais do Estado. De fato, a julgar-se pelos levantamentos



dos inquéritos industriais censitários não alcança 1,0%, em 1970, e não passa de menos da metade disso em 1980 (0,6%) a figuração dos gêneros das indústrias extrativas no total do valor da transformação da indústria estadual. Sabe-se, todavia, pelos dados trazidos à luz pela SUDENE, que já em 1970 era significativo na matriz industrial do Estado o peso exercido pela indústria extrativa mineral *vis-à-vis* o da indústria de transformação. De um índice aproximado de 0,6 em 1970 evolui para mais de 1,5 em 1980 a relação PIB extrativo-mineral/PIB da indústria de transformação.

Que se haja verificado semelhante impulso no segmento da indústria mineral no Estado \_com a ampliação e geração de novos empreendimentos\_, o certo, entretanto, é que ele decorreu menos da ação direta dos incentivos fiscais que de razões associadas à estratégia da política econômica nacional, especialmente a consubstanciada nas diretrizes do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), oficialmente apresentado em fins de 1974 para ter vigência durante o período 1975/79. Como é sabido, em seus objetivos básicos o Plano anunciava, entre outras coisas, o empenho em promover uma **"nova etapa"** na Integração Nacional e, mais importante, proceder ao ajustamento da economia brasileira às realidades da economia mundial do momento, ou seja, às circunstâncias ocasionadas pelo Choque do Petróleo de 1973, que ameaçava degenerar numa crise energética de graves proporções, notadamente para os países com enorme grau de dependência de importações petrolíferas.<sup>(16)</sup>

No dizer de Carlos LESSA, "o II PND era produto de uma estratégia autoritária que, em pleno período de reversão cíclica, partia da premissa de que 'o Estado é o sujeito e a sociedade e a economia são o objeto'. A euforia do "milagre" e o voluntarismo se aliavam para realizar o projeto do 'Brasil Potência'."<sup>(17)</sup>

De qualquer forma, o Plano previa a realização de vultosos investimentos nas faixas da metalurgia, petroquímica e insumos bá-

sicos, de que resultou, por exemplo, para Sergipe, a instalação, em 1978, do projeto de fabricação de amônia e uréia, vinculado à NITROPÉRTIL - Fertilizantes Nitrogenados do Nordeste; e, na mesma linha, a de insumos básicos, teve também lugar através da PETROMISA (Petrobrás Mineração S/A), criada pelo governo federal em 1977 a implantação, em 1979, do Projeto Potássio de Sergipe, para o qual se estimara uma produção de 500 mil toneladas/ano de cloreto de potássio.<sup>(18)</sup>

Em Sergipe, portanto, sua dinâmica econômica passa, em anos recentes, a repousar em empreendimentos estatais dessa natureza, a razão de ser, aliás, do extraordinário crescimento da participação relativa do Estado na massa de recursos aplicada pelo setor público na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) da região. Para se ter uma idéia, entre 1974 e 1980 o incremento real da FBCF (que é a inversão fixa, isto é, o investimento total menos a formação de estoques) deu-se a uma taxa anual de 22,3%<sup>(19)</sup>, significando, com isto, que a expansão real da FBCF em Sergipe (a maior dentre a de todos os estados nordestinos)<sup>(20)</sup> somou a 235% no período 1974/80. Neste intervalo, a participação de Sergipe no aporte bruto de inversões estatais em todo o Nordeste evolui de último (com 3,9% em 1974, empatado com Rio Grande do Norte) para terceiro lugar em 1980 (com 11,3%), atrás apenas da Bahia (43%) e, por pouco, de Pernambuco (12,7%).

Nessas circunstâncias, ainda que Sergipe não haja se beneficiado com a política de incentivos fiscais de modo tão significativo quanto outros estados da região, é evidente que, se o sustento de sua economia passou a compreender a atuação de empresas estatais, isto por si só constitui clara indicação do notável *trade-off* operado pela ativa participação de fundos estatais como forma de contrarrestar o relativamente tímido envolvimento de capitais privados na montagem dos segmentos mais dinâmicos da indús-

tria local. Nesse aspecto, em particular, concorreu pouco para a recente dinamismo do Estado a concessão dos incentivos fiscais e financeiros. Importaram apenas em maior medida quando se tratou de estimular atividades no interior dos segmentos tradicionais da indústria. Nos ramos novos e mais dinâmicos, contudo, o protagonista foi o capital estatal. Assim \_adverte F. de OLIVEIRA \_em Estados como Sergipe, Alagoas, Maranhão e mesmo Rio Grande do Norte, o recente processo de desenvolvimento que neles teve lugar centrado nos empreendimentos estatais, se por um lado os fortaleceu, por outro patentou a fraqueza desses mesmos Estados, "cujas burguesias não têm o poder sequer para aliarem-se com as empresas estatais e seus sócios nacionais e estrangeiros."<sup>(21)</sup>

Foi calçado em expedientes dessa ordem que o segmento da indústria extrativa mineral sergipana pôde seguir marcando posição no cenário regional. Numa década, tal como se pode notar (Tabela IV.4), dobra sua participação no conjunto do PIB regional dessa indústria. Em 1980, quase 1/3 do PIB extrativo-mineral nordestino se localiza em Sergipe.

**TABELA IV.4**  
**NORDESTE - DISTRIBUIÇÃO (%) ESPACIAL DO PIB**  
**DA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL**  
**1970-1980**

ESTADOS	1970	1972	1974	1976	1978	1980
MARANHÃO	1,3	0,4	0,3	0,5	0,5	0,3
PIAUI	0,3	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1
CEARÁ	2,5	1,0	0,7	0,6	0,7	2,3
R.G.NORTE	9,8	8,5	7,4	9,8	14,2	13,6
PARAIBA	0,5	0,1	0,4	0,5	0,6	0,4
PERNAMBUCO	1,8	0,6	0,7	0,7	0,8	0,7
ALAGOAS	1,0	0,8	1,1	2,6	1,6	2,1
SERGIPE	13,3	13,3	19,9	24,3	25,7	27,5
BAHIA	69,5	75,0	69,3	50,8	55,8	53,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES: Produto e Formação Bruta de capital - SUDENE (1990)

Sorte igual, em contrapartida, não conheceu a indústria de transformação sergipana (ver QUADRO 22 no Apêndice Estatístico). No contexto regional precipita em desaceleração desde a década de 30, sem que em nenhum momento lograsse reverter o quadro. A oportunidade que se apresentou para isto, na década de 70, em função da revitalização dos ramos tradicionais (têxtil e alimentar), foi no entanto insuficiente para assinalar no âmbito regional algum ganho de posição relativa, embora difira pouco da de 1970 a participação sergipana em 1980 no VTI do conjunto da indústria nordestina de transformação.

Em parte, esse resultado decorreu da circunstância de se estar afirmando em Sergipe um perfil industrial não propriamente vinculado à atividade industrial de transformação. Por outro, expressara aquele declínio da participação da indústria de transformação sergipana no VTI regional mera decorrência da perda de vitalidade dos ramos tradicionais têxtil e alimentar (açucareiro). Como, por cinco décadas, esses segmentos condicionaram a estrutura da indústria de transformação, as vicissitudes por que passou essa indústria não traduziram senão os altos e baixos daqueles segmentos.<sup>(22)</sup>

## CONCLUSÃO

Como conclusão geral, pode-se dar como certo o seguinte: a tendência à estagnação que tomou conta dos gêneros tradicionais da indústria sergipana, notadamente ao longo da fase definida como de *articulação comercial* entre os espaços regionais da nação, castrou as possibilidades de que Sergipe pudesse extrair do movimento de construção do mercado nacional propriedades mais dinâmicas para empreender visíveis rupturas no interior de sua conformação estrutural. Reirando os anos 70 cabia ainda à sua combatida agricultura contrarrestar, de alguma forma, a perda de vitalidade de sua indústria, o que não deixa de ser algo estranho, posto que sempre se identificou na agricultura típica do Nordeste um dos fatores da debilidade estrutural de sua indústria.

Não se pense, entretanto, que em si mesma foi desastrosa a tentativa de Sergipe (e de todo o Nordeste) compensar no Centro-Sul outros mercados que perdera para colocação de seus principais produtos —açúcar e tecidos—. Durante muito tempo essa foi a única via que se descortinou a serviço do crescimento das "economias nordestinas". Que não tenham tido êxito redundou menos da dependência do mercado meridional do país do que da capacidade de cada uma delas em absorver e difundir em seu próprio espaço mais avançadas relações capitalistas de produção. Com reduzido grau de diversificação de suas atividades produtivas e débeis relações capitalistas de produção, a inserção do Nordeste no processo de unificação do mercado nacional se daria com elevada margem de vulnerabilidade.

À medida que no Centro-Sul \_principalmente em São Paulo\_ ganhava impulso o movimento de diversificação de sua agricultura, sempre com positivas repercussões para as atividades industriais da região, podia-se dessa forma substituir com vantagens os produtos oriundos do Nordeste, os quais apenas encontravam, vez por outra, oportunidades de expansão próprias das que se reservam a fornecedores marginais, com as eventuais aberturas de "brechas". Assim, como fornecedora de açúcar e algodão (e também de tecidos) o Nordeste foi "levado a acomodar-se a um regime de marcada instabilidade."<sup>(23)</sup>

Somente na fase subsequente à da *integração econômica*, e num momento crucial em que começavam a vir à tona problemas de realização associados à incapacidade de absorção interna do enorme potencial de acumulação que se instalara em meados dos anos 50, a necessidade de novas frentes de expansão para o capital oligopolista sediado no Centro-Sul e seus deslocamentos para a "periferia" acabaram redefinindo sensivelmente a face da economia nordestina \_e, por extensão, bem como auxiliada por outras vias\_ a da sergipana. De início impulsionada por uma estratégia reformista sob os auspícios da SUDENE, monta-se e posteriormente amplia-se no Nordeste (com as inversões estatais) uma indústria cujo caráter e *modus operandi* de pronto integram e passam agora a subordinar a dinâmica da região às determinações do capital em escala nacional. Essa, portanto, a maneira recente como se operou, na região, a ruptura com seu passado industrial. O mesmo, neste caso, vale para a economia sergipana: o sentido de sua inserção no ambiente econômico da nação não se desenvolve mais, no que tem de essencial, no âmbito de suas atividades tradicionais.

## NOTAS

(1) Diz-se de certa forma aí porque o caráter restringido da industrialização impedia a auto-reprodução plena do capital industrial, face à ausência de um expressivo compartimento produtor de bens de capital.

(2) Ver, sobre o caráter da industrialização, o já citado trabalho de CARDOSO DE MELO (1984); sobre a dinâmica regional associada ao processo de industrialização, ver CAMO (1985), op. cit., e também GUIMARÃES NETO (1986), op. cit.

(3) Cf. IBGE, *Censo Industrial*. (vários números)

(4) Cf. IBRE/FGV - Contas Nacionais do Brasil, in *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, 25(9)-junho/1970 e 38(5)-maio/1984.

(5) Foi esta expansão da citricultura mas não só que favoreceu, no Estado, entre fins da década de setenta e primeira metade dos anos 80, o surgimento e a ampliação de unidades de processamento industrial de sucos tropicais.

(6) Apenas para se ter uma idéia, entre 1933 e 1939 a produção manufatureira cresceu a uma taxa anual de 11,3%, contrastando com a de 2,0% da produção agrícola. Mesmo assim, o setor agrícola ainda se representava com 57% da produção física nacional. Todavia, o fato relevante é que o produto industrial, no período, dobrou sua participação no produto nacional, de 21% para 43% (Ver BALL'ACQUA, F. Maida. Relationships between agriculture and industry in Brazil. Ph. D. Diss., University of Wisconsin - Madison, 1982, pp. 128-129.

(7) Valores reais estimados com base no deflator implícito do PIB, in *Conjuntura Econômica*, jun./1984 (Ver também QUADRO com Deflator Implícito no Apêndice Estatístico).

(8) Ao final daquele Plano, o já impressionante descompasso da indústria nordestina vis-à-vis a paulista se pronunciara ainda mais, tornando-se o produto da indústria de São Paulo quase 11 vezes maior o daquela região. Como se não bastasse, por outro lado crescera e se diversificara bastante a agricultura paulista com profundas repercussões, neste caso, inclusive para as atividades industriais do Nordeste, prejudicadas, por exemplo, pela expansão do algodão e da cana-de-açúcar em São Paulo, o que terminou por se constituir num fator determinante do alargamento das disparidades regionais.

(9) Cf. MENDONÇA DE BARROS, J.R. *A Experiência Regional de planejamento*. In: MIMDLIN LAFER, Betty. Planejamento no Brasil. 3ª ed., São Paulo, 1975, p.119.

(10) CASTRO, A.B. Sete ensaios sobre a economia brasileira. 3ª ed., Rio de Janeiro, Forense universitária, 1975, Vol.II, p.129.

(11) Termo empregado para designar o universo de empresas instaladas no Nordeste sob incentivo da SUDENE.

(12) BACELAR, Tânia. Crescimento industrial do nordeste: para quem e para quê?, s.d. (mimeo), p.2.

(13) Cf. SUDENE - Produto e formação bruta de capital - Nordeste do Brasil (1965/89), 1990.

(14) ibidem.

(15) CASTRO (1975), op. cit., p. 204.

(16) Cf. REIS VELLOSO (1986), op. cit., esp. Cap XVI.

(17) In: BRESSER PEREIRA, L.C. Desenvolvimento e crise no Brasil (1930-1983), 14ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1985, p.236.

(18) Cf. SANTANA, Neide. A inserção de Sergipe na política de incentivos fiscais do nordeste (1963-1988). Monografia apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFS, Aracaju, 1991, (mimeo). Obs.: A despeito, no entanto, da importância que para Sergipe representa o aproveitamento de sais minerais, o fato é que, através de Medida Provisória, a de nº 151, da Presidência da república, a PETROMISA acabou extinta, sem que sequer houvesse podido alcançar sua meta de produzir 306 mil toneladas de Cloreto de Potássio e 920 mil de Cloreto de Sódio (idem, ibidem, p.69).

(19) Estimada pelo IGP-DI. Pelo Deflator Implícito do produto teria sido de 24% ao ano, uma diferença, como se vê, pouco expressiva). Cf. SUDENE (1990), op. cit.

(20) Em todo o Nordeste, de 1974 a 1980 o setor público ampliou sua formação de capital fixo em apenas 16%, quer dizer, a uma taxa muito modesta de 2,5% ao ano. Comparada a esta, a sergipana (de 23,3% ao ano) foi quase dez vezes maior, razão pela qual sua participação relativa na massa de recursos da FBCF da região triplica após seis anos (Cf. SUDENE, 1990, op. cit.

(21) OLIVEIRA, Francisco de. A metamorfose da arribação, in Novos Estudos CEBRAP, nº 37, julho/1990, p.89.

(22) Note-se, por exemplo, que foi justamente entre 1959 e 1970 que se assistiu a uma mais acentuada desaceleração da indústria de transformação sergipana, uma fase, portanto, durante a qual muitos percalços se assomaram à indústria têxtil local, acarretando a uma só tempo inflexão de sua participação no VTI-têxtil regional (de 7,4% em 1949 para 5,6% em 1970) e recuo de sua participação relativa no VTI da indústria de transformação estadual (de 51,1% em 1949 para 28,8% em 1970).

(23) CASTRO, A.B. (1975), op. cit., Vol.II, p.149.



## BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Rui Henrique P. Leite de. Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola. São Paulo, HUCITEC, 1983.
- ALBUQUERQUE, Roberto C. & CAVALCANTI, Clóvis V. Desenvolvimento regional no Brasil. IPEA/IPLAN, BRASÍLIA, 1976.
- ANDRADE, Manoel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. 5ª edição, São Paulo, Atlas, 1986.
- \_\_\_\_\_. História das usinas de açúcar de Pernambuco. Recife, FUNDAJ/ MASSANGANA, 1989
- \_\_\_\_\_. O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. Estado, capital e industrialização do Nordeste. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. Geografia econômica do Nordeste - o espaço e economia nordestina. 4ª ed., São Paulo, Atlas, 1987.
- \_\_\_\_\_. Área do sistema canavieiro. - Série Estudos Regionais. Recife, SUDENE, 1988.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). Manual de estatísticas básicas do nordeste. Fortaleza, 1977.
- BNB/SUDENE Mercado e comercialização do algodão do nordeste. Fortaleza, 1964.
- BRANDÃO, Adelino. Cana-de-açúcar, álcool e açúcar na história e no desenvolvimento social do Brasil. Brasília, Horizonte Editora Ltda, 1984.
- BRASIL açucareiro. Rio de Janeiro, IAA, vários números.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e crise no Brasil (1930-1983). 14ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BUARQUE, Sérgio C (coord.). Teoria do atraso e industrialização tardia. Recife, FUNDAJ, Ed. Massangana; SUDENE, 1987.
- CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970. São Paulo, Global/UNICAMP, 1985.
- \_\_\_\_\_. Baixas da concentração industrial em São Paulo. 2ª edição, São Paulo, T.A. Queiroz, 1983.
- \_\_\_\_\_. Desequilíbrios regionais no Brasil: alguns pontos controversos. In BELLUZO, Luiz G. & COUTINHO, Renata, org. Desenvolvimento Capitalista no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982, 2ª vol.
- \_\_\_\_\_. & GUIMARÃES NETO, Leonardo. A questão regional no Brasil: traços gerais de sua evolução histórica, 1986, (mimeo).
- CAPIES (Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Estudos de desenvolvimento regional (Sergipe). 1959.
- CARDOSO DE MELO, João Manuel. O capitalismo tardio. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1982.
- CARNEIRO, Wilson. A concentração econômica da agroindústria açucareira. Brasil Açucareiro (IAA), nº 5, nov./1968.
- CARVALHO, José Otamar de. O Nordeste semi-árido: questões de economia política e de política econômica. Tese de Doutorado, IE/UNICAMP, São Paulo, 1985, (mimeo).
- CARVALHO VILAR, José Wellington. O papel da pecuarização no processo de produção do espaço agrário sergipano. Dissertação de Mestrado, UFS, Aracaju, 1992, (mimeo).
- CASTRO, Antônio Barros de. Sete ensaios sobre a economia brasileira. Vols. I e II, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1971.
- CASTRO, A.B de & PIRES DE SOUZA, Francisco Eduardo. A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

- CEAG/CEBRAE/SUDENE/INEP. Diagnóstico da indústria têxtil de Sergipe. Aracaju, 1979.
- CENSO agropecuário. Rio de Janeiro, IBGE, vários números.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. O maquinista de algodão e o capital comercial. Natal, UFRN. Ed. Universitária, 1986.
- COHN, Amélia. Crise regional e planejamento. 2ª ed., São Paulo, Perspectiva, 1978.
- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE (CONDESE). Sergipe e o sêcio-econômico. Aracaju, 1970.
- CRUZ, José. O problema do algodão em Sergipe. Aracaju, Imprensa Oficial, 1960.
- DALL'ACQUA, Fernando Maida. Relationships between agriculture and industry in Brazil. Ph.D. Diss., University of Wisconsin - Madison, 1982.
- DANTAS, José Ibaré Costa. A revolução de 1930 em Sergipe: dos tentos aos coronéis. Aracaju, Cortez, 1983.
- Os partidos políticos em Sergipe (1889-1944). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- DANTAS, Orlando Vieira. O problema açucareiro em Sergipe. Aracaju, Livraria Regina Ltda, 1944.
- DIÁRIO Oficial de Sergipe - 1930/32. Governo de Sergipe.
- GALVÃO, Olímpio de Arroxelas. Integração econômica, comércio e desenvolvimento regional. In Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro, Vol.1, PIMES/SUDENE, Recife, 1984.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. Nordeste: da articulação comercial à integração produtiva. Tese de Doutorado, IE/Unicamp, São Paulo, 1986, (mimeo)
- Evolução recente da economia do nordeste - produto e formação de capital, in Aspectos Gerais da Economia e da Sociedade do Nordeste. Recife, SEPLAN/PR/IPLAN/MINTER/SUDENE/BNB, 1985, Vol.2.
- O programa de desenvolvimento industrial do Nordeste. In: Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro, Vol.3, PIMES/SUDENE, Recife, 1984.
- A política de modernização das indústrias tradicionais no Nordeste: o caso da indústria têxtil, in Revista Pernambucana de Desenvolvimento. Recife, v.9, nº 1, jan./jun. 1992.
- HIRSCHMAN, Albert O. Desenvolvimento industrial no nordeste e o mecanismo de crédito fiscal do artigo 34/13. Fortaleza, BNB, 1969.
- INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL (IAA). Ânuário açucareiro. Rio de Janeiro (vários números).
- Brasil açucareiro. Rio de Janeiro (vários números).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Ânuário estatístico. (vários números)
- Censo agrícola. Rio de Janeiro. 1939-1959
- Censo agropecuário. Rio de Janeiro. 1970-1980.
- Censo industrial. Rio de Janeiro. 1939-1980.
- Comércio interestadual. Sergipe - Exportações por Vias Internas. Rio de Janeiro. 1973.
- Estatísticas históricas do Brasil. Séries Estatísticas Retrospectivas. Rio de Janeiro. Vol 3, 1986.
- O Brasil em números. Rio de Janeiro. 1966.
- Produção agrícola municipal. Rio de Janeiro (vários números)
- Síntese estatística do Brasil. Rio de Janeiro. 1971.
- Síntese estatística da região nordeste. Rio de Janeiro. 1983.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (IBRE/FGV). Conjuntura econômica. Rio de Janeiro, nº 25, setembro/1971.

INSTITUTO DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DE SERGIPE (IESAP). Cam-  
nários da economia sergipeana. Aracaju, 1988.

----- O setor industrial em Sergipe. Aracaju, 1988.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) Anuário estatístico do  
Brasil. Rio de Janeiro, Ano II, 1934.

----- O estado de Sergipe em 1934. Aracaju, Artes Gráficas,  
1934.

----- O estado de Sergipe em 1935. Aracaju, Gráfica Editora,  
1937.

JATOBÁ, Jorge (org.). Empresas no Nordeste 1930-1980. Recife, SUDENE/  
MASSANGANA, 1982.

LACERDA DE MELO, R.O. Industrialização e integração econômica do  
nordeste: o caso da indústria têxtil. Dissertação de Mestrado,  
UNICAMP, 1987. (mimeo).

LESSA, Carlos. 15 anos de política econômica. 4ª ed., São Paulo,  
Brasiliense, 1983.

MA/SUDENE/CONDESE/SUDAP/EMATER-SE. O algodão em Sergipe - apogeu e  
crise. Relato histórico (1520-1975). Aracaju, 1977.

MAGALHÃES, Antônio Rocha. Industrialização e desenvolvimento pec-  
nional: a nova indústria do Nordeste. Brasília, IPEA/IPLAN, 1983.

MALLAN, Pedro S. et alii. Política econômica externa e industrial-  
ização no Brasil (1929/59). Rio de Janeiro, IPEA/INEPS, 1977.

MANGEL, Álvaro. Política agrícola, eficiência e concentração na  
agricultura brasileira: um estudo do setor canavieiro paulista.  
São Paulo, IFE/USP, 1984.

SUDENE. Pesquisa sobre a indústria têxtil do nordeste. Recife,  
1971.

----- Produto e formação bruta de capital. Nordeste do Brasil.  
Recife, 1990.

----- Nordeste em dados. Recife, 1994.

MOREIRA, Raimundo. O nordeste brasileiro: uma política nacional de  
industrialização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma reafirmação. 5ª ed., São  
Paulo, Paz e Terra, 1987.

----- A economia da dependência imerefeita. 3ª ed., Rio de Janei-  
ro, Graal, 1980.

----- A economia brasileira: crítica à razão dualista. 6ª ed.,  
Petrópolis, Vozes, 1988.

----- A metamorfose da arribação (Fundo Público e Regulação Autor-  
nitária na Expansão Econômica do Nordeste). In Novos Estudos CE-  
BRAP, nº 27, São Paulo, Brasiliense, julho de 1990.

----- State and society in northeastern Brazil: Sudene and the  
policy of regional planning. In "The logic of Poverty - the Case of  
Brazilian Northeast". London, Routledge & Kegan Paul Ltd, 1981.

OLIVEIRA, Hugo Paulo de. Exportação de açúcar brasileiro. In: Bra-  
sil Açucareiro (IAA), nº 5, maio/1970.

PASSOS SUBRINHO, Jesuê Modesto dos. História econômica de Sergipe  
(1930-1980). Aracaju, Programa Editorial da UFS, 1987.

PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 34ª ed., São Pa-  
ulo, Brasiliense, 1986.

SAMPAIO, Yony (org.) Nordeste rural: a transição para o capitalis-  
mo. Recife, UFPE, ed. Universitária, 1987.

SANTANA, Neide. A inserção do Estado de Sergipe na política de im-  
centivos fiscais do Nordeste - 1963/1968. Monografia apresentada  
ao Núcleo de pós-Graduação em Ciências Sociais da UFS. Aracaju,  
1991. (mimeo).

SECRETARIA DA FAZENDA, PRODUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DE SERGIPE. As-  
pectos econômicos e financeiros do estado. Aracaju, 1974.

SENAI/INSTITUTO EUVALDO LODI. Memória histórica da indústria cerâmica. Rio de Janeiro, 1984.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. 2ª ed., São Paulo, Companhia Editora nacional, 1977.

SOCHACZENSKI, Antônio Cláudio. Financial and economic development of Brazil (1952-1968). Thesis submitted for the Degree of Doctor of Philosophy in the University of London, July/1980.

SOUZA, João Gonçalves de. O Nordeste brasileiro: uma experiência de desenvolvimento regional. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1979.

STEINDL, Josef. Maturidade e estagnação no capitalismo americano. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

SUZIGAN, Wilson. Notas sobre o desenvolvimento industrial e política econômica do Brasil da década de 30. In: Revista de Economia Política, vol. 4, nº 1, São Paulo, Brasiliense, jan-mar/1984.

SZMRECSÁNYI, Tamás. O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975). São Paulo, HUCITEC/UNICAMP, 1979.

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. 7ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

----- Ciclo e Crise - o movimento recente da industrialização brasileira. Tese de Professor Titular apresentada à UFRJ, Rio de Janeiro, 1978 (mimeo).

----- Acumulação de capital e industrialização no Brasil. 2ª ed., Campinas, UNICAMP edit., 1986.

REIS VELLOSO, João Paulo dos. O último trem para Paris. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

XAVIER, Sílvio. Das primórdios à crise que precedeu à intervenção estatal. Brasil Açucareiro, nº 3, março/1970.

----- Defesa da produção açucareira leva à criação do IAA. Brasil Açucareiro, nº 4, maio/1970.

----- Finalidades, estrutura e funcionamento do IAA. Brasil Açucareiro, nº 5, maio/1970.

APPENDICE  
ESTATISTICO

**QUADRO 1**  
**COMÉRCIO SERGIPANO INTERESTADUAL - 1930/64**  
**CABOTAGEM**

ANOS	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO	
	QUANTIDADE (t)	VALOR (Cr\$ 1.000)	QUANTIDADE (t)	VALOR (Cr\$ 1.000)
1930	49.609	27.863	13.352	29.278
1931	61.877	38.076	19.624	38.004
1932	34.527	26.348	16.507	36.360
1933	33.670	26.976	31.248	43.004
1934	38.582	35.848	21.193	44.401
1935	55.772	48.269	25.207	56.730
1936	61.572	50.202	25.160	60.036
1937	50.920	56.219	25.496	65.408
1938	55.009	57.651	24.663	65.597
1939	48.923	57.826	26.124	69.787
1940	67.961	75.042	24.963	78.783
1941	72.799	84.750	24.966	81.325
1942	51.840	96.734	20.035	76.376
1943	48.189	84.974	15.866	74.027
1944	45.993	125.969	20.886	125.877
1945	40.162	116.964	24.141	160.525
1946	40.514	148.494	20.835	215.648
1947	42.851	159.003	18.359	165.959
1948	57.279	174.433	19.273	181.710
1949	44.538	161.032	26.912	215.531
1950	31.920	124.338	23.266	208.953
1951	43.098	150.805	24.886	228.406
1952	21.397	115.816	23.270	199.632
1953	33.792	155.250	27.040	260.105
1954	42.804	246.820	42.210	332.292
1955	51.731	378.511	35.858	444.701
1956	44.383	441.941	41.641	488.372
1957	39.109	413.711	39.510	543.730
1958	28.896	445.463	36.636	437.848
1959	43.331	708.468	28.434	649.794
1960	33.273	673.807	32.762	693.254
1961	42.834	997.228	42.058	1.057.394
1962	24.623	795.903	37.479	1.189.177
1963	11.648	883.689	30.090	1.202.230
1964	5.251	1.158.250	33.558	2.141.206

FONTE: IBGE/DEE - Sergipe Econômico e Financeiro (1952)  
 IBGE - O Brasil em Números (1966)

**QUADRO 2**  
**COMÉRCIO SERGIPANO INTERESTADUAL - 1943/51**  
**VIAS INTERNAS**

ANOS	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO	
	QUANTIDADE (t)	VALOR (Cr\$ 1.000)	QUANTIDADE (t)	VALOR (Cr\$ 1.000)
1943	41.427	95.059	13.308	71.864
1944	59.733	131.431	14.845	85.900
1945	38.970	140.443	14.244	100.875
1946	32.377	165.947	12.154	91.509
1947	45.353	185.579	13.747	102.095
1948	44.997	199.980	17.822	149.501
1949	44.813	206.643	19.445	161.182
1950	72.702	329.523	23.462	198.581
1951	61.132	348.375	27.212	237.440

FONTE: IBGE/DEE - Sergipe Econômico e Financeiro (1952)

**QUADRO 3**  
**COMÉRCIO SERGIPANO POR VIAS INTERNAS - 1975/80**

ANOS	EXPORTAÇÃO (Cr\$ milhão)			IMPORTAÇÃO (Cr\$ milhão)		
	Nordeste	Outros	Total	Nordeste	Outros	Total
1975	351,6	291,5	643,1	674,4	1.006,6	1.681,1
1976	591,3	510,5	1.101,8	807,9	1.418,0	2.225,9
1977	740,1	747,3	1.447,4	755,4	1.922,6	2.678,0
1978	1.161,0	1.287,7	2.448,7	1.445,8	3.070,6	4.516,4
1979	1.444,8	2.093,3	3.538,1	2.683,9	5.266,7	7.950,6
1980	3.235,9	5.074,2	8.310,1	4.776,1	9.668,3	14.444,4

FONTE: SUDENE - Nordeste em Dados (1984)

QUADRO 4

SERGIPE - PRODUÇÃO DAS USINAS NO PERÍODO DAS SAFRAS 1929/30 - 1938/39

QUANTIDADE EM SACOS DE 60 QUILOS

USINAS	QUINQUÊNIO BÁSICO DA LIMITAÇÃO						QUINQUÊNIO POSTERIOR A LIMITAÇÃO					
	1929/30	1930/31	1932/33	1933/34	1934/35	MÉDIA	LIMITE	1934/35	1935/36	1936/37	1937/38	1938/39
	ANTAS	5.115	3.379	1.149	3.342	3.317	3.278	6.000	6.877	4.874	5.441	4.460
AROEIRA	2.400	2.500	1.400	502	600	2.400	2.400	2.428	2.757	2.082	2.364	1.827
BELÉM	12.070	15.833	6.430	2.433	7.919	8.936	12.000	10.965	8.707	8.005	5.417	7.620
BOA LUZ	3.000	6.800	1.364	1.600	870	2.726	3.300	2.000	6.024	-	-	-
BOA SORTE	1.860	1.600	312	1.002	925	1.139	6.000	7.038	3.301	4.416	1.910	4.999
BOA VISTA	1.500	1.095	2.100	2.430	1.420	1.709	3.000	3.800	3.702	4.020	4.076	3.410
CAFUZ	9.550	12.747	5.969	10.444	5.760	8.964	17.853	17.824	16.551	15.650	12.912	16.403
CAMASSARI	2.995	3.104	3.200	846	-	2.536	4.000	4.357	2.033	-	-	-
CAMBUI	3.000	2.500	2.000	1.269	1.202	1.994	2.500	2.366	1.375	-	-	-
CARAÍBAS	10.640	19.991	7.273	3.800	6.055	9.551	14.000	13.750	14.773	7.866	9.922	9.278
CASSUNGUÊ	-	-	-	-	-	-	1.018	-	-	-	-	-
CASTELO	23.985	17.005	9.458	18.000	17.220	17.133	22.000	24.016	22.599	19.305	19.188	20.418
CEBRD	3.643	4.322	1.066	2.180	2.044	2.651	4.000	4.070	3.900	4.500	3.915	2.806
CENTRAL	36.811	66.196	31.842	19.711	12.101	33.332	50.000	49.069	50.800	29.049	24.380	41.556
COR. DE JESUS	-	-	106	-	-	106	*	-	-	-	-	-
CRUZES	2.000	5.000	2.000	2.000	746	2.352	4.000	4.435	3.163	2.196	3.718	4.000
CUMBE (1)	4.000	4.000	868	840	-	2.427	3.000	3.684	3.120	2.314	2.913	2.864
CUMBE (2)	1.760	1.300	1.180	1.208	1.173	1.324	3.000	4.343	2.984	2.803	1.836	2.668
ESCURIAL	10.300	7.200	8.000	6.315	6.226	7.608	10.000	10.136	9.584	14.000	10.298	8.524
ESP. SANTO	10.747	5.066	3.592	3.589	4.702	5.539	9.000	10.724	9.365	5.828	5.956	9.730
FLOR DO RIO	600	500	1.500	300	653	710	1.000	1.258	1.365	969	554	1.026
FORTUNA	27.100	10.531	7.761	7.516	9.061	12.393	20.747	19.295	25.259	12.080	11.321	20.312
ITAPEROA	9.536	2.812	6.000	2.207	3.648	5.040	6.000	4.883	5.677	5.708	2.994	4.450
JAGUARIBE	4.200	3.000	523	775	1.803	2.060	3.500	3.488	3.459	3.061	2.000	3.106
JORDÃO	8.000	12.000	4.800	2.800	4.200	6.360	10.000	9.373	11.341	7.222	9.931	6.184
JUREMA	9.000	10.500	3.000	2.198	3.352	5.610	10.000	10.412	9.699	2.849	8.265	6.612
LAGOA GRANDE	3.500	2.900	1.000	301	559	1.853	3.500	3.311	3.096	-	-	-
LOMBADA	2.653	3.700	1.953	1.100	2.780	2.437	6.500	5.211	5.450	3.153	4.655	3.676
LOURDES	8.587	20.936	11.661	7.303	7.624	11.222	16.561	10.408	15.734	15.390	11.178	16.555
MATA VERDE	9.537	13.964	6.920	4.695	8.350	12.000	13.267	13.267	12.630	9.291	6.425	10.895
MATO GROSSO	16.300	24.500	13.800	8.500	8.069	14.223	21.000	22.734	28.345	14.961	14.583	20.365
H.S. CONCEIÇÃO	2.400	4.860	2.112	1.504	2.046	2.584	4.000	3.479	4.068	3.527	3.507	2.169
H.S. PURIFIC.	1.600	1.600	2.500	701	536	1.387	1.700	1.685	1.621	-	-	507
NAZARÉ	3.610	5.930	3.437	2.626	2.536	3.627	7.000	8.961	6.593	6.653	4.544	6.996
OITOCENTAS	200	1.800	800	636	1.045	896	3.000	2.976	3.034	1.311	2.999	2.246
OUTEIRINHOS	26.875	31.313	39.458	25.287	15.472	27.681	40.000	42.582	27.391	33.833	44.766	50.163
ORIENTE	1.561	-	-	-	-	1.561	-	-	-	-	-	-
PALMEIRA	2.500	2.825	1.600	1.200	1.265	1.878	2.700	2.751	2.116	1.094	1.304	-
PARAÍSO	4.375	990	1.984	1.984	1.136	2.093	2.500	2.120	2.955	2.257	1.350	2.473
PATI (1)	3.000	2.000	1.500	1.000	669	1.633	*	1.399	1.863	190	-	-
PATI (2)	4.500	6.000	2.100	1.916	1.221	3.147	5.000	4.540	5.004	2.145	4.844	3.457
PATI (3)	1.000	400	400	380	150	466	-	-	-	-	-	-
PEDRAS (1)	20.960	44.558	13.824	13.892	11.928	21.932	32.000	31.007	42.212	15.756	33.538	24.749
PEDRAS (2)	1.500	1.600	2.500	88	382	1.214	3.000	3.604	3.128	2.897	2.127	3.659
PIAUS	1.600	600	300	-	-	833	-	-	-	-	-	-
P. DOS BARROS	3.480	6.822	4.200	2.025	1.767	3.658	5.000	4.610	5.082	4.277	2.538	3.149
PRIAPU	3.651	4.476	2.187	5.592	6.990	4.579	17.500	8.336	6.982	10.177	6.697	6.943
PROVEITO	19.260	14.236	8.323	8.780	7.126	11.545	17.000	19.604	20.186	18.824	13.858	19.672

CONTINUA



CONTINUAÇÃO DO QUADRO 4  
SERGIPE - PRODUÇÃO DAS USINAS NO PERÍODO DAS SAFRAS 1929/30 - 1938/39

QUANTIDADE EM SACOS DE 60 QUILOS

USINAS	QUINQUÊNIO BÁSICO DA LIMITAÇÃO						QUINQUÊNIO POSTERIOR A LIMITAÇÃO					
	1929/30	1930/31	1932/33	1933/34	1934/35	MÉDIA	LIMITE	1934/35	1935/36	1936/37	1937/38	1938/39
	SALOBRO	3.920	6.625	5.224	2.492	2.148	4.063	5.000	3.946	6.757	2.814	2.606
STA BARBARA	7.500	12.000	3.796	4.538	3.886	6.344	9.000	10.061	9.000	4.901	9.010	8.898
STA CLARA	4.500	2.500	2.350	1.785	2.881	2.803	6.480	6.451	6.144	7.938	9.377	10.750
STA CRUZ	500	2.000	540	552	-	898	-	556	-	660	-	-
STA MARIA (1)	5.010	6.504	3.981	2.323	1.863	3.936	2.000	6.280	6.034	3.150	4.039	4.374
STA MARIA (2)	2.900	1.800	800	518	1.111	1.485	2.000	1.614	2.017	1.029	769	1.726
STO ANTONIO	5.445	4.200	1.530	3.167	3.300	3.528	4.500	4.886	4.486	4.492	5.503	3.862
SÃO CARLOS	11.286	17.427	2.753	3.532	5.931	8.182	14.000	14.360	8.717	12.548	9.098	11.236
SÃO DINIZ	3.120	6.052	2.788	3.960	1.706	3.525	6.000	6.300	6.020	5.302	4.406	4.731
SÃO DOMINGOS	1.200	500	600	700	865	773	1.000	709	1.075	1.000	1.101	1.096
SÃO FÉLIX (1)	3.000	6.000	4.000	2.250	307	3.111	4.500	4.763	3.497	4.207	4.060	3.872
SÃO FÉLIX (2)	7.985	12.052	7.142	4.471	2.530	6.816	8.500	8.097	10.776	7.721	3.682	5.967
S. FRANCISCO(1)	3.188	1.345	576	680	840	1.465	3.000	2.644	2.785	2.284	1.210	2.529
S. FRANCISCO(2)	8.000	13.170	6.800	8.771	4.636	8.075	12.000	11.958	13.362	8.108	7.078	11.709
SÃO JOÃO (1)	10.000	8.000	7.000	7.315	4.281	7.319	14.000	16.350	17.112	9.319	10.674	15.095
SÃO JOÃO (2)	3.646	1.500	614	734	-	1.623	*	1.238	-	-	-	-
S. J. PALEIRO	-	2.041	716	695	-	1.150	1.370	-	-	-	-	-
SÃO JOSÉ (1)	1.200	800	980	600	140	744	1.000	566	650	570	420	703
SÃO JOSÉ (2)	2.404	3.948	1.098	850	859	1.832	3.000	2.419	2.761	2.630	1.880	1.806
SÃO JOSÉ (3)	2.768	5.038	2.422	5.057	3.614	3.779	7.000	8.470	6.387	7.153	7.008	4.955
SÃO JOSÉ (4)	25.454	37.578	24.902	26.604	12.651	25.438	32.000	34.634	39.492	25.850	23.158	29.854
S. J. JUNCO	15.447	11.000	5.585	5.557	6.797	8.877	15.084	14.025	14.007	11.921	13.500	15.768
S. J. JARDIM	5.404	6.112	1.949	1.624	2.470	3.511	6.000	6.032	5.975	2.966	4.291	5.398
S. J. C. ASSU	2.000	1.800	1.200	546	846	1.278	3.000	3.386	2.161	1.957	5.222	5.236
SÃO LUIZ	7.080	14.441	2.118	4.739	2.370	6.149	12.000	12.840	12.029	6.444	4.652	4.949
SÃO PAULO	6.328	10.000	5.300	5.580	4.759	6.573	9.000	9.247	9.998	6.131	5.717	4.655
SERGIPE	8.605	18.500	4.815	5.804	3.485	8.241	12.000	10.000	12.841	11.041	4.800	9.942
SERRA NEGRA	5.000	10.000	2.100	2.650	3.297	4.609	10.000	10.980	9.237	4.226	5.936	4.561
SOCORRO	-	-	-	441	1.860	1.150	3.000	3.878	3.919	2.360	1.749	2.705
SOLEDADE	3.973	6.602	4.006	2.695	2.603	3.975	7.000	7.403	5.001	4.832	6.254	5.881
TÁBUA	5.000	4.000	4.620	4.765	3.911	4.459	7.000	8.300	8.468	6.330	4.716	6.995
TAQUARI	1.326	-	-	-	-	1.326	-	-	-	-	-	-
TIJUCA	1.043	1.731	304	470	633	836	1.500	1.211	1.551	1.120	1.200	1.350
TIMBÓ	9.000	10.000	3.000	3.300	5.905	6.241	9.000	9.475	9.323	5.879	5.846	9.668
TINGUI	3.298	5.041	2.705	2.490	3.109	3.328	4.500	4.423	4.721	4.500	3.526	4.500
TOPO	1.345	4.310	6.080	1.580	997	2.862	4.000	4.236	3.827	2.270	3.909	4.639
TRINDADE	1.800	1.600	1.300	796	339	1.167	1.398	-	-	-	-	-
VARZEA GRANDE	10.000	16.000	6.000	5.659	7.665	9.064	13.000	13.474	13.000	5.279	9.148	12.121
VARZINHA (1)	4.200	9.800	4.800	6.535	3.052	5.677	14.000	15.771	15.598	9.558	5.565	7.027
VARZINHA (2)	-	2.000	7.750	782	590	1.030	2.000	1.666	1.962	1.910	1.454	1.983
VASSOURAS	21.000	35.500	15.000	11.778	10.905	18.836	23.000	21.262	28.975	17.550	19.154	23.000
<b>TOTAL</b>	<b>580.269</b>	<b>742.508</b>	<b>393.424</b>	<b>342.911</b>	<b>298.790</b>	<b>477.329</b>	<b>724.154</b>	<b>743.802</b>	<b>741.022</b>	<b>531.067</b>	<b>524.560</b>	<b>628.486</b>

Fonte: IAA - ANUÁRIO AÇUCAREIRO DE 1939

Obs.:1 (-) Dado inexistente  
(\*) Dado não fornecido

2 Devido à falta de registro de alguns dados, verificou-se então ligeira discrepância entre os números aqui arrolados e os que foram apresentados na Tab. II.3 (PARTE II) dando conta da média de produção do quinquênio básico e do limite máximo da produção açucareira autorizada para Sergipe.

CONTINUA

(NOTAÇÃO DO QUADRO 4)

DIFERENCIAÇÃO DAS USINAS SEGUNDO O PROPRIETÁRIO \*

CUMBE (1) - SOBRAL & IRMÃOS  
CUMBE (2) - PEDRO L.D. NABUCCO FILHO

PATI (1) - ALCEBIADES DANTAS & IRMÃOS  
PATI (2) - PEDRO VASCONCELOS PADRO  
PATI (3) - VALENTIM PRADO

PEDRAS (1) - GONÇALO ROLEMBERG PRADO  
PEDRAS (2) - VIRGILIO DE SOUZA

STA. MARIA (1) - SOBRAL GARCEZ  
STA. MARIA (2) - DURVAL BARRETO & CIA

SÃO FÉLIX (1) - PAULO SOUZA VIEIRA  
SÃO FÉLIX (2) - JOÃO G.V. MELO

SÃO FRANCISCO (1) - FRANCISCO X.A.FILHO  
SÃO FRANCISCO (2) - LAFFAIETE BARROS P. FRANCO

SÃO JOÃO (1) - MANOEL SANTOS SILVA  
SÃO JOÃO (2) - MANOEL DIAS SOBRAL

SÃO JOSÉ (1) - J.D SANTOS  
SÃO JOSÉ (2) - CARDOSO & IRMÃOS  
SÃO JOSÉ (3) - OSCAR COSTA LEITE  
SÃO JOSÉ (4) - ADÉLIA DO PRADO FRANCO

VARZINHA (1) - A. SUADICANI & CIA  
VARZINHA (2) - ANTONIO NUNES BARROSO

**QUADRO 5**  
**SERGIPE - PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DE ALGUMAS USINAS (So.60 Kg)**

SAFRA	USINAS				
	SÃO JOSÉ*	CENTRAL	PROVEITO	SANTA CLARA	VASSOURAS
1929/30	25.454	36.811	19.260	4.500	21.000
1930/31	37.578	66.196	11.236	2.500	35.500
1931/32	24.902	31.842	8.323	2.350	15.000
1932/33	26.604	19.711	8.780	1.785	11.778
1933/34	12.651	12.101	7.126	2.881	10.905
1934/35	34.634	49.069	19.504	6.451	21.262
1935/36	39.492	50.800	20.186	6.144	28.975
1936/37	25.850	29.049	18.824	7.938	17.550
1937/38	23.158	24.380	13.858	9.377	19.154
1938/39	29.854	41.574	19.672	11.000	23.000
1939/40	40.229	66.148	38.670	15.310	33.796
1940/41	38.350	60.213	40.215	7.669	30.604
1941/42	40.980	54.442	29.295	8.253	25.796
1942/43	34.210	48.676	34.513	9.193	27.945
1943/44	60.482	62.721	35.084	12.593	31.665
1944/45	34.117	50.143	32.626	10.338	29.647
1945/46	27.253	35.004	24.674	10.580	20.790
1946/47	34.008	35.510	30.934	12.453	23.320
1947/48	57.500	47.552	32.137	12.616	22.140
1948/49	42.295	57.587	37.079	13.559	22.190
1949/50	34.239	26.330	34.346	11.595	13.895
1950/51	61.636	42.516	41.228	16.414	10.607
1951/52	40.373	32.410	37.843	16.010	19.280
1952/53	49.962	38.942	35.856	13.698	23.450
1953/54	89.620	75.070	43.480	21.221	34.370
1954/55	114.195	77.036	47.829	62.489	32.070
1955/56	112.425	50.721	48.183	64.169	32.645
1956/57	137.425	81.721	40.397	61.007	30.054
1957/58	99.380	77.667	26.301	44.208	28.428
1958/59	107.379	80.871	34.796	59.325	34.081
1959/60	98.129	72.182	44.777	56.015	25.800
1960/61	121.655	105.709	45.888	65.258	26.000
1961/62	120.361	103.029	45.853	72.687	36.525
1962/63	98.736	65.687	28.404	45.740	19.722
1963/64	142.561	101.172	52.449	54.533	30.125
1964/65	171.643	115.111	66.261	70.234	49.240
1965/66	160.600	84.461	56.951	68.785	31.909
1966/67	192.003	92.542	64.723	59.511	38.375
1967/68	208.949	102.806	58.079	58.461	41.026
1968/69	215.990	150.270	73.861	75.004	55.494
1969/70	220.390	212.570	94.620	112.550	76.381
1970/71	244.451	236.829	85.123	91.344	76.677
1971/72	308.830	230.285	66.002	69.670	50.739
1972/73	194.280	256.588	85.836	87.750	63.326
1973/74	180.145	249.636	92.205	72.800	82.284
1974/75	570.592	-	134.880	115.591	85.225
1975/76	608.294	-	130.760	122.085	142.480
1976/77	682.325	-	135.846	110.528	229.400
1977/78	816.459	-	187.876	83.025	248.551
1978/79	829.649	-	198.878	162.000	268.300
1979/80	1.039.469	-	227.190	184.450	303.700

FONTE : IAA (Delegacia Regional de Aracaju)

Obs.: Exceção feita à Central, os registros de produção das demais usinas obedeceram unicamente ao critério de operação industrial até a safra 1979/80.

(\*) Depois São José do Pinheiro, a partir da safra 1974/75.

QUADRO 6  
 PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DAS USINAS (1.000 sacos de 60 Kg)

ANOS	BRASIL	NORDESTE	SÃO PAULO	SERGIPE
1929/30	10.804,4	7.424,0	1.110,1	580,3
1930/31	8.256,2	5.603,1	1.108,9	742,5
1931/32	9.156,9	5.644,7	1.566,1	393,4
1932/33	8.745,8	5.310,1	1.639,7	342,9
1933/34	9.049,6	5.100,9	1.821,1	298,8
1935*	12.154,8	7.536,9	2.017,4	764,0
1936	11.198,6	6.013,3	2.147,8	695,8
1937	10.073,3	4.636,9	2.408,2	520,5
1938	10.925,5	6.215,1	2.199,6	444,9
1939	13.093,0	7.809,2	2.464,7	621,8
1940	14.891,9	9.415,1	2.330,2	883,5
1941	14.146,9	8.306,2	2.339,7	896,2
1942	13.867,0	7.448,9	2.930,7	659,6
1943	14.408,0	8.601,1	2.958,5	847,4
1944	15.555,6	8.880,8	3.064,2	878,2
1945	15.334,6	8.145,4	2.917,9	755,3
1946	17.940,2	9.371,7	4.546,1	762,7
1947	20.424,6	10.314,4	5.381,4	788,6
1948	23.502,7	11.646,1	5.814,1	833,5
1949	23.180,5	11.116,2	5.802,3	556,9
1950	23.383,5	10.293,5	5.945,9	670,7
1951	26.778,1	11.935,8	8.126,1	692,3
1952	29.750,3	13.692,8	9.381,1	549,8
1953	33.362,4	14.159,1	11.693,1	515,5
1954	35.306,4	15.396,7	13.076,3	752,3
1955	34.549,4	15.716,7	11.892,2	635,3
1956	37.802,5	17.825,1	13.091,4	929,8
1957	45.235,9	18.454,5	17.623,7	747,4
1958	50.060,2	15.370,5	24.577,7	569,6
1959	51.804,2	19.110,6	22.150,6	556,6
1960	55.312,0	21.062,1	23.830,3	803,2
1961	55.902,3	20.840,2	23.764,2	801,7
1962	53.967,7	19.527,3	23.971,4	576,5
1963	51.130,6	18.370,4	23.386,3	619,2
1964	57.088,1	19.515,2	26.384,4	697,9
1965	77.672,8	21.847,9	42.276,3	744,4
1966	64.684,9	19.972,3	30.780,7	830,6
1967	71.970,7	26.277,1	31.193,4	777,5
1968	70.070,6	24.722,8	33.620,3	767,4
1969	70.266,8	24.770,4	31.504,8	912,1
1970	84.498,6	28.569,3	40.468,8	894,3
1971	84.690,6	25.737,9	43.229,5	731,1
1972	98.762,2	33.770,8	47.154,2	861,8
1973	111.328,8	32.332,4	58.717,3	676,3
1974	111.212,0	36.952,7	55.737,5	777,3
1975	100.284,3	35.330,5	47.920,3	1.061,4
1976	114.284,4	39.066,2	59.128,9	949,8
1977	138.429,2	47.502,9	68.497,8	1.283,9
1978	124.594,6	48.712,2	53.318,2	1.647,7
1979	...	...	...	...
1980	130.725,3	45.554,3	64.102,8	1.637,8

NOTA: 1930/34 - IAA/Brasil Açucareiro (Ano III, Vol. IV).

1935/64 - IAA/Anuários Açucareiros.

1965/80 - IBGE/Anuários Estatísticos, Sinopse Estatística do Brasil (1971) e Sinopse Estatística da Região Nordeste (1982)

(...) Dados não localizados.

(\*) Os cinco primeiros anos da série correspondem a dados de produção de anos-safra. Os relativos a anos civis têm início a partir de 1935.

**QUADRO 7**  
**BRASIL, NORDESTE E SERGIPE**  
**PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DE USINA - 1929/30-1980/81**  
**(1.000 sacos de 60 Kg)**

ANOS	SERGIPE/ BRASIL	SERGIPE/ NORDESTE	NORDESTE/ BRASIL	SÃO PAULO/ BRASIL
1929/30*	5,4	7,8	68,7	10,2
1930/31	9,0	13,3	67,9	13,4
1931/32	4,3	7,0	61,6	17,0
1932/33	3,9	6,5	60,7	18,7
1933/34	3,3	5,8	56,5	20,1
1935	6,3	10,1	62,0	16,9
1936	6,2	11,6	53,7	19,2
1937	5,2	11,2	46,0	23,9
1938	4,1	7,2	56,9	20,1
1939	4,7	8,0	59,6	18,8
1940	5,9	9,4	63,2	15,6
1941	6,3	10,8	58,7	16,5
1942	4,8	8,9	53,7	21,1
1943	5,9	9,9	59,7	20,5
1944	5,6	9,9	57,1	19,7
1945	4,9	9,3	53,1	19,0
1946	4,3	8,1	52,2	25,3
1947	3,9	7,6	50,5	26,3
1948	3,5	7,2	49,6	24,7
1949	2,4	5,0	48,0	25,0
1950	2,9	6,5	44,0	25,4
1951	2,6	5,8	44,6	30,3
1952	1,8	4,0	46,0	31,5
1953	1,5	3,6	42,4	35,0
1954	2,1	4,9	43,6	37,0
1955	1,8	4,0	45,5	34,4
1956	2,5	5,2	47,2	34,6
1957	1,7	4,0	40,8	39,0
1958	1,1	3,7	30,7	49,1
1959	1,1	2,9	36,9	42,8
1960	1,5	3,8	38,1	43,1
1961	1,4	3,8	37,3	42,5
1962	1,1	3,0	36,2	44,4
1963	1,2	3,4	35,9	45,7
1964	1,2	3,6	34,2	46,2
1965	1,0	3,4	28,1	54,4
1966	1,3	4,2	30,9	47,6
1967	1,1	3,0	36,5	43,3
1968	1,1	3,1	35,3	48,0
1969	1,3	3,7	35,3	44,8
1970	1,1	3,1	33,8	47,9
1971	0,9	2,8	30,4	51,0
1972	0,9	2,6	34,2	47,7
1973	0,6	2,1	29,0	52,7
1974	0,7	2,1	33,2	50,1
1975	1,1	3,0	35,2	47,8
1976	0,8	2,4	34,2	51,7
1977	0,9	2,7	34,3	49,5
1978	1,3	3,4	39,1	42,3
1979	-	-	-	-
1980	1,3	3,6	34,8	49,0

FONTE: 1929/30-1933/34 - IAA/Brasil Açucareiro (Ano III, Vol. IV). 1935/64 - IAA/Anuários Açucareiros.  
 1965/80 - IBGE/Anuários Estatísticos, Sinopse Estatística do Brasil (1971) e Sinopse Estatística da  
 Região Nordeste (1983). (...) Dados não localizados. (\*) Refere-se a ano-safra.

**QUADRO B**  
**SERGIPE - EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR (saco de 60 Kg)**  
**(NORTE E NORDESTE)**

ANOS	ESTADOS									
	AM	PA	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	BA
1935	-	-	-	-	550	1.290	-	90	-	8.979
1936	-	-	-	-	3.000	-	-	146	2.938	14.211
1937	-	11.090	8.495	-	300	2.910	-	60	2.162	2.609
1938	250	27.995	6.345	-	9.750	565	-	161	1.768	3.415
1939	-	62.075	21.015	-	14.800	60	-	-	-	27.574
1940	13.880	83.130	19.485	-	17.610	1.040	-	-	-	16.752
1941	12.740	70.125	21.575	-	21.722	-	-	-	2.061	4.093
1942	4.075	45.370	14.175	-	900	-	-	-	-	11.501
1943	-	-	-	-	-	-	-	1.653	233	256.659
1944	-	-	200	-	-	-	-	933	1.332	448.120
1945	-	-	-	-	1.000	-	-	833	60	330.270
1946	-	-	-	-	-	-	-	703	403	98.776
1947	-	-	-	-	5.400	-	-	553	-	144.743
1948	-	-	-	-	18.950	805	5.400	1.429	3.873	97.535
1949	-	-	-	70	18.950	-	-	140	7.955	46.205
1950	-	-	-	483	18.840	2.590	80	1.700	485	78.901
1951	-	-	80	430	43.699	-	4.000	2.222	195	119.730
1952	-	-	-	1.172	8.200	-	-	333	65	91.655
1953	-	-	5.200	560	10.610	-	-	250	94	36.909
1954	-	1.400	5.200	-	36.739	-	-	433	42	50.640
1955	-	-	-	130	71.500	-	-	2.922	47	48.359
1956	-	-	100	200	23.300	-	80	570	12	43.070
1957	-	-	-	900	33.500	100	-	604	36	24.877
1958	-	-	-	2.880	19.215	-	-	5.872	30	35.666
1959	-	-	-	780	625	-	-	3.302	45	23.243
1960	-	-	-	100	45	-	-	2.105	2	19.610
1961	-	-	-	-	9.720	-	-	1.900	100	22.658
1962	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.930
1973*	-	-	-	4.482	-	-	-	41.157	2.147	317.922

FONTES: IAA/Anuário Açucareiro (diversos anos)

(\*) IBGE/Comércio Interestadual (Sergipe) - Exportação por vias Internas/1973.

CONTINUA

**CONTINUAÇÃO DO QUADRO 8**  
**SERGIPE - EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR [saco de 60 Kg]**  
**( SUL E SUDESTE )**

ANOS	ESTADOS								TOTAL**
	SP	MG	RJ	DF*	ES	PR	SC	RS	
1932	14.610	-	-	97.937	-	-	-	19.291	-
1933	14.567	-	-	183.289	-	-	-	20.533	-
1934	61.972	-	-	157.141	-	-	-	43.930	-
1935	117.899	-	-	298.393	22.323	99.846	11.265	116.496	676.531
1936	124.167	-	-	147.774	19.401	110.570	11.485	246.012	679.704
1937	104.329	-	-	15.842	7.114	80.821	12.380	179.700	427.712
1938	118.091	130	-	4.104	11.512	67.157	13.155	188.998	453.396
1939	54.586	-	1.000	92.863	41.135	65.304	11.205	84.252	476.840
1940	100.351	-	-	250.596	29.444	144.459	9.205	97.930	783.932
1941	184.317	-	5.000	137.206	12.780	130.240	10.915	133.466	766.326
1942	130.554	-	-	89.249	500	119.789	2.400	113.384	533.897
1943	111.307	7.504	-	71.385	2.000	42.719	2.800	40.190	536.450
1944	50.760	4.625	-	99.757	25.800	135.143	746	-	757.416
1945	62.466	2.100	-	82.523	15.725	36.650	-	-	531.627
1946	19.549	1.300	-	111.628	19.820	57.697	-	-	307.976
1947	5.165	1.425	-	105.690	16.000	76.300	-	-	392.676
1948	27.600	2.470	-	132.038	-	82.900	6.050	109.800	493.850
1949	-	815	-	71.804	-	110.547	8.900	98.250	365.307
1950	85	2.758	-	45.350	-	5.300	700	44.060	201.232
1951	1.000	4.250	-	27.500	-	52.000	2.000	67.390	318.596
1952	-	3.479	-	1.700	-	-	-	-	106.622
1953	1.000	1.622	3.000	33.030	-	-	-	-	92.275
1954	-	600	-	124.144	-	-	-	10.000	229.198
1955	31.000	445	-	195.536	-	-	-	-	339.939
1956	13.500	2.675	-	148.765	730	-	16.000	-	254.002
1957	600	860	-	144.582	660	-	-	1.500	208.120
1958	10.000	6.055	-	23.286	5.030	-	-	-	108.034
1959	2.000	730	-	85.615	2.307	-	-	6.500	125.177
1960	7.332	2.209	-	79.393	460	-	-	11.000	122.359
1961	4.838	825	-	128.629	90	-	-	3.000	171.870
1962	-	158	-	39.700	-	-	-	2.000	44.688
1973 <sup>(1)</sup>	-	200	13	-	-	-	-	-	368.883

FONTES: IAA/Anuário Açucareiro (diversos anos)

(1) IBGE/Comércio Interestadual (Sergipe) - Exportação por vias Internas/1973.

(\*) Compreende a atual cidade do Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil até a data da inauguração de Brasília, em 21/04/1960, após o que passou a se chamar Estado da Guanabara, mantendo-se assim até sua fusão, em 15/03/1975, com o Estado do Rio de Janeiro. É provável que os dados acima de exportação para o DF registrados para os anos 1960 a 1962 digam respeito ao antigo Distrito Federal, por se tratar de publicação envolvendo o período 1958/62.

(\*\*) Inclusive o total exportado para o Norte e Nordeste

**QUADRO 9**  
**SERGIPE - AREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CANA-DE-AÇÚCAR.**

ANOS	AREA (ha)	CANA-DE-AÇÚCAR (t)	RENDIMENTO (t/ha)
1931	11.810	567.130	48,0
1932	12.340	580.100	47,0
1933	5.520	264.900	48,0
1934	4.800	235.640	49,1
1935	12.410	744.500	60,0
1936	17.390	695.680	40,0
1937	13.100	489.870	37,4
1938	10.000	397.000	39,7
1939	15.000	550.000	37,0
1940	15.671	705.638	45,0
1941	16.126	764.224	47,4
1942	15.003	713.313	47,5
1943	8.406	462.247	55,0
1944	13.845	630.023	45,5
1945	15.510	540.047	35,8
1946	12.163	485.662	39,9
1947	11.135	518.003	46,5
1948	13.615	616.873	45,3
1949	13.247	617.149	46,6
1950	12.235	574.157	46,9
1951	14.479	561.698	38,8
1952	15.729	638.196	40,6
1953	15.934	639.998	40,2
1954	16.607	697.568	42,0
1955	17.133	693.922	40,5
1956	17.259	683.603	39,6
1957	17.650	746.273	42,3
1958	20.174	764.799	37,9
1959	19.518	702.991	36,0
1960	20.764	714.900	34,4
1961	20.985	873.535	41,2
1962	21.077	868.412	41,2
1963	19.835	766.304	38,6
1964	18.995	776.191	40,9
1965	19.136	735.295	38,4
1966	25.559	-	-
1967	25.279	885.469	35,0
1968	26.160	870.183	33,3
1969	26.006	892.073	34,3
1970	25.705	-	-
1971	-	-	-
1972	-	-	-
1973	23.643	980.165	41,5
1974	12.313	678.728	55,1
1975	16.976	899.728	53,0
1976	15.608	719.372	46,1
1977	17.503	962.665	55,0
1978	19.132	1.109.680	58,0
1979	21.317	1.195.948	56,1
1980	21.974	1.258.660	57,3

FONTES: IAA - Anuário Açucareiro (vários números)  
IBGE - Anuário Estatístico (vários números)

(-) Dados não localizados.



**QUADRO 10**  
**BRASIL E ALGUNS ESTADOS - AREA CULTIVADA COM CANA-DE-AÇÚCAR**

ANOS	BRASIL	ALAGOAS	PERNAMBUCO	SÃO PAULO
1932	328.210	31.150	93.000	33.670
1933	429.720	26.060	151.530	46.530
1934	473.500	22.130	139.460	74.030
1935	437.500	24.000	123.280	52.010
1936	459.880	34.100	119.680	52.350
1937	394.716	30.000	56.424	56.200
1938	393.557	29.400	79.143	60.000
1939	481.628	35.350	121.857	70.000
1940	514.624	50.475	113.676	69.436
1941	560.226	39.207	107.271	81.723
1942	569.004	42.667	99.675	87.500
1943	576.067	45.205	114.466	100.000
1944	675.606	39.296	113.608	107.470
1945	656.921	40.097	133.329	94.313
1946	758.134	45.771	133.217	119.571
1947	772.853	46.059	137.245	123.305
1948	818.608	55.163	157.374	130.533
1949	796.687	56.236	137.933	133.349
1950	828.182	50.704	151.804	145.643
1951	874.341	53.075	171.704	161.175
1952	919.780	59.022	172.644	184.001
1953	990.872	64.103	181.274	207.542
1954	1.027.409	65.379	189.781	236.099
1955	1.072.902	67.407	193.270	248.497
1956	1.124.083	74.875	199.770	270.520
1957	1.172.413	82.133	212.075	284.301
1958	1.207.924	82.492	206.495	315.522
1959	1.291.073	87.498	216.739	350.582
1960	1.361.300	103.360	227.649	362.240
1961	1.366.640	104.996	214.869	372.129
1962	1.466.619	97.220	254.133	395.649
1963	1.509.011	106.189	265.830	422.261
1964	1.519.491	104.676	227.078	449.235
1965	1.705.081	115.991	242.459	533.126
1966	1.635.503	106.435	221.577	478.968
1967	1.680.763	109.050	240.956	496.287
1968	1.686.727	124.770	240.340	495.964
1969	1.672.101	114.367	227.249	495.704
1970	1.725.121	119.514	238.605	524.139
1971	-	-	-	-
1972	-	-	-	-
1973	1.958.856	181.954	332.412	688.077
1974	2.056.691	194.580	302.750	719.783
1975	1.969.227	227.846	267.210	621.000
1976	2.093.483	230.000	314.600	722.931
1977	2.270.036	290.122	350.000	790.625
1978	2.391.455	308.800	353.000	870.790
1979	2.536.976	356.850	360.882	947.750
1980	2.607.628	349.059	344.801	1.008.184

FONTES: Anuário Açucareiro - IAA (vários números)  
 Anuário Estatístico - IBGE (vários números)

(-) Dados não localizados.

QUADRO 11

BRASIL E ALGUNS ESTADOS - PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR (1.000 t.)

ANOS	BRASIL	ALAGOAS	PERNAMBUCO	SÃO PAULO
1934	17.793,5	1.084,2	3.537,2	2.414,1
1935	16.680,6	1.560,0	3.770,0	1.245,0
1936	18.496,4	1.637,7	4.106,0	1.675,2
1937	15.736,6	1.028,0	1.936,3	1.911,0
1938	16.409,4	1.000,0	2.690,0	1.561,1
1939	19.514,3	1.590,7	4.203,8	2.708,0
1940	21.474,6	2.367,8	3.934,0	-
1941	21.463,1	1.759,3	3.708,3	2.451,7
1942	21.574,4	1.828,2	3.293,4	2.800,0
1943	22.013,1	1.964,6	3.976,5	3.000,0
1944	25.148,9	1.736,7	4.138,9	4.301,7
1945	25.178,6	1.884,8	4.530,5	4.090,1
1946	26.068,8	2.181,4	4.617,9	5.400,7
1947	28.989,9	2.023,9	5.000,5	5.792,0
1948	30.892,6	2.191,2	5.616,2	6.045,8
1949	30.928,6	2.441,2	5.025,9	5.984,2
1950	32.670,8	2.325,0	5.422,8	6.913,5
1951	33.625,5	2.148,6	5.934,4	7.657,1
1952	36.041,1	2.410,1	6.201,8	8.533,6
1953	38.336,7	2.572,0	6.493,5	9.525,9
1954	40.302,0	2.710,0	6.825,6	11.176,1
1955	40.946,3	2.851,6	6.809,7	10.936,5
1956	43.975,7	3.236,4	7.482,9	12.488,9
1957	47.703,4	3.549,6	7.909,4	14.532,7
1958	50.018,5	3.778,9	7.712,1	16.521,1
1959	53.477,2	3.906,3	8.266,2	18.120,2
1960	57.177,7	4.718,6	8.767,8	20.066,8
1961	-	4.329,7	8.839,7	20.631,9
1962	62.524,5	4.237,2	10.198,5	21.742,0
1963	63.732,9	4.736,3	11.355,5	21.560,0
1964	66.399,0	4.728,2	9.928,2	23.691,6
1965	75.852,9	4.863,3	10.484,0	29.476,2
1966	75.787,5	4.864,2	10.293,0	27.900,6
1967	77.086,5	4.870,9	11.045,0	27.716,2
1968	76.610,5	5.869,3	10.706,1	27.209,5
1969	75.247,1	5.497,0	10.565,3	25.887,4
1970	79.752,9	5.335,4	10.919,7	30.357,2
1971	-	-	-	-
1972	-	-	-	-
1973	91.877,5	8.682,9	15.759,6	38.296,4
1974	96.412,0	8.790,6	14.532,0	39.472,2
1975	91.386,1	10.500,0	12.826,1	35.600,0
1976	103.173,4	10.598,4	15.100,0	45.906,1
1977	120.081,7	14.564,4	16.800,0	51.782,0
1978	129.145,0	15.599,1	16.944,0	58.286,0
1979	138.898,9	18.556,2	17.689,2	63.570,0
1980	146.290,1	17.103,9	16.568,9	70.650,0

FONTES: Anuário Açucareiro - IAA (vários números)  
Anuário Estatístico - IBGE (vários números)

(-) Dados não localizados.

**QUADRO 12**  
**USINAS EM FUNCIONAMENTO**

SAFRAS	BRASIL	NORDESTE	SÃO PAULO	SERGIPE
1927/28	261	208	13	80
1928/29	279	203	20	85
1929/30	298	214	20	87
1930/31	302	217	23	87
1931/32	307	210	28	88
1932/33	298	206	27	87
1933/34	290	199	29	81
1934/35	296	198	32	82
1935/36	300	198	33	80
1936/37	302	191	30	86
1937/38	300	188	35	75
1938/39	291	189	33	76
1939/40	298	192	34	78
1940/41	299	191	34	76
1941/42	297	186	38	72
1942/43	301	190	38	71
1943/44	299	187	38	69
1944/45	283	174	38	62
1945/46	287	174	40	63
1946/47	289	171	42	59
1947/48	289	167	42	55
1948/49	329	168	76	55
1949/50	319	159	78	51
1950/51	323	158	79	49
1951/52	319	154	79	46
1952/53	328	150	88	42
1953/54	326	144	92	38
1954/55	317	140	92	36
1955/56	311	139	92	34
1956/57	308	138	93	33
1957/58	312	138	94	33
1958/59	308	132	95	30
1959/60	307	134	94	30
1960/61	303	131	94	27
1961/62	288	122	93	22
1962/63	282	116	94	19
1963/64	280	113	93	18
1964/65	279	113	94	16
1974*	209	85	79	04
1975	206	84	77	04
1976	206	85	77	04
1977	206	85	77	04
1978	206	85	76	04
1979	206	85	76	04
1980	202	84	74	04

FONTES: Anuário Açucareiro - IAA (vários números)  
Anuário Estatístico - IBGE (vários números)

(\*) Os dados, a partir daqui, referem-se a anos civis.

**QUADRO 13**  
**SERGIPE, NORDESTE E BRASIL**  
**PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DE ENGENHO (mil sacos 60 Kg)**

SAFRA	SERGIPE -A-	NORDESTE -B-	BRASIL -C-	(A/B)	(A/C).100
1929/30	119,9	4.722,5	8.797,2	2,5	1,4
1930/31	35,8	4.489,2	8.734,0	0,8	0,4
1931/32	252,0	4.071,9	7.968,3	6,2	3,2
1932/33	19,1	4.280,9	7.524,2	0,4	0,3
1933/34	20,6	3.977,1	7.552,5	0,5	0,3
1935	123,8	3.237,9	6.073,4	3,8	2,0
1936	115,9	2.642,1	5.787,6	4,4	2,0
1937	86,9	2.271,2	5.593,2	3,8	1,6
1938	48,3	2.124,4	4.999,5	2,3	1,0
1939	56,5	2.490,9	5.619,8	2,3	1,0
1940	37,5	2.858,9	6.074,6	1,3	0,6
1941	36,2	3.656,5	7.184,8	1,0	0,5
1942	27,4	2.794,2	6.701,3	1,0	0,4
1943	32,5	2.988,5	6.796,4	1,1	0,5
1944	23,7	2.212,7	5.354,7	1,1	0,4
1945	29,0	2.948,0	5.741,9	1,0	0,5
1946	25,9	3.357,3	6.335,1	0,8	0,4

FONTE: IAA (Anuário Açucareiro de 1938/39, 1943/44 e 1948/49)

Obs.: os cinco primeiros anos da série correspondem aos dados de produção de safras; os restantes compreendem anos civis.

**QUADRO 14**  
**SERGIPE - CONSUMO DE AÇÚCAR SEGUNDO O TIPO**  
**(em % do total)**

ANO	USINA	ENGENHO
1935	34,8	65,2
1936	23,6	76,4
1937	53,5	46,5
1938	68,8	31,2
1939	37,1	62,9
1940	74,8	25,2
1941	94,5	5,5
1942	90,6	9,4
1943	85,9	14,1

FONTE: IAA (Anuário Açucareiro de 1939/40 e 1943/44)

**QUADRO 15**  
**SERGIPE - PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR DE ENGENHO**  
(mil sacos 60 Kg)

ANOS	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	RELAÇÕES(%)	
	-A-	-B-	-C-	(B/A)	(C/A)
1935	123,8	91,1	32,7	73,6	26,4
1936	115,9	88,5	27,4	76,4	23,6
1937	86,9	79,0	7,9	90,9	9,1
1938	48,3	41,9	4,0	86,7	8,3
1939	56,6	49,0	9,8	86,6	17,3
1940	37,5	30,6	-	81,6	-
1941	36,2	11,8	-	32,6	-
1942	27,4	24,9	-	90,9	-
1943	32,5	27,3	-	84,0	-
1944	23,7	-	9,9	-	41,8
1945	29,0	-	16,3	-	56,2
1946	25,9	-	11,7	-	45,2
1947	15,6	-	5,9	-	37,8

FONTES: IAA (Anuário Açucareiro de 1939/40, 1943/44 e 1948/49).

**QUADRO 16**  
**SERGIPE - PRODUÇÃO DE ALCOOL (1.000 LITROS)**

ANO CIVIL E/DU ANO-SAFRA	TIPO NÃO ESPECIFICADO	HIDRATADO	ANIDRO
1929/30	187,4		
1930/31	194,9		
1931/32	850,0		
1932/33	673,8		
1933/34	424,8		
1934/35	357,5		
1935/36	877,7		
1936/37	659,6		
1937/38	568,8		
1938/39	473,8		
1939/40	767,4		
1940/41	837,5		
1941/42	1.010,3		
1942/43	1.079,0		
1943/44	1.235,7		
1944/45	1.749,6		
1945/46	696,4		
1946/47	344,6		
1947/48	676,1		
1948/49	857,4		
1951		494,5	
1952		345,6	
1953		303,1	
1954		159,2	
1955		273,0	
1961		664,7	
1962		628,1	
1963		727,0	
1964		447,4	
1965		1.181,7	
1979/80		120,5*	3.075,5*
1980/81		3.371,0	1.560,5
1981/82		5.453,8	1.728,0
1982/83		14.100,4	3.769,5

FONTES: IAA (Anuário Apucarairo de 1935, 1938, 1943/44, 1948/49, 1953/56, 1967 e IAA(Delegacia Regional de Aracaju)

(\*) é possível que tenha havido erro de registro desses dados, divulgando-se como sendo de hidratado a produção de álcool anidro e vice-versa. [Cf. IAA (Delegacia Regional de Aracaju)].

QUADRO 17

SERGIPE - RELAÇÃO DAS USINAS DE BENEFICIAMENTO DE ALGODÃO E APROVEITAMENTO DA CAPACIDADE INSTALADA  
(Safrá 1962/63)

USINA	MUNICÍPIO	CAPACID. INSTALADA (t)	APROVEI- TAMENTO (%)	OCIOSIDADE (%)
1. RIBEIRO CHAVES & Cia	ARACAJU	360	119,4	-
2. JOÃO TAVARES DA COSTA	ITABAIANA	360	120,3	-
3. SERV. FED. PROM. AGROPEC.	F.PAULO	405	27,7	72,3
4. " " " "	JAPATÁ	630	-	100,0
5. FÁBRICA SERGIPE INDUSTRIAL	"	360	95,4	14,6
6. FÁB. TECELAGEM RIACHUELO	RIACHUELO	360	29,8	70,2
7. CIA. INDUSTRIAL DE ESTÂNCIA	PRÓPRIA	360	13,8	86,2
8. " " " "	LAGARTO	360	-	100,0
9. PEIXOTO GONÇALVES & CIA.	NEÓPOLIS	1.215	38,4	61,6
10. FIAÇÃO E TECEL. DE PRÓPRIA	PRÓPRIA	540	16,7	83,3
11. DANTAS & CIA.	MAROM	225	-	100,0
12. CONSTÂNCIO VIEIRA & CIA.	BOQUIM	270	29,9	70,1
13. " " " "	R. DANTAS	270	28,2	71,8
14. JOSÉ FREIRE FILHO	C. BRITO	225	-	100,0
14. PEDRO MODESTO SOBRINHO	"	225	10,4	89,6
16. JORGE OLIVEIRA NETO	F. NOVA	225	-	100,0
17. AUGUSTO PEREIRA DE OLIVEIRA	F. PAULO	270	41,6	58,4
18. ERONIDES ALVES DE MENEZES	MACAMBIRA	180	21,8	78,2
19. JOSIAS PEREIRA OLIVEIRA	RIBEIRÓPOLIS	225	37,4	62,6
20. FRANCISCO MODESTO DOS PASSOS	"	270	19,9	80,1
21. ANTONIO DE SOUZA LEITE	"	360	9,0	91,0
22. JOÃO BATISTA DOS SANTOS	S. DIAS	270	42,1	57,9
23. ROLDÃO BORGES DOS REIS	"	225	-	100,0
24. PEDRO ALMEIDA VALADARES	"	270	41,7	58,3
TOTAL		8.460	38,6	67,4

Fonte: MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO DO ALGODÃO DO NORDESTE - BNB/SUDENE (1964)

**QUADRO 18**  
**NORDESTE - PROJETOS INDUSTRIAIS APROVADOS 1960/1977**

CLASSE DA INDÚSTRIA	NÚMERO POR ESTADO										TOTAL
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG*	
EXTRATIVA MINERAL	1	-	2	9	-	3	-	-	4	-	19
MINER. NÃO-METÁLICOS	1	1	14	4	15	36	3	4	43	6	127
METALÚRGICA	-	2	16	4	15	40	2	1	22	14	116
MECÂNICA	-	-	7	7	2	19	1	-	13	3	45
MAT. ELÉT. E COMUNIC.	-	-	3	-	4	15	-	-	7	2	31
MAT. DE TRANSPORTE	-	-	1	-	7	8	-	1	6	2	25
MADEIRA	1	-	2	2	2	2	-	-	9	1	19
MOBILIÁRIO	-	-	4	1	2	10	1	-	2	1	21
PAPEL E PAPELÃO	1	-	5	2	6	14	2	2	7	1	40
BORRACHA	-	-	3	-	2	3	-	-	5	-	13
COURO E PELES	1	-	5	3	6	9	1	1	3	1	30
QUÍMICA	9	6	15	4	11	28	7	3	49	4	136
PROD. FARMACÊUTICOS	1	3	1	1	1	2	1	-	1	-	11
PERF. SABÕES E VELAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MATÉRIAS PLÁSTICAS	-	-	6	2	7	20	-	-	6	1	42
TEXTIL	3	2	30	12	21	38	7	11	21	4	140
VEST. E CALÇADOS	1	1	20	10	8	12	1	2	4	3	62
PROD. ALIMENTARES	4	6	38	15	16	48	11	5	27	11	181
BEBIDAS	-	-	2	-	-	4	-	-	6	1	13
FUMO	-	-	-	-	-	-	1	-	3	-	4
EDITORIAL E GRÁFICA	-	-	-	1	2	7	-	3	2	1	16
DIVERSAS	-	-	2	3	3	10	2	2	6	1	29
- HOTÉIS DE TURISMO	-	-	2	2	3	8	2	3	14	3	37
- TELECOMUNICAÇÕES	1	2	2	1	1	2	1	1	3	2	16
- ENERGIA ELÉTRICA	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
- PESCA	-	-	5	10	2	4	-	-	1	-	22
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>34</b>	<b>185</b>	<b>86</b>	<b>136</b>	<b>342</b>	<b>43</b>	<b>39</b>	<b>264</b>	<b>62</b>	<b>1205</b>

Fonte: MANUEL CORREIA DE ANDRADE (1981), p.56.

(\*refere-se apenas à área compreendida pelo "Polígono das Secas.")

Obs.: por encontrar-se sob a ação direta do IAA, a indústria açucareira não foi incluída nesses projetos.



**QUADRO 19**  
**NORDESTE - PROJETOS<sup>1</sup> APROVADOS PELA SUDENE NO PERÍODO 1960/1977**

ANO	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	MG*	TOTAL
1960	-	-	3	-	5	8	2	-	6	-	24
1961	1	1	-	-	4	10	1	-	5	-	22
1962	2	1	8	2	8	17	2	3	15	-	58
1963	1	3	13	6	11	25	4	5	13	-	81
1964	1	2	18	3	8	29	5	2	16	1	85
1965	2	4	13	4	16	38	6	2	19	-	104
1966	3	3	17	5	16	53	8	5	37	3	149
1967	3	5	47	9	30	99	11	3	45	6	258
1968	3	2	35	12	22	83	9	5	49	7	227
1969	1	4	34	20	19	78	3	4	48	11	222
1970	4	1	33	14	22	77	5	8	47	5	216
1971	2	3	30	10	21	53	2	4	35	11	171
1972	1	-	20	11	11	40	3	4	28	5	123
1973	3	3	14	9	9	25	1	4	23	11	102
1974	2	1	16	10	4	26	2	6	31	7	105
1975	1	-	11	6	8	14	1	4	14	4	63
1976	3	3	14	6	6	25	5	5	3	24	98
1977	-	-	7	7	9	16	3	1	15	11	69
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>	<b>36</b>	<b>333</b>	<b>134</b>	<b>229</b>	<b>716</b>	<b>73</b>	<b>63</b>	<b>470</b>	<b>90</b>	<b>2177</b>

FONTE: MANUEL CORREIA DE ANDRADE (1981), p.57.

\* Abarca apenas a área compreendida pelo "Polígono das Secas."

(1) Trata-se de projetos de natureza diversa, e não os exclusivamente industriais.

Obs.: Não tomam parte desses projetos aqueles envolvendo a indústria açucareira.

**QUADRO 20**  
**SERGIPE - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO**  
**ESTRUTURA INDUSTRIAL E REPARTIÇÃO (%) DO VTI**  
**SEGUNDO CATEGORIAS DE USO**

CATEGORIAS E GÊNEROS INDUSTRIAIS	ANOS				
	1939	1949	1959	1970	1980
<b>BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEL</b>	91,6	90,6	86,6	74,2	66,5
ALIMENTOS	28,6	31,0	35,0	39,8	24,2
BEBIDAS	1,7	3,2	2,2	0,7	1,6
EDITORIAL E GRÁFICA	0,6	1,1	0,8	1,8	1,4
FARMACÉUTICA	2,2	0,3	-	-	-
FUMO	-	0,2	0,4	-	1,1
MOBILIÁRIO	-	0,9	2,3	1,5	0,9
PERFUMARIA	-	1,1	0,8	1,0	0,3
TÊXTIL	58,1	51,1	42,0	28,8	29,3
VESTUÁRIO	0,4	1,7	3,0	0,6	7,7
<b>BENS INTERMEDIÁRIOS</b>	1,9	9,2	13,0	21,9	22,0
BORRACHA	-	-	0,2	-	0,5
COUROS E PELES	0,1	0,7	2,1	0,3	0,6
MADEIRA	1,0	0,8	1,6	1,7	1,2
MATÉRIAS PLÁSTICAS	-	-	-	-	0,9
MINERAIS NÃO-METÁLICOS	0,8	5,4	7,6	18,2	13,4
PAPEL E PAPELÃO	-	-	(*)	-	0,5
METALÚRGICA	-	0,1	0,2	0,9	3,9
QUÍMICA	-	2,3	1,3	0,8	0,9
<b>BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEL</b>	-	0,3	0,3	1,5	3,1
MATERIAL ELÉTRICO	-	-	-	0,1	-
MATERIAL DE TRANSPORTE	-	0,1	0,2	1,2	0,4
MECÂNICA	-	0,2	0,2	-	2,1
DIVERSAS	6,5	(*)	(*)	0,2	0,6

FONTE: Censos Industriais (IBGE)

(-) dado inexistente

(\*) valores inferiores a 0,1%

Obs.: Não foi registrada na tabela a participação de 7,7% relativa às "Unidades Auxiliares de Apoio (Utilidade) e de serviços de Natureza Industrial" para o ano de 1980.

**QUADRO 21**  
**SERGIPE - INCENTIVOS FISCAIS 34/18-FINOR**  
**PROJETOS APROVADOS, EMPREGOS PREVISTOS E VALOR DOS RECURSOS**  
**1963 - 1988**

GÊNEROS INDUSTRIAIS	PROJETOS APROVADOS	EMPREGOS PREVISTOS	RECURSOS APROVADOS
	Nº	Nº	(US\$ 1.000)
I- INDÚSTRIA TRADICIONAL	49	8.825	144.142
- Couros e Peles	02	99	4.033
- Têxtil	30	4.210	93.778
- Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	05	2.557	10.497
- Produtos Alimentares	09	1.461	20.526
- Bebidas	01	498	15.156
- Diversos	02	-	152
II- INDÚSTRIA DINÂMICA	34	5.935	114.441
- Minerais não-metálicos	12	2.623	54.855
- Metalurgia	03	393	1.635
- Papel e papelão	05	546	11.005
- Química	10	1.950	44.465
- Perfumaria, Sabões e Velas	01	50	594
- Materiais Plásticos	01	60	299
- Material de Transporte	01	227	1.292
- Mecânica	01	81	296
TOTAL	83	14.760	258.583

FONTE: SANTANA, Meide. A inserção do Estado de Sergipe na política de incentivos fiscais do Nordeste (1963/88). Monografia apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFS; Aracaju, 1991 (mimeo), p.37.

**QUADRO 22**  
**NORDESTE - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO**  
**DISTRIBUIÇÃO (%) ESPACIAL DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO**  
**INDUSTRIAL 1939/1980.**

ESTADOS	1939	1949	1959	1970	1980
MARANHÃO	2,9	2,8	3,5	3,0	2,9
PIAUI	0,7	0,6	0,9	1,1	1,4
CEARA	5,0	6,4	7,3	12,6	11,2
R.G.NORTE	4,1	3,0	5,1	3,8	4,2
PARAIBA	9,2	11,5	7,9	6,1	5,1
PERNAMBUCO	48,7	48,0	33,7	37,5	24,5
ALAGOAS	10,7	9,8	6,8	6,7	4,4
SERGIPE	5,4	5,1	3,2	2,5	2,3
BAHIA	13,3	12,8	31,6	26,7	44,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
SERGIPE/BRASIL	-	0,46	0,2	0,14	0,2

FONTE: Censos Industriais (IBGE)

**QUADRO 23**  
**MUDANÇAS DE PADRÃO MONETÁRIO**

PERÍODO	PADRÃO MONETÁRIO	NOTAÇÃO	EQUIVALÊNCIA
Até 1941	Mil Réis *	₧	- - - - -
1942 a 1966	Cruzeiro (1)	Cr₧	1 cruzeiro = 1 mil réis Mil cruzeiros = 1 conto de réis
1967 a 1969	Cruzeiro Novo(2)	NCr₧	1 cruzeiro novo = mil cruzeiros
1970 a 1985	Cruzeiro (3)	Cr₧	1 cruzeiro = 1 cruzeiro novo

FONTE: Estatísticas Históricas do Brasil (IBGE), Rio de Janeiro, v.3, 1987.

\* Mil mil réis = 1 conto de réis.

(1)Decreto-Lei nº 4791, de 5/10/1940; (2)Decreto-Lei nº 1, de 12/11/1965; (3) Resolução nº 144 do Banco Central do Brasil, abril de 1970.

**QUADRO 24**  
**DEFLATOR IMPLÍCITO DO PIB**

	(Base: 1939= 100)	(Base: 1949= 100)	(Base: 1970= 100)	(Base: 1949= 100)
1939	100,0	-	-	29,8
1940	106,7	-	-	31,8
1941	117,6	-	-	35,0
1942	136,7	-	-	40,7
1943	159,4	-	-	47,5
1944	192,3	-	-	57,3
1945	221,0	-	-	65,8
1946	253,2	-	-	75,4
1947	276,1	82,2	-	82,2
1948	-	93,8	-	90,3
1949	-	100,0	-	100,0
1950	-	111,2	-	111,2
1951	-	124,5	-	124,5
1952	-	140,9	-	140,9
1953	-	162,5	-	162,5
1954	-	197,2	-	197,2
1955	-	230,4	-	230,4
1956	-	283,9	-	283,9
1957	-	321,3	-	321,3
1958	-	357,0	-	357,0
1959	-	461,4	-	461,4
1960	-	582,7	-	582,7
1961	-	776,9	-	776,9
1962	-	1.202,4	-	1.202,4
1963	-	2.139,7	-	2.139,7
1964	-	4.018,0	-	4.018,0
1965	-	6.245,6	-	6.245,6
1966	-	8.670,8	-	8.670,8
1967	-	11.011,4	-	11.011,4
1968	-	14.073,5	-	14.073,5
1969	-	17.207,5	-	17.207,5
1970	-	20.611,9	100,0	20.611,9
1971	-	-	118,8	24.484,9
1972	-	-	141,2	29.124,6
1973	-	-	174,4	35.947,1
1974	-	-	232,8	47.984,4
1975	-	-	314,9	64.906,7
1976	-	-	462,0	95.226,7
1977	-	-	668,5	137.790,1
1978	-	-	963,5	198.595,0
1979	-	-	1.518,7	312.031,9
1980	-	-	2.954,7	609.017,8

**FONTES:**

- 1ª coluna - Estatísticas Históricas do Brasil (IBGE).  
 2ª " - Centro de Contas Nacionais - IBRE/FGV, in Conjuntura Econômica, nº 25, setembro de 1971.  
 3ª coluna - Centro de Contas Nacionais - DCS/IBRE/FGV, in Conjuntura Econômica, junho de 1984.

Obs.: A 4ª coluna, elaborada pelo autor, compreende a série unificada dos índices das demais colunas.